

UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE - UNIVALE  
ASSESSORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
NÚCLEO DE ESTUDOS HISTÓRICOS E TERRITORIAIS - NEHT

**José Bispo Ferreira Filho**

**SENTIDOS DE UM TERRITÓRIO:**

o processo de produção e reprodução simbólica do bairro São Tarcísio

Governador Valadares - MG

2011

JOSÉ BISPO FERREIRA FILHO

**SENTIDOS DE UM TERRITÓRIO:**

processo de produção e reprodução simbólica do bairro São Tarcísio

Dissertação para obtenção do Título de  
Mestre em Gestão Integrada do Território  
apresentada ao Programa de Mestrado  
do Núcleo de Estudos Históricos e Territoriais  
da Universidade Vale do Rio Doce.

Orientadora: Profa. Dra. Patrícia Falco Genovez

Governador Valadares

2011

JOSÉ BISPO FERREIRA FILHO

**SENTIDOS DE UM TERRITÓRIO:**

o processo de produção e reprodução simbólica do bairro São Tarcísio

Dissertação para obtenção do Título de  
Mestre em Gestão Integrada do Território  
apresentada ao Programa de Mestrado do  
Núcleo de Estudos Históricos e Territoriais  
da Universidade Vale do Rio Doce.

Governador Valadares, 26 de Setembro de 2011

Banca Examinadora

---

Profa. Dra. Patrícia Falco Genovez  
Universidade Vale do Rio Doce  
UNIVALE

---

Prof. Dr. José Luíz Cazarotto  
Universidade Salesiana  
UNISAL

---

Profa. Dra. Cynthia Cristina de Souza Santos  
Universidade Vale do Rio Doce  
UNIVALE

Dedico este trabalho a minha avó  
Ercília Domingues Carvalho,  
professora que me ensinou a acreditar  
que sonhos maturam e, no tempo certo,  
podem ser colhidos.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente ao Mestre pela Luz e Força nesta longa caminhada. Agradeço à minha orientadora, Profa. Patrícia Falco Genovez, pela dedicação, paciência e amizade.

Agradeço aos moradores do bairro São Tarcísio que me acolheram com simpatia e hospitalidade em suas casas durante a pesquisa de campo. Agradeço à minha mãe, Celmyr Carvalho Ferreira, ao meu pai, José Bispo Ferreira (in memoriam), e aos meus familiares pela paciência e carinho. Agradeço aos amigos Edileila Maria Leite Portes e Vinícius Freire Cabral pelo apoio incondicional. Agradeço à Prefeita Elisa Maria Costa, pelo incentivo e pela crença em meu trabalho. Agradeço ao Major Wagner Fabiano pelo fornecimento de dados preciosos a respeito do Bairro São Tarcísio. Agradeço à Profa. Dra Rita Cristina de Souza Santos e ao Prof. Dr. José Luís Cazarotto pela imensa contribuição na ocasião da Banca de Qualificação. Agradeço à amiga Giovanna Greco pela força imprescindível no momento certo. Agradeço a todos que, de alguma forma contribuíram para que este trabalho se tornasse possível.

*Varais do São Tarcísio, que muito aos  
valadarenses tem a ensinar, denunciar e a  
contar...*

Lana Alpino

## RESUMO

Este trabalho centra-se na busca de uma possível interpretação para o sentido simbólico presente no bairro São Tarcísio (Governador Valadares – MG). Para tanto, partiu-se de uma fundamentação teórica que tem como referência o trabalho dos sociólogos Max Weber e Norbert Elias, e a contribuição do geógrafo cultural Paul Claval. Consideramos que, a priori, enquanto cenário territorializável, o eixo rio Doce-bairro São Tarcísio e os ribeirinhos, encontram-se imersos em um complexo processo de produção simbólica. Interessa-nos, num primeiro momento, acessar algumas de suas representações mais consistentes e freqüentes e verificar se as mesmas se entrelaçam/refletem uma dada tradição destoante da perspectiva de modernidade que permeia a sociedade valadarense..

Palavras-chave: Códigos culturais, cadeias motivacionais, processo civilizador, território, bairro São Tarcísio.

## **ABSTRACT**

This work focuses the search of a possible interpretation for the symbolic sense present in the São Tarcísio district (Governador Valadares – MG). Thereunto, starting from a theoretical foundation that has for reference the work of the sociologists Max Weber and Norbert Elias and the construction of the cultural geographer Paul Claval. Considering that initially, as a territorialable scenery, the axis Doce river-São Tarcísio district and the riparian are immersed in a complex process of symbolical production. Our interest, in a first moment, is to access some of its most consistent and frequent representations and verify if these intertwine/reflect a distinct tradition from the modern perspective that permeates the society of Governador Valadares.

Keywords: Cultural codes, motivational chains, civilizing process, territory, district, São Tarsício district.

## **LISTA DE FIGURAS**

<b>FIGURA 1</b> – Mapa: o destaque do rio Doce (em detalhe) no Brasil colonial .....	68
<b>FIGURA 2</b> – Mapa: Governador Valadares .....	78
<b>FIGURA 3</b> – Mapa: Bairro São Tarcísio.....	93
<b>FIGURA 4</b> – Mapa: Bairro São Tarcísio (detalhe).....	94
<b>FIGURA 5</b> – Mapa: Porcentagem de lotes vagos em Governador Valadares.....	95
<b>FIGURA 6</b> – Mapa: Densidade demográfica de Governador Valadares.....	114
<b>FIGURA 7</b> – Mapa: Possível rota de narcotráfico no Leste de Minas.....	160

## LISTA DE FOTOS

<b>Foto 1</b> – Praça Serra Lima na década de 1960 (centro de Governador Valadares).....	80
<b>Foto 2</b> – Bairro São Tarcísio .....	92
<b>Foto 3</b> - Vista aérea da Ilha e do Bairro São Tarcísio.....	96
<b>Foto 4</b> - A “Favela do São Tarcísio”.....	103
<b>Foto 5</b> – Foto: Droga apreendida no Bairro São Tarcísio.....	109
<b>Foto 6</b> - Vista parcial da Rua Geraldo Vieira dos Santos.....	138
<b>Foto 7</b> - Jacaré capturado na Rua Geraldo Vieira dos Santos.....	139
<b>Foto 8</b> - Antigo trajeto da linha de ferro pela Avenida Brasil.....	143
<b>Foto 9</b> - Primeira Igreja Presbiteriana (1950, região do São Tarcísio).....	144
<b>Foto 10</b> - Vista parcial da área da antiga Feira da Paz.....	145
<b>Foto 11</b> - Roupas estendidas na área da antiga Feira da Paz.....	146
<b>Foto 12</b> - Situação de enchente na Rua Cláudio Manoel.....	155
<b>Foto 13</b> - Enchente de fevereiro de 2009.....	157
<b>Foto 14</b> - Droga apreendida no Leste de Minas Gerais.....	161
<b>Foto 15</b> - As canoas do São Tarcísio são utilizadas para pesca, retirada de areia, e para socorrer as vítimas da enchente.....	172

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Número de Lotes no São Tarcísio.....	105
GRÁFICO 2 – Os tipos de terrenos do São Tarcísio.....	106
GRÁFICO 3 – Edificações do Bairro São Tarcísio.....	107
GRÁFICO 4 –A presença do narcotráfico no bairro em 2010.....	112
GRÁFICO 5 - Crimes no São Tarcísio (2010).....	113

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

BPM – Batalhão de Polícia Militar  
CVRD – Companhia Vale do Rio Doce  
DMRD – Divisão Militar do Rio Doce  
EFVM – Estrada de Ferro Vitória Minas  
EUA – Estados Unidos da América  
GV – Governador Valadares  
NEHT – Núcleo de Estudos Históricos e Territoriais  
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil  
SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto  
SESP – Serviço Especial de Saúde Pública  
SEPLAN – Secretaria Municipal de Planejamento  
UNIVALE – Universidade Vale do Rio Doce

## **LISTA DE ANEXOS**

ANEXO A - Escola Valdete Nominato (Bairro São Tarcísio).....	211
ANEXO B – “School Bus” estacionado na Rua Adriano Fróes.....	212
ANEXO C – Canoeiro do São Tarcísio se preparando para a pesca.....	213

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	01
i Metodologia e delineamento da pesquisa.....	05
ii Por uma descrição densa.....	08
<b>1 MATERIALIZAÇÃO DA CULTURA NO ESPAÇO: AS PRÁTICAS CULTURAIS E A DEMARCAÇÃO DO TERRITÓRIO</b> .....	12
1.1 A CULTURA NUMA ABORDAGEM GEOGRÁFICA: AS CONTRIBUIÇÕES DOS GEÓGRAFOS CULTURAIS.....	14
<b>1.1.1 O conceito de cultura na Geografia</b> .....	15
<b>1.1.2 O território e o cenário territorializável</b> .....	28
1.2 A CULTURA EM INTERLOCUÇÃO COM A TERRITORIALIDADE E A IDENTIDADE.....	31
1.3 PADRÕES CULTURAIS, CONDUTAS SOCIAIS E A FIGURAÇÃO DO TERRITÓRIO NO BAIRRO SÃO TARCÍSIO.....	42
<b>2 O SERTÃO DO RIO DOCE E A TERRITORIALIZAÇÃO DE GOVERNADOR VALADARES: REPRESENTAÇÕES E IMAGINÁRIO</b> .....	63
2.1 A POLÍTICA PORTUGUESA E O DOMÍNIO TERRITORIAL DO SERTÃO DO RIO DOCE .....	64
2.2 GOVERNADOR VALADARES E A CONFIGURAÇÃO DE TERRITÓRIOS: ENTRE A TRADIÇÃO E A MODERNIDADE .....	77
2.3 O BAIRRO SÃO TARCÍSIO NUMA ABORDAGEM TERRITORIAL .....	90
2.3.1 <b>como escala territorial e categoria</b> .....	90
2.3.2 <b>como cenário territorializável</b> .....	99
2.3.3 <b>como território-paisagem</b> .....	121
2.3.4 <b>a cidade e o bairro em suas múltiplas relações de poder</b> .....	124
<b>3 O BAIRRO SÃO TARCÍSIO PELAS SUAS NARRATIVAS: SENTIDOS QUE PROJETAM TERRITÓRIOS</b> .....	131
3.1 REFERÊNCIAS TERRITORIAIS: TRAJETOS, CAMINHOS E FLUXOS.....	134
3.2 O BAIRRO PELA ÓTICA DE SEUS MORADORES.....	149
<b>3.2.1 O recurso etnometodológico</b> .....	149

<b>3.2.2 Percepções e interpretações do bairro: algumas categorias.....</b>	<b>152</b>
3.2.2.1 A enchente.....	153
3.2.2.2 A violência e o narcotráfico.....	159
3.2.2.3 A convivência.....	165
3.2.2.4 O lazer.....	170
3.2.2.5 O Trabalho.....	171
3.2.2.6 A paisagem.....	174
3.2.2.7 O folclore.....	180
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>187</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>200</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>211</b>

## INTRODUÇÃO

A compreensão de determinado processo de produção simbólica num território pressupõe considerar, preliminarmente, certos códigos de conduta, de natureza cultural e social. Por “produção” e “reprodução” simbólica, consideramos determinados aspectos históricos e sociais de geração e transmissão de condutas e convenções. (ELIAS, 1990, p. 14). Entretanto, neste processo, a produção e/ou reprodução não se daria de forma ininterrupta, estável e uniforme no território. Assim como a cultura possui um aspecto dinâmico, estas convenções e condutas permitiriam a porosidade, a diversidade e a contradição, uma vez que a sociedade é passiva de influências diversas. (WILLIAMS, 1969, p.20). Desta forma, para iniciarmos nosso trabalho, entendemos de antemão que o aspecto da heterogeneidade e elasticidade destes códigos precisaria ser considerado se queremos estudar determinado objeto-território social, cultural e geográfico, como é o caso do Bairro São Tarcísio, foco central desta pesquisa.

Entretanto, salientamos que não será apenas o bairro o objeto investigado. Consideramos, a priori, que, enquanto cenário territorializável, o eixo rio Doce-bairro São Tarcísio e os ribeirinhos, encontram-se imersos em um complexo processo de produção simbólica. Interessa-nos, num primeiro momento, acessar algumas de suas representações mais consistentes e freqüentes e verificar se as mesmas se entrelaçam/refletem uma dada tradição destoante da perspectiva de modernidade que permeia a sociedade valadarense.

A título de uma breve contextualização, o bairro São Tarcísio, localizado na parte central da cidade de Governador Valadares (MG), foi oficialmente criado na década de 1950. Mas, antes disso, a região ribeirinha já era habitada, uma vez que possuía um pequeno porto de canoas e algumas casas próximas à atual Rua Prudente de Moraes. (SIMAN, 1988, p.78). Enquanto bairro, o São Tarcísio pode ser, ordinariamente, definido através das mesmas características que permeiam outros territórios de igual escala, ou seja, trata-se de uma ‘divisão territorial de uma cidade’. (BARROS, 2002, p.12). O espaço do São Tarcísio, assim, pode ser classificado com referências ao latim ‘*barrium*’ ou mesmo do árabe ‘*barri*’ (de fora, exterior, separado). Isso porque, em termos gerais, pode ser compreendido como uma das zonas principais em que se divide uma cidade, ou uma “porção de território nas proximidades de um núcleo urbano.” (BARROS, 2004, p.07). O bairro, então, estaria associado à idéia de separação, delimitação de um espaço físico que

abriga uma população. Bairros como o São Tarcísio são considerados urbes “porque fazem parte da cidade”. (idem). Um bairro pode ser caracterizado pelo ‘*sentimento de localidade*’ existente nos seus moradores, e cuja formação depende não apenas da posição geográfica, mas, também, do intercâmbio entre as famílias e as pessoas no espaço físico. (BARROS, 2002, p 12). É nesta esfera de sentimentos e considerando categorias, tais como, imaginário, representações, códigos e identidades, como de suma importância para compreendermos a possível existência de um processo de produção simbólica que pretendemos, apoiados na Geografia Cultural, desenvolver este trabalho. Para tanto, a cidade de Governador Valadares se oferece, numa escala maior, não apenas como referência para buscarmos compreensão dos aspectos presentes no bairro, mas, como cenário que nos auxiliaria na compreensão de influências tanto históricas e sociais, como culturais, no que diz respeito ao convívio com o rio Doce e a alguns comportamentos/códigos que fariam parte de uma possível dinâmica entre o micro e o macro.

Assim, considerando inicialmente a cidade como uma escala maior, temos que Governador Valadares, de acordo com o IBGE (2008), é uma cidade considerada de porte médio, com seus 260 mil habitantes. Foi emancipada em 1938 e, a partir de 1940 e 1950, registrou notável crescimento econômico, com a exploração da mica e da madeira da região. Junto com o crescimento populacional, que saltou de 5.734 habitantes para 20.357, a cidade sofreu uma nova demarcação, surgiram os bairros, para abrigar os trabalhadores da indústria da madeira. (VILARINO, 2008, p.34). É neste momento que a cidade e região tornam-se alvo de programas sanitaristas a cargo do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), para a erradicação da malária. (idem).

A partir desta atmosfera de desenvolvimento, higienização e crescimento, as camadas da classe média da cidade passam a adotar um discurso de modernidade, presente em relatos orais, ao mesmo tempo em que configuram uma suposta tradição social calcada no prestígio das famílias da classe média denominadas de “pioneiras”, e responsabilizadas, em relatos memorialistas, pelo progresso “modernizante” de Governador Valadares, temática que será retomada e discutida posteriormente no capítulo 2.

A presença do rio Doce na história da cidade e do bairro é uma constante. É a partir do rio que surgem não apenas o processo de ocupação territorial, mas, também, de demarcação e orientação na formação dos demais bairros. (SIMAN, 1988, p.79). As áreas mais valorizadas em termos imobiliários situam-se numa parte mais elevada do terraço e

espraíam-se nas imediações do São Tarcísio formando o Centro de Governador Valadares, que é também um bairro. No entanto, a idéia de “centro”, do ponto de vista de pulso econômico e comercial, irá abarcar, como veremos adiante, uma área concêntrica envolvendo vários bairros como, por exemplo: Bairro de Lourdes, Bairro Nossa Senhora das Graças e Bairro Esplanada. As áreas mais desvalorizadas e de risco serão aquelas situadas em proximidade de encostas em declive e da margem do rio Doce.

É nesta medida que, buscando compreensão no processo de produção e reprodução simbólica existente no bairro São Tarcísio, nos propomos a utilizar os dados coletados numa pesquisa etnográfica, juntamente com dados bibliográficos existentes sobre a cidade, no intuito de uma análise que tenha por objetivo compreender, através de relatos dos ribeirinhos, o bairro e o rio Doce enquanto território único para eles.

Em termos de justificativa, a contribuição deste trabalho deve ser ressaltada na medida em que ainda não se produziu obra acadêmica sobre Estudos Territoriais no Leste mineiro que tivesse como referência teórica e central o pensamento de Max Weber, Norbert Elias e Paul Claval, os principais autores que norteiam as matrizes teóricas desta pesquisa. Algumas obras importantes como, por exemplo, o livro “Sertão do Rio Doce”, de Haruf Salmen Espíndola (2005) devem ser relevadas (e o são, neste trabalho) como referência de estudos regionais do Vale do Rio Doce, na medida em que descortinam o processo de constituição do território. Entretanto, compreendemos que estas obras estariam circunscritas numa limitação de abordagem com especial destaque para o aspecto econômico, histórico e político, ligados aos modos de produção que perfazem o processo de territorialização da região. A consideração do aspecto simbólico de um território, desta forma, se tornou então um interesse dentro dos nossos Estudos Territoriais num trabalho que considerasse os costumes e as convenções presentes num dado contexto e território.

O interesse pelo objeto de pesquisa (rio Doce-São Tarcísio) surgiu, inicialmente, a partir da nossa observação, ainda na década de 1970, a respeito do costume de alguns habitantes ribeirinhos com relação ao rio Doce. Desde a infância observamos que, mesmo dentro de um bairro, diferentes relações de apropriação são mantidas com o rio. Alguns ribeirinhos costumavam se utilizar do rio para cultivar hortas, pomares e verduras em suas margens. Outros se utilizavam do rio apenas para pescar. Já outros, utilizavam do rio para “sepultar” animais mortos: porco, cachorro, papagaio, aves... O rio Doce era, na década de 1970, abastecedor direto de muitas casas, que possuíam caixas de recepção. Muitos moradores instalavam bombas de interceptação de água em seus quintais, situados às

margens do rio. Mesmo as residências que possuíam cisternas, se abasteciam das águas do rio Doce. Por outro lado, o rio era o local que recolhia esgotos domésticos. Diante destas considerações, faltava, contudo a escolha do bairro (território) a ser pesquisado.

A decisão de utilização do Bairro São Tarcísio em nossos estudos se deu no momento em um amigo nosso mudou-se para este bairro. Em várias visitas à casa dele, momento em que pudemos, também travar contato com a vizinhança, podíamos observar que ainda havia o costume de se lançar animais mortos às águas do rio bem como os banhos das crianças ao final da tarde, apesar das perigosas corredeiras. A convivência com o rio Doce foi percebida como sendo uma constante no modo de vida daqueles ribeirinhos e, em alguns casos, nos surpreendemos com a existência de lendas folclóricas, como, por exemplo, a do caboclo d'água, que apareceu em alguns relatos que ouvíamos de maneira bastante informal. Consideramos então, em nossas observações, que o rio possuía uma importância muito grande naquele contexto territorial. Para algumas pessoas, ele significava um caráter estético de composição da paisagem, apesar das enchentes de janeiro, que já se tornaram comuns devido ao assoreamento. Já, para outros moradores, percebemos, também, que existia um “encantamento” sobre a influência do rio na composição morfológica do bairro, reproduzindo o local de origem deles que, antes de se mudarem para Governador Valadares, moravam próximos a rios e córregos da região. Esta prática subsistia no São Tarcísio de maneira insistente, apesar dos riscos das enchentes. Começamos a buscar, então, naquele que é considerado um dos primeiros espaços de ocupação de Governador Valadares, a sobrevivência de possíveis costumes transplantados da zona rural e que, possivelmente, estivessem vivos na cultura e na memória do bairro. Da mesma forma, passamos a observar por parte de alguns moradores que conhecemos, alguns códigos de convivência como, por exemplo, evitar mencionar a presença e a ação de traficantes de drogas, e o respeito creditado aos moradores mais antigos.

É preciso, amparados em Silva (2006), salientar ainda, em termos de contribuição deste trabalho, que, apesar dos avanços da Geografia Cultural, as pesquisas voltadas para a micro-escala territorial ainda caminham a passos lentos. A maioria dos estudos dedica-se a grandes cidades, onde, considera-se, como atrativo de análise, a grande complexidade desafiadora de análise. Por outro lado, nas cidades pequenas e médias, a idéia é a de estagnação e atraso. Desta forma, os códigos particulares que as constituiriam territórios específicos, apesar das mudanças epistemológicas e paradigmáticas verificáveis em algumas áreas do conhecimento, seriam ainda, “negligenciados por muitos pesquisadores

no domínio das Ciências Humanas.” (p. 22). Entendemos “a priori” que, para compreender-se a lógica destes códigos, tanto na cidade como no bairro, devemos nos pautar pelo processo de constituição da região e pelo desenrolar da vida cotidiana no bairro, considerando-se o universo cultural que lhe dá sentido.

## **i. Metodologia e delineamento da pesquisa**

Cientes de que é ilusória a pretensão de captura da totalidade de um real social, sabemos dos desafios e das limitações de um trabalho como o nosso, uma vez que todo recorte é apenas um fragmento da realidade. (SIQUEIRA, 2005, p.35). Assim, sem nos esquivarmos de utilizar alguns dados quantitativos tais como gráficos, que julgamos interessantes para a contextualização do nosso objeto de estudo, recorreremos à pesquisa qualitativa como recurso. De acordo com Helmut Gunther (2006, p.201), na pesquisa qualitativa se apresentam quatro possíveis bases teóricas:

- a) a realidade social é vista como construção e atribuição social de significados;
- b) a ênfase no caráter processual e na reflexão;
- c) as condições objetivas de vida tornam-se relevantes por meio de significados subjetivos;
- d) o caráter comunicativo da realidade social permite que o “refazer” do processo de construção das realidades sociais torne-se ponto de partida da pesquisa.

Desta forma, nos firmamos na letra “a”, entendendo que a “construção e atribuição de significados”, estaria diretamente ligada à nossa problematização. O nosso objetivo principal é o de verificar a possível existência de um processo de produção e reprodução simbólica através de condutas e concepções de vida dos ribeirinhos, envolvendo o Rio Doce e o São Tarcísio. Além dos relatos dos moradores, recorreremos a outras fontes, tais como fotografias, dados quantitativos (sobre o bairro), e artigos do jornal valadarense Diário do Rio Doce, publicados na década de 2000, e que se prestem à compreensão do território pesquisado.

Recorreremos às características gerais da pesquisa qualitativa apontadas por Günther (2006, p.189) como baliza para a análise, tendo a processualidade como fio-condutor do trabalho. Quanto ao método de análise, que tem no Estudo de Caso uma estratégia adotada, fundamos a nossa interpretação na etnometodologia. Seguindo a

tradição da hermenêutica, Gunther aponta o processo de “construção da realidade” na etnometodologia como, também, da construção do olhar do pesquisador e do próprio trabalho de pesquisa. De acordo com Roberto Sidnei Macedo (2010, p.34), o Estudo de Caso, é um dos tipos de pesquisa qualitativa, que enfatizam a interpretação contextual e que podem e devem ter uma orientação teórica bem fundamentada, que sirva de suporte à formulação de respectivas questões e instrumentos de recolhimento de dados oferecendo-se, desta forma, como guia na análise dos resultados. Conforme Macedo, este tipo de pesquisa necessita de que o pesquisador estabeleça algumas categorias teóricas para orientar a investigação. (2010, p.33). Outro aspecto importante a ser relevado em termos metodológicos é o de que a pesquisa qualitativa é uma “ciência baseada em textos”, ou seja, a coleta de dados produz textos que nas diferentes técnicas analíticas são interpretados hermeneuticamente. (SIQUEIRA, 2005, p.45). Magda Maria Ventura considera o estudo etnográfico como o ponto de partida deste tipo de pesquisa, devido ao seu “princípio de abertura”. (VENTURA, 2007, p.383). Este princípio se baseia, de acordo com ela, no fato deste tipo de trabalho ser caracterizado propício para um Estudo de caso. A ênfase na “totalidade” do indivíduo como objeto de estudo seria, neste caso, essencial. Além do mais, a concepção do objeto de estudo sempre deve, segundo Gunther (2006, p. 2001), ser visto em sua “processualidade”, no que diz respeito ao desenvolvimento do indivíduo no contexto cultural e social dentro do qual este se formou.

Sobre a interpretação dos dados, Sueli Siqueira aponta “os acontecimentos e os conhecimentos cotidianos”, como dados importantes a serem recolhidos. (SIQUEIRA, 2005, p.36). Por isso, enfatiza, é importante a “contextualidade”. Implicaria, ainda, num processo de “reflexão contínua” sobre o comportamento tanto dos sujeitos pesquisados como do próprio pesquisador, através de reflexões frequentes, que devem ser anotadas em diário de campo. Seguindo estas orientações, em nosso trabalho de campo, estas reflexões foram anotadas e documentadas juntamente com o material colhido após as entrevistas, e serviram como referência em nossas visitas. Foram, ao todo, nove meses de contato com a comunidade do bairro São Tarcísio. Durante todo este tempo, coletamos dez horas de entrevistas gravadas com 30 pessoas entrevistadas. Selecionamos o que avaliamos como mais relevante em resposta à nossa problematização. Todo o material foi registrado em áudio, e realizamos várias anotações em cadernos que serviram para organizar um diário de campo. Como 11 destas pessoas pediram anonimato, uma vez que o Bairro São Tarcísio é hoje conhecido como um violento ponto no mapa do tráfico de drogas em Governador

Valadares <sup>1</sup> e, em alguns casos, o assunto ter aparecido nas narrativas, optamos pela utilização de nomes fictícios e a não publicação de fotos dos mesmos, preservando os moradores de possíveis represálias. Entretanto, mantemos, em nosso arquivo todo o material coletado na íntegra. A realização do trabalho etnográfico teve como principal referência o antropólogo Clifford Geertz (1989).

Segundo Geertz (1989, p.14), a etnografia é um processo guiado preponderantemente pelo senso questionador do etnógrafo. Deste modo, a utilização de técnicas e procedimentos etnográficos não segue padrões rígidos, mas sim o critério que o etnógrafo desenvolve a partir do trabalho de campo no contexto social da pesquisa. Estas técnicas têm, conforme Geertz, muitas vezes, de serem formuladas ou criadas para “atenderem à realidade do trabalho de campo.” (GEERTZ, 1989, p.18). Durante o nosso trabalho etnográfico no São Tarcísio, as nossas anotações não serviram apenas como registro, mas, como uma orientação de assuntos e temáticas que exploramos ao longo dos nove meses de convivência com a população ribeirinha. Nesta perspectiva, o processo de pesquisa foi determinado de forma explícita ou implicitamente pelas questões propostas pelo pesquisador, tais como: Por que os ribeirinhos mantinham certas práticas, crenças e costumes próprios do meio rural numa cidade do porte de Governador Valadares? Como teria sido um possível processo de reprodução simbólica para que estas práticas tivessem sobrevivido? Por que os moradores insistem em morar nas margens do rio Doce uma vez que, anualmente, as águas das enchentes invadem as suas casas? Como se organizaria o território do bairro em termos de identidades? Como possivelmente teria sido o processo de reterritorialização e desterritorialização dos “moradores antigos” na constituição do bairro?

É assim que este trabalho pode ser delineado como “estudo etnográfico”, utilizando o método de Estudo de Caso,<sup>2</sup> e destinado a uma análise etnometodológica. Esta

---

<sup>1</sup> Segundo dados colhidos no Sexto Batalhão de Polícia Militar, através de Boletins de Ocorrência de 2010, esta afirmação se confirma.

<sup>2</sup> As estratégias assumidas nesta de pesquisa, apontam para a um tipo de estudo descritivo e explanatório (causal). Elas nascem do desejo de compreender a territorialidade e a cultura do bairro como um fenômeno social complexo através de uma observação direta. Salientamos, baseando-nos em Vera Asti (1989, p.62), que o Estudo de Caso é um tipo de pesquisa que é frequentemente criticado e acusado por falta de rigor, influência do investigador, muitas vezes acusado de forjar falsas evidências e visões viesadas. Pesa também, neste tipo de estratégia, a acusação de fornecer pouquíssima base para generalizações. Entretanto, corroborados por Magda Maria Ventura, ressaltamos que há várias maneiras de evidenciar a validade e confiabilidade nesta modalidade de estudo. O que se procura generalizar em nosso caso são proposições teóricas (modelos) e não proposições sobre população inteira do bairro São Tarcísio. Isso porque entendemos, também, amparados por Sueli Siqueira, que não se deve confundir “*generalização analítica*” –

pesquisa é teórica (porque toma como base algumas categorias consideradas importantes) e composta por narrativas <sup>3</sup> coletadas que, posteriormente, foram interpretadas. Iniciada oficialmente em junho de 2010, a pesquisa de campo concluiu-se em março de 2011. A transcrição dos textos foi realizada concomitantemente à coleta de material. Os depoimentos foram coletados de habitantes residentes no bairro São Tarcísio e com idades acima de 18 anos, que residem em ruas próximas e mais afastadas (por elevação) do rio, como é o caso da Rua Prudente de Moraes. A idade dos moradores e o tempo de residência (mais de cinco anos) no bairro constituiu-se elemento importante em nossa pesquisa, que se volta para um recorte temporal de 10 anos, ou seja, busca a compreensão das práticas, representações, territorialidades e códigos culturais, dentre outras possíveis categorias teóricas passíveis de estudos e pressupostamente existentes no bairro, tomando como referência temporal a década de 2000. Primamo-nos, no processo de transcrição de dados, amparados em Geertz (1989, p.28) em detalharmos literalmente sinais indicando entonações, sotaques, regionalismos e “erros” de fala.<sup>4</sup>

## ii. Por uma “descrição densa”

Ao nos voltarmos para a pesquisa de campo, nossa análise centrará na “interpretação da interpretação.” (GEERTZ, 1989, p.23). Justificamos o método de análise escolhido através da compreensão de que a abordagem interpretativa adotada, a

---

própria do Estudo de Caso – com “*generalização estatística*”. O que se generaliza, no Estudo de Caso, são os aspectos singulares que possam ser observados e interpretados dentro do modelo teórico adotado. Assim, estabelecemos definições conceituais e operacionais no intuito de formular algumas questões que redundem em respostas que possam ser interpretadas. Preocupou-nos estabelecermos um diálogo espontâneo e próximo dos entrevistados. Eles foram informados sobre o objetivo da pesquisa e quais as questões orientadoras iniciais. Como os dados foram coletados sob condições de ambiente não controlado, isto é, em contexto real, adaptamos o nosso plano de coleta de dados e informações à disponibilidade dos entrevistados. Em outras palavras, buscamos nos introduzir no mundo do objeto estudado, munidos de recursos, tais como, um diário de anotações, gravador, máquina fotográfica.

<sup>3</sup> De acordo com John Scott (2010, p.145), trata-se de dispositivos lingüísticos utilizados para reconstruir eventos passados e, assim, conferir-lhe significado. Essas reconstruções são encaradas por antropólogos, sociólogos e geógrafos culturais, como intrínsecas e necessárias a qualquer nível de conduta humana, indo desde os relacionamentos interpessoais, como amizades, até relações intergrupais. A prática de contar histórias inclui a maior parte daquilo que os estudiosos convencionalmente chamam de “self e identidade”, como, por exemplo, a família, disposições políticas, classe social, raça, gênero, mudança social, comunidade, e assim por diante. Há uma série de termos que fazem referência a fenômenos narrativos, tais como rumor, autobiografia, história e fofoca.

<sup>4</sup> Estes “erros” constituem-se, de acordo com Geertz (1989, p.28) em elementos indiciais de relevada importância na medida em que descrevem e apresentam o entrevistado, inserindo-o como sujeito da narrativa. Estão presentes nestes “erros”, de acordo com Geertz, sotaque, regionalismos, concepções de vida e algumas convenções e códigos que auxiliariam a compor uma descrição densa em determinado estudo etnográfico

etnometodológica, é essencial para compor quadros de referências significativas sobre saberes locais, ao possuir uma perspectiva de análise abrangente para uma leitura interpretativa da realidade. Assim, recorrendo a Francisca Ester Sá Marques (1999, p.14), acreditamos que este método, cuja base epistemológica está fundamentada na etnografia, possua características interdisciplinares que possam permitir a busca e a utilização de conceitos teóricos não apenas da Geografia, mas, também, da Sociologia, da Geografia Cultural, da História, da Antropologia, e da Psicologia numa “descrição densa”. Apropriando-se do conceito do círculo hermenêutico, Clifford Geertz (1989, p. 26), prescreve a “descrição densa” e uma “epistemologia prática do bom senso”, ou seja, “do senso comum” como recursos para a etnometodologia numa “refiguração do pensamento social”, uma vez que as “províncias do pensamento” são demarcadas, adquiridas e mantidas dentro de um processo histórico. Geertz (p.31) argumenta com Max Weber que a cultura não é codificável, mas interpretável. O homem é concebido por ele como um “animal suspenso em teias de significado” que ele (o homem) tece/teceu ao longo de sua existência social e histórica:

[...] não como um complexo de padrões concretos de comportamentos – costumes, usos, tradições, feixes de hábitos, mas como um conjunto de mecanismos de controle – planos, receitas, regras, instruções, programas e pré-gramas – para governar o comportamento. O homem é precisamente o animal mais dependente de tais mecanismos de controle, extragenéticos, fora da pele, de tais programas culturais, para orientar seu comportamento.

Desta forma, a cultura seria formada por práticas culturais, convenções simbólicas, códigos explícitos e implícitos, identidades territoriais. Para interpretá-la seria, então, necessária a inserção no “campo semântico”<sup>5</sup> compartilhado entre os indivíduos. A leitura deste campo se faria sempre a partir do olhar destes indivíduos, ou seja, seria uma “leitura da leitura” na perspectiva do pesquisador. É exatamente isso que propomos nesse trabalho. (GEERTZ, 1989, p.36).

Conforme Claval (1999a, p.78), para a Antropologia Interpretativa, referência que é bastante utilizada em metodologia de trabalhos de Geografia Cultural, é na parte e não no todo que reside o caráter diferenciador da análise. Desta forma, o interesse está focado no próprio termo enquanto individualidade. De acordo com Claval, há que se considerar que o sentido é sempre um sentido e, “para compreendê-lo significa compreender para quem o

---

<sup>5</sup> A expressão é utilizada aqui para designar o universo cultural e mais significativo.

sentido se faz” (1999a, 79), isto é, o intérprete precisa compreender já dentro do universo significativo do outro. Desta forma, a interpretação do analista concorre com a interpretação do interpretado, influencia e é influenciada pela compreensão cultural. A “fala dos entrevistados” seria, desta forma, analisada dentro de um “imaginário social” e de uma possível “formação discursiva”. (idem). No “campo semântico”, descrito por Claval, como considerado compartilhado entre os entrevistados nestes tipos de estudos, buscamos compreender, através de uma “leitura de segunda mão”, a relação do individual e do coletivo, bem como os códigos culturais presentes, entendendo também com Geertz (1989, p.15), que a vivência e convivência destas pessoas são mediadas pela linguagem enquanto “sistema simbólico”. Desta forma, seria através de narrativas e da observação de campo que buscaríamos compreender o significado que estas pessoas imprimem à realidade. Seria, então, pela “fala” destes indivíduos e a transcrição desta em nosso trabalho que também buscaríamos compreender uma possível “construção cultural” que estivesse relacionada ao território-bairro, ao território-rio, e ao território-cidade. (MARQUES, 2005, p.05). Tendo o “senso comum” como “sistema cultural”, recorremos a Francisca Ester Sá Marques, considerando as “marcas de atitude” destas pessoas através dos seguintes traços: “naturalidade” (coloquialidade); praticabilidade (consciência prática das coisas); “simplicidade” (literalidade e evidência); “não-metodicidade” (traços popularescos como, por exemplo, provérbios), “acessibilidade” (opinião espontânea e conclusiva a respeito das coisas acessíveis). (MARQUES, 2005, p.07).

Na tentativa de significar o local pela narrativa descritiva usaremos termos que são mais próximos possíveis daqueles usados pelos atores sociais, tentaremos colocar os atores sobre a perspectiva deles. Para isso, consideramos importante conhecer o significado da ação. Este estudo etnogáfico está interessado no significado local da vivência e convivência entre si e com os ribeirinhos. Consideramos preliminarmente que no mundo do bairro São Tarcísio exista uma ordem particular de organização sócio-cultural e territorial. A interpretação e análise levarão, então, em consideração, não somente a cena do objeto pesquisado, como também a relação entre esta e o contexto social maior, que é a cidade de Governador Valadares. Ao focar o processo de constituição da cidade e do bairro, nós nos utilizamos, também, da Sociologia Figuracional, de Norbert Elias. (1990, v.1 e v.2). Este autor compreende a sociedade como um conjunto incessantemente renovável da interdependência entre os indivíduos, relações que se modificam e evoluem sempre perpassadas por tensões geradoras de desequilíbrios e formas frágeis de integração.

Daí, Elias se preocupar com o estudo global dos seres humanos num movimento nítido, prioritariamente voltado para a síntese. Assim, sua Sociologia Figuracional é formada por pessoas constantemente em fluxo, cujo desenvolvimento social de longo prazo não são planejados e nem previsíveis. É através destas considerações que partimos, neste momento, para uma apresentação do corpo da dissertação.

Este trabalho está organizado em quatro capítulos. O primeiro capítulo é a Introdução, espaço que reservamos, também, para a apresentação dos nossos procedimentos metodológicos. No primeiro capítulo, elencamos algumas categorias teóricas que julgamos relevantes para discutir o objeto de estudo, tais como cultura, território, representações sociais, códigos culturais, imaginário social e identidade. Estas categorias - que se tornaram ferramentas utilizadas em nossas interpretações do bairro São Tarcísio, do rio Doce e dos ribeirinhos, - foram trazidas para o âmbito deste trabalho no intuito de propiciarem maior fundamento teórico e clareza à nossa discussão.

No terceiro capítulo, buscamos apresentar o cenário territorializável bem como o processo histórico que culminou com a constituição da cidade de Governador Valadares e do bairro São Tarcísio. Espaço e tempo são considerados como matéria prima fomentadora dos sentidos do território em estudo.

No quarto capítulo, apresentamos nosso trabalho de campo organizado de acordo com temáticas que ajudam a compor um panorama de significados interpretáveis da leitura que os ribeirinhos fazem tanto do bairro como do rio Doce. Na sequência, apresentamos a conclusão, salientando algumas proposições e comentários finais a respeito desta dissertação.

# **1 MATERIALIZAÇÃO DA CULTURA NO ESPAÇO: AS PRÁTICAS CULTURAIS E A DEMARCAÇÃO DO TERRITÓRIO – POR UMA FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Ao iniciarmos este capítulo, salientamos que é nosso objetivo introdutório discutir teoricamente a categoria território através da Geografia Cultural e de um diálogo interdisciplinar com a Sociologia e a Antropologia. Ao fazermos isso, é intuito nosso relacionar o território à idéia de processo (não apenas geográfico, mas, também, social e cultural). O esforço aqui proposto é o de construir as bases teóricas para a interpretação cultural do nosso objeto de estudo considerando, a priori, que o bairro São Tarcísio estaria envolto num complexo processo de produção simbólica e códigos culturais onde o vínculo motivacional da territorialização poderia ser rastreado a partir de uma dimensão processual configuradora não apenas da cultura do bairro, como, também, da cidade de Governador Valadares e da região. (CLAVAL, 1999a; WEBER, 1992; ELIAS, 1990, v.1 e v.2). Tendo em vista a consideração de que a pesquisa é direcionada a um recorte espacial, optamos, neste capítulo introdutório, por uma discussão que se dá muito mais do ponto de vista teórico do que propriamente interpretativo. Na medida em que desenvolvemos nossa argumentação, trazemos informações a respeito do bairro que, posteriormente, serão aprofundadas e melhor embasadas nos capítulos 3 e 4. Estas informações têm, neste capítulo, a função de situar e orientar a leitura trazendo-lhe uma referência quanto à nossa proposta de estudo. Assim, subdividimos o capítulo II em três partes. Na primeira, inserimos nosso trabalho no âmbito da Geografia Cultural através de uma revisão de literatura, apresentando o conceito de cultura como carro-chefe da nossa discussão. Na segunda, discutimos o território e o processo de produção simbólica enquanto criador, re-criador, e mantenedor de identidades, práticas, e códigos culturais. Na terceira, apresentamos uma conclusão parcial.

Optamos, não apenas neste capítulo, mas, no trabalho como um todo, pela referência teórica que denominamos de “autores centrais”. São eles, o geógrafo cultural Paul Claval e os sociólogos Norbert Elias e Max Weber. Com o embasamento central e teórico destes estudiosos, buscamos possibilidades de uma pesquisa diretamente relacionada a uma temática cultural que discute o comportamento, os hábitos, as convenções, as práticas culturais, mas, também, a materialização da cultura no espaço como, por exemplo, a demarcação territorial. O grupo definido por nós como “autores

estruturais” são aqueles destinados a nos orientar de forma menos genérica na composição do corpo do trabalho. Utilizamos, assim, os pressupostos de Clifford Geertz, Werther Holzer, Denis Cosgrove, Roberto Lobato Correa, Zeny Rosendahl, Rogério Haesbaert, Carl Sauer, Marcelo José Lopes de Souza, Denys Cucu e Kathryn Woodward, dentre outros.

Na interlocução indireta com a base teórica oferecida pelos autores centrais, principalmente no aspecto que discute a categoria território bem como a contextualização do processo histórico que permeia a região do Vale do Rio Doce, além de outros conceitos que instrumentalizam teoricamente a nossa reflexão, destacamos os “autores referenciais” que utilizamos. São eles: Sergio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro, Haruf Salmen Espíndola, Lana Mara de Castro Siman, Bronislaw Baczko, Mari Lourdes Bezzi, Helena Brum Neto, Patrícia Falco Genovez, e Maria Terzinha Bretas Vilarino, dentre outros.

Utilizamos, também, numa esfera menos nuclear ainda, “autores motivacionais” como Vera Asti, Sueli Siqueira, Joseli Maria Silva, Yi-Fu Tuan, Hilton Ferreira Japiassu, José Luis Coraggio, Dirce Koga, Tomaz Tadeu da Silva, Alfredo Matta, Denise Jodelet e Mary Jane Spink, dentre outros. Através das obras destes estudiosos, bem como na obra de outros que aqui não foram mencionados, nós nos fundamentamos buscando complementar uma reflexão em torno do nosso objeto de pesquisa. Por que utilizamos como área referencial a Geografia Cultural? Porque esta área da Geografia Humanística se dedica à descrição dos fenômenos, ou seja, das coisas que são percebidas pela consciência, podendo estas mesmas, serem diferentes em si mesmas. (CLAVAL, 1999b, p.58). Esta peculiaridade nos é útil uma vez que propomos uma “descrição densa” que será apresentada e interpretada no capítulo 4. Assim, buscamos compreender o nosso objeto, que é geográfico e também territorial, a partir de simbolismos que supostamente estejam ligados a representações e ao imaginário social daqueles que vivem no Bairro São Tarcísio. Como área interdisciplinar, a Geografia Cultural é adotada como ponto de condensação ou convergência destas categorias, uma vez que é pluricêntrica, ao refletir sobre a cultura e as relações do homem e a natureza. (FAZENDA, 2006). Antropologia, Sociologia, História, Psicologia e Filosofia são alguns exemplos de campos que mantêm um constante diálogo com a Geografia Cultural. De acordo com Japiassú (1976), esta interdisciplinaridade caracteriza-se pela “intensidade das trocas entre especialistas e pelo grau de interação real das disciplinas no interior de um mesmo projeto de pesquisa”.

## 1.1 CULTURA NUMA ABORDAGEM GEOGRÁFICA: AS CONTRIBUIÇÕES DOS GEÓGRAFOS CULTURAIS

A área de conhecimento no qual situamos este trabalho tem como ponto de partida o século XIX. Acreditamos na relevância de percorremos brevemente uma revisão de literatura da Geografia para que possamos refletir, dentro de seu bojo, sobre a importância e o lugar do conceito de cultura.

Paul Claval salienta que a vocação interdisciplinar sempre esteve presente na Geografia. Segundo ele, ao longo do caminho investigativo traçado por esta disciplina, a consideração da presença da cultura no espaço sempre se prestou ao papel de referência e ligação entre a Geografia e diversas disciplinas das Ciências Humanas. (1999b, p.12). Assim, a cultura e o espaço foram amplamente debatidos, inicialmente na Alemanha (com Friedrich Ratzel, 1844-1904), na França (La Blache, 1845-1918) e nos Estados Unidos (Sauer, 1889-1975) e, posteriormente, difundindo-se para vários países. Conforme Paul Claval (1999b), a reprodução do conceito de cultura não se realizou apenas no âmbito geográfico, mas, provocou uma comunhão de estudos entre várias ciências durante o século XX. Claval argumenta que esta temática teria despertado o interesse de diversas disciplinas, contribuindo para sua evolução. Ele considera que o trânsito interdisciplinar entre a Geografia Cultural e outras disciplinas se deve, de certa forma, à abordagem cultural desenvolvida por diversas ciências humanas, cujo enfoque assemelha-se ao geográfico em vários aspectos. Além disso, as principais contribuições conceituais para a cultura nas Ciências Sociais, também, se desenvolveram na Europa e na América, através dos países referidos anteriormente. (CORREA, 2003, p.153). A evolução deste conceito permitiu torná-lo mais preciso na medida em que os debates acirravam-se e a ciência progredia, particularmente, a Geografia, no que diz respeito às suas bases teórico-metodológicas. Entender a cultura, no século XX, tornou-se essencial para apreender a simbologia inerente a cada grupo social, uma vez que a diferenciação seria mediada pela mesma. (CLAVAL, 1999b, p. 13). Nesta medida, a cultura pode ser considerada como um conjunto de práticas comuns a um grupo social, composta de aspectos materiais e imateriais, sendo transmitida através de gerações. (CLAVAL, 1999b, p.12). Entretanto, um longo caminho investigativo foi percorrido, pela Ciência Geográfica para atingir este nível de conceitualização. Aprimorou-se a base teórica através das exigências conceituais necessárias para proporcionar maior credibilidade às pesquisas realizadas por essa linha

temática. De acordo com Correa (2003, p. 153), de modo geral, o conceito de cultura tem sua gênese na França e é bastante antigo, sendo que o seu significado variou ao longo da evolução do homem, conforme veremos a seguir.

### **1.1.1. O conceito de cultura na Geografia**

Entendemos que a importância de considerarmos o conceito de cultura é extremamente justificável se buscamos compreensão das relações sociais e territoriais em uma determinada comunidade, como a do Bairro São Tarcísio. Por isso, propomos, antes de tudo, uma revisão deste conceito.

De acordo com Denys Cuche (2002), a palavra cultura tem origem do latim e significa cuidado dispensado ao campo e ao gado, e surgiu em fins do século XIII para designar uma parcela de terra cultivada. (CUCHE, 2002, p. 17). Percebe-se que, inicialmente, a palavra cultura reportava-se a questão agropecuária, como indicativo de plantações, ou seja, a cultura de uma determinada planta. Tal uso, ainda permanece na atualidade, principalmente para as Ciências Rurais, embora o conceito de cultura tenha evoluído no que se refere ao seu significado, agregando outros “valores”. A primeira transformação conceitual data do século XV, quando esse conceito passa a ter um sentido figurado, tendo a cultura como uma faculdade, isto é, algo desenvolvido a partir do trabalho e do aprimoramento. Pouco conhecido até o século XVII, este significado impõe-se através do sentido figurativo no século XVIII com vários “usos”, como “cultura das artes”, “cultura das letras”, “cultura das ciências”, dentre outros. (CLAVAL, 1999a, p. 31). Posteriormente, a cultura é entendida como “formação”, “educação” do espírito e passa a designar a “ação de instruir”, fazendo com que esse conceito passe a ser sinônimo de instrução. (CUCHE, 2002, p.48).

As distintas abordagens conceituais de cultura geraram, conseqüentemente, uma oposição conceitual entre o que é “ser natural” e o que é ser “cultural”. O primeiro significa algo em que não houve alteração sendo, portanto, puro e, essencialmente sem cultura. Já, o segundo, pressupõe alteração via cultura específica, através dos meios desenvolvidos pela mesma. A cultura passa a significar, então, um aspecto distintivo que irá diferenciar as distintas áreas do globo, classificando os povos em naturais ou culturais. (CORREA, 2003, p.147). Esse último, por sua vez, foi utilizado como sinônimo de civilizado. Norbert Elias dedica um extenso capítulo discutindo a significação que

“*Civilization e Kultur*” têm historicamente para franceses e ingleses, de um lado, e alemães, do outro. A análise dessas nomenclaturas mostra o papel que os eventos sociais e políticos dessas nações desempenham nas diferentes concepções que elas têm do processo civilizador. Fica claro que o conceito de *Kultur* aparece na história germânica dos últimos séculos, tal como decorre das análises de Elias, não corresponde ao de *Civilization* na Inglaterra e na França. (ELIAS, 1993, p.23).

O conceito de *Civilization* expressa, segundo Elias, “a consciência que o Ocidente tem de si mesmo. Poderíamos até dizer a consciência nacional. Ele resume tudo em que a sociedade ocidental dos últimos dois ou três séculos se julga superior às sociedades mais antigas ou a sociedades contemporâneas ‘mais primitivas.’” (ELIAS, 1993, p.22). Entretanto “a palavra pela qual os alemães se interpretam, que mais do que qualquer outra expressa-lhes o orgulho em suas próprias realizações e no próprio ser, ‘*Kultur*.’” (idem). Ainda segundo Elias, o termo *Zivilisation* expressa para o espírito alemão algo útil, sim, “mas apenas um valor de segunda classe”. (ELIAS, 1993, p.23). Parece delinear-se uma diferença bem mais profunda nos diferentes sentidos que esses dois conceitos adquirem na história da Inglaterra e da França, de um lado, e na história da Alemanha. Enquanto que o conceito de civilização naqueles países refere-se, de um lado, às produções materiais e espirituais que alimentam a sua consciência de progresso e superioridade e, do outro, aos costumes e tradições refinadas das cortes (daí a palavra de “cortesia”) e das elites burguesas que nelas estão presentes e que um dia ocuparão seu lugar (como nas Revoluções Inglesa e Francesa), o conceito alemão de *Kultur* refere-se basicamente a fatos intelectuais, artísticos e religiosos, marcando uma tendência, como diz Elias (1993), a traçar uma nítida linha divisória entre esses fatos e os fatos políticos, econômicos e sociais. Enquanto o conceito francês e inglês de civilização refere-se a fatos materiais e a comportamentos humanos, o conceito de *Kultur* como referência a “*comportamento*,” ou ao valor que a pessoa tem pela sua própria existência, é segundo Elias, muito secundário. O que o conceito descreve são determinadas produções humanas (particularmente as de ordem espiritual) mais do que o valor intrínseco da pessoa.

Para Denys Cuche (2002, p.22), a concepção de cultura no século XVIII “passa a ser vista como a soma dos saberes acumulados e transmitidos pela humanidade, considerada como totalidade, ao longo de sua história”. Para tanto, a palavra é empregada no sentido de progresso físico-material e socioeconômico dos povos, em função da educação que receberam.

Para a Geografia, que inicia a sua estruturação como Ciência no fim do século XIX, esse conceito é válido para a realização das pesquisas culturais. Considerava-se a influência do desenvolvimento de técnicas específicas para alterar o meio ambiente como sinônimo de desenvolvimento cultural. (CLAVAL, 1999b, p.18). Portanto, designava-se por aspectos materiais da cultura, aquilo que poderia ser visto e percebido na paisagem. Neste contexto, se destacam os debates culturais realizados na Alemanha, onde a palavra cultura evidencia-se no século XVIII, originando o vocábulo *Kultur*, com significado inicial semelhante ao francês. (CORREA, 2003, p.114). Esse conceito evoluiu de forma distinta, sendo concebido como tudo aquilo que é autêntico e que contribui para o enriquecimento intelectual. Já, o termo civilização seria tido como superficial, ou seja, consistiria apenas em aparência. (idem). A concepção de cultura na Alemanha surge distintamente da concepção de civilização, uma vez que não foram empregadas como sinônimos. Considera-se a cultura como algo maior e mais amplo, a ponto de justificar uma existência via costumes de um povo. No caso, uma Nação que viria a se formar, pois, a Alemanha ainda encontrava-se dividida em vários principados. Originou-se, então, o conceito de cultura baseado no nacionalismo alemão, procurando glorificar a “cultura nacional.” (CUCHE, 2002, p.28). Neste sentido, a cultura viria da alma, do gênio de um povo. A nação cultural precederia e chamaria a nação política. A cultura apareceria como um conjunto de conquistas artísticas, intelectuais e morais que constituem o patrimônio de uma nação, considerado como adquirido definitivamente e fundador de sua unidade. Neste sentido, a cultura constitui-se, portanto, na expressão de um grupo social dotado de hábitos típicos, que o torna distinto dos demais e se expressa no nacionalismo.

O entendimento da origem e evolução da cultura no âmbito geográfico nos remete a Alemanha, quando Ratzel introduziu, em 1880, o termo “Geografia Cultural”, em seus trabalhos. (CLAVAL, 1999a, 54). Posteriormente, no período que compreende 1882-1891, ele elaborou a obra denominada Antropogeografia, na qual propõe descrever as áreas onde vivem os homens e mapeá-las. Procurou também estabelecer as causas geográficas da distribuição do homem na superfície terrestre e; definir a influência da natureza sobre o homem.

A concepção de cultura, em fins do século XIX, estava atrelada ao nível tecnológico dos povos, ou seja, os “povos culturais” eram designados através das técnicas desenvolvidas. Essas técnicas referem-se, basicamente, às práticas agrícolas, principal atividade econômica e responsável pelas alterações do meio natural, o que permitiu

diferenciar os povos a partir de certo nível de desenvolvimento. (CLAVAL, 1999a, p.53). Ratzel elabora, então, no período de 1880, os fundamentos culturais de diferenciação regional da Terra. Foram três volumes dedicados a Etnografia, publicados entre 1885 e 1888. Nessa obra, dois volumes são dedicados aos “povos primitivos” e um aos “povos civilizados” do Antigo e do Novo Mundo. De acordo com Claval (1999a), os estudos culturais concebidos por Ratzel no âmbito da Geografia inclui a cultura, mas esta é analisada sob os aspectos materiais, com ênfase para os artefatos usados pelo homem na sua relação com o espaço. Além disso, a cultura tem um alcance político em sua obra, pois há uma seleção das sociedades pelo espaço, onde o Estado exerce papel central.

Pode-se dizer que, conforme Claval (1999a), nos primórdios da Geografia Cultural alemã enfatizou-se as paisagens como expressão dos grupos étnicos. A atenção voltava-se para a parte material da cultura, dada pelos utensílios e pela técnica, no entanto, negligenciava os conhecimentos e valores. As pesquisas alemãs baseadas no determinismo ratzeliano, foram contestadas pelos geógrafos franceses, que evidenciaram a ação humana sobre o meio, através de novas propostas baseadas no possibilismo geográfico.

Neste contexto, destaca-se a dimensão da Geografia Humana francesa, que insere novas visões geográficas para a análise das relações homem-meio. (CORREA, 2003, p.148). Na concepção de La Blache, a Geografia tinha como preocupação analisar e explicar as relações entre os grupos humanos e o meio ambiente em que habitavam assim como a sua adaptação as condições ambientais. De acordo com Correa (2003), considerava-se que essa adaptação se concretizava através do gênero de vida, que abarcava os aspectos materiais da cultura, via desenvolvimento de técnicas, mas também pelos hábitos dos povos, tendo como base os seus costumes, entendidos como parte integrante da esfera cultural. Correa lembra que La Blache nunca falou em cultura, mas as idéias culturais tinham foco central nas suas pesquisas. Para ele autor, os migrantes transportavam consigo seus hábitos via técnicas, com possibilidade de inovação. (2003, p.148).

Conforme Correa (2003), isto demonstra, no legado de La Blache, a influência possibilista das suas pesquisas, atrelada a força do hábito. Para Correa, tal situação proporcionou visualizar o homem como um ser ativo que sofre influência do meio e, também, atua sobre este, possibilitando sua transformação. (p.149). Neste caso, as atitudes humanas em relação às potencialidades naturais eram guiadas de acordo com as aptidões culturais. Quanto maior o grau de desenvolvimento de um grupo social, no que se refere às

técnicas, maior seria sua possibilidade de adaptação e, conseqüentemente, de alteração no meio-ambiente. Tal afirmação justifica os estudos realizados pelos franceses que, de maneira geral, objetivaram analisar a alteração humana expressa, principalmente, na paisagem e, a partir disso, classificaram os povos em civilizados ou não, tendo como base o grau de alteração que os mesmos impregnaram na paisagem. (CLAVAL, 1999a, p.17).

Desta forma, La Blache demonstrou através de seus trabalhos e de seus discípulos grande interesse pelas manifestações visíveis da cultura na superfície terrestre. Salienta-se que estes estudos eram pautados na observação e descrição, principal técnica de análise desenvolvida pela Geografia Clássica, que permitiu classificar os lugares e os gêneros de vida, o qual alia homem e técnica. (CLAVAL, 1999a, p.19). Neste sentido, Claval afirma que a cultura foi uma temática constante nos primórdios da estruturação da Geografia como Ciência e sua análise viabilizou-se através da criação da categoria gênero de vida, possibilitando explicar a diversidade cultural e sua relação com as diferenças físico-naturais existentes na superfície terrestre.

A concepção mais completa de cultura no âmbito geográfico desenvolveu-se na França, pois abrangeu tanto os aspectos materiais, viabilizados pela técnica, como os imateriais, via costumes de um povo na sua relação com o meio ambiente. (COSGROVE, 1998, p.94). A Geografia francesa procurou, desta forma, interpretar as diferenças expressas na paisagem pelos grupos humanos, orientados por distintos hábitos culturais.

De modo geral, pode-se dizer que a concepção de cultura e tudo mais que esta engloba, mantiveram um intenso debate no âmbito científico e, desenvolveram-se paralelamente na França e na Alemanha. A principal divergência teórica entre os pesquisadores centrava-se no significado de cultura. Enquanto na Alemanha utilizava-se o termo *Kultur*, a França recusava esta denominação preferindo o termo civilização. Deve-se a esse fato a ausência do conceito científico de cultura nos primórdios da pesquisa francesa. (CLAVAL, 1999a, p. 19). Nesse contexto, salienta-se a Sociologia como disciplina científica, que teve sua origem na França e, a Etnografia, que reduzia-se a um método desta, com predomínio da questão social em vez da cultural. (SAUER, 2003, p. 22). De acordo com Sauer, nestes termos, a Geografia francesa também seguiu por este caminho, justificando a ausência da palavra cultura, contrapondo a tradição alemã, uma vez que, os estudos franceses se utilizavam do gênero de vida de La Blache para explicar a influência do homem na organização do espaço, sem utilizar-se do termo cultura, embora o significado fosse semelhante. A Alemanha, além de ter sido o berço da denominação

Geografia Cultural, contribuiu com a gênese de termos específicos para designar a relação homem-meio, mediada pela técnica. (CLAVAL, 1999a, p.18). Para Claval (1999a), no que se refere à abordagem cultural no âmbito científico, devemos ressaltar com distinção a concepção de cultura desenvolvida nos Estados Unidos (EUA), via Geografia Cultural, com Carl Sauer, fundador da Escola de Berkeley. De acordo com Claval (1999a, p.20), este autor dinamizou a Geografia Cultural estadunidense cerca de trinta anos após os primeiros trabalhos alemães. Enfatizou em seus estudos as populações indígenas dos EUA, principalmente do sudeste, bem como o passado pré-colombiano do México, com grande influência do pensamento geográfico alemão.

Para Sauer (2003, p.23), a Geografia trata da inter-relação dos grupos culturais com o sítio, a qual se exprime nas diversas paisagens da Terra, sendo a Geografia o que se vê na Terra. Portanto, podemos considerar que, nos EUA, os estudos culturais partem de uma concepção materialista de cultura, ignorando as suas dimensões subjetivas, centrando sua análise no que é visível da paisagem, isto é, a materialização da cultura no espaço. De acordo com Claval (1999a, p.25), partindo do princípio de que “a marca cultural dura muito tempo na paisagem,” a Geografia Cultural dos EUA valorizou essencialmente o passado em detrimento do presente. Diante disso, fez inúmeras críticas às civilizações modernas, por serem estas indiferentes a natureza. A partir dessa afirmação, a Escola de Berkeley pode reconstruir o que era a América na véspera do seu descobrimento, com estudos voltados para o passado indígena e, também, direcionados a colonização. Tal situação originou uma preocupação ecológica a partir de 1930, principalmente, através da invasão de plantas exóticas vindas da Europa com os colonos e, também, da devastação da cultura indígena, da flora e da fauna nativas. Percebe-se que, o desenvolvimento da Geografia Cultural nos EUA e na Alemanha seguiu pelo mesmo caminho, ou seja, considerava apenas a parte material da cultura, visível no espaço. No entanto, negligenciava os conhecimentos e valores culturais. Em síntese, Carl Sauer (2003), enfatiza que a Geografia Cultural se interessa, portanto, pelas obras humanas que se inscrevem na superfície terrestre e imprimem uma expressão característica.

O interesse por essa temática de estudo, denota a importância da cultura como fator essencial para a compreensão da organização do espaço no âmbito geográfico, mesmo que desenvolvida em porções distintas do globo, onde os processos de ocupação e colonização que o constituíram foram desiguais. O binômio cultura-espaço ocupará, desta forma, um considerável período de tempo e uma posição central nas pesquisas científicas realizadas,

principalmente pela Geografia. (CLAVAL, 1999a, p.25). Segundo Claval é importante ressaltar que foi nos EUA que a Geografia Cultural ganhou identidade, com Sauer e seus discípulos baseando-se no historicismo, valorizando, assim, o passado e as sociedades tradicionais não-urbanas. Em síntese, os estudos realizados nestes três países contribuíram para a construção de um corpo teórico interdisciplinar para a Geografia Cultural, ao mesmo tempo em que suas deficiências originavam críticas, visando preencher as lacunas existentes. A Geografia Cultural, nestes moldes, foi praticada até 1970, quando se acentuaram as críticas, dentre as quais se sobressaem: a excessiva ênfase a parte material da cultura e ao próprio conceito de cultura adotado, e por considerar a cultura como algo externo ao indivíduo. (CLAVAL, 1999a, p.24).

Na concepção de Roberto Lobato Corrêa e Zeny Rosendahl (2003, p.14), a cultura no período anterior a 1970 era tida como uma entidade supra-orgânica, com suas próprias leis, pairando sobre os indivíduos, considerados como mensageiros da cultura e sem autonomia. Portanto, era uma concepção individualista que considerava a cultura como algo externo ao indivíduo. Embora tenham ocorrido esses debates internos, é importante destacar que a Geografia Cultural desenvolvida deixou uma considerável herança teórico-metodológica para as futuras pesquisas na área, tanto que sua presença ainda se faz sentir atualmente, através do resgate dos seus autores mais expressivos. Neste contexto, a Geografia Cultural a partir da década de 1970, passou por um processo de renovação em virtude das críticas sofridas, procurando novas abordagens e, conseqüentemente, enriquecer esta linha de pesquisa. Este processo foi motivado por um conjunto de mudanças em escala global, que Roberto Lobato Correa cita como, exemplo, o fim da Guerra Fria, a ampliação das migrações para os países centrais, as mudanças econômicas, e as novas formas de entender a realidade, que se tornava cada vez mais complexa. (CORREA, 2003, p. 161). Esses acontecimentos, combinados, permitiram um maior deslocamento dos povos pelo mundo, uma vez que o mesmo já não estava mais dividido política e economicamente em leste-oeste. Tal situação acarretou um crescimento significativo e um interesse pelas mais diversas partes do globo até então negligenciadas, resultando numa expansão significativa do “laboratório de estudos culturais” em escala mundial. (idem). Ressalta-se também que, no processo de renovação, diversas influências se fizeram presentes, dentre as quais a própria tradição saueriana e o legado vidaliano, as filosofias do significado (fenomenologia) o relacionamento interdisciplinar com as humanidades e a Geografia Social. (CLAVAL, 1999b, p.25). Fez-se necessário, então,

redefinir o conceito de cultura utilizado pela Geografia Cultural, a fim de suprir e renovar a base teórica das pesquisas desta linha temática. Neste sentido, na concepção de Roberto Lobato Corrêa e Zeny Rosendahl (2003, p.15), a cultura agrega um novo significado cuja concepção:

[...] é redefinida e liberada da visão supra-orgânica e do culturalismo, na qual a cultura é vista segundo o senso comum e dotada de poder explicativo. É vacinado também contra a visão estruturalista, na qual a cultura faria parte de uma “superestrutura”, sendo determinada pela “base”. A cultura é vista como um reflexo. Uma mediação e uma condição social. Não tem poder explicativo, ao contrário, necessita ser explicada.

Dessa forma, somou-se à concepção de cultura a dimensão não-material desta, valorizando o significado e a subjetividade, ou seja, a essência cultural, o que não é visível, mas também é responsável pela materialização da cultura no espaço. De acordo com esta idéia, Denis Cosgrove (1998, p.97), considera a cultura como um conjunto de práticas comuns, compartilhadas por um grupo social e transmitida através de gerações. Tem-se, então, como resultado da renovação, inúmeros caminhos a serem seguidos, visando contribuir para a análise da ação do homem sobre a superfície terrestre, tendo como base uma visão ampla a partir do momento em que se passou a considerar os aspectos materiais, dados pela técnica, e imateriais, via crenças e valores. Também, o presente e o passado, além das diversas escalas de análise, foram enfatizados cabendo ao pesquisador defini-las a partir do seu objeto de estudo. Para Cosgrove (1998, p. 98), a cultura passa a considerar:

[...] não mais indivíduos isolados ou quaisquer características pessoais que possam possuir, mas comunidades de pessoas ocupando um espaço determinado, amplo e geralmente contínuo, além de numerosas características de crença e comportamento comuns aos membros de tais comunidades.

Podemos então considerar que a cultura constitui-se de ensinamentos que, na individualidade podem variar ou sofrer algumas distorções, pois a percepção é única, mas na coletividade tende a seguir um padrão. Na concepção de Paul Claval (1999b, p.26), a cultura é concebida segundo alguns critérios, dentre os quais destacam-se:

- a) É a mediação entre o homem e a natureza;
- b) É a herança, resultado de um jogo de comunicação;
- c) Permite aos indivíduos e aos grupos se projetarem no futuro;
- d) É feita por palavras, articuladas por discursos e realizada na representação;

- e) É um fator essencial de diferenciação social;
- f) A paisagem é o objeto de trabalho da geografia cultural, através da marca cultural.

Assim, podemos inferir que a cultura permeia a comunidade na qual foi concebida, orientando suas ações e relações com o espaço, materializando neste, suas características distintivas. Salienta-se que, estas características pressupõem códigos comuns,<sup>6</sup> funcionando como mecanismos de reconhecimento entre os membros de um mesmo grupo social, ao mesmo tempo em que os diferenciam dos demais.

Neste ponto é oportuno destacar que consideramos coerente a orientação teórica de Max Weber, Norbert Elias e Paul Claval, ao nos referenciar com a possibilidade de denominar determinado espaço como território simbólico, ou seja, uma porção do espaço composta por códigos distintivos que denunciam aspectos sociais e origem da ação humana que a modificou. (WEBER, 1996; ELIAS, 1993, 2001; CLAVAL, 1999a, 1999b). Estes espaços, que estão sujeitos a processos de transformações são, muitas vezes, denominados de paisagens culturais uma vez que tornam a cultura, através da expressão da sua materialidade visível e passível de estudos.

No que tange ao Brasil, a Geografia Cultural, teve sua incorporação tardia e seus estudos orientaram-se por um corpo teórico renovado. De acordo com Claval (1999b, p. 14), as pesquisas nesta linha de pensamento datam de meados da década de 1990 e encontram no País um excelente campo de interesse. Dentre os autores nacionais mais expressivos desta linha temática consideramos Roberto Lobato Correa, Zeny Rosendahl, e Werther Holzer. Neste contexto, pode-se observar que, apesar de todos os esforços, a Geografia Cultural brasileira dá os primeiros passos, se comparada aos países pioneiros nessas pesquisas, que há mais de um século originam e desenvolvem estudos nesta temática. Entretanto, constitui-se numa contribuição à ciência geográfica brasileira, pois ampliam seus horizontes de pesquisa, agregando valor às bases teórico-metodológicas já bem consolidadas em outros países. Nestas pesquisas, os estudos territoriais se desenvolvem tendo como referência a temática cultural.

---

<sup>6</sup> Estes códigos culturais, de acordo com Claval, englobam desde a linguagem até as convenções mais particulares de cada cultura. De certo modo, permitem a sobrevivência de um grupo cultural e têm como resultado a organização de um espaço que se torna característico graças à materialização destes mesmos códigos, que compõem a cultura. Neste contexto, ressalta-se que, para uma cultura sobreviver e se manter expressiva é necessário que seja vivenciada por uma comunidade e que esta se mantenha comungando de representações e de uma identidade numa base espacial. (CLAVAL, 1999a, p.46).

Na Geografia, os estudos que consideram a categoria território apontam várias possibilidades de estudos. Veremos a seguir, primeiramente, uma breve explanação a respeito destes estudos para, em seguida, ponderarmos a respeito da relação entre o território e os códigos culturais. De acordo Rogério Haesbaert (2004, p.40), a categoria território tem sido utilizada tanto pelas ciências naturais como pelas ciências sociais. Nas ciências naturais, o seu conceito foi formulado pela primeira vez, ainda no século XVII, a partir de estudos da Botânica e da Zoologia. Além disso, o território significava não só as condições de trabalho, mas a própria condição de existência de uma sociedade, definindo-se pela propriedade, isto é, uma área dominada por alguém ou pelo Estado. Na atualidade, diante das constantes mudanças políticas, econômicas, sociais, culturais e ambientais atuais, as questões inerentes ao território emergem com bastante vigor, convocando esforços de diversos estudiosos das mais variadas áreas para uma melhor apreensão das mesmas. Desta forma, considerando o diálogo interdisciplinar entre as várias ciências, Haesbaert (2004, p.41) propõe uma divisão das quatro principais vertentes do estudo territorial. São elas: a) política ou jurídica-política, na qual onde o território é visto como “um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder na maioria das vezes (...) relacionado ao poder político de Estado”; b) cultural ou simbólico-cultural, na qual prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva e o território é visto como o “produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação a seu espaço vivido”; c) econômica, que enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, onde o território é visto apenas como fonte de recursos e/ou incorporado no “embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho”; d) por fim, a última vertente seria a natural, na qual a noção de território teria como base a relação sociedade-natureza. Neste trabalho, adotamos a vertente cultural ou simbólico-cultural (significado) considerando, também, os aspectos materiais (significante). (GOMES, 2004, p.21). Entendemos, com Haesbaert (2004), que na busca de compreensão de algumas representações sociais presentes no território devemos considerar alguns códigos presentes nas relações de poder como aspectos culturais. Estes códigos estariam presentes também na forma de territorialização do espaço.

Ao considerarmos que a essência cultural que orienta as atitudes e ações de um determinado grupo social materializa-se no espaço, mediada por códigos específicos, entendemos que para acessar a simbologia presente neste grupo através de suas percepções sobre o território, seria necessário então conceber não apenas o caráter subjetivo (das pessoas a serem estudadas), mas o próprio processo histórico, geográfico e social do qual o

objeto (território) faz parte. Ao propormos inicialmente um estudo considerando o bairro São Tarcísio, como recorte espacial, podemos considerar, que a constituição informal das ruas – (algumas delas possuem sistemas de esgoto que passam subterraneamente dentro dos quintais dos ribeirinhos, como veremos no capítulo 3) -, a existência de vielas, e a presença marcante do rio Doce na vida de seus moradores, constituiriam traços que poderiam ser interpretados como portadores de uma importante essência cultural material presente naquele território. Por outro lado, compreendemos que os valores, os comportamentos ribeirinhos e as convenções daquele grupo poderiam ser estudados como signos imateriais que fazem parte do processo social, histórico e geográfico que aquele bairro apresenta. Esta primeira percepção, nos despertou o interesse de realizarmos a nossa pesquisa no âmbito da Geografia Cultural uma vez que nesta área, temos possibilidades factíveis de estudarmos tanto o território quanto os códigos culturais. De acordo com Paul Claval (1999b), no âmbito da Geografia Cultural, estes códigos constituem-se uma simbologia responsável pela visibilidade da cultura e, também, pela sua transmissão. Assim, encontram-se eles impressos no local de moradia, no estilo das casas, no vestuário típico, na arte, na gastronomia, na música, na religiosidade, e nas festividades. Além desses, existem outros códigos que, embora não sejam visíveis, também são responsáveis pela materialização da cultura no espaço, como aportes culturais, com destaque para os valores, comportamentos, ideologias e convenções.

Conforme Claval (1999b, p.26), por valores, podemos considerar as crenças e as normas abstratas de comportamento, geralmente, de domínio social e religioso. As ideologias e convenções podem ser entendidas como construções inseridas dentro de um determinado processo que resulta, muitas vezes, num hábito presente nas relações de dominação social. No Bairro São Tarcísio, direcionamos nosso trabalho etnográfico considerando, primeiramente, dois grupos: o dos “moradores antigos” e o dos “moradores novos”. Contudo, pudemos perceber a existência de outros grupos, tais como aqueles que têm por opção religiosa a religião católica e o grupo dos evangélicos. Observamos, também, a presença de um grupo que mantém o tráfico de drogas, principalmente de cocaína e craque. Percebendo, então, as muitas formas de se apropriar materialmente e imaterialmente do espaço, verificamos inicialmente uma multiterritorialidade naquele bairro. Neste sentido, o termo territorialidade, pode ser aqui compreendido, conforme Saquet (2003, p.46), como uma forma ímpar de se apropriar, valorizar simbolicamente, fazer uso da terra e do território e envolve, também, relações de poder. Isto se daria pelos

significados e ressignificações que os sujeitos vão construindo em torno de suas experiências de vida, convenções, e valores em cada localidade. Claval (1999b) argumenta que esses códigos, cunhados no interior da cultura, referem-se, basicamente, a um sistema de idéias que orienta culturalmente o comportamento dos indivíduos e da sociedade no que diz respeito ao prestígio, responsabilidade, admiração, e autoridade.

Do ponto de vista sógnico, a relação cultura-espaço também exerce influência direta no código cultural, pois requer formas específicas de acordo com os elementos naturais que atuam sobre determinados locais. Partilhar os mesmos códigos pressupõe assumir uma identidade comum que, segundo Claval, (1999b) orienta procedimentos de regulação social assegurando a sobrevivência e reprodução do grupo social. Entretanto, é preciso salientar que estes códigos, apesar de configurarem-se como convenções simbólicas partilhadas por uma mesma comunidade social como a do bairro São Tarcísio, não são estáticos, mas constantemente reconstruídos no processo social. Sobre este processo, Claval salienta que “cada cultura caracteriza-se por um sistema original de representações e de construções intelectuais onde recebe-se de nosso entorno um sistema hierarquizado de preferências e valores”. (1999b, p. 23). Estes códigos seriam, então, passados de geração a geração como um ensinamento. Porém, estes não seriam fixos no tempo e no espaço, pois as formas e funções destes códigos podem mudar conforme a dinâmica cultural. Qualquer alteração (mudança) nestes códigos demonstraria ter havido transferência de hábito e/ou comportamento e, por conseguinte, denotaria a evolução de um complexo sistema cultural composto por inúmeros códigos, que transformariam-se para adequarem-se às novas realidades. No caso do São Tarcísio é isso que podemos perceber, como veremos no próximo capítulo. Aquele território, até então considerado como um espaço ribeirinho apropriado como porto de canoas e, depois, destinado a abrigar precariamente alguns trabalhadores da ferrovia Vitória-Minas que chegaram a Governador Valadares na primeira década do século XX, sofre, na década de 1950, um processo de transformação e mudança com a chegada de novos moradores, também ribeirinhos, oriundos da região e de cidades vizinhas. São outros trabalhadores que chegam a Governador Valadares para trabalhar na extração da madeira e da mica. Muitos destes, vindos de localidades em que viviam próximos a rios e córregos, trazem consigo uma vivência ribeirinha que é (re) produzida no São Tarcísio através de uma (re)territorialização. Salientando o caráter dinâmico das culturas, Claval (1999b, p.27) afirma que as culturas “mostram-se frequentemente com um nível elevado de plasticidade: nada pode frear a incorporação de elementos novos quando

são apresentados como substitutos ou complementares dos já existentes”. De maneira geral, não há rompimentos bruscos e sim uma substituição de alguns códigos que permitem ao grupo social manter-se unido culturalmente ao longo do tempo e do espaço. A dinâmica sócio-espacial, conforme Claval (op. Cit.), exerce, então, forte influência na construção e manutenção dos códigos culturais, acarretando transformações, visando sua (re) adaptação às novas realidades que se configuram. Neste contexto, percebe-se que há uma estreita inter-relação entre cultura-identidade-código, uma vez que esta associação permite ao grupo social identificar-se pelos demais, mediante a formação e materialização das características culturais singulares, emanadas pela cultura.

Ao concluirmos esta breve reflexão, podemos perceber que os códigos culturais presentes nas relações sociais podem caracterizar uma determinada tradição verificada, do ponto de vista imaterial, através de comportamentos compartilhados por meio de um *habitus* social através de convenções. (ELIAS, 2001, p.28; WEBER, 19996; CLAVAL, 1999b). Isto caracterizaria aquilo que podemos denominar de território simbólico. Do ponto de vista material, os códigos culturais estariam presentes na materialidade verificada, principalmente, na forma e produto da apropriação do espaço na constituição do território visível. Nas duas situações é preciso destacar a idéia de processo e da não permanência; de circularidade e da não linearidade; de movimento e da não estagnação. Desta forma, um território seria o registro de um processo de mudança, de uma transformação, de uma figuração entre o antes e o depois. Interpretar a cultura no território significaria, então, interpretar estes códigos culturais tanto do ponto de vista material (através da paisagem, do estilo das casas, por exemplo), como do ponto de vista imaterial (através de mitos, representações sociais, ritos e imaginários sociais). Neste sentido, os processos de territorialização e de reterritorialização podem ser entendidos como de produção e de reprodução simbólica porque constroem e reconstroem territorialmente, assim como o processo de desterritorialização pode ser considerado como desconstrução, não no sentido de destruição, mas, de abandono. (HAESBAERT, 1997, p.14).

A seguir, apresentamos uma discussão sobre o que seria um cenário territorializável. Esta discussão é importante porque considera o espaço e as práticas espaciais que constituem ou não determinado território. Quando nos referimos às práticas espaciais estamos considerando que as mesmas possuem um caráter cultural tanto material quanto imaterial.

### 1.1.2. O território e o cenário territorializável

Para estudarmos o sentido do território proposto, interessa-nos compreender até que ponto, o eixo constituído pelo Bairro São Tarcísio, o Rio Doce e os ribeirinhos, hipoteticamente, encontram-se, enquanto cenário territorializável, imersos em um complexo processo de produção simbólica. Mas o que seria este cenário territorializável? Conforme Claval, podemos, inicialmente, entender um “cenário territorializável” como um espaço geográfico sendo este, vagamente associado a uma porção específica da terra identificada seja pela natureza, seja por um “modo particular como os seres humanos imprimiram ou imprimem culturalmente as suas marcas.” (CLAVAL, 1999a, p. 25). Desta forma, a palavra “espaço” tem o seu uso associado indiscriminadamente a diferentes escalas, global, continental, regional, da cidade, do bairro, da rua, da casa e de um cômodo no seu interior. (CORREA, 2008, p.15). Segundo José Luís Corragio (1979, p.08), uma organização espacial pode ser entendida como expressão que equivale a uma configuração espacial, arranjo espacial, espaço socialmente produzido ou, simplesmente, espaço. Além da materialidade que serve de matéria prima ao território sendo, portanto, um cenário territorializável, o espaço carrega um caráter subjetivo e cultural. Esta dimensão faz parte dos estudos geográficos calcados nas filosofias do significado, especialmente a fenomenologia e o existencialismo. A ênfase, na geografia humanista, é dada à dimensão cultural do espaço considerando, nestes estudos, a subjetividade dos atores, seus comportamentos, seus códigos de convivência e sua experiência vivida.

Assim, a geografia humanista estaria relacionada aos sentimentos, à intuição, ao simbolismo, privilegiando o singular e não o particular ou o universal. É a partir destas temáticas que, segundo Correa (2008, p.30), os estudos geográficos tentam compreender a realidade. De acordo com Yi-Fu Tuan, no estudo do espaço no âmbito da geografia humanista consideram-se os sentimentos espaciais e as idéias de um grupo ou povo sobre o espaço a partir da experiência. (TUAN, 1979, p.389). O estudioso argumenta que existem vários tipos de espaços, um espaço pessoal, outro grupal, onde é vivida a experiência do outro, e o espaço mítico-conceitual que, ainda que ligado à experiência, “extrapola para além da evidência sensorial e das necessidades imediatas e em direção a estruturas abstratas”.

Para Yi-Fu Tuan, o espaço mítico é também uma “resposta do sentimento e da imaginação às necessidades humanas fundamentais. Desta forma, este cenário, difere do

espaço concebido de forma pragmática.” (1983, p.112). O geógrafo Roberto Lobato Correa (2008, p.31) assinala que este espaço mítico está presente na tradição dos estudos geográficos franceses e que sua consideração abre a possibilidade de interlocução com as áreas da psicologia e da sociologia:

A temática do espaço vivido está particularmente vinculada à geografia francesa e tem suas raízes sobretudo na tradição vidaliana, mas também na psicologia genética de Piaget, na sociologia de onde se retiraria os conceitos de espaço-regulação, espaço apropriação e espaço-alienação e na psicanálise do espaço baseada em Bachelard e Rimbert.

De acordo com Werther Holzer (1992, p.440), o espaço vivido é uma experiência contínua, egocêntrica, um espaço de movimento “e um espaço-tempo vivido...(que)...se refere ao afetivo, ao mágico, ao imaginário.” O espaço vivido é também um campo de representações simbólicas, conforme aponta Hildebert Isnard (1982, p.71), rico em simbolismos que vão traduzir: “em sinais visíveis não só o projeto vital de toda a sociedade, subsistir, proteger-se, sobreviver, mas também as suas aspirações, crenças, o mais íntimo de sua cultura.” As representações sociais redundam em práticas. Estas ações, espacialmente localizadas, possuem, conforme Roberto Lobato Correa (1983, p.113), um caráter social e geográfico e fazem parte de um processo de produção simbólica enquanto formas:

No longo e infindável processo de organização do espaço o Homem estabeleceu um conjunto de práticas através das quais são criadas, mantidas, desfeitas e refeitas as formas e as interações espaciais. São as práticas espaciais, isto é, um conjunto de ações espacialmente localizadas que impactam diretamente sobre o espaço, alterando-o no todo ou em parte ou preservando-o em suas formas e interações espaciais. (...) As práticas sociais resultam, de um lado, da consciência que o Homem tem da diferenciação espacial. Consciência que está ancorada em padrões culturais próprios a cada tipo de sociedade e nas possibilidades técnicas disponíveis em cada momento, que fornecem significados distintos à natureza e à organização espacial previamente já diferenciadas. (...) Resultam, de um lado, dos diversos projetos, também derivados de cada tipo de sociedade que são engendrados para viabilizar a existência e a reprodução de uma atividade ou de uma empresa, de uma cultura específica, étnica ou religiosa, por exemplo, ou a própria sociedade como um todo. (...) As práticas espaciais são ações que contribuem para garantir os diversos projetos. São meios efetivos através dos quais objetiva-se a gestão do território, isto é, a administração e o controle da organização espacial em sua existência e reprodução.

Se as práticas espaciais resultam da consciência de diferenciação espacial, por outro lado elas seriam ingredientes através dos quais a diferenciação espacial seria valorizada, parcial ou totalmente desfeita e refeita ou permaneceria em sua essência por um período

mais ou menos longo. Segundo Roberto Lobato Correa (2008, p.36), as práticas espaciais são as seguintes: “seletividade espacial, fragmentação-remembramento espacial, antecipação espacial, marginalização espacial e reprodução da região reprodutora.”<sup>7</sup> Esclareça-se que as práticas espaciais mencionadas não são mutuamente excludentes, ao contrário, podem ocorrer combinadamente ou apresentarem um caráter complementar.

Para Rogério Haesbaert (2008, p. 177), as práticas espaciais são, na verdade, elementos constituintes de processos relacionados ao território e à territorialização, no sentido de apropriação do espaço. Entendendo a territorialização como um processo, esta seria o enraizamento/controlado, a edificação territorial tanto material quanto simbólica e, como dilemas principais, estariam a segregação sócio/espacial, o fechamento, o conservadorismo. Já no caso da desterritorialização o autor realça como tendências gerais a indistinção/perda de identidade, mobilidade, e, como dilemas principais, a exploração, desintegração, instabilidade.<sup>8</sup> A diferença entre um arranjo territorial, como a do espaço de um bairro, por exemplo, e a de um aglomerado estaria, conforme Haesbaert, no fato que o “aglomerado” é “disfuncional, sem identidade ou com identidade fluida”. (p. 178). Já o arranjo territorial pressupõe uma rede da qual o indivíduo participa, da mesma forma que a um grupo ou classe, sendo “funcional e simbólica”, com identidade individual e/ou global. (p. 180). Nesta direção, o arranjo de um território pressupõe, portanto, o de uma “comunidade” onde ocorrem interdependências de funções e regulação do comportamento.

Ao concluir este tópico, prevalece a necessidade de nos atentarmos para a pergunta inicial: o que seria, então, o cenário territorializável? Ao considerarmos o espaço geográfico como matéria-prima formadora do território, temos que o território pressupõe uma apropriação, um processo de territorialização tanto material quanto imaterial. No que se refere ao caráter imaterial, entendemos que este processo possa ser estudado ao considerarmos os comportamentos sociais, os sentimentos, os códigos de convivência, as

---

<sup>7</sup> **Seletividade espacial**, diz respeito à escolha de um lugar/espaço na medida em que seus atributos atendam a interesses dos projetos previamente estabelecidos. A **fragmentação e o remembramento espacial** atende a uma dimensão política na medida em que a forma de controle do espaço requer uma divisão do mesmo em unidades territoriais organizadamente controladas por um poder local, portador de uma particular especificidade (p.36-37). No caso da **antecipação espacial**, trata-se da escolha de um local a ser territorializado, mesmo antes que este possua as condições ideais e favoráveis para uma territorialização. Pressupõe uma aposta no cenário a ser territorializado. No que diz respeito à **marginalização espacial**, diz respeito ao abandono de um dado território tornando-o um lugar desterritorializado, ou seja, um “não-lugar” (p.39-40). O aspecto reprodução e região-reprodutora, define um processo que valoriza produtivamente o espaço através de investimentos que viabilizam as condições de produção (p.42).

<sup>8</sup> HAESBAERT, Rogério. **Desterritorialização: entre redes e os aglomerados de exclusão**. In: CORREA, Roberto Lobato: **Geografia, conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, p.177.

experiências compartilhadas, enfim, os simbolismos individuais e coletivos que, pertencendo à esfera das representações e do imaginário sociais, se concretizariam em práticas espaciais. Estas práticas fariam, então, parte dos processos de apropriação territorial e se concretizariam na materialidade do espaço apropriado, ou seja, do território. Podemos considerar, então, amparados por Haesbaert (2008), que além da territorialização, a desterritorialização (no sentido de evasão; abandono), e a reterritorialização (no sentido de recomposição, reconstrução territorial) são também processos permeados de significados e de um sentido cultural. O território seria então o produto de uma cena territorializável através da apropriação material do espaço, mas, esta apropriação seria, também, simbólica, relacionada ao imaginário, à experiência, ao mítico, ao vivido e aos códigos culturais.

No próximo tópico, veremos como estes processos de apropriação territorial podem ser considerados de produção e reprodução simbólica ao considerarmos que os códigos culturais podem ser construídos, reconstruídos, mantidos, (re)significados, expurgados, ou esquecidos, influenciando sobremaneira na constituição ou não do território.

## 1.2. A CULTURA EM INTERLOCUÇÃO COM A TERRITORIALIDADE E A IDENTIDADE

Buscando um diálogo da Geografia Cultural com a Sociologia, a Antropologia, a História e a Psicologia, partimos, nesta altura, em busca da compreensão do complexo processo de produção simbólica envolvendo a cidade de Governador Valadares, através de algumas referências teóricas. Entendendo o símbolo como social, podemos dizer que a cultura é simbólica, e, também, social. De outra forma, como poderíamos pensar em hábitos, costumes e padronização de comportamentos apenas em nível individual? Entendemos que são os processos sociais que conferem o caráter simbólico à cultura. Da mesma forma, poderíamos dizer que a cultura se estabiliza temporariamente, no que diz respeito à institucionalização dos padrões de comportamento; mas é dinâmica, no sentido de que estes mesmos padrões podem sofrer mutabilidade. (MELLO, 2009, p.16). A partir destas bases, passamos, primeiramente, a buscar uma interlocução entre o termo cultura com os termos territorialidade e identidade.

Interpretar uma cultura de uma dada comunidade, como a de um bairro, pressupõe, então, mergulhar nos códigos que a constituem. Salienta-se, neste caso, que a cultura se

expressaria em territorialidades considerando-se, portanto, as relações sociais que produzem o espaço. São estas relações que seriam marcadas pelos códigos que constituem um sentido particular no processo de produção simbólica do território. (CLAVAL, 1999c, p.14).

Além do conceito de cultura, que abre um leque de diálogo entre Geografia Cultural e outras disciplinas, a categoria territorialidade pode ser considerada como outro vetor de comunicação interdisciplinar. (CLAVAL, 1999b, p.34). Isso é possível quando consideramos que a territorialidade, compreendida como apropriação do espaço, pressupõe diversas possibilidades de ocupação, relação, e “legitimação” deste mesmo espaço: um exemplo disso são algumas das vertentes de estudos territoriais que mencionamos anteriormente, ou seja, as dimensões política, econômica, cultural, psicológica, jurídica e material do território. (WEBER, 1996, p. 27; HAESBAERT, 2004, p.40). Enquanto “*locus*” de códigos culturais e, dentre eles, os costumes e as próprias relações de poder, pode-se dizer que o território, resultado do espaço apropriado, está em constante movimento. Um movimento em que o espaço pode ser considerado como cenário e matéria-prima deste processo. (CORREA, 1994, p.29). Neste sentido, consideramos que é no território, sendo ele uma rua, um bairro ou uma cidade, que acontece a construção, regulação e auto-regulação de identidades (ELIAS, 1990, p. 14). Estas, por sua vez, são agenciadas pelos códigos. (BEZZI, 2002, p.10). Para compreender estes códigos, necessário se faz considerar que a cultura pressupõe a articulação de identidade e representações presentes, muitas vezes, no âmbito de um discurso. Desta forma, podemos inferir que a cultura permeia uma comunidade orientando suas ações e relações com espaço. (WEBER, 1991, p.57). Neste sentido, consideraríamos, de antemão, que é no espaço que se materializam as características distintivas e culturais. Salienta-se que estas características pressupõem símbolos comuns, funcionando como mecanismos de reconhecimento entre os membros de um mesmo grupo social, ao mesmo tempo em que os diferem dos demais. (ELIAS, 1990, p.46).

Para Paul Claval (1999a, p.56), estes “símbolos”, denominam-se **códigos culturais** e, englobam desde a linguagem até as convenções mais particulares de cada cultura. De certo modo, permitem a sobrevivência de um grupo cultural e têm como resultado do processo de produção simbólica, a organização de um espaço o qual se torna característico via materialização dos códigos que compõem esta cultura.

Pode-se dizer, então, que a territorialidade em seu aspecto cultural consistiria, basicamente, num conjunto de crenças e valores que orientam ações num determinado espaço, de um determinado grupo social, a partir dos sistemas simbólicos. que o tornam distinto dos demais, conferindo-lhe características singulares. Estas, por sua vez, definiriam o grupo social através do contraste, originando a identidade. (ELIAS, 1990, p.37).

A seguir, veremos que a identidade pressupõe uma caracterização territorial tanto de inclusão quanto de exclusão e que estas territorialidades podem ser referenciadas ao considerarmos uma determinada “carga cultural” recebida, através dos códigos mantidos, regulados e testados ao confrontarem com outros códigos culturais. É o processo de produção simbólica que possui uma dinâmica baseada em convenções e costumes mais centrais e mais periféricos. (BRUM NETO, 2007, p.27).

Antes de nos adentrarmos numa reflexão a respeito da dinâmica das identidades e de sua regulação e auto-regulação através de códigos, faremos uma breve apresentação da relação entre identidade, cultura e território.

Os estudos territoriais direcionados para questões relativas à apropriação cultural foram um objeto pouco explorado até início dos anos de 1990. (CLAVAL, 1999a, p.89). Nestes estudos, destacam-se os temas relacionados à existência humana, à experiência, aos sentimentos de identidade e como os indivíduos e grupos constroem sua singularidade, mesmo dentro do crescente processo de difusão da cultura de massa. (ABREU, 19994, p. 45). A partir do início deste século, a categoria identidade vem sendo, cada vez mais, um conceito utilizado em estudos geográficos. (CLAVAL, 1999c, p.64). Para Tomaz Tadeu da Silva, “a identidade é um significado cultural e socialmente atribuído”. (2000, p. 12). A identificação pressupõe uma prévia caracterização que se atribui ao que é semelhante, ao mesmo tempo em que permite distinguir o que é diferente.

O vínculo estabelecido entre cultura e identidade cultural permite relacionar estes dois conceitos, partindo do princípio que a cultura consiste na “essência”, na “natureza” de um grupo social, enquanto que a identidade cultural pressupõe uma classificação, um sentimento de pertencer ou não a um determinado grupo cultural. (CALVAL, 1999c, p.65). Verifica-se, portanto, que embora estejam relacionados, estes conceitos apresentam distinções que, na concepção de Denys Cuche (2002, p.176) referem-se ao fato de que

[...] a cultura pode existir sem consciência da identidade, ao passo que as estratégias de identidade podem manipular até modificar uma cultura que não

terá então quase nada em comum com o que ela era anteriormente. A cultura depende em grande parte dos processos inconscientes. A identidade remete a uma norma de vinculação, necessariamente consciente, baseada em oposições simbólicas.

Nesse sentido, a identidade existiria em função da cultura, como um produto resultante, capaz de exprimir suas características distintivas mais marcantes, atribuindo “valores culturais.” A cultura existiria, a identidade classificaria, pois a partir desta, ocorreria a inclusão ou exclusão do grupo social. Identidade e diferença não seriam termos sinônimos, apenas manteriam uma relação de interdependência. (ELIAS, 1990, p.45). Mediante esta contextualização, a identidade definiria “o que é” a partir de características comuns partilhadas por um mesmo grupo, ou seja, “nós somos assim”. Enquanto que a diferença definiria “o que os outros são” a partir de características totalmente distintas. (BRUM NETO, 2007, p.24).

No âmbito cultural, a identidade só existiria devido à grande diversidade de culturas que compõe o globo, como forma de individualizá-las, isto é, identificaria cada uma mediante códigos ou símbolos específicos. (BEZZI, 2004, p. 33)

De acordo com Brum Neto (2007), de modo geral, a identidade se origina a partir dos códigos que identificam a cultura e, portanto, são determinantes. Estabelecidos os códigos e construída a identidade, esta inicia um processo de consolidação ao longo do tempo, onde seus códigos serão permanentemente testados. Assim, estes podem permanecer, caso sejam “sólidos” o suficiente, ou desaparecer, caso mostrem-se frágeis. Podem também serem substituídos por outros, ou mesmo agregarem novos elementos e/ou sofrerem uma reformulação. É o processo de reprodução simbólica. (ELIAS, 2001, P.38).

Nesta perspectiva, salienta-se que a essência cultural que origina as atitudes e ações de um grupo social materializa-se no espaço, mediadas por códigos específicos. Há toda uma simbologia representada nas formas, cada qual com um significado próprio. Observa-se, assim, que os códigos constituem-se na simbologia responsável pela visibilidade da cultura e, também, pela sua transmissão. No Bairro São Tarcísio, o rio Doce parece abastecer sobremaneira estes códigos. Isso se verifica através do comportamento dos moradores ribeirinhos diante das enchentes, no trabalho das lavadeiras, canoeiros, pescadores e carroceiros de areia; na sociabilidade e lazer das pessoas, e nas lendas populares, como a do caboclinho d'água, que povoam o imaginário daquelas pessoas, conforme veremos mais detalhadamente no capítulo 4.

Além dos códigos materializados da comunidade do São Tarcísio, embora não sejam visíveis, também são responsáveis pela materialização da cultura no espaço, aportes culturais, com destaque para os valores, as ideologias e as convenções. Neste processo de codificação cultural, salienta-se a comunicação, oral e escrita, como um dos códigos essenciais para transmissão e projeção da cultura no tempo e no espaço. (BEZZI, 2004, p. 19). No caso do São Tarcísio, um costume mantido é o de sentar-se do lado de fora e em frente da casa, na rua, para conversa de vizinhos. Os moradores relatam que estas conversas, “antigamente começavam do meio-dia pra tarde”. Atualmente elas são realizadas de tardezinha e pelos moradores mais velhos e aposentados. A juventude já não participa destes momentos. Muitos ainda estão envolvidos com o trabalho; outros, em menor número, chegam do trabalho, tomam banho, e se dirigem para a escola.<sup>9</sup> A juventude “não tem tempo para a prosa”, mas guarda, ainda, uma convivência íntima com o rio Doce e algumas práticas espaciais. Dentre elas, a pescaria à canoa, a ciência de alguns “causos” sobre as águas e assombrações de rio que aprenderam com as avós. Alguns costumes antigos mantidos são: o encontro das lavadeiras na parte da manhã no rio Doce e o banho das crianças no final da tarde, nas corredeiras do rio. Após lavarem as roupas, as lavadeiras as estendem em varais erguidos nas margens do rio, no passeio da rua Cláudio Manoel como se este espaço fosse um quintal de casa. Entendemos que existe ali, um sentimento de familiaridade e intimidade entre os ribeirinhos. Percebemos que as conversas orais tiveram uma grande importância na transmissão e manutenção de alguns traços culturais naquele bairro. Percebe-se que estes traços estão atrelados a uma simbologia dotada de significados que, se analisados em conjunto, representariam a cultura do bairro São Tarcísio como um todo, caracterizando-a e identificando-a.

Entendemos que partilhar os mesmos códigos pressupõe assumir uma identidade e uma territorialidade comum que, segundo Claval (1999a) orienta procedimentos de regulação social que asseguram a sobrevivência e reprodução do grupo social. Nesse sentido, os códigos culturais configuram-se como convenções simbólicas partilhadas por uma mesma comunidade social. São responsáveis pela sua identificação, salientando a diferença, uma vez que cada grupo cultural é permeado por um sistema simbólico de representação particular, reconstruído no constante processo evolutivo das sociedades. Nessa linha de pensamento Kathryn Woodward (2000, p.41) assinala que “[...] cultura

---

<sup>9</sup> Nossa pesquisa revelou que apenas duas pessoas (mulheres com idades acima de 20 anos) fazem universidade no bairro.

consiste em um sistema partilhado de significações que permitem a uma comunidade classificar e manter a ordem social”.

A cultura, mediada pelos códigos, seria representada e materializada no espaço, originando formas típicas, passíveis de reconhecimento pelos demais grupos sociais. Decifrar e interpretar os códigos significaria entender a dinâmica da cultura em questão, os valores e as crenças que orientam as territorialidades nas atitudes e ações. (WEBER, 1996, p.76). Estas, por sua vez, são repetidas maquinalmente<sup>10</sup> como um padrão orientador comum. Relativo a este processo, Claval (1999a, p.81) diz “[...] cada cultura caracteriza-se por um sistema original de representações e de construções intelectuais onde se recebe de nosso entorno um sistema hierarquizado de preferências e valores.” Embora a percepção seja individual, ela mantém ligação com o contexto geral, ou seja, como o senso comum age em relação às situações. Os códigos seriam passados de geração em geração como ensinamentos. (ELIAS-SCOTSON, 2000, p.32). Porém, estes não seriam fixos no tempo e no espaço, pois as formas e as funções poderiam mudar de acordo com a dinâmica cultural. Qualquer alteração nos códigos demonstraria que houve transferências de hábito e/ou comportamento e, por conseguinte, denotaria a evolução de um complexo sistema cultural composto por inúmeros códigos os quais se transformariam para se adequar às novas realidades. (ELIAS, 1990, p.53) A inovação emergiria, geralmente, diante das dificuldades, como medida eficaz para resolução dos problemas. É como se fosse uma imposição natural para o ajuste cultural, para que o grupo social pudesse adaptar-se ao novo espaço.

Considerando o caráter dinâmico e transformador das culturas, Claval (1999a, p.87) afirma que “as culturas mostram-se freqüentemente com um nível elevado de plasticidade: nada pode frear a incorporação de elementos novos quando são apresentados como substitutos ou complementares dos já existentes”. De maneira geral, não há rompimentos bruscos e sim uma substituição de alguns códigos que permitem ao grupo social manter-se unido culturalmente ao longo do tempo e do espaço. A dinâmica sócio-espacial exerceria, então, forte influência na construção e manutenção dos códigos culturais, acarretando transformações visando sua readaptação às novas realidades que se configuram. Salienta-se, também, que a identidade cultural seria essencial para a manutenção de um grupo social, uma vez que lhe confere legitimidade perante os demais, permitindo que se identifique e seja identificado. (WEBER, 1996, p. 28). Tal situação

---

<sup>10</sup> No sentido de um hábito arraigado.

pressupõe um “limite”, no sentido de fronteira, que separaria comunidades culturais distintas, a fim de que se pudesse identificá-las, mediante o uso de determinados códigos culturais que delimitam suas identidades. No entanto, Claval (1999a) recomenda que, para se estabelecer as fronteiras da identidade deve-se, primeiramente, realizar uma diferenciação, a fim de classificar o que pertence ou não a mesma. O limite origina-se a partir da diferenciação, considerando o uso de códigos culturais como marcadores de uma identidade específica. Geralmente considera-se os códigos mais expressivos, ou seja, àqueles capazes de demonstrar a “marca” cultural. (ELIAS-SCOTSON, 2000, p.34). Salienta-se também, que esse limite está sujeito às transformações impostas pela relação dinâmica que as sociedades mantêm entre si e com seu espaço.

Neste sentido, Kathryn Woodward (2000, p.41), diz que as identidades são construídas em momentos particulares no tempo, podendo evocar tanto o passado, através das origens, mitologias e fronteiras, quanto o presente, via contestação e justificativa de alguns códigos culturais. De modo geral, a identidade se originaria a partir dos códigos que identificariam a cultura e, portanto, seriam determinantes.

As atitudes e os valores poderiam, neste sentido, mudar em cada pessoa, pois referem-se à percepção e esta é individual, uma vez que valoriza a experiência pessoal, isto é, como se percebe e sente os acontecimentos de forma geral. Entretanto, a partir da vivência de um estilo de vida, tende-se a seguir um padrão comum (coletivo). (ELIAS, 1994, p. 47). Assim, de acordo com Woodward (2000, p.10), cada indivíduo que compõe um grupo social, receberia a “carga cultural” de forma particular, ao mesmo tempo em que a viveria e a desenvolveria coletivamente, através da interação com os demais membros da sua comunidade cultural, como uma herança cultural.<sup>11</sup> É isso que, inicialmente, pudemos verificar em nossa pesquisa no São Tarcísio. No trabalho etnográfico que apresentamos no capítulo 3, percebemos que há uma “carga cultural” relacionada com o modo de vida rural, uma vez que a maioria dos moradores que se estabeleceu naquele bairro, veio de localidades rurais. Esta “carga” estaria diretamente relacionada com uma “marca” espacial: o rio Doce. Contudo, evidentemente, não se pode falar em um comportamento homogêneo em termos de cultura. O que se verifica é um traço predominantemente coletivo, formado de

---

<sup>11</sup> No que diz respeito a essa vertente teórica, Kathryn Woodward ressalta que “a construção da identidade é tanto simbólica quanto social”. Portanto, os códigos comuns que permeiam uma cultura seriam interiorizados por um grupo social, o qual os vivenciaria e cultuaria, via relações sociais. E, justamente por ser social, a cultura e, conseqüentemente, a identidade, não poderiam ser consideradas como fixas. Tal fato deve-se, principalmente, a dinâmica das relações sociais mantidas entre os homens, enquanto seres culturais e seu espaço, onde se dá a vivência da identidade. (Op. Cit.)

individualidades que, interdependentes, tendem a criar uma caracterização cultural. (ELIAS, 1994, p.09). Nesta caracterização cultural, que neste trabalho entendemos que desenha um território material e imaterial, há, evidentemente, pequenos grupos formando territórios mais circunscritos, identificados com outras formas de convivência. Um exemplo disso é o grupo que denominamos de “juventude”, como já mencionamos, que possui um costume que o caracteriza.

A “juventude” não desempenha as mesmas práticas desempenhadas pelos “idosos”, que gostam de “prosear” do lado de fora de suas casas, mas partilha de um conhecimento que lhes foi transmitido a respeito do rio e de formas de solidariedade grupal. Esta solidariedade se verifica, por exemplo, na época das enchentes do rio: momento em que todos se unem num esforço recíproco de superação das dificuldades. Outro grupo-território é o da *“juventude ligada ao tráfico de drogas”*. Muitos destes jovens são parentes de moradores antigos, embora estes próprios moradores afirmem que os traficantes são “gente nova” que chegou ao bairro. Este grupo tem, também, os seus códigos de regulação e auto-regulação que lhes permite certa coesão em sua ação. Não há, segundo relatos de alguns entrevistados, divisões internas no “território do tráfico”. O que há é uma luta territorial dos traficantes do São Tarcísio com outros, de bairros vizinhos, pelo espaço de comercialização da droga, principalmente no que diz respeito à Rua Prudente de Moraes que, situada numa parte mais elevada do bairro São Tarcísio, divisa com uma área melhor favorecida em termos de residências, já que é considerada parte do “centro” da cidade e sinônimo de “riqueza”, “acesso”, e “oportunidade” de comercialização da droga. Nesta “guerra pelo ponto” já ocorreram diversos assassinatos nos últimos anos.<sup>12</sup> Outro tipo de identificação é a dos “moradores novos”, que chegaram ao bairro nos últimos cinco anos. Eles são vistos pelos “moradores velhos” com desconfiança. São eles “forasteiros” que ainda não conquistaram, na percepção dos “moradores velhos”, o status de pertencimento ao São Tarcísio, embora já tenham participado, algumas vezes, da dinâmica coletiva e solidária que está presente na época das enchentes.

Em termos de religião, o mesmo se verifica. Apesar da existência de muitos evangélicos no bairro, majoritariamente, as pessoas do bairro São Tarcísio são da religião católica. Isso se verifica por meio de um processo de territorialização religiosa iniciado ainda na década de 1950. Com a proximidade espacial da Catedral de Santo Antonio, a igreja católica mais antiga de Governador Valadares, a comunidade do São Tarcísio vem

---

<sup>12</sup> Um gráfico registrando os assassinatos em 2010 é apresentado no capítulo III.

sendo, desde então, diretamente beneficiada através de bazares, cestas básicas, celebrações e festividades católicas tais como, por exemplo, a Festa de Santo Antonio, padroeiro da cidade de Governador Valadares. A festa ocorre nas imediações do bairro, mas, em junho, há quadrilha no São Tarcísio. Percebemos que, na constituição destes territórios mais circunscritos presentes no bairro, teria havido um processo gradativamente fortalecido de identificação. Procurando explicitar a dinâmica do processo de identificação, Stuart Hall (1997, p.42) enfatiza seu caráter evolutivo quando diz que:

[...] a identidade é realmente algo formado ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento (...) em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento.

A identidade seria adquirida pela vivência de uma cultura comum e não hereditariamente. Caberia ao indivíduo reconstruí-la gradativamente, mediante aceitação, exclusão ou reformulação de alguns traços específicos responsáveis pela sua identificação. (1990, v.1, p.87). Como esse processo é dinâmico, sofreria influência de significativos acontecimentos, que abrangem as diversas escalas: global, regional e local. E, portanto, exerceriam influência mesmo em culturas mais isoladas e que abrangem os menores grupos sociais. (HALL, 1997, P.54). Haveria, assim, uma intensa reivindicação de identidades como forma de procurar diferenciar-se deste padrão homogêneo.

A busca pela originalidade tem gerado uma confusão conceitual provocada pelo que Denys Cuche (2002, p.41) denomina de “modismos”. Para o autor, a problemática está centrada no desejo de se entender cultura em tudo e, por conseqüência, de encontrar a identidade. Concebem crises de cultura como crises de identidade. No entanto, para se ter uma identidade cultural, seria necessário pertencer a uma cultura pois, a identidade parte desta, tem origem “no que nós somos”. A cultura, conforme Cuche, seria mais ampla. Diz respeito à essência, e a identidade retrata essa cultura. De maneira geral, os atuais debates relativos à questão cultural discutem as implicações do processo de globalização na cultura e na identidade, principalmente, quanto a sua homogeneização ou a afirmação da diversidade. (CLAVAL, 1999a, p.56) A posição de homogeneização assenta-se na idéia de “aldeia global”, com ênfase para a interdependência, onde as identidades culturais mais “fortes” suplantariam as mais “fracas”, devido ao poder de influência. (HALL, 1997, p.48). Assim, seriam englobadas, fazendo parte de um conjunto cultural maior e mais homogêneo. Não se trata se uma simples substituição de códigos entre culturas. Mas da

assimilação das influências externas que pode vir a modificar alguns traços, alterando valores culturais significativos e orientadores de uma cultura particular.

Conforme Stuart Hall (op. Cit.), tal fato pode levar a uma descaracterização cultural no que se refere à identidade, fazendo com que um grupo social se assemelhe bastante, ou seja, com o que antes era tido como estrangeiro. (WEBER, 1994, p.14). Neste caso, pode haver uma crise de identidade com duas possíveis conseqüências: ou origina-se uma nova identidade, baseada na influência externa, ou o processo de (des) identificação não assume uma posição concreta, permanecendo em constante conflito, sem conseguir se identificar com nenhuma das duas culturas em questão. (ELIAS, 1990, p.82). Salienta-se que, ambos, acarretam profundas mudanças na essência de uma cultura, modificando-a quanto aos seus aspectos mais importantes, responsáveis pela sua identificação. Em contrapartida, de acordo com a segunda visão, o processo de globalização exalta a diferença, uma vez que o global não anula o local. O excesso de padronização e informação origina um movimento contrário, direcionando a busca pela origem, objetivando encontrar a essência cultural. Há, portanto, uma revalorização da questão cultural, a qual assume importância frente ao “padrão global”. Na concepção de Stuart Hall (1997, p.34), a globalização e tudo mais que implica pode levar ao fortalecimento de identidades locais como reação defensiva dos grupos étnicos dominantes quanto à presença de outras culturas. A identidade cultural configura-se, então, como fator essencial para a manutenção cultural à medida que afirma-se e é valorizada, tornando-se mais resistente as influências externas. A cultura seria o contraponto da tendência a homogeneização, via diversidade étnica existente no globo. Neste contexto, Kathryn Woodward (2000, p.10) refere-se a esses dois pontos de vista quando afirma que:

A homogeneização cultural promovida pelo mercado global pode levar ao distanciamento da identidade relativamente à comunidade e à cultura local. De forma alternativa, pode levar a uma resistência que pode fortalecer e reafirmar algumas identidades nacionais e locais ou levar ao surgimento de novas posições de identidade.

Tal situação demonstra a existência de dinâmicas opostas, por um lado tendendo a homogeneização e por outro a diversificação cultural. Portanto, para compreender a construção de identidades culturais, devemos considerar todos os aspectos internos e externos, que permeiam a cultura. (WEBER, 1982, p.21). A identidade não é fixa e imutável, pois oferece reação às situações a que é submetida de formas diversas. Sempre

existirão “traços” marcantes responsáveis por distingui-la das demais identidades, alguns passíveis de transformações, outros não. A dinâmica global impõe muitos obstáculos à manutenção das identidades culturais na atualidade mediante padronização de um “estilo de vida”, ao mesmo tempo em que as mesmas encontram neste um fator de resistência e de auto-afirmação pelo viés cultural. As formas com que um povo se identifica, mediante sistemas simbólicos de representação, lhe conferem legitimidade perante os demais, fazendo com que se apropriem de uma identidade que permite torná-los distintos e originais a partir de uma essência cultural comum. Isso se verifica no bairro São Tarcísio, que carrega como traço principal, a referência de ser “um bairro ribeirinho”.

Em épocas de enchentes, o bairro é um dos primeiros a serem inundados no perímetro urbano da cidade. Outra referência que o bairro carrega e que é lembrada nos relatos dos entrevistados, é a de ser considerado “o primeiro bairro de Governador Valadares”. Na verdade, o São Tarcísio não pode ser considerado como o “o primeiro bairro” criado, uma vez que o espaço foi oficializado como bairro na década de 1950, juntamente com a criação de outros bairros que tinham, naquela altura, a mesma função do São Tarcísio: servir para abrigar a massa de trabalhadores que chegava a Governador Valadares naquela altura, atraídos pela fama de “fortuna”, “oportunidades” e “riqueza fácil”.

Entre a década de 1930 e 1960, a população da cidade saltou de 2.103 para 70.400 habitantes. Assim, o São Tarcísio foi oficialmente incorporado como bairro a partir de 1950, juntamente com outros bairros como o Santa Efigênia (Esgoto), o bairro Nossa Senhora das Graças (Morro do Carapina), o Bairro São Geraldo e o Bairro de Lourdes, para acolher a leva de trabalhadores. (SIMAN, 1988, p. 129). Entretanto, o processo de infra-estrutura urbana destes bairros demorou décadas para ser implantada. Alguns deles, como é o caso do Bairro São Tarcísio, até hoje podem ser considerados bairros carentes de maior atenção por parte do poder público. Podemos perceber, ao nos referenciarmos nos bairros citados, que algumas representações já denotavam, ainda na década de 1950, um perfil negativo e desfavorável: o bairro Santa Efigênia era conhecido como “esgoto”, o Nossa Senhora das Graças, como “morro” do Carapina. No caso do São Tarcísio, o bairro era conhecido como “aterro” ou “matador velho”, por causa da existência de um antigo matadouro de bovinos e suínos, construído nas primeiras décadas do século XX nas proximidades do rio Doce, e de um aterramento que o bairro sofreu. Uma referência que o bairro carrega e que, possivelmente o faça ser considerado como “o primeiro bairro da

cidade”, é a da existência de um porto de canoas no final do século XIX por onde chegavam mercadorias à localidade, então conhecida como “Figueira”. Neste porto, as canoas chegavam do Espírito Santo trazendo sal e voltavam para o litoral levando carnes e outras mercadorias. (Op. Cit.). Foi, também, a partir deste movimento que se originou a nucleação urbana de Governador Valadares. Com a chegada da estrada de ferro Vitória-Minas, o porto das canoas deixa de ser a principal referência e esta passa a ser a “estação do trem-de-ferro”, construída a cerca de 500 metros na parte mais elevada do terraço e em sentido contrário ao rio.

Ao concluirmos esta parte, vimos que a identidade cultural não é necessariamente sinônimo de homogeneidade e sim de um “traço”, uma “carga”, uma “marca” cultural que transmite uma caracterização mais abrangente. Esta característica, que está presente nos códigos culturais, serve, internamente, de referência para o grupo e o distingue dos “*de fora*”. Vimos que esta identidade não é fixa e imutável, mas, passiva de transformações, processos dinâmicos que a testam constantemente e podem impingir-lhe mudanças e (re)significações. Vimos, também, que no caso do bairro São Tarcísio, o rio Doce e as práticas espaciais dos ribeirinhos podem ser considerados uma “carga cultural” no sentido mais abrangente, mas que, o território simbólico do bairro é formado por territórios simbólicos menores (micro-territórios culturais) que se identificam com práticas específicas relacionadas a costumes e interesses comuns. Dentre estas identidades, destacamos a dos “moradores velhos”, dos “moradores novos”, da “juventude”, dos “idosos”, dos “traficantes”, dos “católicos”, e dos “evangélicos”.

A seguir, verificaremos que os códigos de conduta social são também culturais. Eles configuram uma dada tradição cultural através de um “habitus” de comportamento. Entretanto, esta tradição faz parte de um processo que não é necessariamente linear. Este processo de mudança pode ser considerado uma “figuração” porque configura ou reconfigura modelos e padrões culturais segundo uma dinâmica cultural e simbólica. (WEBER, 1996; ELIAS, 1990).

### 1.3 PADRÕES CULTURAIS, CONDUTAS SOCIAIS E OS SENTIDOS DO TERRITÓRIO NO BAIRRO SÃO TARCÍSIO

Entendemos que uma discussão sobre os códigos culturais como convenções socialmente utilizadas é de suma importância para entendermos não somente a comunidade

do bairro São Tarcísio, mas, também, a relação que esta mantém com a cidade de Governador Valadares, especialmente o “Centro” da cidade. A essência deste estudo estaria presente nas obras de Norbert Elias, Max Weber e Paul Claval. Como já vimos alguns conceitos da Geografia Cultural que são utilizados por Claval, desenvolvemos, nesta parte do trabalho, uma reflexão sobre a obra de Elias e Weber relacionando-as, mesmo que sucintamente, a um possível sentido existente no território do São Tarcísio. Posteriormente, no capítulo III, ao darmos um prosseguimento mais substancialmente interpretativo a esta dissertação, manteremos uma interlocução melhor embasada considerando as narrativas colhidas no trabalho etnográfico.

Segundo Elias (1990), a cultura se expressaria através de sentidos e estes, por sua vez, poderiam ser rastreados através de códigos e representações que podem conferir identidades a determinados grupos e/ou estratos da sociedade. Em relação a uma situação de perpetuação ou não destes sentidos, Elias salienta que um processo de mudança cultural pode ser considerado, antes de tudo, um “processo civilizador”, percebido na transformação do comportamento e da emoção dos indivíduos frente a uma situação social. Nesta mudança, pode haver a produção de novas referências simbólicas e sociais, inclusive, com a configuração de estratégias instauradoras e mantenedoras de poder.<sup>13</sup> É assim que Elias apresenta um cenário em que a cultura se relaciona com o social e, por extensão, com o simbolismo que legitima o poder numa dada época e num dado espaço. Os códigos culturais seriam, por assim dizer, determinadas convenções ligadas ao comportamento que guiariam condutas na permanência e na mudança do processo “civilizador”. Ao considerarmos o São Tarcísio como território estudado, verificamos que este bairro é produto de um processo que envolve a cidade de Governador Valadares no sentido de que o bairro foi considerado opção para “povoar” e “abrigar” os trabalhadores que chegavam à cidade, na década de 1950. Este processo, descrito ou insinuado pelos cronistas locais como “desenvolvimentista e modernizador”<sup>14</sup>, cria em sua efervescência duas posições, ou melhor, grupamentos: de um lado os “pioneiros” (proprietários de terras, comerciantes abastados – considerados elite); e do outro, os forasteiros (considerados “os de fora”, os “aventureiros”, os “novatos”). (SIMAN, 1988, p. 131). As relações de poder são assim bem definidas e ganham, também, uma conformação espacial na cidade. Os

---

<sup>13</sup> Refere-se ao poder social, de domínio não econômico e fundamentado numa referência cultural, comportamental.

<sup>14</sup> Fonseca (s/n, s/d), Soares (1983), Costa (1977), Ferreira, Analcidas (s/n), Ferreira (1958), Paula (1993).

“forasteiros” residem nos bairros recém-criados, sem infra-estrutura urbana. Enquanto os “pioneiros” residem em áreas mais valorizadas e no “Centro da cidade”.

Para exemplificar um processo de transformação social que culmina na mudança de um modelo para outro, Elias (1990, 2001) cita, em sua obra, a alteração na estrutura social da nobreza feudal francesa para a nobreza da corte, no reinado de Luís XIV. Os novos códigos de conduta realçam, segundo ele, o avanço dos patamares de “vergonha, repugnância, controle” e, principalmente, “auto-controle”, por parte da nobreza. Assim, os padrões culturais e simbólicos de comportamento servem de baliza para a demarcação das diferenças sociais por parte da elite e, ao mesmo tempo, para sublinhar a altivez de seu universo de sociabilidade através de um código cultural cunhado pelo sociólogo de “etiqueta social”. Por causa da mudança, os códigos de conduta são vistos como expressão do comportamento civilizado em detrimento daqueles que não compartilham da sua adoção. Estes códigos se irradiam da corte para os estratos cada vez mais amplos da sociedade, espalhando sua influência numa forma de círculos concêntricos. Elias tem como preocupação essencial, construir uma teoria tendo como base os dados empíricos, buscando compreender, a partir de um modelo teórico, como se desenvolve no curso da história humana este processo e como ele altera o desenvolvimento do aparelho psíquico humano. Assim, os termos psicogênese e sociogênese<sup>15</sup> se referem a dois processos que ocorrem de modo recíproco no interior dos processos históricos de longa duração e vão se relacionar a mudanças no comportamento dos indivíduos. Estes, por sua vez, vão se amoldando e se modificando de acordo com a mudança dos fatos históricos e sociais, empreendidas no interior das sociedades. (ELIAS, 1990, p.20)

No caso da etiqueta utilizada como código-padrão na corte de Luís XVI que serve de recorte para a explicitação de sua teoria, o comportamento civilizado e controle das pulsões, bem como a monopolização da violência por parte da realeza “ergue-se entre um corpo e outro como que uma parede invisível de emoções, repelindo e separando...” (ELIAS, 1990, 23). Os códigos de conduta devem ser seguidos à risca pela nobreza. São estes códigos que legitimam o pertencimento ao grupo e a superioridade deste em relação aos demais. O nobre, neste contexto,

Não é mais um homem relativamente livre, senhor do seu castelo, castelo que é sua pátria. Agora vive na corte. Serve ao príncipe. Presta-lhe serviços à mesa. E na corte vive cercado de pessoas. Tem de comportar-se em relação a cada uma

---

<sup>15</sup> Com relação ao psicológico (individual) e social (coletivo). (ELIAS, 1990, p.19).

delas em exata conformidade com sua posição social e a delas na vida. Precisa aprender a ajustar seus gestos exatamente às diferentes estações e posições da corte, medir com perfeição a linguagem, e mesmo controlar exatamente os movimentos dos olhos. É uma nova autodisciplina, uma reserva incomparavelmente mais forte, que é imposta às pessoas pelo novo espaço social e os novos laços de interdependência. (p.22-23)

Um dos trunfos de Elias nesta argumentação é a idéia de que não se pode compreender, verdadeiramente, os constrangimentos sociais que atravessam e recortam as camadas dominadas sem antes, contudo, se proceder, ao mesmo tempo, a uma análise das camadas superiores. No caso dos simbolismos de poder no âmbito da corte, a “nobreza de espada” e a “nobreza de toga”<sup>16</sup>, podem ser vistas como que em luta e disputa por privilégios. Tendo como campo empírico de investigação o cenário composto pela nobreza, e como objeto de análise, um conjunto complexo de grupos interdependentes da elite francesa no curso dos séculos XVII e XVIII, Elias (2001) esquadrinha as dimensões de sociabilidade presentes em um código cultural no livro **“A sociedade da corte”**. A nobreza de espada, com uma tradição fortemente arraigada na cultura cavaleiresca, e a nobreza de toga, composta pelos seguimentos burgueses que acederam à corte por meio da compra de cargos públicos e pelo exercício de funções burocráticas, vivem num “equilíbrio tenso”. (ELIAS, 2001, p. 51). O papel do Rei é o de assegurar a paz na corte. Por isso, a ele cabe “jogar” com os interesses dos dois grupos. A relação de interdependência do Antigo Regime é então descortinada por Elias como portadora de tensões e interesses que convivem numa mesma atmosfera aristocrática, uma vez que estes dois grupos desejam permanecer como grupos de elite, entretanto, sendo um, com maior prestígio e privilégio sobre o outro. A busca de prestígio estaria presente em características e marcas materiais no território. Estas características fariam parte, ao mesmo tempo, de um estilo de vida justificado do ponto de vista de estrato social no sistema de habitação, nos gastos, e no consumo marcado pelo “excesso” e pelo “luxo”, elemento decisivo da sociabilidade de seus integrantes enquanto forma de auto-afirmação social. Na demarcação e sublinhação da distância social da corte, em relação aos demais domínios reinóis haveria, ao mesmo tempo em que ocorre uma tensão interna, o desejo de diferenciação da nobreza em relação a estes grupos. Expressões como “valor”, “distinção”, e “consideração” tornam-se, neste sentido, signos de pertencimento a um grupo social e, ao mesmo tempo, um apelo às obrigações

---

<sup>16</sup> São dois extratos da nobreza, que servem para se pensar a luta de poder no âmbito das elites na busca de prestígio.

que decorre da adesão aos ideais sociais exigidos por este status. (ELIAS, 2001, p.53). A dimensão discursiva, além de se ancorar no sistema de gastos, moradia e consumo, se faz presente também no auto-controle, que atende a uma dada expectativa condizente com a condição aristocrática. A auto-representação desta sociedade constrói-se, desta forma, a partir da etiqueta em ação: cada um se distinguindo do outro, todos em conjunto se distinguindo das pessoas estranhas ao grupo, cada um e todos, em conjunto, se administrando na prova do valor absoluto da existência; cada um dependendo de cada um e todos dependendo do rei.

A auto-regulação e a regulação se fazem através de uma etiqueta que produz sujeição e domesticação do comportamento. Os dois grupos que compõem a aristocracia mantêm um distanciamento e uma concorrência entre si e, ao mesmo tempo, uma dominação sobre os demais estratos. Por isso, a lógica da corte se dá por uma rede de constrangimentos cruzados. Noções como formação social, figuração, interdependência, e circulação de constrangimentos, poderiam ser pensadas a partir deste contexto.<sup>17</sup>

Com a sua análise, Elias (2001, p.54) aponta os passos de sua metodologia interpretativa. Para apreender adequadamente a sociedade da corte é preciso olhá-la a partir da nossa perspectiva, falar dela na 3ª pessoa e, ao mesmo tempo, a partir da perspectiva pessoal daquele que nela está inserido, como se estivéssemos escutando seus membros falarem na primeira pessoa. Desse cruzado de vozes, surge a possibilidade de assegurar o seu caráter “específico, único e diferenciado.” É como sugere a antropologia interpretativa: deixar-se impregnar pela lógica simbólica de formações sociais distintas das suas. (GEERTZ, 1989, p.15). É necessário que o pesquisador relativize suas noções do que sejam “atitudes racionais” ou “irracionais” dos entrevistados em matéria de gostos de consumo, de se comportar frente aos outros, e de habitar. Para a fundamentação da perspectiva metodológica, Elias (2001) se vale do enfoque da análise comparativa, única maneira de determinar o que, por um lado, há de comum entre a lógica aristocrática e a de outras sociedades tradicionalmente estudadas pelos etnólogos.

Conforme Elias, em ambos os casos, a aquisição de reconhecimento e prestígio social é de suma importância. Assim, no caso da sociedade da corte, a perspectiva comparativa permite definir, no plano conceitual, as similitudes e as diferenças estruturais

---

<sup>17</sup> A **formação social** é, neste caso, a composição e demarcação de estratos sociais produzindo, cada um deles, uma **figuração** (identidade baseada na representação dos mesmos), que os identifica numa dada **configuração social**. Estes grupos mantêm uma **interdependência** funcional entre si em termos de interesses funcionais. Entretanto os limites que demarcam um grupo do outro, são realçados por uma **circulação de constrangimentos**, presentes tanto na etiqueta quanto na rotulação/figuração destes mesmos grupos.

entre a nobreza e a sociedade industrial (tipo burguês). (ELIAS, 2001, p.34). O resultado é a compreensão do universo de sociabilidade, dos simbolismos de poder que dão a esta formação social, caráter único e diferenciado. A análise da etiqueta, do luxo, do consumo suntuoso, do controle e auto-controle, dos jogos de dissimulação e do sentimento condensado de superioridade social, internalizado sob a forma de um “habitus aristocrático”<sup>18</sup>, serviria, conforme Elias, como contraponto para estudo do comportamento das elites (Op. Cit.). Assim, para testar a força explicativa do modelo analítico assentado sobre a noção de figuração em outros universos sociais, Elias realiza um estudo etnográfico e de “descrição densa” (ELIAS-SCOTSON, 2000, p.23; GEERTZ, 1989, p. 37) redonda no livro **“Os estabelecidos e os outsiders”** (2000). Neste trabalho, a sociabilidade e os mecanismos de poder são estudados sob a forma de uma “observação participante” e a pesquisa se entrelaça a outras fontes diversas: relatórios governamentais, textos jornalísticos, entrevistas, estatísticas oficiais.

Partindo dos resultados de uma pesquisa realizada em Winston Parva (nome fictício de uma pequena cidade da Inglaterra) Norbert Elias e John Scotson (op. Cit.), realizam um estudo etnográfico que explica as relações conflituosas desenvolvidas entre dois grupos residentes na cidade. Um grupo, reconhecido com “establishment local” exclusivamente pelo critério de antiguidade, e o outro, composto por “moradores novos”, reconhecidos como “outsiders”.

A forma como as relações de poder são constituídas a partir de códigos culturais constrói uma figuração estigmatizada dos “outsiders” em relação ao outro grupo, que exhibe um comportamento “aristocrático”, no sentido de um comportamento superior produzindo uma configuração social. Algumas questões auxiliam na construção desta figuração<sup>19</sup> tais como: coesão grupal, auto-percepção, auto-representação, auto-reconhecimento. Elias afirma ser possível identificar algumas “figurações universais” na relação entre os dois grupos, que possuem acesso diferenciado ao poder resultando na exclusão de um deles. Isto porque, conforme o teórico, a configuração dos “outsiders” exhibe traços comuns numa vasta gama de estabelecidos-outsiders. Nestes traços, a “inferioridade de poder é vista

---

<sup>18</sup> No sentido de um comportamento internalizado e presente nas relações sociais.

<sup>19</sup> É importante salientar que além do caráter imagético que veste as figuras representadas, o termo figuração se refere também à teia de relações de indivíduos interdependentes que se encontram ligados entre si a vários níveis e de diversas maneiras, sendo que as ações de um conjunto de *“pessoas interdependentes interferem de maneira a formar uma estrutura entrelaçada de numerosas propriedades emergentes, tais como relações de força, eixo de tensão, sistemas de classes e de estratificação, desportos, guerras e crises econômicas”*. (ELIAS-SCOTSON, 2000, p.83).

como inferioridade humana.” (2000, p.40). A figuração deste grupo de “elite” é diferente daquela apresentada na sociedade da corte. No caso de Winston Parva, a princípio, não existiriam características distintas de exclusão como, por exemplo, a etnia, capacidades orgânicas e classe social. A única distinção para a superioridade seria o critério da antiguidade, em termos de moradia na cidade. De acordo com Elias, o poder social é baseado no “carisma” grupal:

A peça central dessa figuração é um equilíbrio instável de poder, com as tensões que lhe são inerentes. Essa é também a precondição decisiva de qualquer estigmatização eficaz de um grupo outsider por um grupo estabelecido. Um grupo só pode estigmatizar o outro com eficácia quando está bem instalado em posições de poder das quais o grupo estigmatizado é excluído.

E é o “carisma” grupal o principal fator mantenedor da auto-imagem de superioridade dos estabelecidos. Esta auto-imagem de “superioridade” de um grupo em relação a outro pode servir, conforme os autores (2000, p.84), de parâmetro para análise de grupos com acesso diferenciado ao poder.

Sob alguns aspectos, eles são iguais no mundo inteiro. A pobreza – o baixo padrão de vida – é um deles. Mas existem outros, não menos significativos em termos humanos, dentre os que figuram a exposição constante aos caprichos das decisões e ordens dos superiores, a humilhação de ser excluído das fileiras deles e as atitudes de deferências instiladas no grupo “inferior”. Além disso, quando o diferencial de poder é muito grande, os grupos na posição de “outsiders” avaliam-se pela bitola de opressores.

Ainda sobre o “carisma” grupal, este seria um fator preponderante na integração grupal, responsável por criar, além do distanciamento social, uma barreira afetiva e de preconceito que impossibilita a aproximação entre os dois grupos.

Um grupo tem um índice de coesão mais alto do que o outro e essa integração diferencial contribui substancialmente para seu excedente poder; sua maior coesão, permite que esse grupo reserve para seus membros as posições sociais com potencial de poder mais elevado e de outro tipo, o que vem reforçar a sua coesão, e excluir dessas posições os membros dos outros grupos.

Assim, a figuração<sup>20</sup> dos outsiders é um campo semântico onde cabe “a desonra”, a “desordem”, sendo estes “indignos de confiança”, e “sujos”. Esta imagem negativa ajuda, conforme Elias, na baixa estima e coesão grupal possibilitando no processo de corporificação do estigma de inferioridade de poder: “dê-se a um grupo uma reputação

---

<sup>20</sup> No sentido de imagem/representação considerada como produto de um processo não civilizador.

ruim e é provável que ele corresponda a esta expectativa.” (ELIAS-SCOTSOM, 2000, p.85). Como já mencionamos anteriormente, a territorialização do Bairro São Tarcísio, realizada de forma mais intensa na década de 1950, aconteceu de forma emergencial, mas, nem por isso planejada em termos de infra-estrutura urbana. Um braço do rio Doce foi aterrado e, a partir deste aterro, iniciou-se um processo de doação de lotes. Muitos destes lotes não chegaram nem a ser doados. Eles foram apropriados por moradores que, para assegurar a moradia, construía precariamente suas casas e se mudaram às pressas. A disparidade entre um território menos favorecido e ribeirinho e um território mais favorecido e central parece ter fomentado ao longo das últimas décadas um estigma de favela no bairro. Percebe-se, na mentalidade dos ribeirinhos, que o São Tarcísio, até os dias de hoje, não deixou de ser “outsider”.

Um sinal indicativo desta exclusão pode ser verificado na narrativa dos entrevistados que sempre se referem à parte mais favorecida (situada a cinco minutos de caminhada do bairro) como “Centro” da cidade quando, na verdade, o próprio bairro é central. No traçado administrativo da cidade de Governador Valadares existe a denominação de “Centro” como um dos bairros, mas, muitos bairros periféricos ao Centro são, também, conhecidos como centro: um exemplo disso são as imediações dos bairros Esplanada, Lourdes e Nossa Senhora das Graças.<sup>21</sup> O sentimento de não pertencimento ao Centro e sim à periferia pode, neste caso, ser interpretado como um sentimento de não pertencimento territorial. Sentimento este que, em outra direção teria criado e fortalecido a territorialidade no São Tarcísio realçando sua identidade cultural. Este sentimento seria individual e, ao mesmo tempo, coletivo, uma vez que o território simbólico a que nos referimos é formado por indivíduos. Mais uma vez, Norbert Elias nos auxilia através de sua obra: **A sociedade dos indivíduos** (1994). Neste livro, Elias revisita alguns temas que já havia discutido anteriormente em trabalhos como “O Processo Civilizador”. Dentre estes temas estão os seguintes: sociogênese e psicogênese, vida afetiva e controle dos instintos, patamar de embaraço, poder social, mecanismo de monopólio, além de outros que auxiliem na compreensão de processos. A idéia norteadora é a de que a referência que temos de indivíduos e aquela que temos de sociedade carecem de modelos, conceitos e fundamentações. “Ninguém duvida de que os indivíduos formam a sociedade ou de que toda a sociedade é uma sociedade de indivíduos.” (1994, p.26). A união e relação das

---

<sup>21</sup> Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR VALADARES. **Planejamento Municipal de Habitação**. Secretaria Municipal de Planejamento, 2010.

partes e do todo, numa relação de interdependência e composição e estrutura, é explicada por ele através da “*Gestalt*”, ao afirmar que a união das partes redonda num produto inteiro e diferenciado, como a melodia que nada é em notas individuais, e que se torna diferente de sua soma. Uma explicação para esta análise é a teoria dos conjuntos: “[...] as unidades de potencia menor – dão origem a uma unidade de potencia maior, que não pode ser compreendida quando suas partes são consideradas em isolamento, independentemente de suas relações.” (ELIAS, 1994, p.25). Desta forma, nem a sociedade nem o indivíduo existem sem o outro, mas, coexistem, de forma que sem o indivíduo não há sociedade e sem sociedade não há o indivíduo.

A partir destas reflexões se constrói a grande tese de Elias, que considera que: “a vida dos seres humanos em comunidade certamente não é harmoniosa” (ELIAS, 1994, p.23). Apesar disso “cada pessoa faz parte de um determinado lugar”. (ELIAS, 1994, p.24). Assim, fazem parte da ordem oculta e invisível da sociedade pessoas que ocupam distintos territórios sociais e culturais. Essa ordem invisível é uma rede de funções interdependentes pela qual as pessoas estão ligadas entre si tendo peso e leis próprias.

Elias (1994) estabelece correspondência recíproca entre os conceitos de sociogênese e psicogênese. Em outras palavras, a sociogênese aborda as transformações sociais que vão refletir nas estruturas psicológicas dos indivíduos de maneira a influenciar e modificar as mesmas. Elias considera o percurso tomado por estas sociedades a partir da “sociedade guerreira”, passando pela “sociedade feudal”, “sociedade de corte”, e “sociedade burguesa”, procurando mostrar as correlações entre as transformações sociais ocorridas nesses agrupamentos e as alterações na estrutura psicológica dos indivíduos dessas mesmas sociedades. Elias argumenta que, nas transformações verificadas nos códigos de conduta, foi necessário aos indivíduos o controle das pulsões e das paixões para a vida em sociedade e, conseqüentemente, uma mudança na psicologia dos mesmos já que as pessoas tinham que se adaptar a uma sociedade onde o monopólio da força física e o controle da violência já estavam, de certa forma, garantidos, e a satisfação dos desejos poderiam ser adiadas e mesmos reprimidos. Com isto, novas configurações psíquicas vão ser “criadas” a partir da necessidade daquele processo histórico.<sup>22</sup> Estas configurações, baseadas em códigos de

---

<sup>22</sup> Ao mostrar os envoltimentos sociais em diferentes épocas, o método elisiano propõe um diálogo entre a história e a sociologia muito utilizado dentro de investigações que adotam a perspectiva da história cultural. Apesar de falarmos em “história cultural” adotamos, com Norbert Elias, o termo processualidade considerando que o tempo, o território e a territorialidade, estariam como que imbricados num processo de mudança ou reprodução cultural.

conduta, prestam-se a uma identificação social baseada na distinção daqueles que se propõem na adoção de tais condutas.

Ao concluirmos esta parte do trabalho, percebemos a importância teórica da obra de Elias como referência para pensarmos o bairro São Tarcísio e o seu sentido territorial e simbólico. Ao fazermos isso, consideramos, que os códigos culturais presentes naquele bairro, em termos de comportamento social, constituem-se em um guia de permanência ou de mudança de uma dada configuração, iniciada na década de 1950. A composição do bairro seria produto de uma reprodução simbólica de costumes e crenças de pessoas que se mudaram de localidades rurais de regiões vizinhas para a cidade de Governador Valadares, atraídas pelas oportunidades de emprego oferecidas a partir da década de 1940, com a extração em larga escala de madeiras da Mata Atlântica. As transformações psicológicas e sociais que se verificam na cidade diante desta efervescência estabeleceram/fortaleceram determinados códigos de conduta por meio de regulações e auto-regulações. Que regulações e auto-regulações seriam estas?

Consideramos que elas seriam as pulsões presentes nas relações sociais permeadas de poder que demarcaram, naquele contexto, o São Tarcísio como um universo social, e territorial (no sentido de espacial). O resultado disso, percebemos, seria a materialização da cultura coletiva no espaço através de símbolos comuns e de mecanismos de reconhecimento grupal possibilitando uma “essência”/“natureza” da comunidade, que fazem parte do objeto que ora estudamos. Estes símbolos poderiam ser entendidos como componentes da cultura, uma vez que têm o potencial de criar um referencial de pertencimento mais abrangente em termos comunitários.

Entretanto, em termos de identidade, podemos dizer que existem territórios mais circunscritos no bairro através de códigos visíveis e não visíveis. Existem, por exemplo, as territorialidades/identidades da “juventude”, dos “traficantes”, “dos católicos” e dos “moradores velhos”. O rio Doce parecer ser a referência principal, o “traço”, “a marca”, a “carga cultural” que une a todos, principalmente em épocas de enchentes. Salientamos, amparados em Elias, que a(s) identidade(s) não é/(são) permanente(s). Quando muito, elas fazem parte de um processo histórico, geográfico e social que orienta atitudes, cria representações do território através da percepção dos atores e, portanto, são passíveis de mudança na medida em que estão inseridas dentro de uma dinâmica cultural (configuracional/civilizacional, em termos elisianos) que pode ser verificada através de simbolismos e convenções (os códigos culturais). Percebemos que as

representações/identidades dos “pioneiros” e “forasteiros”, verificadas em Governador Valadares na primeira metade do século XX, podem ser comparadas e estudadas à luz do trabalho etnográfico “Os estabelecidos e os outsiders”, de Norbert Elias. Apostamos nesta possibilidade na medida em que, naquele contexto histórico de Governador Valadares, assim como na fictícia cidade de Winston Parva, ocorrem demarcações sociais e territoriais.

No caso do São Tarcísio, os “forasteiros” são direcionados para a “beira do rio”, num espaço sem infra-estrutura urbana ou planejamento. O que há ali, em termos de reprodução simbólica verificada através da retomada de práticas espaciais ligadas ao rio, em nada redime a demarcação espacial imposta como signo de poder: aos “forasteiros” a margem e a periferia; aos “pioneiros” os espaços mais favorecidos e valorizados. Esta imposição teria se dado a partir da dinâmica econômica da qual a elite “pioneira” e a municipalidade teriam participado.

Vemos que, como herança deste processo, o modelo específico de civilização (cultura) supostamente transmitido no bairro, seria resultado do aprendizado recebido/mantido através de um “habitus social”, e presente na maneira de sentir e perceber a dinâmica social. Nesta percepção haveria sinais de auto-regulação, afetos e expectativas, como veremos no capítulo 3. O “processo de civilização”, ou seja, de “figuração”, enfatizado por Elias, como não é permanente, seguiria um direcionamento, sendo definido pelas coações e auto-coações (pulsões) presentes no universo do bairro. Além disso, este processo seria constantemente influenciado pela imaginação coletiva e aberto à adaptabilidade, ao ajustamento, e à maleabilidade. É isso que verificamos a priori no São Tarcísio. Considerado como resultado de um processo de mudança, passando de porto/espço pouco apropriado a bairro, este território foi e é alvo de um processo. Ele é o resultado de uma territorialização e de uma reterritorialização, mas estes processos não são permanentes. O que faz/fez do bairro um território, além da apropriação espacial (material) seriam, então, a comunhão e interdependência de experiências, práticas espaciais, códigos culturais que, numa existência social, configuram uma dada cultura.

A seguir nós nos utilizaremos de Max Weber e de sua Sociologia da Cultura para refletir a respeito do São Tarcísio. Este teórico é importante para o nosso trabalho na medida em que nos fornece condições para buscar compreensão num “tipo de motivo” (padrão da ação) que teria influenciado naquilo que Norbert Elias chama, em sua Sociologia Figuracional, de processo de mudança, ou seja, civilizacional. Buscamos, com

isso, compreender a possibilidade de existência de uma possível determinante causal que teria influenciado, por meio de desejos, impulsos, necessidades e de vontades nem sempre intencionais, na constituição do bairro enquanto território.

Apresentaremos uma breve referência a respeito da obra de Max Weber, que também utilizamos como suporte teórico central neste trabalho. Percebemos que a compreensão de um determinado objeto cultural como o bairro São Tarcísio pressupõe a consideração de determinados encadeamentos (que Elias denomina processos e Weber chama de cadeias). Nesta sucessão e sequência de fatos haveria, então, uma motivação (movimento ou ação) nem sempre consciente, direcionada para um sentido. Buscamos, então, compreender culturalmente o bairro estudado tentando apreendê-lo não apenas como resultado de uma orientação/motivo, presente num dado processo, mas a própria natureza/tipo desta orientação. Do ponto de vista teórico, temos que, ao sugerir uma metodologia compreensiva para as Ciências Sociais, Weber afirma que o modo como as pessoas se relacionam, pode ser pensado em termos de uma padronização e classificação ideal de comportamentos orientados numa dada sociedade. Esta padronização seria, assim, ideal, porque poderia ser classificada segundo modelos de ação em estado puro, ou seja, não reais. Assim, os valores e as convenções de determinada cultura seriam orientados por ações sociais. Estas ações, portadoras de um sentido, seriam parte de uma expectativa de reação de outras pessoas ou grupos envolvidos num processo interacional. A ação social estaria, também, ligada ao contexto em que ela ocorre e poderia ser classificada de acordo com o motivo que a origina. Weber distingue quatro diferentes tipos de ação social, também conhecidos como **tipos-ideais**: a ação instrumentalmente **racional**, adequada à obtenção dos fins do próprio ator, racionalmente perseguidos e calculados; a ação **racional** com respeito a **valores**, empreendida por motivos de valores pessoais, independente de suas perspectivas de sucesso; a ação **afetiva** determinada pelos estados e orientações emocionais do ator; e a **tradicional** ação “*determinada pelo hábito arraigado*”. (WEBER, 1982, p.11).

O tipo de ação relacionada a um código tradicional bem como o tipo de poder tradicional são, conforme Weber, caracterizados pelo **estamento**. Um estamento seria, essencialmente, um grupo social definido por critérios e códigos de conduta calcados em modelos de *status* social e não por critérios puramente econômicos como, por exemplo, uma classe social. Segundo Weber, inicialmente, *stand* (**estamento**, em alemão) dizia respeito, na Alemanha imperial, basicamente, à hierarquia social e aos níveis sociais mais

elevados da população. (WEBER, 1993, p.50). Weber passa, então, a empregar o termo para designar qualquer grupo social cujas ações veiculassem uma subcultura, um "estilo de vida" particular que fosse importante na compreensão das ações sociais de seus membros. Tal utilização corresponde à necessidade de Weber de explicar a formação de grupos sociais e suas ações coletivas não só pela economia, mas também por suas crenças. (CAMPANTE, 2003, p.03).

Uma sociedade estamental para Weber (1982, p.14) é uma "ordem de *status*" baseada em "prestígio social" para qualificar positiva ou negativamente os grupos sociais. Os grupos positivamente qualificados costumam manter um estilo de vida que desvaloriza o trabalho físico, o esforço premeditado e contínuo, e buscam, através de monopólios sociais e econômicos, a manutenção de um *modus vivendi* exclusivo, diferenciado, traduzido em privilégios de consumo. A razão de ser dos estamentos,<sup>23</sup> portanto, é a desigualdade calcada na diferenciação da honra pessoal, no exclusivismo social e na ostentação do consumo. Se a estratificação social por estamentos se distingue daquela por classes pelo fato de promover uma diferenciação entre indivíduos baseada não em critérios puramente econômicos, mas de *status* social, o estamento, então, é um *tipo* de grupo social e não um grupo social havendo, de acordo com Weber (1982, p.15), estamentos positiva e negativamente qualificados em termos sociais.

Acreditamos na pertinência de uma pergunta: Qual a natureza/tipo de orientação que teria originado o bairro São Tarcísio? Entendemos que o tipo ideal que mais se aproxima de uma motivação que, supostamente, teria originado o processo de territorialização do bairro e da cidade de Governador Valadares, seria aquele classificado por Weber (1996) como tradicional. Neste caso caberia, então, buscar compreensão em um suposto vínculo motivacional que teria fornecido os elos significativos de uma dimensão processual. Contudo, antes de nos adentrarmos nestas questões, sentimos a necessidade de referenciar teoricamente o que seriam estes "elos". É o que vemos a seguir.

Percebemos que, se optamos por entender como orientação tradicional ou tradicionalista, aquela que teria motivado o processo territorial, social e cultural do nosso

---

<sup>23</sup> Essa noção essencial de estamento como um grupo definido por critérios basicamente sociais, em vez de econômicos, tem como premissa a diferenciação e o exclusivismo sociais, está presente na obra de Raymundo Faoro. Entretanto, enquanto Weber pensa sempre no plural, em estamentos, pois vários grupos sociais podem se estamentalizar, positiva ou negativamente, Faoro usa quase sempre o singular, tão singular que muitas vezes vem desadjetivado: *o* estamento - e ponto final. O estamento, para Faoro, em sua obra que analisa a sociedade brasileira, são os "*donos do poder*" (FAORO, 1998, p.67)..

objeto de estudo, como conseqüência, temos de considerar que só podemos rastrear esta orientação a partir do motivo que a origina e sustenta. Sabemos que a causalidade ou, mais precisamente, a *imputação causal* é um instrumento metodológico proposto por Weber para alinhar processos tidos como objeto de interpretação cultural numa determinada sociedade. (WEBER, 1992, p. 57). Com a expressão “imputação causal”, Weber queria dizer que cabe às ciências da cultura revelar os resultados que devem ser imputados a determinadas condições culturais geradoras de determinadas convenções e identidades. Conforme Weber, o sujeito encontra-se sempre subentendido no sentido da sua ação, pressuposto em noções como “indivíduo” ou “agente”.<sup>24</sup> Entretanto ele é co-partícipe de ações significativas coletivas, cujos **motivos** e efeitos são passíveis de reconstrução. Apenas buscando a “reconstrução interna” do ‘porquê’ da ‘motivação’ é que a interpretação terá “por objeto um ser”, e não apenas o acontecimento. (WEBER, 1992, p.54).

Para Weber (1996), a Ciência Social deve ser uma “Ciência da Realidade”, voltada para a compreensão da significação cultural atual dos fenômenos e para o entendimento de seus processos. A realidade deve, segundo ele, ser entendida como algo infinito, que pode ser apreendido a partir de inúmeros ângulos, mas jamais na sua totalidade ou essência: “queremos compreender em sua especificidade a realidade da vida que nos rodeia e na qual nós encontramos a conexão e a significação cultural de suas diversas manifestações em sua configuração atual, de um lado, e as razões que fizeram com que historicamente ela se desenvolvesse sob esta forma e não sob outra, de outro lado” (COLLIOT-THÉLÈNE, 1995, p.26). Neste sentido, o conhecimento seria sempre fruto de um recorte particular, da seleção de um conjunto específico de problemas e de fenômenos. Essa seleção ou recorte particular seria feita a partir das referências pessoais dos sujeitos cognoscentes. (WEBER, 19996, p.29). Weber nega, assim, a possibilidade de um conhecimento absoluto, livre de quaisquer pressupostos, capaz de definir de modo completamente neutro qual a verdade absoluta das coisas. Não existiria, segundo ele, um

---

<sup>24</sup> Quando Weber utiliza o termo sentido, o relaciona diretamente ao processo de ação, visto que o mesmo corresponderia à aceção de ação social como meio de chegar-se a determinado objetivo almejado pelo agente, apesar da mesma não ser percebida como ato independente, isolado. Weber teria nomeado a interdependência que envolve o conceito de ação social de **cadeia motivacional**: “Cada ato parcial realizado no processo opera como fundamento do ato seguinte, até completar-se a seqüência” (1996, p.56). Assim, o sentido seria responsável pela unidade dos processos de ação e seria através desta que eles se tornariam *compreensíveis*. Ou seja: é somente através do sentido que podemos apreender os nexos entre os diversos elos significativos de um processo particular de ação e reconstruir esse processo como uma unidade que não se desfaz numa poeira de atos isolados. Realizar isso é precisamente *compreender* o sentido da ação.

ponto privilegiado a partir do qual o investigador pudesse atingir uma visão isenta e global da realidade. Ao contrário, todo e qualquer conhecimento estaria referido a valores e interesses subjetivos. Numa análise weberiana, ao buscarmos um vínculo ou **cadeia motivacional** entre os fatos, podemos alinhavar uma dimensão processual à ação social, no lugar de analisá-la como ato isolado. (GENOVEZ, 2003, p.406). Desta forma, a ação social pode ser considerada uma seqüência definida de elos significativos, formando o que o autor identifica como uma ‘cadeia motivacional’. (WEBER, 2000, p.18).

Assim, o conceito de ação e relação social se refere “à conduta de múltiplos agentes que se orientam reciprocamente em conformidade com um conteúdo específico do próprio sentido das suas ações”. (WEBER, 1991, p.20). A tentativa de apreensão interpretativa da ação social, pode nos fornecer outros subsídios. Ao apreendermos a “relação social” que envolve múltiplos agentes podemos buscar a validade da ação numa ordem legítima. (GENOVEZ, 2003, p.407). O conceito de ordem legítima é uma contribuição importante de Weber porque traz a possibilidade de abordar, de forma ampla, os vários sentidos das relações sociais abrangendo o Estado, como também a Igreja e outros conceitos de referência coletiva. O exercício sugerido é o de realizar um encadeamento elementos reunidos como fatores causais de uma dada situação. O tecido da cadeia motivacional trata-se de fazer abstração mental de determinado fator<sup>25</sup> e averiguar se, sem ele, os acontecimentos teriam sido possíveis. (WEBER, 1994, p.46).

Percebemos que os códigos culturais que anteriormente consideramos no âmbito da Geografia Cultural nos referenciando em Paul Claval, podem ser considerados elementos/elos de ligação significativos na reconstrução de uma cadeia motivacional.

Com Weber, compreendemos que nesta reconstrução seqüenciada, o sujeito seria co-partícipe de ações coletivas. Coerentemente, Elias, aponta esta co-participação individual(psicogênese)/coletiva(sociogênese), como inserida dentro de um processo de conformação ou “gestalt,” que ele denomina de figuração. Neste caso, o vínculo ou cadeia motivacional orientaria uma dimensão processual da ação social através de uma ordem

---

<sup>25</sup> Segundo Weber, as tradições existem como significados sustentados pelos membros de determinada sociedade e comunicados de um a outro nas **cadeias de significado** que constituem das memórias coletivas ou compartilhadas, das representações sociais, e das formas costumeiras de realizar atividades. Os conteúdos de uma tradição, de acordo com o pensador, podem mudar imperceptivelmente com o tempo, mas são vivenciados pelos indivíduos que os adquirem mediante sua “socialização” como coisas que persistem, sem grandes mudanças, por consideráveis períodos de tempo. Esses costumes são construídos de maneira irrefletida, como instituições sociais que influenciam o comportamento das pessoas inculcando-lhes hábitos de ação que elas seguem sem intenção consciente nem deliberação racional. As instituições costumeiras baseadas na tradição frequentemente são conhecidas como cultura popular de uma sociedade. (WEBER, 1991, p.47).

legítima, ou seja, um encadeamento de fatores orientados para um resultado causal. A seguir, veremos que as figurações pressupõem na produção/reprodução simbólica relacionada a identidades e às relações de poder.

A identidade, na perspectiva de Norbert Elias, pode ser pensada através do diálogo macro-micro social. (ELIAS, 1997, p.25). Elias amplia, de certa forma, este viés, trazendo, também para frente da discussão, o conceito de poder. Ele também salienta, em sua sociologia figuracional, a necessidade e a importância da busca de compreensão da sociedade, concebida por ele como um conjunto de seres humanos numa pluralidade não-planejada e, muito menos, pretendida por um indivíduo ou conjunto de indivíduos. Percebemos que tanto Governador Valadares como o bairro São Tarcísio podem ser considerados como resultado de uma figuração. Isso porque as figurações, para Elias, são representações das sociedades como resultado de um processo, e mantidas por meio de teias de indivíduos interdependentes nas quais os sentimentos, decisões, ações, atitudes, identidades e relações, podem mudar em resposta a desenvolvimentos civilizadores e descivilizadores. Assim, a ordem invisível dessa forma de vida comum, que não pode ser diretamente percebida, ofereceria ao indivíduo uma gama mais ou menos restrita de funções ou modos de comportamentos possíveis. Por nascimento ele estaria inserido num complexo funcional de arranjo bem definido; deve-se conformar-se a ele, moldar-se de acordo com ele:

[...] Até sua liberdade de escolha entre as funções pré-existentes é bastante limitada. Depende largamente do ponto em que ele nasce e cresce nessa teia humana, das funções e da situação de seus pais e, em consonância com isso, da escolarização que recebe. (ELIAS, 1990, p.21).

O olhar de Elias para construção desse conceito de figuração centra-se na compreensão das estruturas sociais que mutuamente estabelecem dependência com os seres humanos, das transformações de que são vítimas, tanto individualmente como em grupos, devido ao aumento ou redução das suas interdependências e graus de poder. Assim, em vez de analisar as condutas de indivíduos isolados, às vezes personificadas como gênios, heróis, profetas ou sábios, os processos sociais figuracionais visam à compreensão das teias sociais na produção de identidades.

Essas identidades, como já salientamos, estariam presentes no processo de territorialização do bairro São Tarcísio e da cidade de Governador Valadares. Seriam elas um arranjo bem definido responsável pela produção e manutenção de um estamento e um grupo menos favorecido que implicaria em territórios distintos, tanto na forma de um

arranjo espacial como cultural. Vemos então, a idéia do processo acrescentada pelo individual (psicogênese) e o coletivo (sociogênese).

É importante destacar que além da importância desse conceito para o pensamento sociológico, Elias estava pensando em romper uma tradição sociológica de polarização entre o indivíduo acima da sociedade, por um lado, e por outro, a sobreposição da sociedade sobre aquele. Em suma, através desse recurso que ele pretendeu “evitar a idéia inerente em muitas menções tradicionais que os indivíduos e as sociedades são fundamentalmente distintas”. (ELIAS, 1995, p.63).

A superação deste tipo de polarização, para o teórico, criaria as condições para que todos se reconheçam em identidades que são interdependentes entre outras “e da sociedade como uma figuração construída por numerosos interdependentes de indivíduos” (ELIAS, 2001 p.14). Assim seria, em sua opinião, dever da Sociologia “tornar os indivíduos de qualquer associação compreensível para si e em relação a um outro “e realçar” os mecanismos de interdependências, que a partir de uma figuração se desenvolve”.

É nesse sentido que, refletindo sobre identidade, o conceito de figuração não pode se dissociar das categorias de interdependência, função e coerção. Isso se deve ao fato de que os indivíduos, bem como os grupos, são interdependentes, uma vez que cada um preenche, conforme Elias, algumas outras necessidades. Vale destacar que o cumprimento dessas necessidades expressa o controle de recursos nas relações de poder, e na capacidade coercitiva de cada uma das partes envolvidas, tendo como derivação nas diferenças de poder entre grupos ou indivíduos, o fato de que alguns podem mobilizar maior proporção dos recursos necessários pelos outros.

Ao concluirmos este capítulo, vimos que os códigos culturais presentes nas relações sociais podem caracterizar uma determinada tradição verificada, do ponto de vista imaterial, através de comportamentos compartilhados por meio de um habitus social através de comportamentos e convenções. Estes códigos culturais seriam caracterizadores de um território imaterial não imediatamente visível e/ou percebido. (CLAVAL, 1999a, p.28). Do ponto de vista material, os códigos culturais estariam presentes na materialidade verificada como resultado da apropriação espacial. É quando podemos falar em território físico e concreto. Nas duas situações é preciso destacar a idéia de processo e da não permanência; de circularidade e da não linearidade; de movimento e da não estagnação. Desta forma, um território seria o registro de um processo de mudança, de uma

transformação, de uma figuração entre o antes e o depois. Interpretar a cultura no território significaria, então, interpretar estes códigos culturais tanto do ponto de vista material (através da paisagem, do estilo das casas, por exemplo), como do ponto de vista imaterial (através de mitos, representações sociais, ritos e imaginários sociais). Neste sentido, os processos de territorialização e de reterritorialização podem ser entendidos como de produção e de reprodução simbólica porque constroem e reconstróem territorialmente. Da mesma forma, o processo de desterritorialização utilizado por Haesbaert (2004, p.41) em sua análise, pode ser considerado como de desconstrução, não no sentido de destruição, mas, de abandono. O que definiria estes processos seriam as práticas espaciais tanto materiais quanto imateriais. Tanto num aspecto quanto no outro, percebemos que estas práticas podem ser consideradas como culturais. Elas poderiam, então, serem consideradas como propulsoras da territorialização porque se desenvolvem no espaço e, têm neste, a sua matéria prima, cenário a ser territorializado. Nesta direção, os processos de apropriação territorial podem ser considerados como de produção e reprodução simbólica ao levarmos em conta que os códigos culturais podem ser construídos, reconstruídos, mantidos, (re)significados, ou esquecidos, influenciando sobremaneira na constituição ou não do território.

A territorialidade em seu aspecto cultural consistiria, então, basicamente, num conjunto de crenças e valores que orientam ações (materializadas ou não) num determinado espaço, de um determinado grupo social, a partir dos sistemas simbólicos que o tornam distinto dos demais, conferindo-lhe características singulares. Estas, por sua vez, definiriam o grupo social através do contraste, originando a identidade. A identidade, por sua vez, pressupõe uma caracterização territorial tanto de inclusão quanto de exclusão por meio de uma “carga cultural” recebida, através dos códigos mantidos, regulados, testados e expurgados ao se confrontarem com outros códigos culturais. Seria este, um de produção/reprodução simbólica portador de uma dinâmica baseada em convenções e costumes mais centrais ou mais periféricos. Nesta reflexão é preciso considerar, obviamente, os códigos de conduta social, uma vez que eles configurariam uma dada tradição cultural através de um “habitus” de comportamento. Entretanto, não podemos perder de vista que esta tradição faz parte de um processo que não é necessariamente linear. Ele pode ser considerado uma “figuração” porque configura ou reconfigura modelos e padrões culturais segundo uma dinâmica cultural e simbólica.

Considerando, por ora, estas reflexões como suporte teórico para compreendermos o nosso objeto de estudo é pertinente perguntar: Qual seria, então, o sentido presente no bairro São Tarcísio? Ao considerarmos os códigos culturais presentes naquele bairro tendo como referência aspectos visuais e não visuais, percebemos a necessidade de relevar a maneira como foi apropriado o terreno, influenciando na composição das ruas; o rio Doce, enquanto marca geográfica e cultural, e uma dada configuração social, aparentemente iniciada na década de 1950. O que percebemos quanto à “carga cultural” presente na proximidade com o rio Doce, é que este, serve de referência para a reprodução simbólica de costumes e crenças posto que muitos dos moradores que chegaram na metade do século XX, mudaram-se de localidades rurais de regiões vizinhas para a cidade de Governador Valadares, atraídos pelas oportunidades de emprego oferecidas, a partir da década de 1940, com a extração em larga escala de madeiras da Mata Atlântica e da mica. As transformações psicológicas e sociais que se verificam na cidade de Governador Valadares diante desta efervescência estabeleceram/fortaleceram determinados códigos de conduta por meio de regulações e auto-regulações, presentes nas relações sociais permeadas de poder que demarcaram, naquele contexto, o São Tarcísio como um universo social e territorial (no sentido de espacial). O resultado disso, percebemos, seria a materialização da cultura coletiva no espaço através de símbolos comuns e de mecanismos de reconhecimento grupal possibilitando uma “essência”/”natureza” da comunidade. Estes símbolos culturais teriam a capacidade de criar um referencial de pertencimento ou não mais abrangente em termos comunitários. O bairro, então, pode ser visto como um território composto por grupos mais circunscritos. Eles poderiam ser compreendidas como identidades caracterizadoras de determinados grupos, como, por exemplo, o dos “moradores velhos” e o dos “moradores novos”. Outra representação que distingue, numa escala maior e em termos de Governador Valadares, é a dos “pioneiros” e a dos “forasteiros”, presentes no cenário valadarense do início do século XX.

A população que ocupou o São Tarcísio seria constituída de “forasteiros”, ou seja, aqueles que chegaram a Governador Valadares sem bens, sem nome, muitas vezes sem família, e que, por este motivo, teriam sido considerados aventureiros e desenraizados. A territorialização espacial do bairro São Tarcísio teria, então, se dado a partir da necessidade de acomodar uma leva de trabalhadores, oriundos de localidades rurais, que chegavam, na década de 1950, com a perspectiva de trabalho na extração de madeira e mica. O espaço onde se edificou o bairro, situado à margem do rio Doce, sem nenhuma infra-estrutura,

precisou ser aterrado para que, acrescentado, servisse aos propósitos de uma dinâmica econômica encampada pela elite “pioneira”, principalmente os proprietários de terra, e a municipalidade. Os espaços mais favorecidos e valorizados, que já possuíam alguma urbanização protagonizaram um tipo de nucleação urbana onde, quanto mais central fosse, mais valorizado se tornava. O novo território, batizado de bairro São Tarcísio (como veremos no capítulo seguinte), inicia-se com um processo de reprodução dos costumes rurais mas inserido dentro de uma regulação, auto-regulação, expectativas e afetos, principalmente do ponto de vista espacial, por causa da proximidade com o rio Doce. Este processo, que não consideramos como permanente e nem tampouco linear, pode ser caracterizado pela adaptabilidade, pelo ajustamento, e pela maleabilidade. Ainda no século XIX, o espaço do atual São Tarcísio já teria recebido moradores canoieiros por causa de um porto de canoas que, naquela altura, referenciava regionalmente a localidade que originou Governador Valadares. Mais tarde, por volta da primeira década do século XX, outros moradores teriam territorializado o espaço: eram os trabalhadores da estrada de ferro Vitória-Minas (como veremos no próximo capítulo).

Percebemos, então, que o processo de territorialização do bairro teria tido como elementos-chave, as regulações, auto-regulações, expectativas e afetos, e como herança, um imaginário, ou seja, uma imaginação coletiva construída em relação ao rio Doce. Da apropriação espacial (material) e da comunhão de experiências, práticas espaciais, e códigos culturais, teria se configurado a comunidade do São Tarcísio. Percebemos, então, que o processo de territorialização estaria alinhavado por um “tipo de motivo” (um padrão de ação). Neste momento, achamos pertinente outra pergunta: Poderíamos considerar, neste processo, uma possível determinante causal anterior ao século XX que, influenciando por meio de desejos, impulsos, necessidades e vontades (nem sempre intencionais), teriam contribuído para uma territorialização colonizadora não apenas do espaço atualmente recortado como bairro São Tarcísio, mas, da cidade de Governador Valadares? A forma encontrada de inferirmos sobre esta possibilidade é através da Sociologia de Max Weber, que sugere a consideração de determinados encadeamentos (sequência) de fatos como ferramenta para a compreensão de objetos culturais. Neste encadeamento (sucessão/sequência) é preciso que consideremos uma hipotética motivação (motivo/ação) nem sempre consciente, desencadeadora e orientadora do processo.

Os motivos (tipos de ação social) são cunhados por Weber como “tipos-ideais”. São eles: a ação racional, a ação racional com respeito a valores, a ação afetiva e a ação

tradicional. Entendemos que o tipo ideal que mais se aproxima de uma motivação que, supostamente, teria originado o processo de territorialização do Vale do Rio Doce e, conseqüentemente, da cidade de Governador Valadares e do bairro São Tarcísio, teria sido aquele classificado por Weber como tradicional. Teria sido uma linha/cadeia de elementos significativos, ligados à colonização, que teria originado não apenas o território físico, mas, também, alguns códigos culturais presentes em Governador Valadares. Mas, acatando a orientação de Weber, para buscarmos uma compreensão melhor embasada nesta suposição, necessitamos nos referenciar em um vínculo motivacional e ver se este vínculo (motivo) fornece os elos significativos de uma dimensão processual. Para rastrear este processo, necessitamos de “uma imputação causal”, importante instrumento metodológico weberiano a ser utilizado na construção de uma interpretação cultural. (WEBER, 1992, p.17). Os elos da cadeia, formados por fatos e códigos, orientariam um sentido em que o sujeito seria copartícipe tanto individualmente quanto coletivamente deste encadeamento, culminando numa conformação, figuração, processo civilizatório ou não, como nos ensina Norbert Elias.

Percebemos, então, que a consideração de uma cadeia motivacional poderia nos auxiliar na compreensão de um complexo processo de produção simbólica, onde, possivelmente, poderíamos buscar respostas para melhor entendermos o nosso objeto de estudo no passado colonial da região. Isso se dá porque apropriar-se significa, também, apoderar-se. No processo de apropriação vislumbramos as relações de poder tanto oficialmente instituídas, como informais, tanto entre grupos, como entre indivíduos. O processo de apropriação (territorialização) de uma cena territorializável teria como produto, além das relações de poder, comportamentos, códigos de conduta, simbolismos, práticas tanto espaciais como culturais. Salientamos que influem também, sobremaneira, neste processo: o imaginário e o mítico. Compreendemos que a produção simbólica do território envolveria estes aspectos, uma vez que eles estariam presentes na construção, reconstrução, manutenção, (re)significação, ou esquecimento dos códigos culturais. No próximo capítulo, buscamos, então, compreensão de um possível “encadeamento motivacional” que nos auxilie compreender melhor o nosso objeto de estudo, a partir da colonização do Vale do Rio Doce. Para tanto, iniciaremos este capítulo com uma reflexão a respeito da colonização da região (sertão do rio Doce) e, em seguida, direcionaremos o nosso foco para o bairro e a cidade de Governador Valadares, tentando rastrear elementos passíveis de uma imputação causal na compreensão do nosso objeto cultural.

## **2 O SERTÃO DO RIO DOCE E A TERRITORIALIZAÇÃO DE GOVERNADOR VALADARES: REPRESENTAÇÕES E IMAGINÁRIO**

Antes de partirmos em busca de uma compreensão mais específica do território que propomos estudar por meio de uma pesquisa de campo, abordamos, primeiramente neste capítulo, o processo de colonização do Vale do Rio Doce. É preciso esclarecer que consideramos este longo processo de organização do espaço, através do Sertão do rio Doce, como um projeto de gestão do território. Quando nos referimos à gestão, estamos considerando não apenas a organização espacial, mas, estratégias de domínio, tentativas de controle e administração do território. Consideramos que a organização do espaço seria, então, a priori, motivada por um projeto e formada por um conjunto de práticas e interações sociais uma vez que o espaço é, necessariamente, impactado por ações espacialmente localizadas. (WEBER, 1994, p.78). Haveria, então, uma diferenciação espacial de acordo com o tipo de projeto adotado para gerir e controlar o território posto que, quando nos referimos a projetos, salientamos em sua concepção a existência e influência de padrões culturais, ou seja, códigos próprios que fornecem significados distintos à organização social. (CLAVAL, 1999a, p. 28). Considerar o processo e a motivação em torno da colonização do sertão do rio Doce, aparentemente, em nada teria a ver com o estudo dos sentidos possivelmente presentes no bairro São Tarcísio, não pudesse este bairro ser considerado como resultado desta “ação espacializada”, gestada no século XIX. (ELIAS, 1990, p.54). Ação esta, que teria produzido arranjos e rearranjos territoriais numa lógica excludente em termos de apropriação do espaço. Assim, a lógica geográfica de cidades do Leste de Minas Gerais, tais como Governador Valadares, teriam como vínculo causal, o projeto de configuração do sertão do rio Doce. No caso específico de Governador Valadares, percebemos que após um processo de organização espacial, o rio Doce se torna a principal referência de territorialização e demarcação territorial. Será a partir do rio que a cidade e os bairros terão a sua configuração inicial.

Assim, dedicamos a primeira parte deste capítulo à temática que gira em torno da colonização do Sertão do rio Doce considerando, também, o papel desempenhado pelas representações e o imaginário em torno do espaço e do rio Doce.

Na segunda parte deste capítulo, a cidade de Governador Valadares é retratada como cena territorializável do início do século XX. A apropriação espacial se

move/desloca da proximidade imediata do rio para uma área mais alta (de maior habitabilidade), fixando um centro de nucleação urbana e deixando a margem do rio como periferia sem um planejamento de ocupação do espaço. O que pretendemos, ao salientar este processo, é enfatizar a mudança que irá definir o desenvolvimento da cidade e reforçar o traço entre os menos favorecidos e mais favorecidos que teria produzido identidades distintas e, com elas, territorialidades também distintas.

Na terceira parte, apresentamos um esforço de descrição do bairro São Tarcísio buscando retratar algumas de suas especificidades morfológicas, históricas e sociais. Para melhor organizarmos esta temática, nos a subdividimos em tópicos que abordam o bairro e a dinâmica comunitária que gira em torno de assuntos como, por exemplo, as enchentes do rio Doce, a convivência, e as relações de lazer e trabalho da comunidade ribeirinha.

## 2.1 A POLÍTICA PORTUGUESA E O DOMÍNIO TERRITORIAL DO SERTÃO DO RIO DOCE

Percebemos que, a fim de buscar compreensão do processo de colonização - aqui entendido como de territorialização - que constituiu o Vale do Rio Doce necessitamos recorrer, inspirados em Elias e Weber, a uma referência de maior duração temporal considerando uma imputação causal que possa, hipoteticamente e por meio de uma cadeia motivacional, explicar uma dimensão processual da produção e reprodução simbólica que poderia ser percebida culturalmente em Governador Valadares e do qual, o Bairro São Tarcísio faz parte. Este processo é, assim, rastreado em determinados comportamentos do Brasil colonial principalmente em matéria de apropriação do espaço que, por sua vez, teriam, hipoteticamente, originado os grupamentos sociais favorecidos e não favorecidos economicamente e em termos de prestígio no Vale do Rio Doce e região além de, possivelmente, outros códigos culturais de natureza social.

As referências apontam, primeiramente, para uma territorialização do espaço fundamentada numa “racionalidade que visava um fim”: a finalidade de conquista, fiscalização e controle. (WEBER, 1994, p.18). É preciso, todavia, amparados em Muniz Sodré (2002), salientar que esta territorialização institui determinados comportamentos e expectativas de natureza não necessariamente espacial. Inicialmente, temos que as diretrizes políticas e administrativas da Coroa Portuguesa, introduzidas em território brasileiro durante a colonização na segunda metade do século XVIII pela política de Sebastião José de

Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, tiveram por objetivo imediato concretizar um projeto de dominação territorial através de medidas eficazes para conter a ação de invasores e, ao mesmo tempo, eliminar as ameaças provenientes dos índios.<sup>26</sup> Contudo, é preciso considerar que a forma lusitana de gestão do território conquistado implicava, também, na transmissão de um padrão cultural de apropriação do espaço onde os códigos e intenções racionais conviviam lado a lado com a existência do “patriarcalismo e senhorialismo”, elementos tradicionalistas. (HESPANHA, 1994, p.95).

No Brasil Colonial, a sociedade senhorial se caracterizava por uma estrutura baseada nas relações de parentesco, de status social, e de conchavos políticos como uma forma tradicional de reprodução da dominação. (SOUZA, 2006, p.27). Pode-se considerar esta, como uma matriz para que a dominação se estabelecesse também no plano das ideologias de controle social. (FAORO, 1998, p.23). Segundo Stuart B. Schwartz, (1979, p.79) a sociedade senhorial, possuía três principais fontes de poder. A primeira delas é a propriedade da terra, que era determinante na administração e na utilização das rendas extraídas da exploração de recursos naturais, advindas de uma economia agro-comercial. A segunda eram as alianças entre os poderosos, criando uma rede de atendimentos aos dependentes e aliados com o retorno de favores e vantagens e, por último, a ligação com um centro irradiador de vantagens econômicas e de recursos em conexão com uma metrópole mercantil, “lócus” de exploração. Esta ligação garantiria benefícios locais reproduzindo, no caso da colônia ou fonte de recursos, “um espaço de dominação em menor escala.” (MATTA, 2000, p. 05).

Acreditamos que, ao considerarmos um motivo e uma processualidade na conjuntura do Sertão do Rio Doce na época colonial, necessitamos compreender, antes de tudo, que as capitânicas do Brasil, neste contexto, ocupavam uma posição central na estratégia de dominação do Marquês de Pombal. Entretanto, era preciso vencer o desafio geopolítico de manter esse domínio sobre uma grande extensão de fronteiras e litorais tendo em vista que nem todos habitantes de Portugal e das ilhas Atlânticas seriam suficientes para ocupar e produzir toda a extensão dos domínios lusitanos na América. (ESPÍNDOLA, 2005, p.53). A

---

<sup>26</sup> Conforme Espíndola (2006), alguns estudos do processo de ocupação dos sertões do Leste de Minas no final do século XVII e início do século XIX têm como centrais as categorias território e territorialidade. Uma opção, nestes estudos, é a adoção de uma abordagem que, adotando a história cultural como referência, centre a análise nos aspectos ligados à representação, à mentalidade e ao simbólico. Isso porque abstrair a categoria território em termos de análise implicaria em conceber a apropriação de determinado espaço. Esta apropriação pode ser considerada política, econômica e, também, psicológica, social, afetiva e cultural. Por conseguinte, pode-se dizer que a territorialização estaria ligada à marcação de limites que podem ser tanto físicos como simbólicos funcionando como um agente regulador das fronteiras sociais de cada um dentro dos espaços. (ESPÍNDOLA, 2006, p.03).

alternativa demandou um longo processo cuja ordem era a de “ocupar os pontos estratégicos junto às fronteiras e aos cursos dos rios navegáveis.” (Op.. Cit.). As instruções do Marquês de Pombal aos governadores enviados para o Brasil, tais como o Marquês do Lavradio, Morgado de Mateus e Conde de Valadares, respectivamente das capitanias da Bahia, São Paulo e Minas Gerais, eram “conhecer e ocupar”. (HOLANDA, 1990, p. 37). Esta estratégia está fundamentada no mito geográfico da *Ilha Brasil*, que unificava litoral e sertão tendo como fronteira natural e preexistente o mar e os cursos dos rios.

De acordo com Haruf Salmen Espíndola (2006, p.06), este mito permitia entender o lugar central do domínio político como “poder capaz de delimitar e produzir juridicamente o território antes que este fosse produzido historicamente pelos processos sociais.” Para Espíndola, no século XVIII, a fragilidade lusitana foi decisiva na discussão do Tratado de Madri, sendo resolvida pelo princípio do *uti possidetis*, evocado por Alexandre de Gusmão. Por este princípio, a terra deve pertencer a quem de fato a ocupa. Com esta argumentação e a assinatura do Tratado de Madri (1750), “o mito da Ilha-Brasil torna-se território representado cartograficamente e reconhecido diplomaticamente.” (HOLANDA, 1998, p.45).

Nesse sentido, levando-se a cabo uma política de configuração e controle territorial nas capitanias do Espírito Santo, de Minas Gerais e da Bahia, optou-se por fiscalizar e controlar o território dos vales do rio Doce, Mucuri e Jequitinhonha, fechando as aberturas naturais que davam passagem para os centros de mineração de outro, do interior.<sup>27</sup>

Assim, podemos compreender a dominação territorial portuguesa dos Sertões do Leste de Minas como resultado de uma política consolidada no período colonial. Em se tratando de dominação, de acordo com Max Weber (1994), podemos relevar, neste contexto, três tipos possíveis: a dominação legal, baseada em estatutos que podem ser modificados e criados desde que uma ação de dominação esteja pré-estabelecida; a dominação tradicional seria aquela baseada na crença e nos poderes de senhores, onde um manda e o outro obedece e, diferentemente da dominação legal, ela não é baseada na formalidade. Já a dominação carismática, seria dada em virtude da devoção, e por pessoas que possuem caráter

---

<sup>27</sup> De acordo com Espíndola (2005), estes “caminhos” fluviais eram os pontos fracos que permitiriam penetrar na fortaleza natural que era Minas Gerais, conforme as palavras de João Camilo de Oliveira Torres. Minas era uma fortaleza natural, na medida que estava separada do litoral pela serra do Mar, pelo fosso do vale do Paraíba do Sul, pela serra da Mantiqueira e pelo Caparaó. Porém, os rios Doce, São Mateus, Mucuri e Jequitinhonha, eram pontos frágeis dessa linha de defesa natural, ao representarem aberturas que poderiam conduzir ao interior. (ESPÍNDOLA, 2005, p. 89).

“comunitário”, onde quem manda é o líder e o que obedece é o “apóstolo.”<sup>28</sup> Na estratégia da Coroa Portuguesa na América, percebemos a dominação legal visando um fim, intencionalmente e racionalmente utilizada tanto nas estratégias de domínio como na construção e utilização de mitos. Mas, também, há elementos da dominação tradicional e carismática, na perpetuação de hábitos culturais do Antigo Regime e nos rituais e simbolismos em torno do poder real. (FAORO, 1998, p.29). Estes simbolismos carismáticos e tradicionais da Coroa portuguesa irão afetar sobremaneira no processo de territorialização e domínio verificado na província de Minas Gerais através da manutenção de códigos que fortalecem e reproduzem uma imagem forte do poder aristocrático. (GENOVEZ, 2003, p.27). No caso do Sertão do Rio Doce, esta imagem de poder central estaria presente demarcando espaços através dos rios, alargando domínios numa guerra com os índios e buscando alternativas para o declínio da produção de ouro em Minas Gerais. O resultado destas ações será o ponto de partida para a territorialização do Vale do Rio Doce. No que diz respeito à busca de ouro, prata e pedras preciosas, a expectativa do poder central verificada através da organização das “entradas”, nos conduz a outro repertório de mitos criados a partir de um imaginário de riquezas “fabulosas”. (HOLANDA, 1994, p.12). Estes mitos ganham corpo através de incursões referenciadas no rio Doce e são, por assim dizer, uma lente através da qual a região passa a ser examinada e imaginada. (ESPÍNDOLA, 2005, p. 29). Considerando estas ações como elo significativo de uma cadeia que não seria encadeada consecutivamente e diligentemente, mas, possuiria períodos de estagnação e refluxos até a constituição da cidade de Governador Valadares, veremos, a seguir, que o processo de territorialização da região não se dá de maneira contínua. Ele acontece gradativamente envolvendo expectativas que fazem parte de uma estratégia de domínio. Nestes sertões “vastos” e “ermos” do rio Doce, a presença dos índios botocudos e, supostamente, de riquezas inimagináveis, oferecerão um contraponto que, juntamente com a apropriação do território através dos rios, deixarão um legado simbólico espacialmente e culturalmente presente na região. No mapa a seguir, podemos observar o rio Doce em destaque e a sua referência espacial nos sertões de Minas. Vê-se que o rio Doce era uma importante via de acesso ligando o sertão ao litoral.

---

<sup>28</sup>Entretanto, estaria presente nesta dominação prévia do sertão, uma herança do feudalismo e, conseqüentemente, do patrimonialismo, que teria se transformado em patrimonialismo estamental. (CAMPANTE, 2003, p.07).



FIGURA 1 – O destaque do rio Doce (em detalhe) no Brasil colonial.  
 Fonte: Arquivo do NEHT/UNIVALE

A importância do rio Doce era relevante no contexto colonial uma vez que este se prestava ao papel de “caminho das riquezas.” De acordo com Sérgio Buarque de Holanda (1994), nos séculos XVI e XVII, expedições que saíram de Porto Seguro e de Vitória, entraram pelo interior das capitanias de Ilhéus, Porto Seguro e Espírito Santo. Elas estavam em busca de uma Serra das Esmeraldas, supostamente localizada onde se encontra o divisor das bacias dos rios Jequitinhonha, Doce e Mucuri. (HOLANDA, 1994, p.37). O caminho das esmeraldas pelo rio Doce acabou sendo abandonado pela alternativa paulista (Bandeira de Fernão Dias, em 1672). Com a descoberta do ouro foi estabelecido o controle sobre as rotas que desciam para o litoral, de forma a isolar os sertões que ficavam a Leste dos núcleos urbanos ligados a mineração, em Minas Gerais, tanto para evitar o contrabando do ouro, como para impedir uma possível invasão estrangeira. (ESPÍNDOLA, 2005, p.28). Diversos atos legais proibiram o acesso ao litoral do Espírito Santo, Norte do Rio de Janeiro e do Sul da Bahia pelos rios ou caminhos que atravessassem os sertões cobertos de matos gerais, que ficavam a Leste da região mineradora. Conforme Espíndola (2006, p.06), pela tradição e legislação portuguesa, entrar pelo sertão exigiria a autorização do soberano, na medida em que esse lhe pertencia como domínio.

Com o declínio do ouro, particularmente, entre o último quartel do século XVIII e a primeira metade do XIX, a região foi vista como alternativa para a crise, ou seja, o controle sobre os rios agora deveria servir a um processo de territorialidade, dando-lhe um uso que possibilitasse produzir riquezas e aumentar as rendas do Estado. Na primeira metade do século XIX, a navegação fluvial, o acesso ao mercado mundial, a incorporação de território de floresta e a guerra aos índios ocuparam espaço significativo na pauta do governo central (de D. João VI, D. Pedro I e D. Pedro II) e dos governos de Minas e do Espírito Santo. (Op. Cit.).

O sertão, os rios e as riquezas auxiliam, desta forma, na construção de representações sobre os vastos sertões do Leste de Minas. Podemos considerar o imaginário construído por estes três elementos nos valendo de duas categorias: “sertão” e “riquezas fabulosas”. A palavra “sertão” é de origem portuguesa e a encontramos, pela primeira vez, relacionada ao Brasil, na Carta de Pero Vaz de Caminha. (RIBEIRO, 2009, p.80). A idéia é a de um espaço desconhecidamente “sertão” de solidão, com riquezas disponíveis a serem encontradas e exploradas.

Esta fama foi um importante elemento impulsionador da apropriação espacial dos sertões de Minas. Acreditava-se em três lugares lendários: Vapabuçu do ouro (grande lagoa dourada), Sabarabuçu da prata (Itaberaba-assu ou serra grande) e Serra das Esmeraldas. “A

floresta pluvial tropical ajudava a construir o mito, pois se o ouro, a prata e as pedras não eram encontradas, também não se podia dizer, com certeza, que não existiam.” (HOLANDA, 1994, p.18). Assim as, “entradas”, expedições que penetraram no interior do Brasil e em Minas Gerais nos primeiros séculos de colonização, foram movidas pelo objetivo de encontrar “fantásticas riquezas existentes”. (idem, p. 19).

Com a chegada do príncipe regente ao Rio de Janeiro, em 13 de maio de 1808 é expedida a Carta Régia com a declaração de “guerra ofensiva” aos botocudos e a outros índios habitantes da zona de florestas da província de Minas Gerais, bem com determinou a formação da Junta de Conquista e Civilização dos Índios e da Navegação do Rio Doce. (ESPÍNDOLA, 2005, p.87). De acordo com Espíndola, o Sertão do Rio Doce foi dividido em circunscrições militares e, para cada uma delas, foi constituído uma Divisão Militar do Rio Doce (DMRD):

As sete divisões militares se distribuíram entre os vales dos rios Pomba (bacia do Paraíba do Sul) e, mais setentrional, no médio Jequitinhonha, tendo as principais forças na bacia do rio Doce. As divisões foram utilizadas para liberar o território para a penetração de populações luso-brasileiras e, ao mesmo tempo, para intermediar a relação dessas populações com os índios, no sentido de incorporar os grupos indígenas à sociedade nacional.<sup>29</sup>

Na região onde se situa atualmente a cidade de Governador Valadares, foi instalado o quartel Dom Manoel, da 6ª Divisão Militar do Rio Doce. Este quartel se situava à margem do rio Doce em um local ainda não conhecido. Algumas especulações acadêmicas, ainda infundadas,<sup>30</sup> apontam para a possibilidade de o quartel ter sido edificado na parte elevada do terreno onde, atualmente, se situa o bairro São Tarcísio. Contudo isso não pode ser afirmado com exatidão e, segundo estudiosos como Haruf Salmen Espíndola, a afirmação carece de maiores pesquisas. (2005, 410). Outros quartéis da 6ª DMRD foram instalados em Cuieté (no Rio Cuieté, próximo ao Doce), em Barra do Cuieté (na foz do Rio Cuieté), em Lorena (Natividade – Aimorés), no rio Doce, cachoeira das Escadinhas e em Bananal Grande

---

<sup>29</sup> Esta visão dos índios pode ser considerada como um elemento fomentador do imaginário colonial de conquistador. Isso acelerou o processo de dizimação dos botocudos. (ESPÍNDOLA, 2005, p. 88).

<sup>30</sup> Estas especulações têm como referência a topografia do terraço de Governador Valadares em relação à existência de dois pontos de corredeiras no rio Doce onde, ainda no século XIX se constituíram dois portos de canoas. Sabe-se que a utilização de referências das corredeiras era considerada para a construção de portos porque a viagem era, necessariamente, interrompida nestes locais. Assim, construía-se o porto imediatamente após a corredeira para início de viagem. Como na região de Governador Valadares há dois pontos com corredeiras, foram constituídos dois portos: um de embarque e outro de desembarque de pessoas e mercadorias que chegavam à cidade do Espírito Santo. O espaço onde se edificou no século XX o São Tarcísio é suspeito de ter abrigado o quartel Dom Manoel porque a parte baixa do terreno se contrasta melhor com uma elevação angulada considerada propícia para a fiscalização militar do rio.

(margem do rio Doce, abaixo do rio Cuité). Na primeira fase de guerra ofensiva (1808-1818), os índios botocudos foram vistos como antropófagos, inimigos terríveis e poderosos, contra quem a única solução seria a guerra ofensiva. Entretanto, logo depois, se percebeu que formavam sociedades frágeis, que rapidamente se desagregavam, depois dos primeiros contatos, principalmente ao ser introduzida a aguardente.<sup>31</sup> Com o abandono da estratégia ofensiva, as divisões criaram uma rede de postos militares e aldeamentos que se constituíram na origem da maioria das cidades e vilas da região. Conforme Espíndola (2005), negociantes de poaia,<sup>32</sup> fazendeiros e garimpeiros, interessados em livrar-se da presença de determinada tribo, contratavam jagunços conhecidos como “matadores de aldeia” para chacinar grupos indígenas.

Genocídios dessa natureza contaram com a participação de ex-soldados índios das divisões ou tiveram esses soldados como os próprios comandantes dessas operações. Durante o período de atuação das divisões militares (1808-1839), todos os grupos da margem meridional do rio Doce foram atraídos e também quase todos da parte setentrional o foram, somente permanecendo arredias as tribos da nação Jiporok e, desconhecidas, as da nação Gutkrak, no norte do Espírito Santo. (p.29).

Segundo Espíndola, o processo de ocupação demográfica não tomou a direção pretendida pela Carta Régia de 13 de maio de 1808, apesar dos incentivos concedidos e das sesmarias distribuídas nas margens do rio Doce. O objetivo maior de fazer com que o povoamento funcionasse para viabilizar a navegação não se concretizou. (2006, p. 09). Esperava-se que a ocupação das margens garantisse mão-de-obra para o serviço das canoas e, principalmente, propiciasse passageiros e produtos para serem transportados. “A presença luso-brasileira se restringiu praticamente aos postos das divisões militares, com pequenas exceções. O principal fator de devassamento da região foi a extração da poaia, que envolveu negociantes, intermediários, agenciadores, militares, coletores luso-brasileiros e índios.” (Op. Cit.). Entretanto, conforme o historiador, a ocupação e o controle das áreas de floresta pelas forças divisionárias foram fundamentais para incorporar aquele espaço como território e

---

<sup>31</sup> Conforme Espíndola (2005, 18), esta visão dos índios pode ser considerada como um elemento fomentador do imaginário colonial de conquistador. Isso acelerou o processo de dizimação dos botocudos.

<sup>32</sup> Poaia é a Ipecacuanha (*Cephaelis Ipecacuanha Brot.*), da família das Rubiaceae. Essa droga do sertão possui diversos nomes populares, tais como Ipeca e Poaia. Na primeira metade do século XIX, adquiriu importância na pauta de exportações, principalmente para Minas Gerais. Tem múltiplas terapêuticas: modificador das secreções, emética, expectorante, anti-disentérica, sedativa, diaforética, hemostática, anti-hemorrágica, anti-parasitária; tratamento da difteria, envenenamento, cólica, inflamação da mucosas da via respiratória, infecção intestinal, disenteria amebiana, entre muitas outras. (ESPÍNDOLA, 2005, p.29).

abri-lo para o povoamento luso-brasileiro, incluindo os negociantes de poaia, fazendeiros e garimpeiros.

A ocupação do sertão teria se dado de maneira gradual e lenta, a partir do alto rio Doce e das partes altas dos seus afluentes mais importantes, tendo contribuído para isso o movimento de dispersão demográfica espontânea provocada pelo declínio da antiga região mineradora.

Conforme Núbia Braga Ribeiro (2009), a rota mais utilizada de adentramento no interior do sertão iniciava-se na região onde, atualmente, existe a cidade de Muriaé, passando por um caminho em que provocou o surgimento das Cidades de Caratinga, Governador Valadares, Itambacuri e, finalmente, Teófilo Otoni. (2009, p. 15). A partir dessas áreas, a população foi avançando gradativamente, derrubando a floresta, e se estabelecendo próxima aos pequenos cursos d'água, porém, até metade do século XIX, isso estava apenas no início. O rio Doce foi visto como um canal que propiciaria, através da navegabilidade, um acesso ao litoral (Espírito Santo). Entretanto, esta iniciativa foi frustrada pela presença das corredeiras, inviabilizando o transporte através até mesmo das canoas.

A idéia de que a navegação do rio Doce estimularia o desenvolvimento da atividade comercial não se concretizou e, ao mesmo tempo, a ausência de uma produção mercantil e a inexistência de mercado comprador no Espírito Santo, a pobreza dessa província e as dificuldades encontradas no curso dos rios criaram impedimentos para a navegação superar o estágio rudimentar. A navegação foi essencialmente uma atividade de natureza militar e de controle dos cursos d'água e dos pontos estratégicos dentro do território. A iniciativa privada restringiu-se a um comércio de sal feito por canoeiros particulares, porém em pequena escala, com grande risco e aproveitando os preços especulativos que a escassez do produto provocava. (ESPÍNDOLA, 2005, p.414).

O índio era parte importante da estratégia de ocupação, na medida em que, por meio do processo de miscigenação, serviriam para aumentar a população. Também fora utilizado como canoeiros e soldados no policiamento do curso dos rios, na segurança dos locais onde o rio era interrompido por cachoeiras ou corredeiras e na abertura de estradas e construções de pontes. Em 1825, a parte meridional do rio Doce encontrava-se liberada da presença dos botocudos para ser ocupada pelos brasileiros. Entre Peçanha e o Salto Grande do Jequitinhonha, uma extensa linha na forma de um crescente, tendo Minas Novas no centro, começou a avançar sobre os territórios indígenas, provocando violentos conflitos com os Nacknanuk e Jiporok. (ESPÍNDOLA, 2006, p.10). As divisões militares cumpriram o papel de mediação, dando apoio aos fazendeiros, posseiros, garimpeiros, aventureiros, negociantes e coletores das drogas do sertão, ao mesmo tempo em que, num contexto acentuado de

genocídio dos botocudos, procuravam proteger os índios, especialmente contra os matadores de aldeia.

Começava a formar a gênese da população do Vale do Rio Doce com a chegada dos primeiros atores que, na metade do século XIX, migraram para a região. Entretanto, em se tratando da cidade de Governador Valadares, a chegada acentuada de pessoas só aconteceria em meados do século XX. No processo de ocupação do sertão, muitos que chegaram inicialmente foram forçados pelo degredo. Outros, pelo senso de aventura. Outros, movidos pelo imaginário das riquezas fáceis.

A maior parte da população que se dispunha a enfrentar o território sertanejo era formada de mestiços (pardos) e negros pobres, vivendo de culturas de subsistência, da caça, pesca e coleta. Gente ambiciosa também devassou as matas e se enriqueceu com o comércio de poaia, drogas do sertão, peles e animais vivos, tornando-se fazendeiros abastados. Aventureiros, oportunistas de todo tipo, jagunços, garimpeiros, prostitutas, fabricantes de aguardente, taberneiros, canoieiros do comércio de sal, tropeiros, entre outros, juntaram-se aos praças das divisões militares, aos índios aculturados na saga do sertão. À medida que se intensificava o povoamento de determinada área, entravam em cena os especuladores de terras, gente que conseguia sesmarias ou abria posse com o único objetivo de, posteriormente, vendê-las por um preço especulativo. (ESPÍNDOLA, 2005, p.419).

A maioria dos praças das divisões era recrutada pela força, ou estava servindo devido à punição judicial ou política. Outros foram residir nas matas para fugir da justiça: ladrões, salteadores, assassinos, contrabandistas. Também buscaram os sertões negros: quilombolas, que aprenderam a conviver com os grupos indígenas e com eles se misturaram. Todos viviam numa terra de arranjo social indefinido e distante do poder central, onde imperava a violência dos matadores de aldeia, de jagunços de aluguel, de capitães do mato e das divisões militares. Nessa terra “distante” e, em termos elisianos, “incivilizada”, que fazia de 100 quilômetros uma jornada de semanas, morria-se muito facilmente de malária, febre amarela, varíola, tuberculose, sífilis, gonorréia, ferimentos, naufrágios, assassinatos e outras coisas. (Op. Cit.). Nesse cenário territorializável, à medida que o temor dos luso-brasileiros pelos índios deu lugar ao desdém, o invasor sentiu-se com direito ilimitado sobre o território físico, cresceu-lhe a vontade de extermínio, mantendo uma especial predileção por adotar crianças índias arrancadas dos pais. Essa negação do outro se estendia a todo o sertão, pois apoderar-se dele era essencialmente modificá-lo até que deixasse de ser o que era. (ESPÍNDOLA, 2005, p.414).

Vemos, através do processo de povoamento do sertão do rio Doce, alguns elementos que podem ser relacionados ao nosso trabalho. Primeiramente, a demarcação territorial da região não apenas do Vale do Rio Doce, mas, também, do Mucuri e do Jequitinhonha, se deu a partir dos rios. Isto torna-se de vital singularidade para compreendermos a origem e demarcação de diversas cidades mineiras e, dentre elas, Governador Valadares e seus espaços ribeirinhos. Elas irão se desenvolver num tipo de nucleação urbana que terá a marca geográfica do rio e suas vantagens e desvantagens, como, por exemplo, “abastecimento x enchentes”, “várzea x platô”, “recursos naturais x moradias”, ou, ainda, “centro” x “periferia”, como referência territorial tanto em relação à valorização dos espaços rurais e urbanos, quando no surgimento de territorialidades informadas pela cultura local como, por exemplo, a ribeirinha e a não ribeirinha.

Em segundo lugar, a violência verificada no processo de colonização do Sertão do rio Doce tanto no primeiro estágio, com as Divisões Militares e a “guerra dos botocudos”, quanto na etapa seguinte, com a ação dos fazendeiros e matadores de aldeia, nos revela que a propriedade rural e a questão da apropriação de terras, impõem-se como símbolo de poder e status. É a terra que, em termos econômicos, propicia a exploração de recursos naturais e estabelece, inicialmente, uma economia agro-comercial. Será a terra que, como veremos adiante, estabelecerá, também, balizas de demarcação física e territorial na cidade de Governador Valadares, valorizando determinadas áreas e desvalorizando outras. Neste contexto, verifica-se uma aliança entre os fazendeiros e as Divisões Militares, garantindo, mesmo que não oficialmente, uma relação de favorecimento em troca de lealdade.<sup>33</sup> Em termos elisianos, a existência deste aspecto de escambo, no que diz respeito a trocas, constitui uma situação propícia a um processo civilizador, onde a “violência” seja substituída por uma ordem “mais social” e institucionalmente oficializada. Entretanto, com os arranjos e rearranjos que a cidade irá passar (como veremos adiante), percebemos que a violência assume um caráter espacial, social e cultural.

Em terceiro lugar, verifica-se a estratégia de manutenção de um poder centrípeto (em sentido partindo do centro) onde, atualmente é a região do Vale do Rio Doce, através de fiscalizações e controle do território por parte da Coroa, mas, exceto a demarcação de pontos estratégicos pelas Divisões Militares do Rio Doce, o que percebemos na prática é um tipo de poder centrífugo (no sentido de fuga do centro), especialmente após a “guerra

---

<sup>33</sup> Seriam estas, as relações de caráter tradicional, do ponto de vista weberiano. Relações baseadas no patriarcalismo, no senhorialismo e no patrimonialismo.

dos botocudos”, onde haveria uma orientação recíproca de agentes locais tais como fazendeiros, aventureiros, praças, garimpeiros, matadores de aldeia, e índios remanescentes, num tipo de autonomia que legitimava um processo de violência na apropriação dos espaços. Neste processo, os espaços podem ser considerados como cenário territorializável quando nos remetemos, especificamente, à cidade de Governador Valadares. A cidade será, futuramente, “terra de oportunidades”, lugar de “aquisição de riquezas”, mesmo que estas não sejam necessariamente o ouro, a prata e as pedras preciosas que despertaram os bandeirantes. Isso cria uma primeira polarização em termos de grupamentos: os fazendeiros, poderosos que contam com o apoio dos praças das Divisões Militares, que em raras ocasiões garantiam proteção aos remanescentes indígenas, já praticamente dizimados pela guerra, e um outro agrupamento, formado por mestiços (pardos) e negros pobres, garimpeiros, aventureiros, prostitutas, pequenos comerciantes de sal e coletores de drogas do sertão, dentre outros. Será este grupamento menos favorecido, contando ainda com os índios mestiços e migrantes de outras regiões, que formará, num primeiro momento, o território inicial dos bairros com localização menos privilegiada de Governador Valadares. Num segundo momento, os ciclos econômicos da cidade atrairão pessoas de regiões vizinhas e mais distantes, principalmente trabalhadores na etapa da exploração da madeira e da mica, como veremos adiante. A seguir, salientamos o papel das representações e do imaginário na manutenção ou não de determinadas expectativas com relação ao espaço do sertão e do rio Doce. A ação das representações e do imaginário é importante porque ela irá influenciar também na organização do espaço através de um padrão cultural de se relacionar com o território.

Vimos que a demarcação das terras do sertão nasceu da intenção de domínio e controle territorial. Percebemos que o processo de colonização da região aconteceu lentamente, deixando marcas não apenas espaciais, mas, também, culturais. São imagens figurativas, condutas e maneiras de se perceber a região. Estas imagens ou representações sociais <sup>34</sup> teriam no sertão um sentido que possibilita a adjetivação pelos significados que

---

<sup>34</sup>Estudos como os de Elias, Claval, e Max Weber, que lançam luz sobre a relação indivíduo-sociedade, se prestam a discussões que têm em seu bojo o conceito de representações sociais. Enquanto conhecimento prático, as representações sociais inserem-se no campo da Geografia Cultural bem como numa grande variedade de disciplinas. De acordo com Mary Jane Spink (1993), as representações sociais são uma alternativa teórica de compreensão do “*material ideativo em que vivemos*”. Isto é possível quando consideramos a busca de compreensão de elementos mentais socialmente compartilhados. (SPINK, 1993, p.302). Segundo Claval, as representações sociais devem, necessariamente, ser entendidas a partir do seu contexto de produção, situando-se, em sua transversalidade disciplinar, tanto no estudo dos fenômenos individuais como aqueles coletivos. (CLAVAL, 1999a, p.26).

o espaço assume: “vasto”, “ermo”, “desconhecido”, “habitado por botocudos antropófagos”, “desconhecido”, “perigoso”, “enigmático”. É o espaço longínquo no interior da colônia um cenário “incivilizado”, que carece de ser dominado e demarcado. No caso do rio Doce, não acontece de maneira diferente. É possível perceber que as representações o adjetivam com significados como “caminho de riquezas”, “área proibida”, “possivelmente navegável”, “fronteira de demarcação”. (ESPÍNDOLA, 2005, p.32). O processo de povoamento do sertão é então planejado, primeiramente, através de uma estratégia de domínio e fiscalização através dos rios. Na etapa seguinte, as doações das sesmarias são oferecidas como atrativo para a ocupação. O rio Doce é cartograficamente utilizado como “limite” natural, fronteira e símbolo de demarcação territorial.

É possível perceber, então, que as representações sociais a respeito do rio Doce e do sertão carregariam consigo uma ideologia porque participam de um processo de dominação. (SPINK, 1993, p.301). Elas se prestariam, assim, à fomentação da “teia de significados” que desvela um determinado contexto. (WEBER, 1996, p.28). Consideramos que esta ação de domínio estaria associada a outros elementos, tais como, “cognitivos, ideativos e sociais”. (JODELET, 2001, p.26). Esta “teia de significados” poderia, então, ser considerada como um conjunto cumulativo das produções culturais que constituiriam, em parte, o processo de territorialização do sertão do rio Doce, através de expectativas, “costumes e convenções culturais imaginadas e assumidas”. (CLAVAL, 1999a, p.38).

Da mesma forma podemos compreender como estas representações fomentam e ajudam a compor um determinado imaginário. O pensador polonês Bronislaw Baczko (1984, p.308), afirma que há uma relação inevitável entre imaginário social e poder uma vez que ambos legitimam ou não determinadas processos culturais e espaciais. No caso do sertão haveria, num primeiro momento, uma expectativa de “riquezas fabulosas”, ou seja, uma “euforização” do espaço, que nas palavras de Baczko, ganhariam o sentido numa valoração positiva. Após a chegada da Corte ao Brasil e com a guerra aos botocudos, o sertão torna-se de grande interesse por parte da Coroa: conquistar e civilizar os índios, e navegar o rio Doce é uma ordem inscrita num projeto de gestão do território. O sertão é fiscalizado e demarcado a partir dos rios numa política de expansão das fronteiras agrárias. Há, no contexto do século XIX, uma “disforização” dos índios pela atribuição da “antropofagia” e uma ação de apropriação que, lentamente e através de um

compartilhamento de atores e fatores, começa a fazer do cenário territorializado/territorializável um lugar de lutas e de conflitos entre grupos sociais privilegiados e aqueles desprovidos de bens.<sup>35</sup>

Ao concluirmos este tópico, percebemos que o processo de territorialização do sertão do rio Doce foi e continua sendo um processo longo no sentido de organização do espaço. Consideramos que a organização do espaço teria sido motivada por um projeto de domínio e de controle de um território considerado rico no século XIX, portanto, solução para a crise do ouro na província de Minas Gerais. Esta gestão, que tinha o rio Doce como referencia principal, pode ser considerada uma ação espacializada na medida em que, ao produzir diferenças espaciais produz, também, diferenças sociais. A reprodução deste modelo estaria presente na cidade de Governador Valadares. Percebemos que o arranjo territorial ocorrido no sertão do rio Doce segue uma lógica excludente em termos de organização espacial porque ela é gerada a partir de representações e de um imaginário social que coloca de um lado um grupo de “favorecidos” e do outro, um grupo de “não favorecidos”. Como produto desta lógica, teria ocorrido o surgimento de bairros como o São Tarcísio, onde seria possível estudar a territorialidade a partir da identidade, das práticas e dos códigos culturais. Mas, antes de nos adentrarmos no bairro passamos, nesta parte do trabalho, a apresentar Governador Valadares, observando a cidade como uma escala a partir da qual é possível compreender, num recorte menor e de maneira vinculada, o bairro.

## 2.2 GOVERNADOR VALADARES E A CONFIGURAÇÃO DE TERRITÓRIOS: ENTRE A TRADIÇÃO E A MODERNIDADE

Da mesma forma como ocorreu com Governador Valadares, sabemos que a maioria das cidades brasileiras se originou junto à margem de rios, por estes terem, sobretudo, uma “finalidade utilitária.” (MELO, 2009, p. 02). No Brasil, a relação estabelecida entre os rios

---

<sup>35</sup> Segundo Baczko, os estudos a respeito do imaginário teriam começado a se consolidar na segunda metade do século XIX, dentro do campo da Psicologia Social e da Antropologia. Neste sentido a noção de imaginário social teria passado a ser utilizada pelos positivistas para explicar o progresso da civilização, e pelos marxistas nas interpretações dos imaginários sociais a partir das análises das ideologias. Ao longo do século XX e no século XXI, o teórico salienta que o estudo do imaginário tendeu também a transitar pelo campo histórico, através do desenvolvimento da Nova História Cultural. (BACZKO, 1984, p. 300).

e as cidades vem desde as suas origens, pois muitos núcleos coloniais foram se formando às margens do mar e dos rios. Conforme Espíndola (1998, p.150), isto porque estes elementos hídricos podiam contribuir para a delimitação e defesa desses núcleos, e os rios tinham como finalidade utilitária servir para o abastecimento d'água e a circulação de pessoas, produtos e matéria-prima. (MELO, 2009, p.02). Um desses núcleos, como já mencionamos, foi a cidade de Governador Valadares, localizada na região Leste do estado de Minas Gerais, cuja formação e expansão teve a contribuição do rio Doce, principal curso d'água da bacia hidrográfica do Vale do Rio Doce, e que representa o sistema hídrico mais importante desta cidade.<sup>36</sup> Observamos no mapa a seguir, que a nucleação inicial se espalhou gerando a configuração do território. Assim, o perímetro urbano da cidade possui 12 distritos em seu entorno.

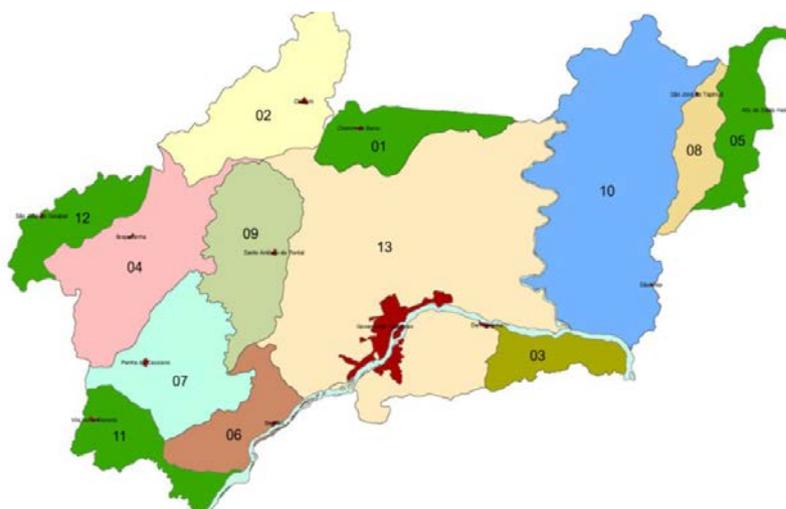


FIGURA 2 – Mapa de Governador Valadares

Fonte: Plano Municipal de Habitação. Secretaria Municipal de Planejamento (SEPLAN), 2009.

**Legenda:**

- |                           |                                   |
|---------------------------|-----------------------------------|
| 01 – Chonim de Baixo      | 07 – Penha do Cassiano            |
| 02 – Chonim               | 08 – São Juca do Itapinoan        |
| 03 – Derribadinha         | 09 – Santo Antônio do Pontal      |
| 04 – Brejaubinha          | 10 – São Vitor                    |
| 05 – Alto de Santa Helena | 11 – Vila Nova Floresta           |
| 06 – Baguari              | 12 – São José do Goiabal          |
|                           | 13 – Sede de Governador Valadares |

<sup>36</sup> O Município de Governador Valadares situa-se à margem do Rio Doce, a 324Km da capital Mineira (Belo Horizonte) e 429 Km da capital do Espírito Santo (Vitória). A cidade é servida pela ferrovia Vitória-Minas, da Companhia Vale do Rio Doce - CVRD e pela rodovia Rio-Bahia (BR 116), está também ligada à capital do estado pela BR 381. Ele pertence à Macro Região Metropolitana de Belo Horizonte e à Meso região do Vale do Rio Doce. (ESPÍNDOLA, 1999, p.13).

Diferentemente da maioria das cidades brasileiras, Governador Valadares se desenvolveu a partir de um “planejamento prévio em um ideal de modernização e racionalidade urbana.” (LIBÂNIO, 2010, p.07). A demarcação da cidade teve, como referência principal, o rio e o terraço, num primeiro momento:

Medido, dividido e demarcado, o espaço ganha novas ruas, mais distantes do rio. Normas pré-estabelecidas definirão o comprimento e a largura dos quarteirões, dos passeios, das ruas e avenidas, do afastamento das casas uma das outras, e desta da rua. A cidade que nasce quer ser moderna. (SIMAN, 1988, p.72).

As primeiras ruas foram traçadas numa área de 300 hectares:

Figueira está edificada sobre um solo muito plano, tendo suas ruas traçadas e demarcadas até 2000 m de extensão. A orientação destas ruas, que se cortam todas em ângulo reto, é Sul-Norte e Leste-Oeste. Foram projetadas 67 ruas, quase todas demarcadas, embora não em toda a sua extensão e divididas em 177 quarteirões. A largura das ruas é de 20 m e a largura da avenida que corta todas as ruas transversais, do Sul a Norte é de 30 m. A área demarcada é de 300 hectares. (idem).

Entretanto, muitos bairros que surgiram em áreas desvalorizadas e, dentre eles, o São Tarcísio, parecem não ter tido nenhum planejamento.<sup>37</sup> A ocupação em áreas periféricas ao centro da cidade teria acontecido, na maioria das vezes, de forma clandestina. Aliás, esta clandestinidade territorial teria sido, de certa forma, estimulada pelos governos municipais da década de 1960. (MIRANDA, et al., 2002, p.19). Já, no caso das áreas oficialmente planejadas de Governador Valadares, o traçado racional e moderno das ruas teria sido baseado no modelo europeu. As vias foram assim traçadas em formato de grelha, como podemos observar na foto a seguir, o que teria valorizado a especulação imobiliária no centro da cidade.

---

<sup>37</sup> Segundo Lana Mara de Castro Siman (1988), que teve como base dados coletados pelo SESP (Serviço Especial de Saúde Pública) em 1957 e publicados no Guia Valadarense de 1958, a população de Governador Valadares estava assim distribuída, considerando o número de habitantes por bairros e localidades. Bairro Santa Terezinha (2.499); Bairro da Linha Velha (979); Açucareira (709); Pastoril (1.138); Vila Euzébio Cabral (2.371); Santa Efigênia-Esgoto (3.607); Pedreira (1.922); Nossa Senhora das Graças-Carapina (2.978); Pátio da Cia. Vale do Rio Doce (350); Vila Bretas (4.499); Bairro de Lourdes (8.131); Bairro São Geraldo (1.807); Vila Isa (1.627); São Raimundo (1.474); Centro da Cidade (18.810). Total: 51.384 recenseados. Se se considerar que, no início da década de 50, só existiam, além da Vila Operária, os bairros do Sapo e do Lixo (posteriormente denominados bairros Nossa Senhora das Graças e São Geraldo, respectivamente), pode-se verificar o ritmo em que se deu o crescimento urbano na mesma década. O Bairro São Tarcísio não aparece neste recenseamento. Os poucos moradores que ali haviam foram considerados como pertencentes ao Centro. Conforme Siman, se “se subtrair do total o número de habitantes do centro da cidade, ver-se-á que a maior parte da população (em torno de 70%) se encontrava localizada na área suburbana, que incluía tanto os espaços oficialmente delimitados, como espaços invadidos, tais como: beiradas da linha férrea, de córregos, de rio, morro, áreas próximas a companhias, os chamados “cantos de rua.”” (SIMAN, 1988, p..132)..



Foto 1 – Foto da Praça Serra Lima na década de 1960 (centro de Governador Valadares)  
Fonte: Arquivo do Museu da Cidade – Prefeitura Municipal de Governador Valadares.  
(autor desconhecido)

Na foto acima, podemos interpretar no traçado do centro da cidade, uma proposta de racionalidade na organização planejada do espaço. Com relação aos bairros que surgiram de forma não planejada, percebemos que o espaço apropriado seria portador de características peculiares que fariam parte de um processo de produção e reprodução simbólica. Este processo poderia ser considerado de duas formas. Primeiramente, observamos que, com a chegada mais acentuada de migrantes trabalhadores até a metade do século XX, teria favorecido, juntamente com um arranjo espacial, a transferência de técnicas e simbolismos que estes trabalhadores trouxeram consigo de suas localidades de origem sendo estas, em grande parte, situadas em áreas rurais. Salientamos que, naquela altura, a própria cidade pode ser considerada rural em vistas de processo de organização espacial ainda em andamento, no que se refere à ocupação de espaços mais distantes do centro. No entanto, por causa da chegada de pessoas de diversos estados brasileiros, regiões de Minas Gerais e, até mesmo de outros países,<sup>38</sup> não haveria uma particularização de determinados códigos, mas, sim, uma miscelânea de códigos culturais que legaria à

---

<sup>38</sup> Segundo Siman (1988), a comunidade libanesa em Governador Valadares é um exemplo disso. Estas pessoas teriam chegado no início do século e se dedicado, principalmente, à área do comércio.

cidade a fama de não possuir uma identidade bem definida. O que se percebe é que uma leva de trabalhadores de regiões mais rurais que Governador Valadares, ao chegarem à cidade, se instalou em terrenos próximos ao rio Doce. A reprodução de suas práticas cotidianas teria contribuído para que, em espaços como o São Tarcísio, houvesse a adoção de determinados códigos comunitários mais ligados ao rio. Estes trabalhadores que chegam a Governador Valadares nas décadas de 1950 e 1960 são, em sua maioria homens, e podem ser caracterizados como mulatos, caboclos, negros e brancos pobres. (VILARINO-GENOVEZ, 2009, p.05). Eles se mudam para Governador Valadares instigados pelos “ventos do progresso” e pela “fama de grandes oportunidades” que a cidade então despertava. Buscando uma cadeia motivacional e de significados mais longa, em termos de passado, percebemos que do processo de colonização do sertão do Rio Doce, Governador Valadares parece ter herdado algumas representações, como aponta Lana Mara de Castro Siman:

A cidade de Governador Valadares foi conhecida (e, por vezes ainda o é), como “terra de gente brava”, onde havia sempre alguém com uma bala na agulha do revólver, pronto para disparar. Foi conhecida, também, como a terra em que corria muito dinheiro e, por isso, lugar procurado por quem precisava de trabalho ou por quem desejava enriquecer-se com rapidez. (...) Essas imagens eram, a um tempo, da cidade e da região do Vale do Rio Doce. Região nova, de fronteira, vizinha de várias regiões já desenvolvidas, rica em recursos naturais: floresta tropical primitiva, solo rico em recursos minerais, com uma estrada de ferro ligando o sertão ao mar. (...) A história de sucesso, da vitória do homem na ocupação da região e na utilização dos seus recursos sempre foi encoberta por uma espessa cortina de fumaça, ocultando a história da produção dessa vitória. Dominar a Natureza e o primitivismo da região significou subtrair, aos seus primitivos habitantes indígenas, o espaço e, posteriormente, as matas de que eram guardiões. (...) O projeto de ocupação dos sertões do Leste pelo homem branco expressava a intenção do poder imperial não só de integrar economicamente a região à malha mercantil, mas, de igual forma, a de projetar no Brasil uma imagem de civilização. A barbárie, representada pela presença indígena, deveria ceder lugar à civilização: a presença do homem branco. (1988, p. 165).

Percebemos que o “processo civilizador” da região teria, então, originado algumas representações mais ligadas à violência e à busca das “riquezas fabulosas”. A instalação do Quartel Dom Manoel em Figueira, no século XIX, é marcada pela frustração das tentativas de transformar o índio em mão-de-obra, reforçando a perspectiva de extermínio e de expropriação de suas terras. A fama de “riquezas fabulosas” na região teria raízes mais antigas, como já vimos, e estariam relacionadas nos séculos XVI e XVII a três mitos indígenas, todos eles propagando a existência de ouro, prata e pedras preciosas: Vapabuçu

(lagoa dourada), Sabarabuçu (grande serra de prata) e a Serra das Esmeraldas, cujo acesso seria através do rio Doce. (HOLANDA, 1994, p.39).

É nesse contexto e nesse cenário de luta e de dominação do branco sobre o indígena, do posseiro rico sobre o posseiro pobre, que se inscreve a primeira referência do processo de civilização de Governador Valadares. Por causa do Quartel Dom Manoel, o nome Porto Dom Manoel (utilizado como referência mais dentro do âmbito administrativo e militar), teria sido um dos muitos nomes que designavam a localidade ainda no século XIX e meados do século XX. Dentre estes nomes, estão Santo Antonio da Figueira, Porto das Canoas, Porto das Carroças, Santo Antonio do Bonsucesso, Figueira e Figueira do Rio Doce. (BORGES, 1988, p.29).

O Projeto de colonização e de “civilização” da região do sertão do rio Doce movido pela Coroa Portuguesa ao longo do século XIX, apresentava, de um lado, a “limpeza étnica” do território, declarando guerra aos índios botocudos e, de outro, a promoção da fixação do homem branco na região. Os resultados, porém, não corresponderam ao esperado e a região hoje conhecida como Vale do Rio Doce permaneceu praticamente despovoada e inexplorada até as duas primeiras décadas do século XX. (ESPÍNDOLA, 1999, p.27).

A segunda etapa do processo colonizador inicia-se na primeira metade do século XX, com o avanço da estrada de ferro Vitória-Minas. As transformações são muitas na região: a floresta é destruída, os índios remanescentes são afugentados, trabalhadores braçais (que irão migrar significativamente para Governador Valadares até os anos de 1960) são utilizados na indústria da madeira e no beneficiamento de mica. (SIMAN, 1988, p.163).

As terras devolutas, a maior delas parte desocupadas, ricas em recursos naturais e cortadas por uma estrada de ferro que as liga ao mar, atraem fazendeiros, comerciantes de madeira e minerais, e posseiros pobres, que vão formando pequenas roças de subsistência. Sucessivos governos do Estado de Minas Gerais encaminham, nas três primeiras décadas do século XX, a política de ocupação das terras do Vale do Rio Doce. No início do século, aparecem algumas manifestações favoráveis a concessão de terras aos posseiros.<sup>39</sup>

---

<sup>39</sup> Conforme Monteiro (1973, p.153), estas transformações dizem respeito à mobilidade de pessoas que chegam na cidade, cumprem um tempo de moradia e migram para outras cidades ou para o exterior em busca de “recursos materiais e econômicos”. Alguns estudiosos afirmam que, muitas destas pessoas migram para o exterior. Neste sentido, os Estados Unidos, desde a década de 1970 tem sido a principal opção. (SIQUEIRA, 2003, p. 44; SOARES, 2006, p.42; ASSIS, 1994, p.143).

Consideramos que é a partir deste contexto que inicia-se uma alteração do eixo de ocupação do território, antes, demarcado pela referência apenas do rio.

Nesta segunda etapa de colonização de Figueira do Rio Doce e, posteriormente Governador Valadares,<sup>40</sup> podemos verificar que a região se torna palco privilegiado das transformações que vêm ocorrendo até os dias de hoje. (ESPÍNDOLA, 1999, p.23). É para este território que se dirigem novas levas de posseiros, de retirantes, de trabalhadores do campo. É em Figueira que residem os “coronéis”. É para Figueira que se dirigem os comerciantes vindos do Noroeste da bacia do médio Rio Doce. (BORGES, 1988, p.06).

A intervenção de uma “força externa”, a do Estado, já se faz sentir no momento da demarcação do espaço urbano das terras do município. Essa medida impede que alguns poucos venham a assenhorar-se do espaço total da cidade. (BORGES, 1988, p.08). Com a ordem econômica estabelecida em Governador Valadares, nas décadas de 1940 e 1950, segundo Lana Mara de Castro Siman (1988, p. 164), o lazer se expande, através da zona boêmia e com ele, muitos problemas e um código de conduta.<sup>41</sup>

Neste código de vida urbana podemos pensar, em termos weberianos, em ações tradicionais baseadas em valores, muito presentes num universo provinciano de cidade pequena, do interior e em formação, que são marcadas pela busca de uma “fonte centrípeta de poder capaz de moralizar o meio social”, servindo para este meio, de referência.<sup>42</sup> Em termos “elisianos”, podemos perceber que o código de socialização é também diferenciador de posições e de status social<sup>43</sup> na medida em que estabelece quem manda,

---

<sup>40</sup> O nome da cidade é recebido após a emancipação, em 1938.

<sup>41</sup> Isso porque os crimes se avolumam, a imagem da desordem domina o cenário urbano. Neste contexto a burguesia urbana luta pelo seu triunfo impondo um “código de vida urbana” através da prática policial. A ação moralizadora sobre a cidade atinge as populações mais pobres: prostitutas, mendigos, trabalhadores.

<sup>42</sup> Conforme Borges (1988, p.07), no caso de Governador Valadares, os “coronéis” tornam-se a principal referência de moralização e de mando na cidade entre as décadas de 1940 e 1970.

<sup>43</sup> A sociologia de Weber estabeleceu uma distinção entre status e classe como as duas bases principais da estratificação social. Enquanto classe referia-se às diferenças sociais baseadas nas divisões e desigualdades econômicas, status designava a diferença de grupos na esfera “comunal” em termos de sua honra e posição sociais. Weber estabeleceu uma distinção entre status e classe como as duas bases principais da estratificação social. Enquanto classe referia-se às diferenças sociais baseadas nas divisões e desigualdades econômicas, status designava a diferença de grupos na esfera “comunal” em termos de sua honra e posição sociais. As situações de status resultam de relações comunais por meio das quais a honra social atribuída a um estilo de vida se torna a base das oportunidades. Enquanto a ação econômica implica interesse na preservação ou ampliação de vantagens, as ações baseadas em status dizem respeito a interesses na preservação ou ampliação da honra social. Os grupos concretos que podem ser formados com base em situações de status são “estamentos sociais”, termo por vezes traduzido erroneamente como “grupos de status”. Trata-se de stratos sociais divididos por sua honra ou posição social e que seguem um estilo de vida particular. A identificação

quem obedece e quais devem ser as condições (inclusive do ponto de vista econômico e social) daqueles que gozam do usufruto do poder. (2001, p.34). Por quê? Porque a partir da década de 1930, a sociedade valadarensense começa a se organizar de maneira a destacar os mais favorecidos (fazendeiros, proprietários de imóveis, negociantes, funcionários públicos graduados) e os menos favorecidos (trabalhadores braçais, empregados sem destaque social e biscateiros, entre outros). (SIMAN, 1988, p.159). Dentre os dois grupos sociais situam-se os funcionários públicos de menor status, pequenos comerciantes e trabalhadores especializados, constituindo um arremedo da classe média. (GENOVEZ-CAZAROTTO, 2010, p.13).

Após acessarmos algumas representações que percebemos como as mais consistentes e freqüentes a respeito da cidade cabe-nos, neste momento, verificar se as mesmas se entrelaçam/refletem uma dada tradição destoante da perspectiva de modernidade que permeia a sociedade valadarensense. É o que vemos a seguir.

Ao utilizarmos Max Weber e sua teoria no que diz respeito aos tipos ideais e sociais e, da mesma forma, Norbert Elias e sua sociologia figuracional, que coloca em um mesmo tabuleiro várias peças, sendo cada qual cumprindo uma função e uma figuração social e, todas elas dependendo entre si para que o jogo aconteça, é preciso perguntar em “que tipo de enquadramento cultural e considerando quais figurações sociais” poderíamos interpretar a sociedade valadarensense e, numa escala menor, a comunidade do Bairro São Tarcísio. (REVEL, 1988, p.12). Da mesma forma que poderíamos utilizar a nomenclatura de “ribeirinhos de várzea” e “ribeirinhos de platô”, nos referenciando a representações de moradia mais diretamente ligadas a processos de apropriação do espaço que têm como referência o rio Doce, podemos, também falar, em termos de Governador Valadares (como já mencionamos anteriormente), em “pioneiros” e “forasteiros”, representações que fazem parte do processo de constituição social, econômica e, também, cultural da cidade:

Pioneiros e forasteiros: assim eram denominados e se auto-denominavam os que chegavam à Figueira. Os pioneiros são aqueles que vêm da região, trazendo suas famílias, suas posses, suas raízes, e vão se estabelecendo no comércio e nas terras locais. Forasteiros são aqueles que chegam de fora, peregrinando, de mãos vazias, sem sobrenome, solteiros e desagregados de suas raízes, e que oferecem sua força de trabalho à ferrovia ou aos donos das terras e do comércio. (1988, p.64).

---

com grupos sociais específicos se torna a base das redes de interação exclusivas, dentro das quais se montam ações sociais para enfatizar o caráter distinto de um estilo de vida. Essas ações envolvem atitudes de aceitação e rejeição, reconhecimento e negação ou aprovação e desaprovação de outros em termos de sua conformidade ao estilo de vida escolhido. Em sua forma mais pura, a estima social da honra expressa uma concepção de prestígio vinculado ao estilo de vida. (WEBER, 200, p.41).

Os “pioneiros” seriam, então, aqueles personagens mais vultosos, lembrados, inclusive, em crônicas de memorialistas da região <sup>44</sup> como os “responsáveis” diretos pelo “desbravamento” e progresso de suas cidades. (SIMAN, 1959, p.159). Neste contexto situa-se o grupamento mais favorecido economicamente e socialmente em termos de prestígio (FONSECA, 1983, p.01-07). Compreendemos que, com isto posto, dois códigos poderiam servir como importantes referências no “processo civilizador” da cidade. Códigos estes que teriam provocado representações como a da “terra de gente brava” e a da “terra de oportunidades”. O primeiro código seria a “busca de afirmação” através do “prestígio social”, elemento que realça alguns aspectos da sociedade valadarense como um “estamento” porque estaria ligado a regras cultuadas num determinado estilo de vida, calcado em aparências de consumo e de “fidalguia”. Este código estaria ligado à idéia de convenções instituídas como moralizadoras da vida urbana através da ação dos “coronéis”, pertencentes oligarquicamente ao grupamento mais favorecido. (BORGES, 1988, p.10). O segundo código seria a busca de “riquezas fabulosas”, representação herdada, ainda, dos tempos coloniais e que sinalizavam o sertão do Rio Doce como elemento chave nos mitos de Vapabuçu, Sabarabuçu e da Serra das Esmeraldas, todos eles relacionados à idéia de riqueza inigualável, presente na região. (HOLANDA, 1994, p. 47; ESPÍNDOLA, 2005, p.25).

Juntamente com estes códigos, de feitio mais tradicional há, em Governador Valadares, a idéia de modernidade, conquistada graças ao “empenho e heroísmo” de alguns, abrindo as portas da cidade ao progresso e desenvolvimento. (ABREU-SANTOS, 2009, p.08). O discurso sobre modernidade surgiu, como já vimos, com grande força na década de 1940. Ainda em 1936, um representante da companhia Belgo-Mineira pronunciava, no centro da cidade, um discurso antecipando um “novo tempo”: o tempo do progresso industrial. (SIMAN, 1988, p.69). A indústria iria acelerar o ritmo das transformações que vinham ocorrendo na cidade e na região.<sup>45</sup> Os “ventos da modernidade”, presentes nas crônicas dos memorialistas,<sup>46</sup> dão conta de que a partir da

---

<sup>44</sup> Podemos destacar os seguintes: Fonseca (s/n, s/d, p. 04, 20 e 28); Soares (1983, p. 01-07, 92). Além destes autores, podemos citar também: Costa (1977), Ferreira (1958), e Paula (1993).

<sup>45</sup> Conforme Diniz (1981, p.45), a instalação de uma usina siderúrgica tocada a carvão vegetal no Vale do Rio Doce era um projeto idealizado pelo governo de Minas desde a década de 1920. Tal escolha desse local se justificava, basicamente, pela existência de uma vasta extensão de terras cobertas de florestas virgens.

<sup>46</sup> A modernidade aparece, neste caso, como sinônimo de progresso, graças ao “desbravamento” e ação heróica dos “pioneiros”.

década de 1940, o cenário da antiga Figueira do Rio Doce, até então dominado pelo campo, vai se alterando. Esta verificação é reforçada por Lana Mara de Castro Siman:

Dezenas de serrarias, oficinas de beneficiamento de mica, abatedouros de gado, grandes armazéns, inúmeros pequenos comércios, escolas, médicos, dentistas, ao lado das primeiras obras de urbanização, vão conferindo á cidade a posição de um pólo em torno do qual se articulam novas relações entre o campo e a cidade, entre capital e o trabalho. (SIMAN, 1988, p.164)

É nesta mesma década que o tratamento e distribuição de água ficará a cargo do SESP (Serviço Especial de Saúde Pública). (ABREU-SANTOS, 2009, p.08). De acordo com Haruf Salmen Espíndola, o SESP foi resultado de um “esforço conjunto dos governos do Brasil e dos Estados Unidos para a obtenção de material estratégico para o esforço de guerra na região amazônica e para a proteção da saúde da população envolvida na obtenção desse material.” (1999, p.32). Conforme Maria Terezinha B. Vilarino (2008, p.51), o acordo entre os dois países envolvia uma série de pontos estrategicamente nos quais figurava a energia, extração de minério e injeção de capital, mas, um dos elementos centrais era o combate e a prevenção à malária, que assolava a região. Com estes “ventos da modernidade”, a idéia de uma cidade em franco desenvolvimento ficou impressa no imaginário do valadarense por décadas. Com este progresso, o desmatamento da Mata Atlântica através da exploração de carvão para a indústria siderúrgica é uma constante, o que segundo Lana Mara de Castro Siman, levou à fundação de uma fábrica de madeira compensada. Ao lado das grandes serrarias e da fábrica de madeira compensada, dezenas de pequenas fábricas espalhadas pela cidade “chegavam a empregar, cada uma das maiores, de 100 a 400 operários.” (SIMAN, 1988, p.163). Ao lado das grandes e pequenas serrarias, dezenas de oficinas de mica se espalhavam pela cidade. A mica, o mais eficiente e completo dielétrico conhecido na época, foi largamente empregado durante a Segunda Guerra Mundial. (ESPÍNDOLA, 1999, p.25). Inicialmente, o Brasil abastecia a Alemanha e o Japão, mas depois, toda sua produção foi dirigida para os Estados Unidos. O Brasil tornou-se um dos maiores produtores de mica e quase toda ela era produzida em Minas Gerais.<sup>47</sup> Também nesse período de desenvolvimento, foi construída a ponte sobre o Rio Doce, ligando o centro da cidade ao povoado inicial de São Raimundo, e servindo a estrada

---

<sup>47</sup> A mica era extraída em lavras em Governador Valadares e municípios vizinhos, mas era quase toda beneficiada em Governador Valadares e exportada para os Estados Unidos, através da Comissão de Compras Americana. As firmas Cosmopolitana e Santos Nogueira controlavam as maiores lavras e centros de beneficiamento, mas havia, também, outras pequenas oficinas de beneficiamento na cidade. Após a Guerra, a produção foi reduzida e as grandes empresas foram fechadas. (ESPÍNDOLA, 1999, p.26).

de ligação entre o Norte e o Sul do País, a qual seria conhecida, na década de 1960, por rodovia Rio-Bahia. (ABREU-SANTOS, 2009, p.15).

Cabe-nos indagar até que ponto este desenvolvimento em Governador Valadares seria sinônimo de modernidade. Sabemos, amparados em Piotr Sztompka, que mudanças sociais são geralmente conectadas em sequências temporais e causativamente vinculadas. Uma seqüência de mudanças interligadas, sejam reprodutivas ou transformativas, é chamada de “processo social”. Uma variedade do “processo social linear” seria aquele direcional, ou seja, aquele que não é cíclico e segue a um estado final ao foi desejado e planejado. A modernização seria um exemplo desse processo. (SZTOMPKA, 2010, p.137). Contudo, não se pode dizer que é o que realmente aconteceu na cidade. Weber define modernidade como sinônimo de organização e impessoalidade. (1991, p.79). Por outro lado, mesmo se desconsiderarmos o processo irracional de desmatamento e exploração dos recursos naturais e a pessoalidade que liga as famílias tradicionais e “pioneiras” de Governador Valadares, não podemos ignorar que, nas últimas décadas, a cidade cresceu consideravelmente em termos de infra-estrutura urbana. (ESPÍNDOLA, 1998, p.155). A estagnação, no que diz respeito às expectativas de possibilidade de surgimento de um setor industrial, bem como o feitio da economia valadarense, mais talhado ao comércio e à pecuária, não seriam elementos suficientes para apagar alguns saltos de desenvolvimento que a cidade conquistou nas últimas décadas. (ESPÍNDOLA, 1999, p. 42). Por outro lado, desde o início do século XX, uma camada social se estabeleceu como referência de status social e econômico. Esta “elite dirigente” teria estabelecido, de maneira muito natural, através do convívio, redes de interação e associação – de mobilidade social, interação no tempo de lazer, educação, ligação por matrimônio e amizade – por meio das quais seus membros pudessem se conectar para formar um grupo coeso. (MOSCA, 1992, p.97). De maneira que as elites políticas e empresariais da cidade de Governador Valadares seriam caracterizadas por um tipo de solidariedade supostamente oriundo de antes e durante o processo de constituição urbana da cidade, a partir da década de 1940. (ESPÍNDOLA, 1999, p. 28). Para Weber (1992) e Elias (2001), uma tradição como esta, poderia ser classificada como um objeto cultural – um sistema de significados ou idéias – que é transmitido do passado para sucessivas gerações. As tradições existiriam, assim, como significados sustentados pelos membros de determinada sociedade e comunicados de um a outro nas cadeias de significado que se constituem das memórias coletivas ou

compartilhadas, de um imaginário social, e das formas costumeiras de realizar atividades.

Para Weber:

Os conteúdos de uma tradição podem mudar imperceptivelmente com o tempo, mas são vivenciados pelos indivíduos que os adquirem mediante sua “socialização” como coisas que persistem, sem grandes mudanças, por consideráveis períodos de tempo. Esses costumes são construídos de maneira irrefletida, como instituições sociais que influenciam o comportamento das pessoas inculcando-lhes hábitos de ação que elas seguem sem intenção consciente nem deliberação racional. As instituições costumeiras baseadas na tradição frequentemente são conhecidas como cultura popular de uma sociedade. (WEBER, 1992, p.65).

Diante da contribuição de Weber, cabe-nos perguntar como poderíamos, então, caracterizar Governador Valadares? Tradicional ou moderna? O que percebemos no caso da cidade é a existência de arranjos e rearranjos territoriais que ocorrem num processo de territorialização deste o Sertão do rio Doce, no século XIX. Esse processo, motivado por um modelo excludente em termos socioespaciais, teria dotado Governador Valadares de uma certa aura de tradicionalismo e, ao mesmo tempo, de modernidade, na medida em que a cidade vive um processo de eferescência verificado na década de 1950 no setor viário, com a ação de pequenas indústrias, e pela ação do SESP, no combate à malária. Aliás, é neste contexto que o discurso de “modernidade” teria sido forjado apresentando uma leitura de progresso inegável nas transformações que conferem uma nova dinâmica para a cidade.

Ao concluirmos este tópico, percebemos que haveria um simbolismo nos códigos culturais que estabelecem uma identidade para a “elite dirigente” e outro, para os menos favorecidos. Percebemos que, em termos de arranjos e rearranjos na dinâmica territorial, as terras do “sertão”, conhecidas, no início do século XX como “terras do patrimônio”, irão sofrer transformações ao longo da história da cidade e dos bairros que a constituem. Nas primeiras décadas do século XX elas formavam um semicírculo de 60 alqueires em volta da margem esquerda do rio. Após a colonização do sertão do rio Doce, o território sofrerá o seu primeiro rearranjo sócio-espacial: com o avanço da estrada de ferro Vitória-Minas na primeira década do século passado, a região se vê transformada: as florestas destruídas, os índios remanescentes afugentados, e os pequenos lavradores, destituídos dos seus bens. A ocupação das terras devolutas trará para o cenário territorializável a presença de pessoas e, com ela, as relações hierárquicas de poder entre coronéis, posseiros, retirantes, trabalhadores rurais, prostitutas e tropeiros. A ocupação espacial teria se dado, também,

como uma consequência destas relações. (SIMAN, 1988, p.164). O bairro São Tarcísio seria resultado desta dinâmica. A diferenciação espacial poderia, então, ser considerada como resultado de práticas sociais distintas e, com estas práticas, os territórios se organizariam, também, simbolicamente no que diz respeito a códigos culturais, identidades e significados distintos que participariam, como num todo, da organização sócio-espacial da cidade. Percebemos que o traçado do centro de Governador Valadares obedece a um esforço de racionalidade, regularidade e modernidade, tendo as ruas e quarteirões em formato de grelha, forma análoga à das cidades européias. Contudo, com a expansão da cidade no sentido do centro para a periferia, crescem também as possibilidades de problemas urbanos: desemprego, violência habitações desordenadas. O bairro São Tarcísio não escaparia a esta realidade uma vez que é produto do mesmo processo. A diferença é que este bairro estaria mais próximo do centro da cidade do que outros que surgiram a partir de uma nova lógica geográfica do rearranjo territorial. Como revés do progresso assegurado pela construção da rodovia Rio-Bahia e da estrada de ferro Vitória-Minas, ocorre o surgimento de “vazios” entre a região central e outros espaços que, na falta de um planejamento, teriam originado subúrbios segregando a população de certos bairros e beneficiando a especulação imobiliária em outros. A dinâmica territorial englobaria, também, os processos culturais de territorialização. Assim, a identidade imputada a um bairro dependeria de uma identificação, um reconhecimento, tanto por parte de seus moradores como dos não moradores. Esta identidade estaria diretamente relacionada ao sentimento de pertencimento, a referências simbólicas, e a uma lógica geográfica e processualmente gerada a partir do encadeamento dos fatos. (CLAVAL, 1999a, p.38). Ao finalizarmos, percebemos, então, que a sociedade de Governador Valadares não pode ser totalmente caracterizada como tradicionalista e, nem tampouco como modernista, mas, esta seria um híbrido destes dois tipos num processo que legou características reacionárias e provincianas à cidade, mas que, ao mesmo tempo, precisamos reconhecer o avanço que a cidade registrou em seus rearranjos territoriais ao longo da primeira metade do século XX. Neste contexto, interessa-nos buscar entender como teria sido a formação do bairro São Tarcísio e que sentidos este território guardaria como marcas do processo de apropriação do sertão do rio Doce e de constituição da cidade de Governador Valadares. Contudo, antes de nos embrenharmos na busca destes sentidos, precisamos entender o que podemos caracterizar e conceituar como um bairro. É o que veremos a seguir.

## 2.3 O BAIRRO SÃO TARCÍSIO NUMA ABORDAGEM TERRITORIAL

Como o nosso objeto de estudo é um bairro, acreditamos ser de grande relevância a consideração e oportunismo perguntarmos: afinal, o que vem a ser um bairro? Conforme o geógrafo Marcelo José Lopes de Souza (1989, p.141) um bairro é, antes de tudo, uma escala territorial e social. Esta escala pressupõe a existência de uma identidade, que é o que lhe concede a capacidade de ser reconhecido e identificado. De acordo com Norberg-Schulz (1980, p.18), este caráter de identidade pode ser associado à idéia do ‘*genius loci*’, lenda romana em que se acreditava existir para cada cidade do império um “*genius*” próprio, guardião daquela urbis, presente não só nas edificações, mas também nas pessoas, no comportamento, na vida que se desenrolava ali. Assim, para se compreender um bairro e suas “cadeias de significado”, acreditamos na importância de relevarmos o aspecto material e imaterial deste território. (GEERTZ, 1989, p.28). A seguir, buscamos ampliar o leque de compreensão a respeito do que vem a ser um bairro.

### 2.3.1 Como escala territorial e categoria

Conforme alguns dicionários, a definição de bairro recai sempre como ‘divisão territorial de uma cidade’, com algumas referências ao latim ‘*barrium*’ ou do árabe ‘*barri*’ (de fora, exterior, separado). (FERREIRA, 1975, 17; ANTUNES, 2001, p.15; FAGUNDES, 1972, p.21). Um bairro pode ser compreendido como uma das zonas principais em que se divide uma cidade, ou uma “porção de território nas proximidades de um núcleo urbano.” (CORONA, 1972, p.14). O bairro, então, está associado à idéia de separação, delimitação de um espaço físico que abriga uma população. Implica num território<sup>48</sup> e, na medida em que há apropriação, numa situação de pertencimento.<sup>49</sup> Os bairros são urbes porque fazem parte da cidade. (RUBIÓ. 1997, p.129). Um bairro pode ser caracterizado pelo ‘sentimento de

---

<sup>48</sup> O geógrafo Rogério Haesbaert esclarece que etimologicamente, a palavra território, *territorium* em latim, é derivada diretamente do vocábulo latino *terra* e era utilizada pelo sistema jurídico romano dentro do chamado *jus terrendi* [...] como pedaço de terra apropriado dentro dos limites de uma determinada jurisdição político-administrativa. (HAESBAERT, 2004, p. 45).

<sup>49</sup> Rogério Lobato Correa nos alerta que a palavra território significa terra pertencente a alguém. Entretanto, este “pertencimento” não se vincula necessariamente à propriedade da terra, mas, à sua apropriação. Assim, se por um lado o território se associa ao controle de fato, efetivo, por vezes legitimado por parte das instituições ou grupos sobre um dado seguimento do espaço, por outro, pode assumir uma dimensão afetiva, derivada de práticas especializadas por parte de grupos distintos, definidos seguindo renda, raça, religião, sexo, idade ou outros atributos. É a partir deste sentido que o conceito de território se vincula a uma geografia que privilegia a cultura, os sentimentos e simbolismos atribuídos aos lugares. Assim, a apropriação passa a se associar a identidade de grupos e à efetividade espacial. (CORREA, 1994, p.37).

localidade' existente nos seus moradores, e cuja formação depende não apenas da posição geográfica, mas também do intercâmbio entre as famílias e as pessoas no espaço físico. (CLAVAL, 1999a, p.29). Do ponto de vista morfológico-dimensional, de acordo com Claval, o bairro revela, antes de tudo, uma forma física, um pedaço urbano de determinado tamanho. O seu traçado segue uma lógica espaço-social. Ou seja, o bairro é uma unidade morfológica espacial e social ao mesmo tempo. Enquanto escala, o bairro possui uma característica diferente, em termos espaciais, da rua e da cidade. A escala da rua é formada pelos elementos fundamentais da paisagem urbana: imóveis de habitação, entendendo o imóvel como uma parcela cadastral em que a principal ocupação do solo é constituída por construção. (op. Cit.). Já a escala do bairro, é formada por um conjunto de quarteirões com característica comum, enquanto a escala da cidade é formada por um conjunto de bairros. Do ponto de vista político-administrativo, o bairro corresponde à dimensão de território ideal para a reivindicação coletiva. (BARROS, 2004, p.34). Esta especificidade do bairro torna-o uma unidade politicamente importante.

Inegavelmente, o bairro constitui hoje a unidade urbana, a representação mais legítima da espacialidade de sua população, e não é por acaso que São Paulo conta com 900 "sociedades de moradores", também conhecidas como "sociedade amigos do bairro", cuja territorialidade é facilmente estabelecida. (BARROS, 2004, p.36).

Discurso que é retomado por Marcelo José Lopes de Souza, em sua abordagem política acerca do bairro:

ele é um referencial direto e decisivo, pois define territorialmente a base social de um ativismo, de uma organização, aglutinando grupos e por vezes classes diferentes (em níveis variáveis de acomodação ou tensão); catalisa a referência simbólica e, politicamente, o enfrentamento de uma problemática com imediata expressão espacial: insuficiência dos equipamentos de consumo coletivo, problemas habitacionais, segregação sócio-espacial, intervenções urbanísticas autoritárias, centralização da gestão territorial, massificação do bairro e deterioração da qualidade de vida urbana. (1989, p.139).

Henri Lefebvre reforça a idéia que o bairro corresponde a uma escala territorial que é definida também por um módulo social, ou melhor, é onde há maior convergência entre o espaço geométrico e o espaço social, entre o quantificado e o qualificado:

O bairro seria a 'diferença mínima' entre os espaços sociais múltiplos e diversificados, ordenados pelas instituições e pelos centros ativos. Seria o ponto de contato mais acessível entre o espaço geométrico e o espaço social, o ponto de transição entre um e outro; a porta de entrada e saída entre espaços qualificados e espaço quantificado, o lugar de onde se faz a tradução (para e pelos usuários), dos espaços sociais (econômicos, políticos, culturais, etc.) em espaço comum, quer

dizer, geométrico. O bairro é uma unidade sociológica relativa, subordinada, que não define a realidade social, mas que é necessária. Sem bairros, igual que sem ruas, pode haver aglomeração, tecido urbano, megalópole. (1971, p.198).

Como espaço geométrico, social e cultural qualificável, comunitário,<sup>50</sup> o bairro, enquanto escala territorial poderia, então, ser reconhecido pela sua identidade, uma vez que é morfológico-funcional, em termos urbanos, mas, também um recorte propício ao “*genius loci*”, através de seus códigos, imaginário social e representações. Da mesma forma, numa escala maior, podemos considerar uma cidade.

Percebemos que a identidade imputada a um bairro depende de uma identificação, um reconhecimento, tanto por parte de seus moradores como dos não moradores. Esta identidade estaria diretamente relacionada com o sentimento de pertencimento, a referências simbólicas, e a uma lógica geográfica e processualmente gerada a partir do encadeamento dos fatos que teriam, por sua vez, produzido um espaço comunitário, social e cultural. Interessa-nos buscar entender como teria sido a formação do bairro São Tarcísio e que sentidos este território guardaria como herança do processo de apropriação do sertão do rio Doce e de constituição da cidade de Governador Valadares. Na foto a seguir, podemos observar o bairro ribeirinhos e a pintura contratante de suas casas.



Foto 2 – Foto do Bairro São Tarcísio  
Fonte: Acervo de José Bispo Ferreira Filho

---

<sup>50</sup> Conforme Graham Allan, o conceito de comunidade, no nível cotidiano, exprime idéias de experiências e interesses compartilhados. Atualmente, seu(s) significad(os) popular(es) não apenas transmite(m) noções tradicionais de localidade e vizinhança comuns, mas também idéias de solidariedade e conexão entre pessoas que compartilham características ou identidades sociais semelhantes. O tema da perda da comunidade se tornou fundamental com o desenvolvimento dos estudos altamente influentes do urbanismo realizados na Escola de Chicago nas décadas de 1920 e 1930, particularmente com o trabalho com o trabalho de autores como Louis Wirth, Robert Redfiel e Ernest Burgess. (ALLAN, 2010, p. 47). .



Vemos que o bairro São Tarcísio trata-se de um “cenário territorializado” e “territorializável”, por carregar um aspecto material e, num plano menos imediato, um aspecto imaterial. Precisamos considerar estas duas faces do bairro ao salientarmos que a relação da sociedade com a natureza possui um aspecto não apenas econômico, mas, também, cultural. Da mesma maneira poderíamos considerar os usos que se faz do espaço territorializado conforme nos lembra Coraggio (1979, p.56), como também relacionados ao processo de reprodução simbólica e de territorialização do espaço. Estes usos fariam parte de um processo infundável e não necessariamente linear de organização do espaço. (ELIAS, 1990, p.43).

Continuando a apresentação do bairro, podemos localizá-lo no cenário urbano de Governador Valadares no mapa a seguir:

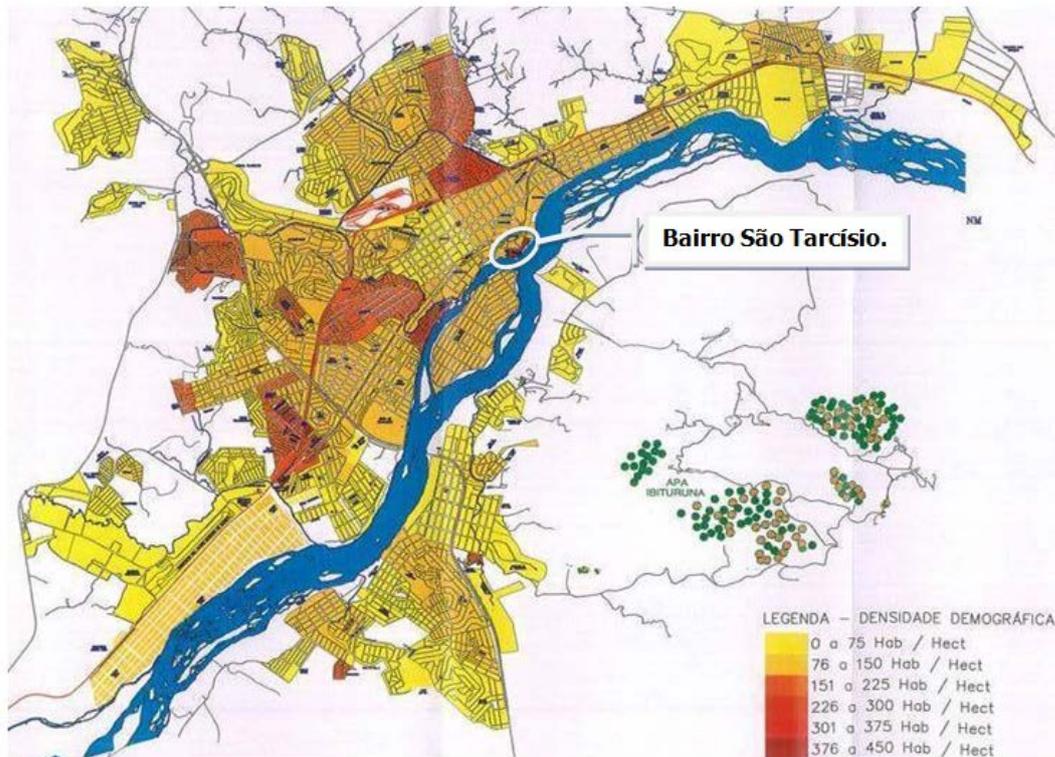


FIGURA 4 – Mapa sobre a Densidade demográfica de Governador Valadares  
Fonte: Plano de Habitação. Secretaria Municipal de Planejamento (SEPLAN/acervo), 2010

Vemos que no perímetro urbano de Governador Valadares, o bairro São Tarcísio é classificado numa escala de 376 a 450 habitantes por hectare, caracterizando uma área de alta densidade demográfica em relação a outras da “sede do município”. No mapa a seguir,

podemos perceber que é praticamente nula a existência de lotes vagos no espaço do bairro São Tarcísio. Isto caracteriza uma apropriação maciça do terreno ribeirinho.

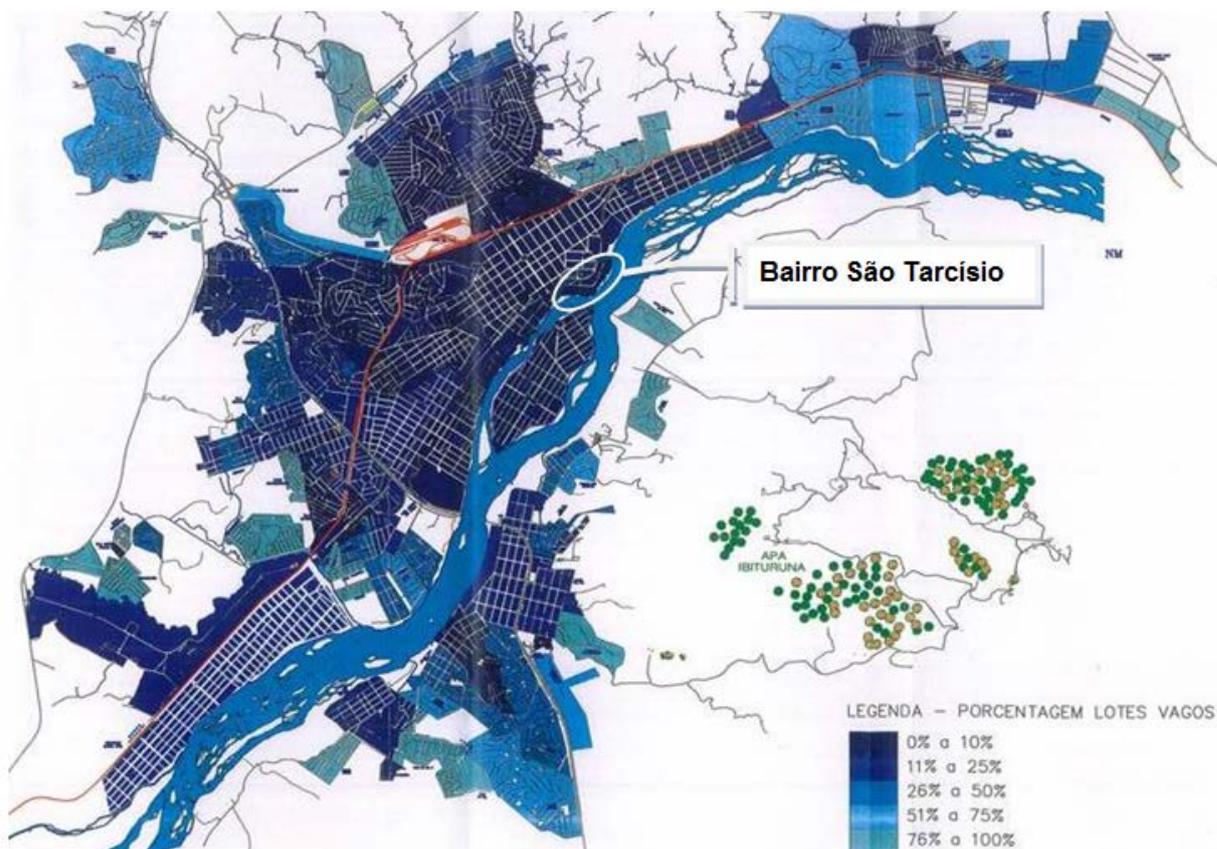


FIGURA 5 – Mapa sobre a Porcentagem de lotes vagos em Governador Valadares  
Fonte: Plano de Habitação. Secretaria Municipal de Planejamento (SEPLAN/acervo), 2010

A tonalidade azul escuro do mapa acima indica, no caso do São Tarcísio, uma alta taxa de apropriação de terrenos e uma baixa porcentagem de lotes vagos. Dando prosseguimento à apresentação do bairro, percebemos, através da foto aérea, apresentada na próxima página, que a apropriação do terreno do São Tarcísio é feita bem à margem do rio. Na foto vemos uma área (a oeste do bairro) bem próxima ao rio Doce. Esta é a área da antiga Feira da Paz que, atualmente é área de pouso de campeonatos de vôo livre e paraplanagem. A referência principal nesta foto, para fins de localização do bairro e da área de lazer, é a ponte que liga o Centro à Ilha dos Araújo e vice-versa. O São Tarcísio está localizado à direita da ponte, na parte leste do centro da cidade, em um local onde podemos observar uma das sinuosidades agudas do rio Doce.



FIGURA 3- Foto aérea da Ilha e do Bairro São Tarcísio.  
Fonte: Arquivo do Museu da Cidade. Autor Desconhecido

Após apresentarmos espacialmente o bairro salientamos que, em seu caráter subjetivo, a apreensão do significado do espaço poderá ser realizada por meio de narrativas, através dos sentimentos, da experiência, e do simbolismo presente na inteligibilidade do mundo real. (CLAVAL, 1999c, p.12). É o que veremos no capítulo 4. Uma vez que as formas de apreensão e significação do espaço podem ser consideradas um elemento na busca de sentidos do território. Assim continuidades e discontinuidades podem ser consideradas tanto no processo geográfico quanto no processo histórico que constitui o bairro São Tarcísio. (Op. Cit., p.17)

Desta maneira, percebemos que a forma de apropriação do bairro teria produzido uma “descontinuidade” física caracterizadora do território. Mas consideramos a priori que, ao mesmo tempo, haveria uma “continuidade”, no que diz respeito aos costumes culturais.<sup>51</sup> Com relação ao aspecto físico, como já apresentamos anteriormente, temos que o espaço que serviu de matéria-prima para a formação do bairro está situado numa faixa de

---

<sup>51</sup> Segundo Roberto Lobato Correa, as práticas espaciais são as seguintes: “seletividade espacial, fragmentação-remembramento espacial, antecipação espacial, marginalização espacial e reprodução da região reprodutora.” (CORREA, 1994, p.26).

terra que margeia o Rio Doce. Mesmo antes do início do século XX, abrigava alguns casebres uma vez que se constituía um dos dois portos de trânsito das canoas.<sup>52</sup> Os casebres pertenciam a tropeiros e canoeiros do comércio de sal:

Figueira era o símbolo do Porto: árvore frondosa, centenária, na qual os navegantes do Rio atracavam suas canoas. O nome mais conhecido do pequeno arraial, constituído de um amontoado de casebres à margem esquerda do rio, era Porto Figueira do Rio Doce. (SIMAN, 1988, p.28).

Da fase do Porto Figueira do Rio Doce restou pouco na constituição do bairro.<sup>53</sup> A década de 1950, tida como marco inicial e oficial da constituição do São Tarcísio, é o momento onde começam a acontecer alguns aterramentos do rio Doce para o alargamento do terreno. Segundo relatos de alguns moradores antigos, o processo de ocupação desta faixa de terra teria demandado muita vontade e persistência de alguns, inclusive de vigília do local até o momento da construção de uma moradia provisória, que asseguraria o direito de posse. As terras ocupadas teriam pertencido, em outros tempos, a Quintiliano Costa, primeiro juiz de Paz do município e, posteriormente, foram compradas, loteadas e doadas pelo Município aos primeiros moradores. (FERREIRA, 2010, p.28). Ainda na década de 1950, após a construção dos primeiros barracos, algumas moradias foram vendidas informalmente pelos primeiros moradores a outras pessoas que chegavam à cidade. A pequena corredeira do rio, caracterizada com a presença de imensas pedras depositadas no leito e que, em época de estiagem, formam um lugar de lazer para os moradores, fizeram o local ser conhecido como “Ponto das Lavadeiras”, visto que estas pedras são utilizadas até os dias atuais para quarar as roupas lavadas. Vemos então que a formação física daquele território poderia ser caracterizada tendo em vista um recorte diferente em termos físicos: situada bem no centro da cidade que, como vimos anteriormente, nos anos de 1950, vivia

---

<sup>52</sup> Um dos portos situava-se no princípio da Rua Prudente de Moraes (região do São Tarcísio), e o outro, perto de onde atualmente se localiza o SAAE (Serviço de Autônomo de Água e Esgoto), na Rua Sá Carvalho. Esses dois portos serviam de chegada e partida de mercadorias. O porto da Prudente de Moraes foi desativado mais cedo, com a chegada da linha de ferro, em 1910. O que ficava próximo ao SAAE continuou em atividade, recebendo mercadorias vindas de outras cidades, até a construção da ponte de São Raimundo. Construída na década de 1940, ela marcou o início do transporte rodoviário e um grande desenvolvimento para a região por causa do acesso à BR 116. (ESPÍNDOLA, 1999, p.34).

<sup>53</sup> Em 1905, quando os trilhos da estrada de ferro Vitória-Diamantina alcançaram a região do Vale do Rio Doce, uma grande quantidade de imigrantes trabalhadores, vindos de outros Estados, chegaram a Figueira para dar início às obras. Este fato inaugura uma importante etapa para a integração do Estado e para a ligação deste com o porto marítimo do Espírito Santo. (SIMAN, 1988, p.53).

um “surto de desenvolvimento”<sup>54</sup> com o surgimento de várias casas comerciais que valorizavam a área mais central da cidade.

Do ponto de vista da “continuidade” cultural temos que na década de 1950 e nas posteriores, continuou a acontecer a chegada de pessoas pertencentes a um grupamento menos favorecido economicamente e socialmente, do ponto de vista do *status*.<sup>55</sup> Entretanto, uma vez que eram oriundas de zonas agropastoris situadas nas proximidades de Governador Valadares, podemos supor, que com a chegada destas, teria havido, com base nos relatos que nos informam sobre algumas crenças de caráter religioso e mágico no São Tarcísio,<sup>56</sup> uma replicação de alguns costumes e práticas culturais marcadas pelos ritos do catolicismo, principalmente. Estes rituais auxiliam, também na delimitação do território, como enfatiza Yi-Fu Tuan. Ele assevera que, em se tratando de subjetividade, o espaço mítico e místico é também uma “resposta do sentimento e da imaginação às necessidades humanas fundamentais. Desta forma, este cenário, difere do espaço concebido de forma pragmática.” (TUAN, 1983, p.112). O bairro São Tarcísio como espaço vivido, mítico e místico, seria também um espaço “em movimento”. Werther Holzer observa que o espaço vivido é uma experiência contínua, egocêntrica, um “espaço-tempo vivido (que) se refere ao afetivo, ao mágico, ao imaginário.”(HOLZER, 1992, p.440). O espaço vivido seria um campo de considerações pragmáticas e de representações sociais e simbólicas, rico em simbolismos que vão traduzir: “em sinais visíveis não só o projeto vital de toda a sociedade, subsistir, proteger-se, sobreviver, mas também as suas aspirações, crenças, o mais íntimo de sua cultura.” (ISNARD, 1982, p.71). Ao considerarmos as práticas dos moradores, temos, com Mary Jane Spink, que estas são oriundas de representações.

---

<sup>54</sup> Este “surto” de desenvolvimento e progresso é tido por muitos como uma característica da “modernização”, e creditado a um processo que a cidade teria contextualizado entre as décadas de 1940 e 1950. (VILARINO, 2009, p.56).

<sup>55</sup> A palavra “status” aqui aparece no sentido de importância social em termos de prestígio, uma vez que estes trabalhadores, vindo de fora, eram tidos como aventureiros e forasteiros. (SIMAN, 1988, p.64-65).

<sup>56</sup> Estas crenças se direcionam, principalmente, a práticas voltadas para “as almas”, ou seja, gente já falecida, com o costume de acender diariamente uma vela para o ente querido; Conforme Damaris de Oliveira, 81, em casos de nascimento, a “quebra do resguardo” era coisa muito séria podendo resultar até mesmo em morte. Ao “ganhar menino”, a senhora teria de ficar 40 dias na cama, tomar frequentemente sopa “reforçada” de galinha, não tomar banho geral, utilizar um pano protegendo a cabeça e os cabelos, e manter novena para Nossa Senhora do Bom Parto. No que diz respeito às práticas funerárias, durante os velórios realizados na casa em que do ente querido, era oferecido aos presentes o “café da madrugada” com mandioca, batata-doce, e “mexido” (ovo revolvido com arroz, feijão, couve, farinha e bananas fritas). O termo “mágico” é utilizado aqui no sentido de “encantado”, que tem como oposto a “desmagificação,” ou “racionalização/modernização”. Ver: WEBER, Max. **A Ética Protestante e o espírito do Capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1996.

(SPINK, 1993, p.302). Estas ações e práticas, espacialmente localizadas, possuem, conforme Roberto Lobato Correa, um caráter geográfico e fazem parte de um processo de produção simbólica enquanto:

No longo e infundável processo de organização do espaço o Homem estabeleceu um conjunto de práticas através das quais são criadas, mantidas, desfeitas e refeitas as formas e as interações espaciais. São as práticas espaciais, isto é, um conjunto de ações espacialmente localizadas que impactam diretamente sobre o espaço, alterando-o no todo ou em parte ou preservando-o em suas formas e interações espaciais. (...) As práticas sociais resultam, de um lado, da consciência que o Homem tem da diferenciação espacial. Consciência que está ancorada em padrões culturais próprios a cada tipo de sociedade e nas possibilidades técnicas disponíveis em cada momento, que fornecem significados distintos à natureza e à organização espacial previamente já diferenciadas. (...) Resultam, de um lado, dos diversos projetos, também derivados de cada tipo de sociedade que são engendrados para viabilizar a existência e a reprodução de uma atividade ou de uma empresa, de uma cultura específica, étnica ou religiosa, por exemplo, ou a própria sociedade como um todo. (...) As práticas espaciais são ações que contribuem para garantir os diversos projetos. São meios efetivos através dos quais objetiva-se a gestão do território, isto é, a administração e o controle da organização espacial em sua existência e reprodução. (CORREA 2008, p.31).

Se as práticas espaciais resultam da consciência de diferenciação espacial, por outro lado, podemos considerá-las ingredientes através dos quais a diferenciação espacial é valorizada total ou parcialmente num processo de apropriação. (CLAVAL, 1999b, p. 64). É esta apropriação que percebemos ter ocorrido no São Tarcísio ao considerá-lo, desde os primeiros habitantes, ainda no século XIX (na fase do Porto de Canoas), como espaço ou cenário territorializável. Uma vez mais, a palavra processo não indica aqui fechamento, mas, ao contrário, uma abertura, desdobramentos, (re)significações, fluxo, refluxo, ou manutenção.(ELIAS, 1990, p.36).

### **2.3.2 como cenário territorializável**

Enquanto “cenário territorializado”, o bairro São Tarcísio poderia ser, atualmente, então, facilmente identificado pela particularidade geográfica que o reveste: além de ser um bairro pequeno é também uma das partes mais baixas do perímetro urbano de Governador Valadares em contato com o rio Doce. O São Tarcísio tem pouco mais de uma centena de imóveis e é um dos primeiros locais atingidos pelas enchentes de Janeiro.<sup>57</sup>

---

<sup>57</sup> Um dos fatores que tornam o problema com as enchentes ainda mais alarmante são os indicadores econômicos do bairro. A população que reside no São Tarcísio é composta por famílias de baixa renda, com apenas 12% com renda familiar per capita superior a R\$400,00 (quatrocentos reais); 32% dos habitantes são adolescentes e 19% idosos; apenas 14% das pessoas são assalariadas registradas; 25% são aposentados e 11%

Entretanto, muitos dos moradores (conforme observamos nas entrevistas) teriam vindo de localidades rurais e de cidades próximas a Governador Valadares, tais como Coroaci, Guanhões, Virginópolis, Santa Maria do Suaçuí e Sabinópolis. Nestas localidades, eles relatam que sempre moraram em zonas rurais e nas proximidades de córregos e rios. Neste processo de reprodução, então, acreditamos que, seria preciso relevar, além da precariedade dos recursos econômicos descritos pelos primeiros habitantes como condição de sua chegada a Governador Valadares, aspectos outros mais ligados à forma de apropriação e às técnicas desenvolvidas no espaço. De acordo com moradores antigos, como Dona Rosa,<sup>58</sup> 90, “o São Tarcísio surgiu numa região ribeirinha, onde se encontrava um pasto e uma pedreira.” (FERREIRA, 2010, p.28).

Como já observamos anteriormente, o processo de ocupação, no século XX, teria iniciado lentamente tendo como primeira referência, o porto das canoas, e, depois, os trabalhadores que migraram da localidade de Derribadilha, existente na outra margem do rio, com a chegada da estrada de ferro, no início do século:

Em Derribadilha, a construção da estrada de ferro teve de ser interrompida até a inauguração de um pontilhão sobre o rio Doce que daria acesso à outra margem. Isso fez com que se formasse em Derribadilha um núcleo de povoamento: pequenos comerciantes, lojistas, um “grupo natural de colonizadores”. Entretanto, quando a linha transpôs o Rio Doce, e passou para a margem direita do rio, o núcleo de Derribadilha veio para Figueira do Rio Doce. O avanço da ferrovia demorou mais de dois anos para atravessar o rio, por causa da ponte de metal. Enquanto a ponte ia sendo construída, os mais afoitos atravessaram o rio de canoas, abriram caminhos pela mata virgem e foram se instalando em barracas de madeira, onde existem hoje a Catedral Santo Antonio e a Igreja Presbiteriana. (SIMAN, 1988, p.164).

Assim, podemos perceber etapas de apropriação do território do São Tarcísio: a fase do Porto das Canoas; a seguir, com os trabalhadores braçais da ferrovia, e, décadas depois; com aqueles que trabalharam na extração de madeira da Mata Atlântica, além de outras atividades braçais, como, por exemplo, os pedreiros, canoeiros, e extratores de mica.<sup>59</sup>

---

pensionistas, os demais se dividem em funcionários públicos, autônomos, bicos, desempregados, dona de casa, benefícios sociais e outros. A maioria das pessoas ocupam o imóvel a mais de 16 (dezesesseis) anos. Cf: **Programa Municipal de Habitação**. Secretaria Municipal de Planejamento (SEPLAN), Governador Valadares, 2009.

<sup>58</sup> Nome fictício.

<sup>59</sup> Algumas pistas, como as corredeiras existentes nas proximidades do bairro e, também, localizadas a cerca de um quilômetro adiante, na região em que foi instalado o SAAE (Serviço Autônomo de Água e Esgoto), no centro da cidade de Governador Valadares, parecem apontar, pelas características do terreno do bairro São

Por causa de sua origem rural, muitos destes trabalhadores, teriam trazido consigo um modo de vida que inclui um relacionamento com o rio. Outros não, simplesmente se agarraram à oportunidade de conquistar um pedaço de terra em que pudessem se firmar e construir um barracão. Recorrendo a Roberto Lobato Correa (2008, p.23), podemos considerar a “seletividade espacial” dos primeiros moradores como um fator importante na constituição do bairro. Estes moradores tiveram no rio Doce uma referência positiva, tanto do ponto de vista cultural como do utilitário, já que o rio pode ser considerado como provedor não apenas de água a ser utilizada para consumo e limpeza, mas, também, de uma forma de vida e de trabalho (uma vez que muitos deles, também se dedicavam ao ofício de pescadores, canoeiros e lavadeiras). Além disso, é do rio que, durante o período de apropriação, segundo eles, teria sido extraída a areia e o barro para as construções dos barracos.

Esta “seletividade espacial” do local, teria produzido, conseqüentemente, uma “fragmentação”, no sentido de separação e divisão, em relação à parte de cima, mais alta, daquele espaço, onde a Rua da Direita (atual Prudente de Moraes) era então a principal referência na constituição do traçado espontâneo da cidade. Na parte de baixo, onde começou a se configurar o que atualmente é o bairro São Tarcísio, havia plantações de árvores frutíferas e o local era, informalmente, segundo relatos, considerado um prolongamento dos quintais das casas da antiga Rua Direita, hoje Rua Cláudio Manoel.<sup>60</sup>

Além de abraçarem a oportunidade oferecida pelos prefeitos Raimundo Albergaria (1951-1955) e Ladislau Sales (1955-1959), no tocante à doação dos lotes, teria havido, por parte dos moradores, uma “antecipação espacial”, ou seja, uma consideração dos recursos que o terreno, naquela ocasião, mesmo ribeirinho, oferecia. A “marginalização espacial” a que se refere Lobato Correa (1998) quando elenca algumas das principais práticas espaciais que, no caso do São Tarcísio, teria se dado ao longo do processo de apropriação do espaço, de três maneiras. Primeiramente, através do abandono (ou seja, uma desterritorialização) por parte dos moradores, do território de origem, em suas cidades

---

Tarcísio, que é composto por uma declive agudo, próprio dos pontos elevados de observação e fiscalização territorial dos rios, que teria sido no atual São Tarcísio, o local da instalação da 6ª Divisão Militar do Rio Doce no século XIX. As duas corredeiras do Rio Doce caracterizam a existência de dois portos de parada das canoas. Há indícios de veracidade a respeito dos portos, entretanto, no que diz respeito ao Quartel Dom Manuel, da 6ª DMRD, também conhecido como Quartel de Figueira, não há, até o momento, provas concretas que sustentem esta afirmação.

<sup>60</sup> Estes quintais frutíferos, segundo moradores como Adalberto Correa, não possuíam divisões como cercas ou muros. Eram demarcados com árvores.

natais, em busca de um novo espaço. Em segundo lugar, pela transferência dos mesmos para um local ribeirinho, onde teria iniciado uma “reprodução da região reprodutora”. Esta região reprodutora seria o local previamente de origem destes migrantes, sendo que muitos deles vieram, como já mencionamos, da zona rural. Eles carregaram consigo, como veremos adiante, algumas de suas tradições e costumes para o novo espaço. Em terceiro lugar, poderíamos falar em marginalização em relação a outros espaços vizinhos, na medida em que o bairro São Tarcísio adquiriu uma característica estética diferente do centro da cidade em termos de paisagem, o que segundo Lana Mara de Castro Siman (1988, p.171), desagradou aos setores mais dominantes da cidade, que ansiavam um rumo diferente à urbanização de Governador Valadares.

Na medida em que falamos em marginalização, podemos, também, considerar uma auto-marginalização e uma auto-segregação considerando que muitos dos moradores, ignorando que o bairro é central e mesmo morando a poucas quadras do cruzamento mais central da cidade, referem-se, nos relatos que recolhemos durante a pesquisa de campo, à área comercial e economicamente mais vultosa, como “centro”,<sup>61</sup> dando a impressão de um lugar distante quando, na verdade, esta referência está a poucos minutos do bairro ribeirinho, como, por exemplo, Dona Sandra, 59,<sup>62</sup> quando afirma: “sempre vou ao centro quando preciso de coisas que não acho aqui. Morar perto do centro é uma das vantagens de morar neste bairro”.

É sempre bom lembrar que estas práticas espaciais a que Correa se refere, não seriam mutuamente excludentes. (2008, p.09). O sentimento comunitário esteve presente desde a chegada dos primeiros moradores através de mutirões para a construção dos barracos. Os primeiros barracos foram construídos de madeira.<sup>63</sup> Seu Antonio, 85,<sup>64</sup> pintor aposentado, foi um deles. Ele comprou, na década de 1970, a penúltima casa de dois cômodos, em frente ao ponto das lavadeiras, por “cinco cruzeiros”, quase no final das terras. Ao seu lado havia um morador, depois era o rio. Foi provavelmente este início que assegurou um laço entre os primeiros moradores fazendo com que se formasse, desde então

---

<sup>61</sup> O “Centro” é um bairro de Governador Valadares que tem no cruzamento da Avenida Minas Gerais com a Rua Marechal Floriano, seu marco zero. Contudo, a área central, que divisa (e até pertence) com alguns bairros como o Nossa Senhora das Graças, o Esplanada e o bairro de Lourdes, é também considerada “centro” em termos de referência.

<sup>62</sup> Nome fictício.

<sup>63</sup> Para assegurar a moradia e a posse sobre o local, os barracos tinham que ser construídos rapidamente uma vez que, segundo os moradores, na época havia muitos aventureiros que chegavam à cidade e buscavam uma situação propícia para se apropriar de algum dos lotes do São Tarcísio.

<sup>64</sup> Nome fictício

no São Tarcísio, uma estrutura territorial com características “funcional e simbólica”, como sugere Rogério Haesbaert ao fazer a distinção entre um “bairro” e um “aglomerado.” (2008, p.199).

A seguir, em fotografia aérea dos anos de 1970 e de autor desconhecido, podemos notar algumas casas da Rua Geraldo Vieira dos Santos, bem próximas ao rio Doce (algumas, até mesmo por sobre o rio). Notamos também nesta foto, um espaço que posteriormente viria a ser ocupado por outras construções. Trata-se de uma elevação em direção à Rua Prudente de Moraes. Notamos, também na foto, as corredeiras do rio que, no século XIX, teriam provocado o surgimento de um porto de canoas.



Foto 4 – Foto intitulada “Favela do São Tarcísio”.

Fonte: Arquivo da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer de Governador Valadares (SMCEL).  
Autor desconhecido, 1974.

A construção das casas à margem do rio se deu de forma proporcional à chegada de pessoas no bairro, que foram aos poucos se apropriando de terrenos. Ainda a partir dos primeiros anos da década de 1950, começa-se a formar a comunidade, que se revezava em mutirões na construção das primeiras moradias. Percebemos que há, aí, uma característica

de interdependência que, segundo Norbert Elias, pode nos auxiliar na compreensão de questões relacionadas à regulação dos comportamentos. (ELIAS, 2001, p.12). Isto se dá porque, na criação de um laço pessoal e social, haveria expectativas e determinadas regras de convivência a serem cumpridas. Principalmente no que diz respeito à participação nos mutirões e na configuração de uma comunidade através de interesses comuns, como, por exemplo, nas práticas das lavadeiras, dos pescadores e dos pedreiros, em trocas de serviço, como afirmam alguns moradores.

Conforme Luís Lobo<sup>65</sup>, engenheiro civil, a doação de terrenos nas décadas de 1950 e 1960 trouxe confusão aos arquivos municipais sobre o que era público e privado no local. Um bom exemplo dessa situação são algumas casas mais antigas, construídas no local, que até hoje, não possuem escrituras. A propriedade de algumas áreas foi estabelecida apenas pelo direito adquirido. Essa indefinição de espaços públicos e privados, de acordo com Lobo, influenciou diretamente na forma de urbanização do local e na própria forma de ocupação do São Tarcísio, como nos informa Miranda et al:

O aumento do número de moradores fez com que eles se distribuíssem em duas áreas: uma baixa e outra alta, mais próxima à rua central, Prudente de Moraes. As regiões, geograficamente diferentes, definiriam e continuariam definindo o desenvolvimento desigual do bairro. Isso acontece porque na parte alta, conhecida como São Tarcísio I, a proximidade com a Rua Prudente de Moraes foi decisiva para facilitar o acesso de máquinas e materiais para obras no local. A infra-estrutura chegava e proporcionava a valorização de imóveis. (2002, p.19)

Em relação à infra-estrutura do São Tarcísio I, o mesmo, entretanto, não pode ser dito em relação à parte baixa do bairro, o São Tarcísio II. Esta área ribeirinha se desenvolveu com a estrutura de uma favela: caracterizada pela quantidade de becos e sobrados amontoados. A situação dificultava o acesso da prefeitura para a realização das obras, o que segundo Luís Lobo, que foi secretário Municipal de Obras, que em 2002, já relatava a seguinte observação:

Não sabemos quem é dono de quê. A rede de esgoto passa dentro do terreno dos outros e as casas são muito próximas, dificultando o nosso deslocamento e nossas atividades. O problema fica maior à medida que as famílias vão crescendo, já que os lotes vão sendo subdivididos, agravando a situação. (MIRANDA et. al., 2002, p. 20).

---

<sup>65</sup> Luís Lobo foi o engenheiro responsável pelo Setor de Obras e Viação da Prefeitura Municipal de Governador Valadares (2000-2004).

Na década de 1960, com as administrações municipais dos prefeitos Joaquim Pedro Nascimento e Hermírio Gomes da Silva, o espaço do bairro foi aumentado com um aterramento do braço do rio que separava a linha férrea (atualmente, Rua Prudente de Moraes) a uma ilha. Assim que a área de terra aumentou começaram outras ocupações. Muitas casas foram sendo construídas até a beira do rio. Formou-se ali uma rua estreita. Além dos aterros feitos, o rio contribuiu, em parte, com o assoreamento, no surgimento de um novo espaço como opção de moradia. Segundo Dona Sandra, muitos moradores aproveitaram “e fizeram seus quintais, acrescentando um pouco mais de terra”. Conforme o **gráfico 1**, abaixo, a maioria dos atuais terrenos tem medidas que vão até 200 metros quadrados. Destes, 94% é formado por lotes construídos (**gráfico 2**). Todo espaço aterrado no fundo das casas é tomado pelo próprio rio na “época das águas”. Quando chove muito, o rio Doce enche e volta a tomar parte do seu leito.

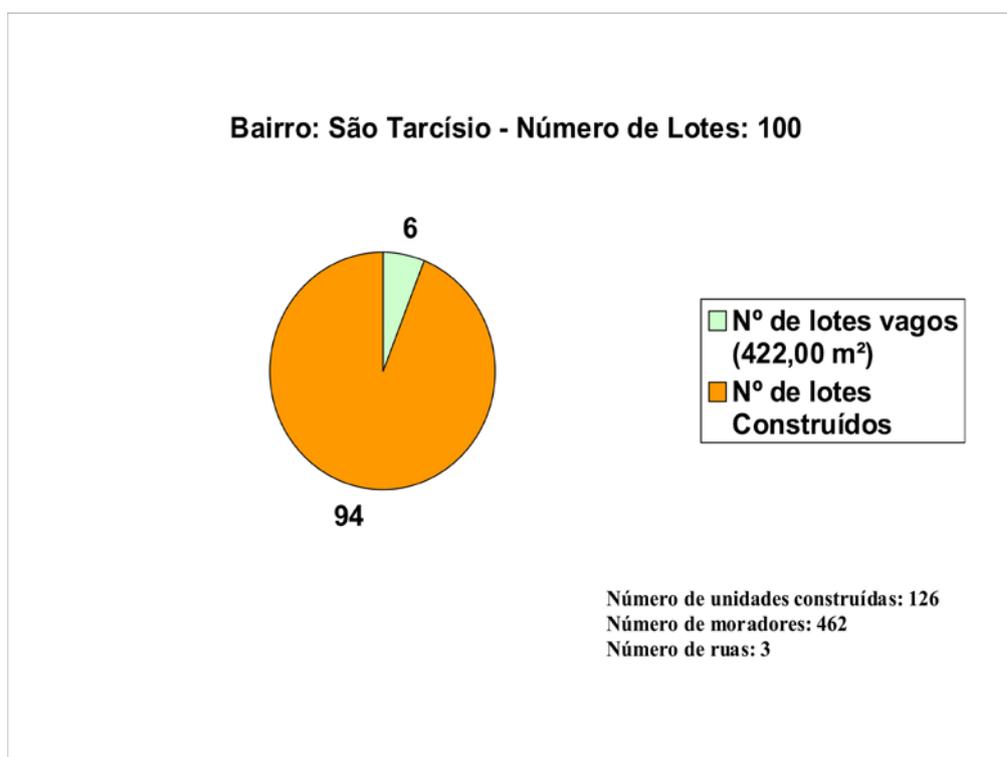


GRÁFICO 1 – Número de lotes no São Tarcísio  
Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento de Governador Valadares - SEPLAN (2010)

Percebemos, no gráfico acima, que existe apenas uma pequena fração (seis por cento) de lotes vagos, sendo, a maioria deles (94%) caracterizado pela construção de pelo menos uma casa. Os locais vagos são formado por terreno pedregoso. O bairro é pequeno em vista de outros bairros de Governador Valadares. Isso pode ser considerado como um

fator facilitador de gestão administrativa do ponto de vista municipal. Entretanto, apesar de morfologicamente o São Tarcísio ser formado por três ruas e algumas vielas, o que se percebe é descaso com a coleta de lixo e com a iluminação de alguns pontos. As 126 residências compõem o bairro São Tarcísio são ocupadas por 462 moradores. Este número oscila anualmente. Existe um tipo de morador que é transitório no bairro. São aqueles que alugam pequenas casas, geralmente construídas no quintal de outras. Os quintais não são também espaçosos. Isto dá ao São Tarcísio o aspecto de um aglomerado. Percebemos que os mais “antigos” no bairro são também os mais enraizados. Os jovens são os que mais se mudam.

Nas décadas de 1950 e 1960, o São Tarcísio era pouco habitado. O aumento do número de moradores fez com que eles se distribuíssem em duas áreas: uma baixa, outra alta, mais próxima à rua central, Prudente de Moraes. Os “ribeirinhos” pertencem a regiões, geograficamente diferentes, que definiriam e continuam definindo o desenvolvimento desigual do bairro.

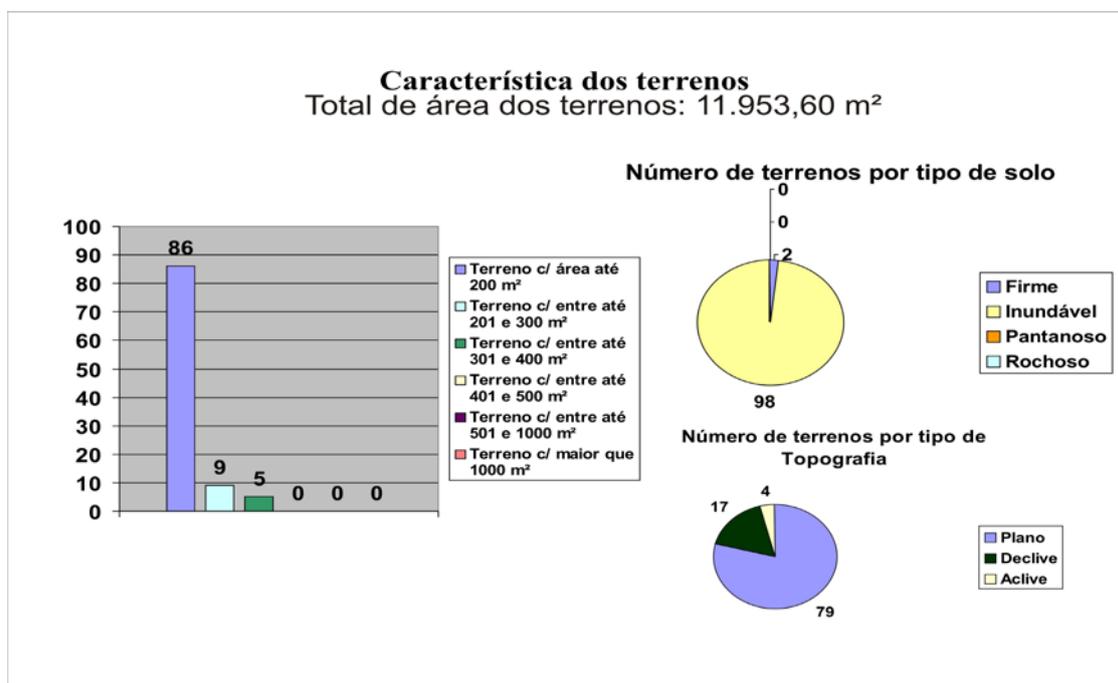


GRÁFICO 2 – Os tipos de terrenos do São Tarcísio  
Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento de Governador Valadares- SEPLAN (2010)

No gráfico acima, podemos perceber que 86% dos terrenos são de áreas com até 200 metros quadrados. A maioria destes terrenos (98%) apresenta um tipo de solo inundável e 79% deles são planos. Isso mostra que a área próxima ao rio é extremamente

vulnerável a enchentes. Os 17% de terreno em declive também são ameaçados com as águas. Apenas quatro por cento dos terrenos possuem segurança. São aqueles situados na Rua Prudente de Moraes. Em linhas gerais o gráfico mostra duas coisas: terrenos pequenos e inundáveis. Os primeiros moradores utilizavam das águas do rio para higiene, limpeza e ingestão. A água encanada chegou ao bairro em 1966, pouco tempo depois, chegaram ao bairro a eletricidade e a rede de esgoto (MIRANDA, et al., 2002).

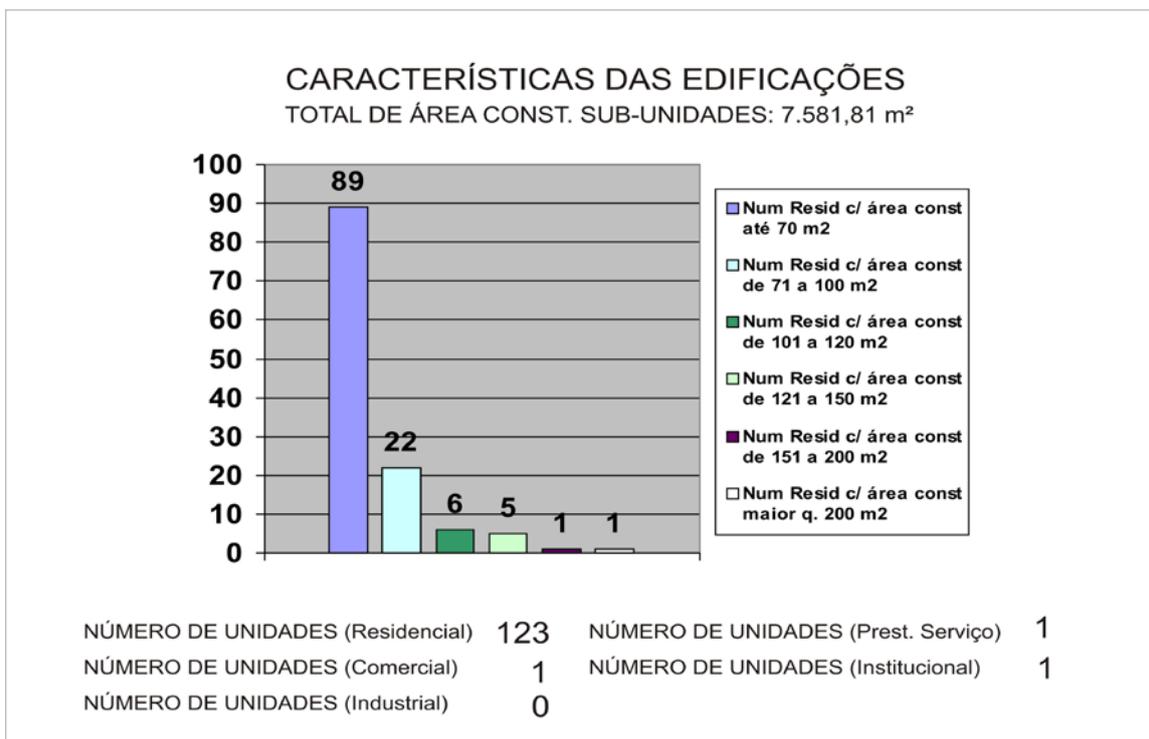


GRÁFICO 3 – Edificações do Bairro São Tarcísio  
Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento de Governador Valadares, 2010

O gráfico acima mostra que 89 residências possuem áreas de **até 70** metros quadrados. O que o gráfico não mostra é que a maioria destas casas é bem modesta. Existem 22 casas com uma área maior (entre 121 e 150 metros quadrados). Estas casas estão situadas na parte baixa e no aclave do bairro e são ocupadas por, pelo menos duas famílias. As 13 edificações restantes são maiores e também melhores localizadas. Elas estão situadas nas proximidades da Rua Prudente de Moraes e não correm o risco de serem atingidas pelas enchentes.

Como podemos constatar no gráfico acima, o bairro conta com uma unidade de prestação de serviço voluntário que é a Fraternidade “O Caminho”, de denominação

católica; uma unidade institucional, que é a escola municipal Valdete Nominato; e uma unidade comercial, que é um bar, situado na Rua Cláudio Manoel.

Em 2006, numa iniciativa do governo do Prefeito José Bonifácio Mourão (2004-2008), dentro do projeto “GV mais bonita para você” 84 casas ribeirinhas do bairro foram pintadas em cores fortes e chamativas. Numa alusão ao Pelourinho de Salvador (BA), o projeto tinha por objetivo “apagar o estigma de favela” do bairro e “transformar” o São Tarcísio num ponto turístico, o “Pelourinho Valadarense”. Entretanto, atualmente, alguns moradores e, dentre eles, Leandro, 34,<sup>66</sup> reclamam que a iniciativa não passou de uma “maquiagem” que ajuda o bairro “parecer mais bonito” somente aos olhos daqueles que o avistam da Ilha dos Araújo, do outro lado do rio. Concordamos com esta percepção observando o objetivo da campanha a partir do slogan. Vê-se que, ao lado do discurso de uma possível “recuperação da auto-estima”<sup>67</sup> da população do bairro o termo “mais bonita”, é uma inscrição que coloca flagrantemente em evidência a “feiúra” do bairro. Logo “feiúra” implicando em “não feiúra” (graças à coloração das casas), se aproxima de beleza, ou seja, de uma “GV mais bonita pra você”. É o mesmo de dizer um bairro São Tarcísio esteticamente mais aceitável para a população, de um modo geral.

Apesar das dificuldades, a relação entre moradores e rio Doce se dá de maneira muito presente cotidianamente. O espaço foi e, até hoje é, habitado por trabalhadores como lavadeiras de roupa, canoieiros dragueiros de areia, carroceiros transportadores. Apesar das fortes corredeiras, crianças, jovens e adultos têm como prática de lazer, tomar banho no rio.

Podemos considerar que o bairro São Tarcísio, tendo em vista a sua parte ribeirinha, estigmatizada durante a década de 2000 <sup>68</sup> através de matérias em jornais locais que difundem a imagem da violência e do tráfico de drogas, fornece representações de uma realidade facilmente associada ao ambiente semiperiférico brasileiro, em que as matrizes de desigualdades sociais sobrepõem-se aos acúmulos de déficits históricos materializados

---

<sup>66</sup> Nome fictício.

<sup>67</sup> Este discurso foi utilizado na época como bandeira para o “embelezamento da cidade. (MIRANDA, et al., 2002).

<sup>68</sup> Estas matérias jornalísticas foram publicadas na seção policial do **Diário do Rio Doce** (DRD) e não foram utilizadas nesta pesquisa, que buscou concentrar-se exclusivamente nas relações sociais e culturais mantidas dentro do bairro, se eximindo de abordar com profundidade a questão do tráfico de drogas, o que demandaria um desdobramento do nosso objeto de estudo. No lugar disso, o tráfico aparece, neste trabalho, nas narrativas e dão a idéia de uma outra territorialização presente no bairro que, de certa forma, afeta a identidade deste. Entretanto, decidimos não considerar esta questão dentro do aspecto de produção e reprodução simbólica posto que ela é mais recente e não mantém um elo histórico-processual com o início da apropriação do território.

nas condições de vida de uma parte expressiva da população. Um exemplo das notícias que estigmatizam frequentemente o bairro é a matéria “Polícia faz apreensão de drogas nas margens do rio Doce”, publicada no jornal Diário do Rio Doce do dia 06 de Abril de 2011, na seção “Cidades”. Em reportagem não assinada, a matéria conta um flagrante que a polícia teria realizado numa das residências da Rua Geraldo Vieira dos Santos no exato momento em que um traficante embalava cocaína preparando-a para ser comercializada. Logo após o flagrante – possibilitado por uma denúncia anônima -, houve a fuga do suspeito que, correndo, buscou imediatamente a margem do rio evadindo-se do bairro a nado. Segundo consta, policiais militares da Quinta Companhia de Missões Especiais, depois de perseguirem o traficante, localizaram na margem do rio Doce, escondido dentro de uma das aberturas da pedreira, um pacote contendo o seguinte: 160 gramas de maconha, 300 gramas de cocaína, sete pedras de craque e um revólver, calibre 38.<sup>69</sup> A droga apreendida é exibida em foto logo a seguir:



Foto 5 – Foto da Droga apreendida no Bairro São Tarcísio  
Fonte: Foto de arquivo do Diário do Rio Doce, 06/04/2011, autor não mencionado

Percebemos que o tráfico de droga e a violência do São Tarcísio fazem parte de um cenário de pobreza e de carência social e econômica em vista dos outros moradores que residem nas adjacências do bairro. A população que reside no São Tarcísio é composta por

<sup>69</sup> Diário do Rio Doce. “Polícia faz apreensão de drogas nas margens do rio Doce”. Seção “Cidades”, 06/04/2011, p. 5b.

famílias de baixa renda, com apenas 12% com renda familiar per capita superior a R\$ 400,00 (quatrocentos reais); 32% dos habitantes são adolescentes e 19% idosos; apenas 14% das pessoas são assalariadas registradas; 25% são aposentados e 11% pensionistas, os demais se dividem em funcionários públicos, autônomos, bicos, desempregados, donas de casa, benefícios sociais e outros. A maioria das pessoas ocupa o imóvel há mais de 16 (dezesseis) anos.<sup>70</sup> Percebemos pelos dados que se trata de um bairro pobre onde a posse de uma casa/terreno se constitui no principal bem. Este bem teria sido adquirido pela minoria e é, atualmente, utilizado pela maioria dos moradores, o que indica um crescimento populacional centrado na célula familiar. Podemos perceber, também, que os moradores são, em sua maioria, autônomos ou desempregados. O desemprego, principalmente no que diz respeito aos jovens teria, como resultado lógico, um agravamento do quadro social. Percebemos que a presença do tráfico no bairro São Tarcísio não é por acaso. Ela estaria, também, diretamente vinculada ao processo de urbanização de Governador Valadares, que trouxe consigo problemas como a exclusão social, a ocupação espontânea desestruturada e a violência. Erguido numa área de baixada, percebemos que o São Tarcísio foi espacialmente separado e segregado de acordo com o nível de renda e prosperidade econômica. Nesse sentido, podemos compreender que temos uma parte da cidade que estaria ligada aos símbolos da modernidade e outra, ligada à síndrome do medo, da insegurança e da instabilidade. A desigualdade social de áreas como a do São Tarcísio é marcada pela dificuldade de acesso aos serviços de infra-estrutura urbana (transporte precário, saneamento básico deficiente, drenagem inexistente, problemático sistema de abastecimento de água, difícil acesso aos serviços saúde, habitação e maior exposição para enchentes e desmoronamentos, etc.) e também menores oportunidades de emprego formal, de profissionalização, maior exposição à violência urbana, a injustiça social e ao preconceito racial.

O tema da exclusão social não é passível de mensuração, porém, no que tange ao nosso objeto de estudos, ele pode ser caracterizado por indicadores que fazem parte do processo de organização espacial e social do bairro, como a informalidade, a irregularidade, a ilegalidade, a pobreza, e o desemprego. Percebemos que a exclusão social pode ser compreendida como um processo, não como uma condição. Desse modo, seus limites mantêm-se sempre móveis, e os “excluídos e incluídos podem se revezar no

---

<sup>70</sup> Cf. GOVERNADOR VALADARES. **Plano Municipal de Habitação 2009**. Secretaria Municipal de Planejamento, SEPLAN/arquivo. (2009, p.12-13).

processo ao longo do tempo”, dependendo, de alguns fatores como, por exemplo, o grau de escolaridade, características demográficas, preconceitos sociais, práticas empresariais e políticas governamentais. (ELIAS, 1990, p.14). Entretanto, considerando o bairro São Tarcísio, a exclusão social teria a capacidade de atingir tanto os moradores quanto ao bairro enquanto território, e se mostraria mais evidente nos espaços das cidades que são rejeitados pelo mercado imobiliário. São nessas áreas desvalorizadas que a população trabalhadora pobre vai se instalar, como ocorreu com o bairro São Tarcísio. Podemos dizer, então, que o São Tarcísio seria o resultado de um processo de urbanização sem urbanidades porque trata-se, neste caso, de uma “inclusão” marginal por meio de casebres, sem a mínima condição de habitabilidade no processo de “modernização” da cidade. Percebemos que o processo de “ocupação espontânea” da margem do rio Doce seria reflexo de uma sociedade que tentou se urbanizar de maneira acelerada, e, ao mesmo tempo, reflexo de um modelo de desenvolvimento excludente e desigual. Por causa disso, percebemos que o bairro ficou vulnerável à expansão da marginalidade, criminalidade e precariedade das relações de trabalho. No bairro, a violência associada ao tráfico de drogas tende a criar um clima social e uma cultura que, de certa forma, afetam as práticas e as relações de confiança, especialmente entre os jovens. Muitos destes são recrutados pelas organizações criminosas e adquirem rapidamente recursos como armas e/ou dinheiro.

Conforme relatos colhidos junto a policiais do 6º Batalhão de Polícia Militar, alguns dos traficantes que atuam em Governador Valadares e que não residem no São Tarcísio, inserem direta ou indiretamente o bairro em seu campo de controle, de maneira que são criados territórios controlados pelo tráfico de drogas, onde a violência seria um simbolismo demarcador dos mesmos. Percebendo as dificuldades verificadas no São Tarcísio associadas à disponibilidade de recursos no que diz respeito à própria dimensão espacial, podemos pressupor que toda exclusão social seria também, em algum nível, exclusão socioespacial e, por extensão, exclusão territorial. Isto pode ser traduzido, em outras palavras, como "desterritorialização", porque remete à idéia de exclusão, privação e/ou precarização do território do bairro em relação a outros territórios da cidade.

No gráfico abaixo, registramos um elevado índice de criminalidade relacionada diretamente ao tráfico no ano de 2010. Podemos perceber que no primeiro trimestre do ano houve uma elevação no número de delitos e, nos meses de junho e de setembro, uma queda. Percebemos aí que as apreensões de drogas e prisões de traficantes não se mantiveram de forma constante. Geralmente, a cada intensificação do policiamento da

polícia, o que se percebe é uma queda, seguida por uma pequena elevação. Isso nos mostra que a ação policial intensiva tem a possibilidade de alterar drasticamente o problema do tráfico naquela área. Baseados em Boletins de Ocorrência, estes dados mostram, também, a relação muito próxima que o tráfico de drogas mantém com a questão do roubo.



GRÁFICO 4 –A presença do narcotráfico no bairro

O número de assassinatos em 2010 esteve praticamente constante e nulo registrando, no gráfico acima, uma pequena elevação no mês de Maio com a morte de duas pessoas. Neste mesmo momento, há uma queda nos delitos relacionados ao tráfico. Os motivos dos assassinatos em 2010 não estariam necessariamente ligados ao tráfico de drogas. São crimes, segundo os dados policiais, de caráter mais passional. Entretanto, em anos anteriores aconteceram crimes conhecidos no bairro como de “acerto de contas”, geralmente entre traficantes do bairro e fregueses em débito. Já houve, também, em anos anteriores, tiroteio seguido de morte numa disputa entre dois jovens que moravam no bairro. O sobrevivente fugiu do São Tarcísio.<sup>71</sup>

No gráfico abaixo registramos os tipos de delitos cometidos em 2010 em termos percentuais. Percebemos uma semelhança entre o volume de delitos relacionados diretamente ao tráfico e o número de roubos. Os delitos classificados como “outros” incluem crimes mais leves como, por exemplo, perturbação da ordem, desacato à autoridade e furtos.

<sup>71</sup> Estas informações foram obtidas mediante relato e consulta aos arquivos do 6º Batalhão de Polícia Militar.

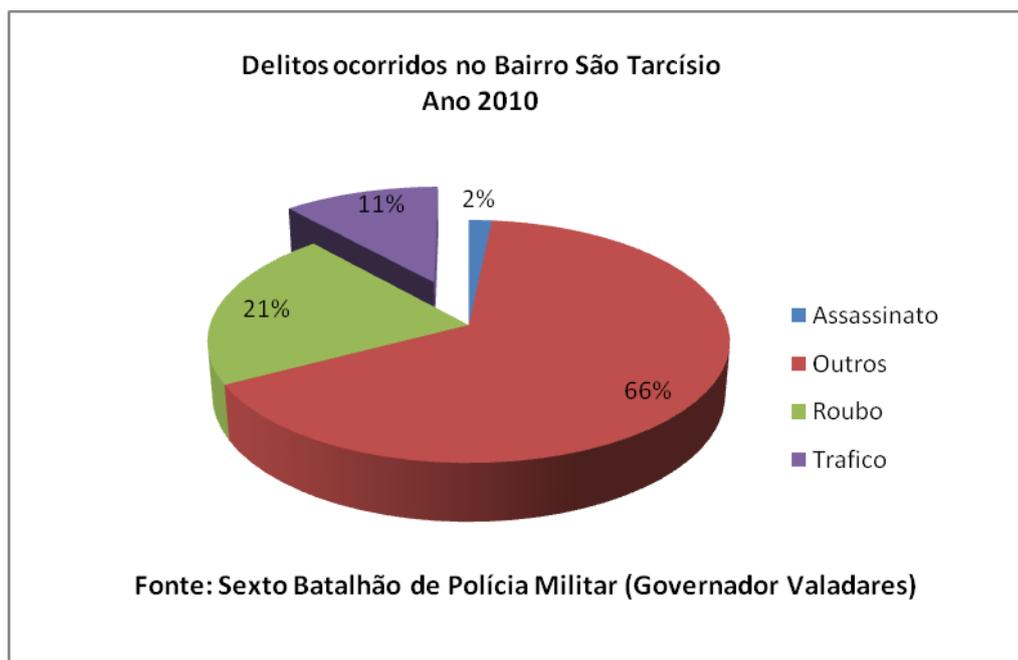


GRÁFICO 5 – Crimes no São Tarcísio (2010)

Ao concluirmos esta parte do trabalho, percebemos que a cidade de Governador Valadares e, por extensão, o bairro São Tarcísio, poderiam ser considerados "produto, meio e condição" das lutas, conflitos sociais e de um modelo de organização espacial que vem ocorrendo desde o sertão do rio Doce. (CORREA, 1995, p. 34). Nesse sentido, no espaço urbano encontramos, de um lado, os espaços da elite que representa a classe dominante. E, de outro, os espaços periféricos das classes populares e as baixadas, como a do São Tarcísio. O espaço do bairro São Tarcísio pode ser considerado como de exclusão social ou inclusão precária, formando-se dentro da cidade um tecido urbano fragmentado, segmentado e contraditório, no entanto, extremamente articulado (como veremos no capítulo 4).

No espaço fragmentado de Governador Valadares, os espaços habitados pela elite poderiam ser identificados pelo consumo de bens e serviços, assim como uma infraestrutura de alta qualidade e de técnica. Porém, nos espaços periféricos predomina a pobreza e sua dinâmica para reduzir os efeitos devastadores do desemprego (principalmente o comércio informal) e das necessidades imediatas de habitação. Sem opção no mercado imobiliário, com pouco ou nenhum financiamento público ou privado, podemos dizer que são espaços que sofrem uma intensa exclusão social por neles habitarem uma população pobre, com poucas oportunidades no que diz respeito a emprego. Fragmentado, articulado, reflexo e condicionante social, percebemos que o São Tarcísio

pode assumir uma dimensão simbólica que, entretanto, insinua-se variável segundo os diferentes grupos sociais e etários que ocupam o bairro. No entanto, em algumas ocasiões de grandes dificuldades, o espírito de solidariedade entre os ribeirinhos prevalece. É o que percebemos, quando abordaremos o problema das enchentes que atingem o bairro anualmente e de como os moradores se articulam para enfrentá-lo.

Ao considerarmos o território como que envolvido num processo onde se conjuga o híbrido – entre sociedade e natureza, entre o subjetivo e o concreto, entre o natural e o artificial, - é importante manter em mente que a natureza, às vezes, promove a desterritorialização de algumas maneiras tais, como, por exemplo, resposta ao adensamento do uso do solo, a construções em local inadequado, e à deterioração de certas áreas territorializadas: as enchentes dos rios e os deslizamentos das encostas são importantes exemplos disso. (CORAGGIO, 1979, p.25). O conceito de natureza a ser considerado, neste caso, é o mesmo de espaço, ou seja, de “matéria-prima”. Todavia, como reação a determinados processos de territorialização, esta mesma “natureza” seria portadora de uma ação: a ação natural que é resposta à ação humana. O papel do homem, então, atém-se ao de dominador dos recursos naturais, colocando-o na posição externa do processo. Considera-se, também, que o espaço físico e os elementos relacionados ao clima, vegetação, solo, relevo e hidrografia, são apropriados de diferentes formas pela sociedade gerando características peculiares de território, de acordo com o tipo de cultura a ser considerada.

Percebemos que as enchentes trazem para o território uma característica simbólica, ou seja, determinados “códigos distintivos” que denunciam aspectos sociais e a ação humana em termos de apropriação do espaço. (WEBER, 1996, p.27). Entendemos que estes espaços, estão sujeitos a processos de transformações tanto naturais como não naturais fazendo com que a cultura, através da expressão da sua materialidade, ofereça-se interpretável através de valores, comportamentos e convenções. (CORREA, 1995, p.07). Isso caracterizaria, também, o que podemos denominar de território simbólico. Do ponto de vista material, os códigos culturais estariam presentes na materialidade verificada, principalmente, na forma e produto da apropriação do espaço. Como um processo pressupõe algo não estático e permanente, o território simbólico seria, também, o registro de um processo de mudança, de uma transformação, de uma figuração entre o antes e o depois. (ELIAS, 1990, p.78). Interpretar a cultura neste território significaria, então,

interpretar estes códigos culturais tanto do ponto de vista material como do ponto de vista imaterial.

Neste sentido, os processos de territorialização e de reterritorialização podem, então, serem entendidos como de produção e de reprodução simbólica porque constroem e reconstróem territorialmente, assim como o processo de desterritorialização pode ser considerado como de desconstrução, mesmo temporária, como é o caso das enchentes. (HAESBAERTT, 2004, p.15).

No caso do São Tarcísio, as enchentes podem ter outra explicação, além da localização baixa do bairro. Na década de 1960, quando os aterros de algumas partes da margem do rio começaram a acontecer, foram utilizados entulhos de construções e, muitas vezes, lixo resultante da limpeza de terrenos vizinhos, na atual Rua Prudente de Moraes, a parte mais elevada. Segundo relatos, o bairro foi “surgindo” de uma maneira muito discreta e sem grande divulgação. As casas construídas no local do aterramento eram vistas como barracões numa “beirada de rio tomada pelo mato”.<sup>72</sup> As ocupações foram lideradas por Gonçalves Batista,<sup>73</sup> naquela ocasião, fiscal da prefeitura e então morador da última casa antes do aterro. Em razão disso, uma grande quantidade de construções apareceram até bem próximo à beira do rio.

Com o processo de devassamento da mata Atlântica, na década de 1950, e assoreamento do rio Doce, não demorou muito para que começassem a ocorrer enchentes anuais. Segundo apontam alguns depoimentos que recolhemos em nossa pesquisa de campo, no início, as águas não ofereciam risco eminente até que, em 1979, com intensidade das chuvas, aconteceu uma enchente de proporções catastróficas, destruindo muitas das casas construídas e deixando os ribeirinhos desabrigados por vários meses. Mais uma vez, a reconstrução das casas e o retorno dos moradores aos seus lotes, contou com um trabalho de mutirão de muitos deles nos finais de semana. Desde os anos de 1980 as enchentes acontecem, até os dias de hoje, com uma frequência anual, geralmente entre os meses de janeiro e março, que registram maiores quantidades de chuva. De acordo com o morador Leandro, 34<sup>74</sup>: “as enchentes são uma forma de o rio reclamar o que é dele”. Mesmo assim, Leandro, que é morador na rua Cláudio Manoel, afirma que já aprendeu a

---

<sup>72</sup> Expressão utilizada no depoimento do jornalista e escritor Parajara dos Santos. (MIRANDA, et al., 2002, p.11).

<sup>73</sup> Nome real.

<sup>74</sup> Nome fictício.

conviver com este desafio. “Com o tempo a gente já sabe o que fazer no tempo das águas. Não tenho pra onde ir e não abro mão de deixar a minha casinha”, disse.

Para melhor dotar o bairro de uma infra-estrutura que facilitasse os trabalhos da municipalidade através da Comissão de Defesa Civil em socorro às vítimas das enchentes, na década de 1980, a administração do prefeito Ronaldo Perim (1983-1988) abriu a Rua Adrião Frois, que passou a ligar a Prudente de Moraes ao bairro, que até então só possuía uma entrada e uma saída: a Rua Cláudio Manoel.

Assim, o bairro São Tarcísio, em sua parte de várzea, próxima ao rio Doce, foi se contrastando através de suas construções simples, da parte mais elevada, próxima da Prudente de Moraes e do Centro da cidade. A partir da aparência das casas (muitas deles de três sobrados), presume-se que os moradores possuam um status econômico diferenciado e melhor favorecido do que aqueles que residem na área ribeirinha, de várzea. Os códigos culturais, presentes no território vivido, também podem ser interpretados numa situação de contraste uma vez que a proximidade com o rio produziria uma “descontinuidade” territorial criando uma marca e, conseqüentemente, uma identidade que, optamos por denominar de “ribeirinhos de várzea”, em contraste com os “ribeirinhos de platô”, que residem nas partes mais altas do bairro (São Tarcísio I). Estas nomenclaturas de identidades espaciais estão diretamente relacionadas ao processo de demarcação e constituição física da cidade. Quanto mais planejadas as áreas da cidade e mais distantes do risco de enchente, com exceção dos morros e encostas, mais próximas elas estariam da denominação de “ribeirinhos de platô”, uma vez que o rio Doce é, indiscutivelmente, uma referência e uma marca territorial e geográfica na cidade.

Como vimos anteriormente, a grande desvantagem de se morar muito próximo ao rio seria o risco sempre presente das enchentes em determinados meses do ano. Contudo, as enchentes, quando percebidas enquanto eventos, podem trazer ao bairro uma dimensão simbólica na qual podemos perceber um traço cultural, principalmente por meio das convenções e comportamentos que giram em torno do processo de desterritorialização e reterritorialização do espaço, antes tomado pelas águas do rio. Todavia morar próximo ao rio teria também as suas vantagens. De acordo com Flávio<sup>75</sup>, o rio Doce teria sido uma referência direta nas décadas de 1960, 1970, e mesmo na década 1980, em termos de abastecimento e consumo de água. Até então, a poluição do rio Doce ainda não havia

---

<sup>75</sup> Nome fictício.

atingido os níveis alarmantes que atingiu nas décadas seguintes. É o que confirma Carolina dos Santos Ferreira.

Inicialmente a falta de água encanada não era um problema tão grave, uma vez que a poluição ainda não ameaçava o rio. Os moradores utilizavam a água do Rio Doce para lavar roupas e vasilhas, para se banharem e até mesmo para beber. Para muitas senhoras a água do rio era fonte de renda. Existiam muitas moradoras do bairro que lavavam roupa para fora utilizando as águas do rio. Houve pessoas que até vendiam água do rio no alto do Carapina. (FERREIRA, 2010, p. 28).

Salienta-se, assim, que a apropriação física do espaço se deu, tendo em vista a oportunidade oferecida e a possibilidade de solucionar algumas necessidades básicas dos primeiros moradores. Entretanto:

Com o passar do tempo, os moradores começaram a buscar novas formas para se obter água. Alguns, por conta própria, compraram canos e puxaram a água da Rua Prudente de Moraes. Apesar de ser um recurso disponível para poucos, pois os moradores deveriam arcar com seus gastos, o SAAE ligou a água encanada, ainda, no bairro na década de 1950. Muitos outros moradores, no entanto, somente tiveram acesso ao serviço a partir da década de setenta. (FERREIRA, 2010, p.28-29).

A proximidade com o rio Doce assegurou aos “ribeirinhos de várzea”, por várias décadas não apenas o abastecimento, mas, também, a melhoria das construções provisórias de madeira. Elas haviam sido construídas, na década de 1950, como já mencionamos, com restos de madeira doada ou comprada em serrarias próximas como, por exemplo, a de José Nascimento Ferradeiro, conhecido como Zé Português, que ficava ao lado do bairro. (Op. Cit.). Após a construção dos barracos, eles foram sofrendo pequenas melhorias e muitos foram reconstruídos com a areia e o barro extraídos do rio. Alguns moradores antigos assimilaram, também, um modo de sobrevivência associados ao rio, lavando roupa por encomenda, pescando e vendendo os peixes na feira, e transportando e vendendo areia em carroças.

Percebemos que a organização não planejada do bairro teria se dado a partir de interesses de ambas as partes: os moradores que aportavam na cidade, buscavam um espaço para se estabelecerem. Por outro lado, o espaço ribeirinho e central teria sido uma solução por parte da municipalidade para equacionar o problema da configuração urbana com a chegada de migrantes sem perspectiva de moradia, mesmo numa cidade como Governador Valadares que, na altura dos anos de 1950, começava a se desenhar no que diz respeito à constituição dos bairros.

Percebemos que esta organização espacial não planejada, mas, ainda assim, uma organização espacial, traz consigo práticas sociais (modelos culturais) e, conseqüentemente, identidades. É preciso recordar que esta “não organização” observada no caso de constituição de alguns bairros, faria parte de uma gestão territorial na medida em que consideramos que a mão-de-obra dos moradores auxiliava na dinâmica da cidade participando na construção e consolidação, do tecido social, urbano e econômico. Estaria presente aí um vínculo com um processo de territorialização que se inicia a partir do Sertão do rio Doce numa estratégia de conquista e domínio do espaço. Esta apropriação (do sertão) teria por finalidade constituir um domínio legitimado a partir do rio Doce e com características patrimoniais e senhoriais. Com a constituição da cidade e de um grupamento de poder e domínio, a gestão do espaço continua a servir a interesses de uma “elite” na medida em que favorece e valoriza a apropriação de alguns espaços deixando outros à mercê dos grupos menos favorecidos. (ELIAS-SCOTSON, 2001, p.35).

O rio Doce continua sendo uma referência de demarcação, e, no caso do Bairro São Tarcísio, o espaço apropriado faria parte de uma lógica geográfica de constituição de identidades mais periféricas e, com isso, mais marginais. Percebemos, então que os códigos culturais destes grupos podem ser interpretados levando-se em conta os costumes e convenções que teriam servido de base para a constituição de um tecido simbólico e comunitário.

Salientamos que em muitos tipos de territórios, os riscos ambientais passam a fazer parte do próprio processo de territorialização e convívio dos moradores com o espaço territorializado. Correa (1995) associa noção de risco à incerteza, exposição ao perigo e prejuízos materiais, econômicos, e humanos. Isto se daria em função de processos de ordem natural e/ou aqueles associados ao trabalho e às relações humanas. Em sentido amplo, o risco refere-se, portanto “à probabilidade de ocorrência de processos no tempo e no espaço, não constantes e não-determinados, e a maneira como este processo afeta (direta ou indiretamente) a vida humana”. Alguns riscos estão ligados à saúde pública como, por exemplo, malária, tifo, dengue e as doenças de veiculação hídrica, como a leptospirose, a equistossomose e a cólera. O grupo de riscos, geralmente definido como naturais, é caracterizado por fortes chuvas, furacões, enchentes, e terremotos. (CERRI-AMARAL, 1998, p.302). Em território urbano, as áreas de risco nas encostas, fundos de vales ou áreas ribeirinhas, podem causar, muitas vezes, algumas catástrofes. (SOUZA, 2000, p.65).

No caso do Bairro São Tarcísio, a maior das enchentes que se tem notícia, entre os moradores mais antigos, como já mencionamos, foi a de 1979. “Ela (a enchente) deixou muita gente sem casa e teve gente que até mesmo perdeu a vida. Sei de um caso que a menina já ia se afogando, o pai pulou pra ajudar ela e morreram os dois”, lembra a moradora Georgina, 81<sup>76</sup>, moradora na Rua Cláudio Manoel. Ela recorda que, desde então, “de vez em quando,” recebe a ajuda de remédios em época de enchente, para curar ou prevenir “doença que vem com as águas”.

Além dos riscos naturais é preciso se considerar, também, em bairros como o São Tarcísio, os riscos sociais. Estes estão presentes nas condições sociais que são, muitas vezes, desfavoráveis à segurança e ao bem estar da população. O estudioso Cláudio Egler esclarece que uma interpretação dos riscos ambientais no território “deve ser vista como um indicador dinâmico das relações entre os sistemas naturais e as condições sociais de reprodução humana em um determinado lugar e momento.” (EAGLER, 1996, p.32). O risco social seria, neste caso, resultante das carências sociais que contribuiriam para a degradação das condições de vida. Sua manifestação mais aparente está, conforme Egler, nas condições de habitabilidade e na violência, verificadas em bairros periféricos e de menor renda. A condição social desfavorável de algumas comunidades é, por vezes, também expressa no acesso aos serviços básicos, tais como água tratada, esgotamento de resíduos e coleta de lixo. Além disso, numa visão de longo prazo, estes riscos podem influenciar nas condições de emprego, renda e capacitação técnica da população local, elementos fundamentais ao pleno desenvolvimento humano sustentável. No bairro São Tarcísio, como alguns de seus moradores o definem como um “território do tráfico”, onde as crianças ficam, cada vez mais expostas a estes riscos, uma vez que são “recrutadas” não apenas no São Tarcísio, mas, em bairros próximos como “aviõezinhos”: “Eles são menino de recado. Leva e traz notícia, carrega e entrega o craque. Tudo fazendo mandado”, conta Georgina, referindo-se ao tráfico.

Conforme Eagle (1996), o que se verifica em megalópoles e cidades do porte médio, como no caso de Governador Valadares, é que os espaços considerados áreas de risco natural tais como encostas declivosas, os fundos de vales, as várzeas de rios e as encostas são, geralmente, habitados por “grupamentos menos favorecidos” economicamente. (WEBER, 1982, p.15). A cena urbana poderia, desta forma, ser pensada através de um contraste heterogêneo de bairros pobres e/ou favelas e bairros ricos ou de

---

<sup>76</sup> Nome fictício.

classe média que possuem códigos culturais de habitação compatíveis com seu status econômico. (CORREA, 2002, p.25). A ação da natureza sobre o território em situações de ameaças e riscos naturais, tende, então, a modificar a cena urbana fazendo com que, de acordo com a magnitude do evento adverso, este mesmo território possa, até mesmo, deixar de existir. (EAGLER, 1996, p.37). Todavia, no caso do São Tarcísio, o que percebemos através dos relatos é que os moradores parecem ter se acostumado com as enchentes: “A gente já sabe que ela vem e aí, todo ano, a gente se prepara pra ela. Quando o rio começa a encher a gente já sabe o que fazer. Já sabe onde guardar as coisas e onde ficar até a chuva acabar. Quando o rio esvazia a gente volta pra casa da gente”, afirma Georgina.

Percebendo o “costume” e até a “prevenção” dos moradores com relação às enchentes cabe perguntar: como poderíamos desvendar o motivo que transparece na ação social da comunidade diante destas enchentes? Consideramos, com Max Weber, que este motivo estaria presente em cada indivíduo que age, levando em conta a resposta e reação dos outros. (WEBER, 1996, p.54). Assim, a posição dos ribeirinhos e a ação deles diante deste problema pode ser compreendida como um fato social. Percebemos que este fato estaria ligado, possivelmente, a dois tipos-ideias weberianos:<sup>77</sup> o tipo tradicional e o tipo emocional. No caso do tipo tradicional percebemos que, mesmo para aqueles que têm uma condição razoável e que lhes permitem a mudança de residências situadas próximas da margem do rio não o fazem porque, assim como os demais, estariam compartilhando de um costume e de um hábito enraizado na vida deles e da própria comunidade. Desde os anos de 1970, a enchente faz parte da vida destas pessoas. Esta relação seria mais ou menos inconsciente. Assim não poderia ser considerada como racional. Considerando-a uma ação afetiva, observamos que o rio Doce exerce forte atração emocional, principalmente sob os moradores mais velhos, como veremos no capítulo 4. Da mesma forma que percebemos as enchentes podemos, também, compreender o caso da apropriação/territorialização do sertão do rio Doce, de Governador Valadares e do bairro São Tarcísio. Neste caso, muitos indivíduos se orientam num dado processo configuracional reciprocamente e num mesmo sentido desencadeando as diversas possibilidades de se apropriar de um espaço. (ELIAS, 1990, p.21). A existência do

---

<sup>77</sup>Como já mencionamos anteriormente, os tipos-ideais são as formas que Weber estabeleceu para que se busquem uma compreensão e interpretação de motivo por trás de um fato social. (WEBER, 1996, p.54).

território, então, estaria vinculada a determinados tipos de relações sociais que os indivíduos praticam, uma vez que nestas relações haveria um motivo a ser compartilhado.

Quando nos referimos ao tráfico de drogas e aos índices de violência, percebemos que a desigualdade social poderia ser considerada a causa de uma vulnerabilidade presente principalmente entre os jovens. A população da periferia é vista, de certa forma, como desclassificada, impedida e excluída de um padrão de vida presente na classe média. Segundo pudemos verificar em Boletins de Ocorrência policial, existem muitas ocorrências de violência registradas anualmente na área do São Tarcísio tais como, por exemplo, assaltos à mão armada, estupro e furto, mas, a principal forma de violência verificada no bairro são os homicídios. Eles acontecem numa faixa de quatro a seis por ano.<sup>78</sup> Trata-se de uma média grande uma vez que o bairro e arredores não formam uma área muito extensa. As pessoas que são, geralmente, assassinadas são ligadas ao tráfico de drogas. Em nossas entrevistas percebemos, observando o relato de alguns moradores que falaram sobre o assunto, que as vítimas não são residentes no bairro. Isso nos mostra uma dada tolerância em termos de convivência tanto dos não traficantes com os traficantes, como no caso contrário. Consideramos que o sentimento de familiaridade e parentesco que existem entre as pessoas pode, talvez, ser a explicação para isso, embora nem todos os entrevistados admitissem parentesco com os jovens ligados ao tráfico. Pudemos notar, inclusive, um sentimento de medo e respeito por parte deles em relação aos traficantes. Apesar das dificuldades sociais e de infra-estrutura, o rio Doce é um aspecto importante na forma como os moradores concebem o espaço do bairro. É o que veremos a seguir.

### **2.3.3 Como “território-paisagem”**

Ao considerarmos a paisagem numa reflexão sobre o território, nos posicionamos forçosamente, antes de qualquer coisa, dentro entre dois pontos de vista: a do trabalho humano, tornado visível, e o da representação do mundo, enquanto fonte de apreciação estética. (COSGROVE, 1984, p. 27). Conforme Augustin Berque, a paisagem não é somente um “dado”, entendido como a forma objetiva do meio. Ela não seria somente uma projeção, entendida como visão subjetiva do observador: “a paisagem é um aspecto do produto fundamental que institui o sujeito enquanto tal, dentro do meio enquanto tal”. (BERQUE, 1994, p.09). Carl Sauer enfatiza que a individualidade da paisagem só é

---

<sup>78</sup> Arquivos do Sexto Batalhão de Polícia Militar, 2010.

reconhecível quando comparada com outras formas de paisagens. Isso porque a paisagem “tem sua identidade baseada numa constituição reconhecível, em limites e em relações genéricas com outras paisagens”. (SAUER, 1983, p.322). Porque ela é avistada, é tida imediatamente como concreta. Entretanto, é também decodificável através da representação do sujeito. Neste sentido, a concepção, utilização, e deleite estético com a paisagem, resultado desta observação, poderiam ser considerados como resultado de um processo cognitivo, mediado pelas representações do imaginário social, pleno de valores simbólicos. Apresenta-se, assim, de maneira dual sendo ao mesmo tempo real e representação. (CASTRO, 2002, p.18). Lucrécia Ferrara nos traz importante contribuição ao discutir visualidade e visibilidade, categorias dos modos de ver, de natureza da imagem. A visualidade corresponderia à imagem do mundo físico e concreto. Já a visibilidade, à elaboração reflexiva do que é fornecido visualmente transformado em fluxo cognitivo. Nas palavras da autora:

A visualidade corresponde registro um dado físico e referencial; a visibilidade, ao contrário, é propriamente, semiótica, partindo de uma representação visual para gerar um processo perceptivo complexo claramente marcado como experiência geradora de um conhecimento contínuo, individual e social. Na visibilidade o olhar e o visual não se subordinam ou conectam-se um ao outro, como ocorre com a visualidade, ao contrário, ambos se distanciam um do outro para poder ver mais. Estratégico e indagativo o olhar da visibilidade esquadrinha o visual para inseri-lo, comparativamente, na pluralidade da experiência de outros olhares individuais e coletivos, subjetivos e sociais, situados no tempo e no espaço. (FERRARA, 2002, p.74).

Em um dado território físico, como o São Tarcísio, o que possuiria visibilidade e visualidade seria caracterizado, conforme Augustin Berque, por uma marca, ou seja, uma “geo-grafia”. Esta marca, impressa pela sociedade, seria também uma matriz e uma referência para a existência e para a ação humana. Se por um lado ela é vista por um olhar, pelo outro ela determina este olhar. Nas palavras do autor, “[...] a paisagem é plurimodal (passiva-ativa-potencial.) como é plurimodal o sujeito para o qual a paisagem existe; [...] a paisagem e o sujeito são co-integrados em um conjunto unitário que se autoproduz e se auto-reproduz”. (BERQUE, 1998, p.86). Carl Sauer relaciona a paisagem a uma identidade ao fazer o seguinte pronunciamento:

Por definição, a paisagem tem uma identidade que é baseada na constituição reconhecível, limites e relações genéricas com outras paisagens. Sua estrutura e função são determinadas por formas integrantes e dependentes. A paisagem é considerada, portanto, em um certo sentido, como tendo uma qualidade orgânica. (SAUER, 1998, p.23).

De acordo com Rogério Haesbaert, esta qualidade orgânica da paisagem, que é muitas vezes considerada como uma identidade estética e também uma marca-matriz, auxilia na reprodução de uma identidade territorial:

Partimos do pressuposto geral de que toda identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das idéias quanto no da realidade concreta do espaço geográfico constituindo, assim, parte fundamental dos processos de identificação social. (HAESBAERT, 1999, p. 172).

Para Haesbaert, de uma forma muito genérica, pode-se afirmar que “não há território sem algum tipo de identificação e valoração simbólica (positiva ou negativa) do espaço pelos seus habitantes.” (Op. Cit.). Assim, percebemos que a identidade territorial do Bairro São Tarcísio estaria relacionada também à paisagem através daqueles que habitam e daqueles que são observadores. Em ambos os casos, haveria decodificação tanto positiva quanto negativa dos sujeitos envolvidos. Outra vez, a constituição da identidade territorial e a marca-matriz da paisagem, estariam sujeitas a determinados códigos culturais, que Haesbaert também prefere nomear de símbolos:

Para entendermos a identidade social e a mediação do espaço na construção da identidade territorial é muito importante discutirmos a noção de “símbolo”. Partilhamos da concepção daqueles que, na semiologia, entendem o símbolo não como sinônimo de signo ou de simples “representação” ou “substituição”. Enquanto signo stricto sensu e muito mais arbitrário e mais racional, no sentido de uma convenção abstrata geral, dotado de um sentido mais primário e literal, o símbolo mantém uma relação mais direta com a coisa nomeada e ao mesmo tempo, mais carregado de subjetividade, ele teria uma abertura para levar a outros sentidos, indiretos, secundários e, de alguma forma, inesperados. No símbolo haveria sempre um deslocamento de sentido, nunca todo definido ou explicado. (Op. Cit.).

A “naturalização” da identidade territorial e da referência de percepção sobre determinada paisagem em questão seria, então, capaz de tornar “objetivo” um comportamento que é permeado de subjetividade, transformando o simbólico em “construção natural”. De acordo com Haesbaert, uma das bases que podem dar mais consistência e eficácia aos códigos culturais é a presença dos referenciais concretos. Neste caso, “o referente pode ser, por exemplo, um recorte ou uma característica espacial, geográfica”. (HAESBAERT, 1999, p.175). Assim, o território pode veicular, na visão de Haesbaert, determinados códigos culturais de identidade territorial e paisagística que possuam múltiplas faces: ora reforçando a segregação, ora viabilizando uma dinâmica de convívio ou de ativação de múltiplas identidades. No caso do São Tarcísio, podemos

considerar como referencial concreto o rio Doce no sentido em que o bairro é caracterizado pela proximidade física e simbólica, de seus moradores, com o rio.

Ao concluirmos este tópico, percebemos que a paisagem poderia, então, ser considerada como resultante de um processo civilizador, de mudança e figuração, a fim de atender a interesses capazes de inseri-la num projeto de organização social. (ELIAS, 1990, p.12). Neste projeto, seria então possível identificar uma paisagem elaborada para ser reconhecível e outra não elaborada e, por isso, espontânea e fruto do trabalho humano numa apropriação não planejada do território. Nos dois casos haveria a possibilidade de valorização da paisagem (positiva ou negativa) já que ela pode ser concebida como um objeto que, na representação perceptiva do sujeito, encontraria uma identidade junto a ele. Da mesma forma podemos observar que a paisagem, por ser fruto do trabalho humano, manteria um vínculo motivacional com o motivo que a gerou sendo este motivo consciente ou inconsciente. (WEBER, 2000, p.36). Haveria, assim, uma marca, uma geo-grafia resultante de um processo desencadeado por uma motivação produtora da paisagem não natural, mas, daquela que é fruto do trabalho. Ressaltamos, também, em termos weberianos, a capacidade ativa do sujeito diante de uma paisagem em relação aos sentimentos e pertencimentos que ela suscitaria do ponto de vista perceptivo. Estes sentimentos poderiam, muitas vezes, situar-se no plano do afetivo (irracional) através do apego a determinada paisagem que pode ser, também, estimuladora de um hábito e, ao mesmo tempo, ela própria, ser tornada um hábito pela passividade do olhar dos indivíduos que não mais a enxergam, apenas fazem dela o palco da labuta diária. (WEBER, 1996, p.76). Ou seja, haveria uma “naturalização” daquilo que, supostamente, seria simbólico. Do ponto de vista dos códigos culturais temos que a paisagem corrobora com a experiência do olhar sobre o espaço. (CLAVAL, 1990a, p.38). Ela é, assim, um sentido porque auxilia na reprodução e manutenção de determinadas códigos e identidades relacionadas ao espaço. A própria paisagem pode ser vista como um código. É assim que ela teria uma valorização positiva ou negativa tanto para apreciação estética como para a segregação.

#### **2.3.4 A cidade e suas múltiplas relações de poder**

Conforme o geógrafo Marcos Saquet (2003), a problemática cultural e social envolve a “processualidade histórica do(s) poder(es)” como essência do sistema territorial.

(SAQUET, 2003, p.56: ELIAS, 1990, P.19). O poder não seria uma categoria especial nem temporal, mas estaria presente em toda relação que se apóia no espaço e no tempo.

De acordo com Saquet, o território seria um lugar de relações a partir da apropriação e produção do espaço. O sistema territorial seria, portanto, produto e condição socioespacial. (2003, p. 57). Para Weber, a existência de um território pressupõe sempre uma dominação e espelharia o binômio dominação/sujeição. (WEBER, 1991, p.78). Entretanto este território não deveria ser pensado de modo estanque. Ele seria dinâmico uma vez que, ao ser constituído socialmente, pode ser constantemente reestruturado posto que pode ser “aberto a influências externas e de outras escalas territoriais.” (CLAVAL, 1999a, p.34). Neste caso, o poder estaria presente nas ações e relações entre os diversos atores em questão. São estas ações e relações que expressariam, de uma forma mais abrangente, uma dada situação cultural e territorial.<sup>79</sup> No que diz respeito às relações das partes de poder envolvidas, podemos então compreender que não existe território sem poder e nem tampouco poder sem um sustentáculo territorial. (SAQUET, 2003, p.41). Outra atenção que, segundo Werther Holzer, precisamos ter quando discutimos poder, é a de que nas relações de poder, precisamos levar em conta a inter-subjetividade através das representações sociais dos atores em questão. (HOLZER, 1999, p.151). Seria através destas representações, em relação a lugares ou pessoas, que delinearíamos a identidade dos atores estudados sendo uma, em contraste com outra(s). Ao ser considerado como relação social, o território do São Tarcísio pode, então, pressupor uma “conflituosidade geografizada.” (idem, p.152) Seria então formado pelos atores sociais que o redefiniriam constantemente em suas cotidianidades. Consideramos que estes mesmos atores que o compartilham, às vezes o territorializariam de maneiras diferentes, como seria o caso, por exemplo, daqueles que no Bairro São Tarcísio optaram pelo tráfico de drogas. Outro ponto-chave nesta discussão é o da segregação e auto-segregação territorial, como aparece neste relato: “a gente percebe que quando vem gente que não é daqui eles ficam meio sem jeito, como se tivesse com medo. A gente logo percebe quando a pessoa não mora aqui e vem do Centro. Tem uns que chegam de carrão com umas moça bonita, ficam pouco tempo, conversam

---

<sup>79</sup> Conforme Paul Claval, para estudarmos um território cultural devemos, primeiramente, tomar como base, a compreensão de que este mesmo território realiza-se no espaço por intermédio das relações sociais materializadas.<sup>79</sup> Contudo, ao mesmo tempo, o território pode ser considerado lugar de utilização dos recursos diversos, sejam eles materiais ou não. Ver: CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. Florianópolis: UFSC, 1999a.

com alguém e depois, dão meia volta e vão embora”, afirma Cristina, 36, residente na Rua Geraldo Vieira dos Santos. Paula, 47<sup>80</sup>, moradora na Rua Prudente de Moraes.

Geralmente o poder é concebido, simplesmente, como “a produção de efeitos causais”, sendo que poderes sociais dizem respeito ao uso intencional dos poderes causais de um agente para afetar a conduta de outros. (SCOTT, 2010, p. 13). Vemos, com o desenrolar da história do bairro São Tarcísio, que o espaço teria sido destinado a abrigar pessoas que chegavam a Governador Valadares por volta da metade do século XX. Nesta relação entre dois pólos, temos que um dos quais é o agente “superior” ou principal e outro, o “subalterno” ou subordinado, na medida em que atende a uma expectativa não exatamente planejada, mas, de certo modo, pensada enquanto opção de moradia. Neste sentido, a municipalidade exercitou seu poder, enquanto os trabalhadores braçais, na qualidade de subalternos teriam sido afetados por um poder superior na medida em que foram estimulados a se mudarem não apenas para o São Tarcísio, mas, para outras áreas de Governador Valadares que, naquela altura, se tornaram uma “estrutura territorial de acolhimento”, proporcionando o desenho dos primeiros bairros periféricos da cidade. (LUKES, 1980, p.63). Não podemos dizer que esta decisão teria sido racional no sentido de se pensar e se avaliar todos os prós e contras da criação desta estrutura. A parte central da cidade recebia, naquela altura, as casas comerciais mais importantes e a periferia, destinava-se a abrigar os trabalhadores de baixa renda.

Num contexto como aquele, vivido por Governador Valadares nas décadas de 1940 e 1950, seria demais conceber a idéia de racionalidade num projeto total de assentamento humano previamente calculado e estudado. Teria antes, sido, em alguns casos como o do bairro São Tarcísio, um paliativo com feições populistas que marcaram os prefeitos daquela década com os atributos então creditados ao presidente Getúlio Vargas, ou seja, a denominação de “pai dos pobres”. (MIRANDA et al, 2002, p.30). Na abordagem weberiana de poder que, conforme Lukes, é a predominante na Sociologia, há, antes de tudo a racionalidade a ser levada em conta. (LUKES, 1980, p.27). De fato, Weber observa, particularmente, o exercício de poderes de tomada de decisão em organizações soberanas – tais como Estados, empresas comerciais, universidades e igrejas – mediante a utilização de eleições e mecanismos administrativos. Essas relações de poder seriam assimétricas e se organizariam em torno de interesses e objetivos conflitantes dos participantes. (WEBER, 2000, p.54). O poder, nesse caso, seria fixo em termos de quantidade e, como um agente só

---

<sup>80</sup> Nome fictício.

pode ganhar às expensas do outro, sempre haveria vencedores e perdedores nas relações de poder. Entretanto, Weber observa que existem duas faces do poder: uma seria a de ‘tomada de decisões’ e a outra, a de “não tomada de decisões”, que ocorre quando alguns agentes têm o poder de manter certos temas fora de pauta. Percebemos que a segunda situação se encaixa melhor no caso do São Tarcísio considerando que os prefeitos fizeram “olhos que não virão e ouvidos que não ouviram”<sup>81</sup> estimulando, de certa forma, aquele assentamento, mesmo considerado oficialmente clandestino.

Podemos pensar em relações de poder no bairro, ainda, tendo como referência uma segunda abordagem, o poder seria, assim, uma propriedade coletiva dos “sistemas sociais” dos atores cooperantes, que facilitaria ao mesmo tempo o fortalecimento e a disciplina coletiva. (SCOTT, 2010, p.165). Isso estaria presente internamente no bairro, de acordo com relatos dos moradores, a partir dos laços de amizade que se estabelecem nas primeiras famílias que chegavam, fazendo com que, nesta união, por muitas décadas, o bairro fosse habitado por “uma família só, onde todo mundo é parente”, como afirma Leandro, 34, residente na Rua Cláudio Manoel, 37<sup>82</sup>. Uma forma elementar de poder social presente na obra de Weber é a influência persuasiva, através da significação e da legitimação, que operam respectivamente, por meio de significados cognitivos comuns e compromissos de valor compartilhados. (WEBER, 2000, p.19). Estes fazem com que determinadas condutas pareçam necessárias ou emocionalmente adequadas a outros atores.

A legitimidade existiria sempre que houvesse a crença de que um padrão de dominação é certo, correto, justificado ou, de alguma forma, válido. Os agentes que internalizariam os valores culturais predominantes se identificariam com aqueles que ocupariam posições de dominação definidas em termos desses valores. Essa internalização e essa identificação, segundo Weber, é que criam superiores e subalternos e definem os direitos e obrigações que dão suporte ao poder de controle dos grupamentos mais favorecidos sobre aqueles menos favorecidos. (WEBER, 2000, p.20).

Em termos “elisianos”, consideramos que um arranjo territorial como o do Bairro São Tarcísio, pressupõe uma teia de indivíduos interdependentes, ligados por sentimentos, decisões, ações e atitudes. Entretanto, tudo isso pode mudar em resposta a desenvolvimentos civilizadores. (ELIAS-SCOTSON, 2000, p.45). Percebemos que as relações de poder pressupõem o cumprimento de determinados códigos que colocam à

---

<sup>81</sup> Ver relato de Teuda Nascimento, nome real. (MIRANDA, 2002, p.16).

<sup>82</sup> Nome fictício.

prova a capacidade coercitiva de cada grupo no sentido de domínio. Um exemplo disso são as pessoas envolvidas com o tráfico de drogas. Percebemos que o poder deste grupo de indivíduos estaria na capacidade de mobilizar mais proporção de recursos necessários em termos de domínio. Estes recursos estariam diretamente relacionados com a violência e a atmosfera de medo e insegurança que o tráfico impõe aos moradores do bairro, até mesmo aqueles que têm parentesco com os traficantes. Nesta direção, a territorialidade estaria diretamente relacionada à idéia de apropriação e valorização simbólica do território não apenas físico, mas, também, social, o que nos remete (num diálogo mais ampliado entre o micro-macro) a relações de poder dos ribeirinhos com o entorno e com o meio social em que vivem. Poderíamos pensar, por assim dizer, que o São Tarcísio seria um território apropriado, mas, que, ao mesmo tempo, ele estaria em constante movimento uma vez que os códigos de conduta, que servem de baliza para a regulação da vida cotidiana também são fluidos, juntamente com a identidade dos grupos e do próprio espaço. (ELIAS, 1990, p.41). Tomamos por base e referência, as características tomadas como símbolos comuns entre os membros de um mesmo grupamento, funcionando como mecanismos de reconhecimento e, ao mesmo tempo, de diferenciação dos demais. Consideramos que as relações de poder estão no âmbito destes “símbolos/códigos” porque “orientam ações num determinado espaço definindo o grupo social através do contraste” e originando a **identidade**. (BRUM NETO, 2007, p.24).

A primeira identificação que podemos fazer, no caso do São Tarcísio, tem origem na década de 1950. Os primeiros moradores que, naquela altura chegavam à cidade como trabalhadores braçais, eram conhecidos como “forasteiros” (como já mencionamos), uma designação que indicava a falta de enraizamento local e, em alguns casos, a falta de uma família. Em algumas situações, o termo “forasteiros” era utilizado pelo “establishment local” (pessoas que se auto-denominavam “pioneiros”), como sinônimo de “aventureiros”. (SIMAN, 1988, p.165). Assim se formou o bairro São Tarcísio, como já vimos, com os moradores novos, braçais, pobres. Com o passar dos anos, estes moradores se tornam “moradores antigos” no bairro porque adquirem um lote, constroem um barracão e criam uma rede de sociabilidade. Os “antigos” passam a ter, então, hegemonia sobre os “novatos”. Neste caso, a forma como as relações de poder são constituídas a partir de códigos culturais constrói, também, uma figuração estigmatizada dos “outsiders” em relação ao grupo estabelecido, até que o mesmo passe a ser considerado parte da comunidade. (ELIAS-SCOTSON, 2000, p.45). Outra figuração possível, como já

mencionamos anteriormente, é a de “ribeirinhos de várzea” e “ribeirinhos de platô” ou, em outras palavras, “São Tarcísio II e São Tarcísio I”. No campo semântico do São Tarcísio I (próximo à Rua Prudente de Moraes) caberia “a ordem”, a “acessibilidade”, a “paisagem mais esteticamente introjetada na idéia do Centro da cidade”, por ser uma parte mais elevada, esta elevação carregaria, também, os pressupostos de uma dada elevação social em comparação ao São Tarcísio II, situado na “beira do rio”, “local de enchentes”, “local de pobreza”, “com características mais próximas de favela”, “esteticamente mais parecido com a periferia e menos parecido com o Centro da cidade”. Outra figuração possível, graças à presença do tráfico das drogas é a de “morador traficante” e de “morador não-traficante”. O “morador traficante”, segundo a imagem estereotipada revelada pelos entrevistados é “jovem”, “não possui religião”, portanto “não vai à igreja”, alguns são “parentes” dos moradores antigos, e por questões de sua proteção, não aparecem em alguns relatos. Já em outros relatos, os “traficantes” aparecem como “tristeza” do bairro. Esta lamentação é tanto por parte de supostos “parentes” quanto dos “não-parentes”. A presença do tráfico de drogas cria, indiscutivelmente, outro tipo de territorialização no São Tarcísio.

Nestas representações, verifica-se que os sentimentos, decisões, ações, atitudes, identidades, e relações dos moradores mudam em resposta a desenvolvimentos civilizadores e descivilizadores. A teia de significados que sustenta o cotidiano do bairro se alimenta das representações sociais num processo de territorialização e legitimação do poder. (WEBER, 1996, p.48). A auto-afirmação identitária e o conflito social podem, neste caso, levar os indivíduos a um processo de disforização da imagem do “outro” na tentativa de torná-lo ilegítimo perante o meio social. O caminho inverso deste processo é a euforização, que “fortalece a identidade grupal e a autoridade” deste grupo perante a outrem. (CLAVAL, 1999a, p. 89). Neste raciocínio, o imaginário poderia ser pensado como um lugar de lutas e conflitos entre grupos sociais privilegiados e aqueles desprovidos de bens.<sup>83</sup> As representações sociais de “novos” x “antigos”, “forasteiros” x “pioneiros”, “moradores” x “não-moradores”, “traficantes” x “não-traficantes” e “parentes” x “não-parentes”, se prestam a elaboração de identidades. Como resultado disso, verificamos que acontece no São Tarcísio uma distribuição dos papéis e das posições sociais, assim

---

<sup>83</sup> Segundo Baczko, os estudos a respeito do imaginário teriam começado a se consolidar na segunda metade do século XIX, dentro do campo da Psicologia Social e da Antropologia. Neste sentido a noção de imaginário social teria passado a ser utilizada pelos positivistas para explicar o progresso da civilização, e pelos marxistas nas interpretações dos imaginários sociais a partir das análises das ideologias. Ao longo do século XX e no século XXI, o teórico salienta que o estudo do imaginário tendeu também a transitar pelo campo histórico, através do desenvolvimento da Nova História Cultural. (BACZKO, 1984, p. 300).

ratificando a hierarquia social expressa e inserida por aqueles que acreditam ter autoridade sobre os outros. (CAMPOS, 2001, p.31). As crenças comuns, como forma de controle e coesão social, serviriam para construir uma espécie de código de ‘bom comportamento’ que caracterizaria a inclusão ou não em determinado grupo, segundo as expectativas de pertencimento demarcadas. Desta forma, considera-se que o imaginário social elaborado e consolidado pelos moradores do São Tarcísio possuiria, enquanto “forma de ação”, elementos que fomentam o conflito, bem como as divisões e violências reais ou potenciais de um grupo identitário em relação ao outro, constituindo-se, portanto, num mecanismo de controle e legitimação do poder. (WEBER, 1996, p.34). Isso pode se tornar compreensível através da construção de discursos que estruturam, assim como as identidades e representações sociais, uma relação binária e contrária, dependendo de quem se colha o depoimento/opinião/narrativa. (SPINK, 1993, p.10). No caso de identidades afastadas e adversas, poderemos ter discursos que, ao se referirem à outra, marquem a posição de euforização ou disforização: “legitimar/invalidar; justificar/acusar; tranquilizar/perturbar; mobilizar/desencorajar; incluir/excluir.” (BACZKO, 1984, p.20). Da mesma forma, ao nos referirmos aos moradores do São Tarcísio I e II, as duas paisagens consubstanciam-se em imagens e representações sociais que, em se tratando de geograficidade, estariam carregadas de afetividades e simbologias dependendo do indivíduo ou grupo entrevistado. (SILVA JÚNIOR, 2010, p.45). Um ponto em comum é que tanto para um “ribeirinho de platô” quanto para “um ribeirinho de várzea”, valoriza o local em que mora. Para estes, o local tem valor simbólico e afetivo, na esfera individual e coletiva. O rio Doce é citado como ponto-chave desta valorização do território.

### **3 O BAIRRO SÃO TARCÍSIO PELAS SUAS NARRATIVAS: SENTIDOS QUE PROJETAM TERRITÓRIOS**

Ao nos referenciarmos na Geografia Cultural, optamos por utilizar como estratégia de investigação do bairro São Tarcísio a etnografia, que se alinha com o tipo de estudo de caso e com a pesquisa qualitativa, propostos em nossa metodologia. (HAGUETE, 1992, p.34). Como método de interpretação do material coletado em campo, adotamos a etnometodologia. Realizamos então, neste capítulo, uma apresentação do exercício etnográfico numa interlocução com os autores centrais e alguns daqueles referenciais que fundamentamos nos capítulos 1 e 2. Na medida em que apresentamos as narrativas colhidas, realizamos um esforço no sentido de interpretá-las seguindo a orientação de que a etnometodologia se realiza por meio de uma interpretação da interpretação.

Sobre a interpretação dos dados, consideramos “os acontecimentos e os conhecimentos cotidianos”, como textos que compõem a “contextualidade”. (SIQUEIRA, 2005, p.35). É a partir desta contextualidade do bairro que buscamos compreensão das práticas, representações sociais, territorialidades, códigos culturais e imaginário social no esforço de compreensão da possível produção e reprodução simbólica verificada no bairro. Primamo-nos, no processo de transcrição de dados, em detalharmos literalmente sinais indicando entonações, sotaques, regionalismos e “erros” de fala.<sup>84</sup> Ao nos voltarmos para a pesquisa de campo, percebemos que abordagem interpretativa adotada, a etnometodológica, é essencial para compor quadros de referências significativas sobre saberes locais ao possuir uma perspectiva de compreensão abrangente para uma leitura interpretativa da realidade. (VERA, 1989, p.12). Para interpretar a cultura, então, vimos como necessária a inserção no “campo semântico” compartilhado entre os moradores do bairro. A leitura deste campo se fará sempre a partir do olhar destes indivíduos, ou seja, seria uma “leitura da leitura” na perspectiva do pesquisador. (idem, p.15). Antes, porém, achamos por bem introduzirmos a pesquisa de campo por meio de algumas orientações que guiaram o nosso trabalho etnográfico. Conforme Clifford Geertz, a etnografia é um processo orientado preponderantemente pelo senso questionador do etnógrafo. (GEERTZ, 1989, p.44). Deste modo, a utilização de técnicas e procedimentos etnográficos, não segue padrões rígidos ou pré-determinados, mas sim, o senso que o etnógrafo desenvolve a partir

---

<sup>84</sup> Consideramos estes “erros” como peça importante na compreensão dos relatos, do lugar que se fala e da relação que este lugar mantém com o contexto estudado.

do trabalho de campo no contexto social da pesquisa. Nossa imersão no Bairro São Tarcísio se deu através de perguntas reflexivas que nortearam o exercício etnográfico. As principais perguntas foram: Qual seria o sentido presente num possível processo de produção e reprodução simbólica através de condutas e concepções de vida envolvendo os moradores ribeirinhos do bairro São Tarcísio, o próprio bairro, e o rio Doce? No caso da existência deste sentido, como acessar os códigos e convenções através de relatos destes mesmos moradores? Qual seria a possível relação entre estes códigos e o processo de constituição da cidade de Governador Valadares?

Sabemos, através de Geertz, que a etnografia<sup>85</sup> como abordagem de investigação científica traz algumas contribuições para o campo das pesquisas qualitativas que se interessam pelo estudo das desigualdades e exclusões sociais: primeiro, por preocupar-se com uma análise holística ou dialética da cultura, isto é, a cultura não é vista como um mero reflexo de forças estruturais da sociedade, mas como um sistema de significados mediadores entre as estruturas sociais e a ação humana; segundo, por introduzir os atores sociais com uma participação ativa e dinâmica no processo modificador das estruturas sociais. Assim, o "sujeito" pesquisado, na condição de fazedor da ação social, contribui para significar o universo pesquisado exigindo uma constante reflexão e reestruturação do processo de questionamento do pesquisador. (GEERTZ, 1989, p. 42). Para Geertz, praticar a etnografia não é somente estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, e manter um diário. Para ele, "o que define é o tipo de esforço intelectual que ele representa: um risco elaborado para uma "descrição densa". (idem, p.43). Assim, o trabalho realizado no bairro São Tarcísio consistiu no estudo, pela observação direta e por um período aproximadamente de nove meses, das formas costumeiras de viver dos ribeirinhos, neste recorte territorial que tomamos como objeto de estudo. Desta forma, observamos as representações, o imaginário, os códigos culturais e as possíveis territorialidades dos moradores, no esforço de compreendermos o significado cotidiano nos quais estas pessoas agem. Esta iniciativa é corroborada por Geertz, para quem o objeto da etnografia seria um conjunto de significantes em termos dos quais os

---

<sup>85</sup> Na palavra *etnografia*, *grafia* vem do grego *graf(o)* significa escrever sobre, escrever sobre um tipo particular - um *etn(o)* ou uma sociedade em particular. Antes de investigadores iniciarem estudos mais sistemáticos sobre uma determinada sociedade ele escreviam todos os tipos de informações sobre os outros povos por eles desconhecidos. Etnografia é a especialidade da antropologia, que tem por fim o estudo e a descrição dos povos, sua língua, raça, religião, e manifestações materiais de suas atividades, é parte ou disciplina integrante da etnologia é a forma de descrição da cultura material de um determinado povo. É utilizada também enquanto investigação em ciências como a Educação, Geografia, Psicologia e Sociologia. (GEERTZ, 1989, p. 45).

eventos, fatos, ações, e contextos, são produzidos, percebidos e interpretados. Esses conjuntos de significantes nos apresentariam como estruturas inter-relacionadas, em “múltiplos níveis”, ou seja, não apenas em termos visuais, mas, através de diversas formas de conhecimento que nos chegam através dos sentidos. (Op. Cit.) Assim, a etnografia seria a escrita do visível e do não-visível, apreendido através da observação participante. A descrição etnográfica dependeria das qualidades de observação, de sensibilidade ao outro, do conhecimento sobre o contexto estudado, e da imaginação científica do etnógrafo.

Consideramos que no "pequeno mundo" do bairro São Tarcísio existiria uma ordem particular de organização sócio-cultural amparados em Geertz, para quem o conceito de cultura seria *semiótico*, e como tal, estaria relacionado a um contexto e a um processo cultural, cabendo ao pesquisador descrevê-lo de forma densa. (GEERTZ, 1989, p.46). Considerando cultura como contexto implicaria, então, considerarmos não apenas o bairro São Tarcísio, mas, o *background* de uma cena, ou seja, aquilo que seria parte integrante do fato, do evento. Isso porque cultura seria, conforme Max Weber (1994, 1996) e Norbert Elias (1990, 1994, 2001), a forma como o homem significa o seu mundo a partir da teia de signos e símbolos que ele criou e teceu ao longo do processo de sua história.

Buscamos experienciar o território mantendo reflexões diárias, resultado das conversas e contatos que mantivemos com os moradores do São Tarcísio. Esta convivência começou, de forma discreta e informal, em fevereiro de 2010 e, a partir de junho, intensificamos os contatos com visitas a casas, participação em eventos sociais, contatos com líderes locais religiosos e ligados à Associação de Bairros. Esta fase durou até março de 2011. Na tentativa de “estranhar o familiar”, buscamos uma desconstrução de algumas idéias preconcebidas que tínhamos do local como, por exemplo, a de que seria perigoso freqüentar o Bairro São Tarcísio ao final da tarde. Uma das coisas que se diz correntemente em Governador Valadares é que o bairro São Tarcísio se torna bastante perigoso à noite e que muitas pessoas já foram assaltadas lá. Iniciamos esta desconstrução com uma aproximação gradual, mantida com os moradores através de caminhadas, a princípio casuais e, aparentemente, sem uma finalidade específica. A idéia de apreensão do espaço e de suas configurações sociais e territoriais sempre esteve presente em nossas reflexões. Buscávamos, ao mesmo tempo, estudar os costumes, hábitos, e idéias dos moradores, a princípio capturadas na fala deles e nas imagens fotográficas que registramos. Os primeiros contatos foram realizados com entrevistas não estruturadas buscando compreender, nesse caso, a forma como eles se apropriam do espaço e do rio. Recorremos à idéia de Michael

de Certeau, sobre a importância de um mapeamento cartográfico tentando desvendar o trajeto percorrido pelo fluxo de pessoas que se utilizam e se apropriam de determinado lugar. (CERTEAU, 1996, p.14). A interpretação, desta forma, era feita a partir do nosso olhar e do volume de material que obtivemos nos depoimentos e fotos. A orientação teórica, sempre presente com de Max Weber, Norbert Elias e Paul Claval. Ela serviu-nos como referência na medida em que buscávamos uma compreensão do São Tarcísio em seu aspecto de território simbólico, ou seja, uma porção do espaço composta por códigos distintivos que denunciam aspectos sociais e a origem da ação humana que a modificou.

Uma reflexão constante sobre o objeto de estudo e a nossa subjetividade (em termos de opiniões pré-concebidas, sentimentos e motivações) se constituiu na melhor forma que encontramos de praticar o “exercício etnográfico”. A seguir, passamos a relatar uma descrição das ruas do bairro.

### 3.1 REFERÊNCIAS TERRITORIAIS: TRAJETOS, CAMINHOS E FLUXOS

A primeira vez que adentramos no Bairro São Tarcísio para fins de pesquisa, utilizamos a entrada pela Rua Cláudio Manoel, que fica à esquerda da Avenida Brasil para quem segue em sentido leste e ao lado do Colégio Presbiteriano, um tradicional educandário da cidade. Isso nos levou a uma primeira descrição no intuito de localizarmos, geograficamente, esta região da cidade.

Se andarmos 900 metros em sentido contrário na Avenida Brasil chegaremos ao cruzamento mais central da cidade, a esquina entre a Rua Marechal Floriano e a Avenida Minas Gerais. Este cruzamento é adjacente à Praça dos Pioneiros, que homenageia, através do nome, aos desbravadores de Governador Valadares. Se recuarmos mais um pouco na Rua Marechal Floriano além da Praça dos Pioneiros, ainda seguindo em sentido oposto ao Colégio Presbiteriano, chegaremos à Prefeitura Municipal de Governador Valadares, assim como, também, à Estação Rodoviária da cidade. Este retrocesso da entrada da Rua Cláudio Manoel através da Avenida Brasil é importante para localizar o leitor de como é central uma das principais entradas para o Bairro São Tarcísio. Agora, partindo da Praça dos Pioneiros, convido o leitor a caminhar comigo buscando novamente a Cláudio Manoel. Andaremos pela Rua Marechal Floriano rumo ao Colégio Presbiteriano, ou seja, em sentido leste. À direita, na continuação da Avenida Minas Gerais, está situada a Agência Central de Correios. Seguindo na Rua Marechal Floriano encontramos também à direita o

Fórum. À esquerda encontramos a Sede da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), o Residencial Maria Júlia, e o Edifício Montenegro (dois edifícios importantes do Centro). A Rua Marechal Floriano é interceptada, à direita, pela Avenida Brasil. Nesta confluência de ruas localiza-se à esquerda o Palácio da Cultura, sede do Teatro Atiaia, o único teatro municipal da cidade. Agora, andamos pela Avenida Brasil, percebemos que se trata de uma rua com um canteiro central ajardinado e bem cuidado. À direita está situada a entrada do Templo da Primeira Igreja Presbiteriana de Governador Valadares. A parte dos fundos desta igreja localiza-se na rua detrás, a Prudente de Moraes, e é composta de outra construção: o templo antigo, um dos patrimônios históricos da cidade. Continuando seguindo a Avenida Brasil temos, à direita o edifício Júlio Cipriano e o Residencial Catedral (dois edifícios de 10 andares). À esquerda temos os edifícios da Rádio Por Um Mundo Melhor e da Cúria Diocesana. Nesta altura, a Avenida Brasil é interceptada, à esquerda, pela primeira rua que, à direita, desce perpendicularmente em sentido do rio Doce e do Bairro São Tarcísio: a rua Adriano Fróes. Seguindo na Avenida Brasil encontramos também, à direita, já em fase de conclusão, a construção do edifício Euzébio Cabral. No mapa a seguir visualizamos o bairro a partir de três referências, o Teatro Atiaia, a Catedral de Santo Antonio e o Colégio Presbiteriano. Andando mais um pouco na Avenida Brasil, em sentido ao Colégio Presbiteriano, temos outra esquina com uma rua que, partindo perpendicularmente da Avenida Brasil, também dá acesso ao Bairro São Tarcísio: é a Eny Cabral. Seguindo mais à frente, encontramos o Edifício Sintra (10 andares) e, na próxima esquina, enfim, a Rua Cláudio Manoel, que desce para o rio e o bairro.

Consideramos que o território material, segundo Augustin Berquer, pode ser reconhecível através de uma identificação. Esta identificação seria a marca da paisagem que se traduz numa geo-grafia. (BERQUE, 1998, p.86). No caso do bairro em questão, além de considerarmos a presença do rio Doce como referência territorial, consideramos também as principais ruas que dão ao São Tarcísio como um aspecto de caráter morfológico-funcional. Observamos que estas ruas seriam passivas de descrição etnográfica posto que as mesmas ajudam a compor o cenário estudado. Em nossa primeira visita ao bairro, descemos pela Cláudio Manoel. O rio Doce situa-se num declive de cerca de 150 metros abaixo desta rua.

Bem no início da nossa pesquisa de campo, em junho de 2010, partimos num sábado ensolarado praticando o exercício etnográfico do estranhamento ao familiar (apesar

da Rua Cláudio Manoel não nos ser tão familiar assim).<sup>86</sup> Na região fronteira com a Avenida Brasil, notamos que as casas apresentam uma aparência própria de moradores de classe média. Composta por alguns sobrados de dois e três pavimentos, logo nota-se uma preocupação dos moradores com a segurança: muros altos, grossos e pesados portões eletrônicos nas garagens. Seguindo na Cláudio Manoel existe um beco à esquerda e, nesta altura da rua, localiza-se o Centro de Convivência São Francisco. Numa placa lê-se a inscrição: “Biblioteca São Francisco de Assis - Projeto Ler é Vida”. A casa é simples, mas com um muro alto e grades. À direita localiza-se o Residencial Geraldo Andrade (de três pavimentos). Descendo mais um pouco, percebemos outro beco, também à direita, uma vez que não existe prolongamento da rua à esquerda. A Rua Cláudio Manoel desce, curva-se e segue agora à margem do rio Doce. As casas são pintadas de cores contrastantes: verde, rosa, amarelo, azul... Margeando o rio uma tela de arame grosso, com extensão de uns 200 metros arrimando pedras empilhadas, constitui-se um muro improvisado como precaução para manutenção da rua na época das enchentes. O rio situa-se a alguns metros abaixo deste muro de arrimo, numa pequena praia, resultado do assoreamento. Em algumas pedras próximas à margem, avistamos crianças brincando e varais de roupas enxugando ao sol. Durante o nosso trajeto, percebemos que éramos observados por algumas pessoas das janelas e mesmo no passeio, junto às casas. Na tentativa de um contato e aproximação com estas pessoas perguntamos por várias vezes qual era o nome daquela rua e das vielas que avistamos. As pessoas respondiam que não sabiam o nome e, em seguida, se recolhiam.

À beira do rio Doce, na parte que divide o muro e a “prainha”, no mesmo nível da rua, à medida que andávamos, percebíamos várias árvores frutíferas, algumas ainda pequenas: mamoeiro, laranjeiras, mexeriqueiras, limoeiros, abacateiros, mangueiras, goiabeiras... Em algumas partes, alguns legumes plantados e ramagens de abóbora e moranga. Cumprimentávamos a todos com um “bom dia”, que às vezes era correspondido e outras vezes não. A idéia desta visita era a de tentar conhecer pessoas novas e de manter contato com o bairro através da observação dos costumes e do espaço físico. Avistamos um senhor de cerca de 60 anos que assava algumas carnes ao lado de fora de um boteco que possui apenas uma porta. Ao saudá-lo, fomos correspondidos amistosamente. Avistamos também, a alguns metros adiante, em um banco de madeira, dois homens que conversavam. Perguntamos a eles se havia alguma igreja evangélica no bairro, ao que eles responderam que existia naquela mesma rua um “negócio de padre”. Perguntamos aonde

---

<sup>86</sup> Isso porque não havíamos, ainda, estado nesta rua.

era e eles apontaram para trás. Neste momento, várias pessoas da rua já nos observavam. Retornando a alguns metros, reencontramos o senhor que havíamos mantido contato e ele nos perguntou: “Cê encontrou o que tá procurano?” Respondemos que sim, que estávamos procurando “um negócio de padres”. Ele apontou para uma casa de dois pavimentos, uma cruz de madeira de uns três metros de altura na parede e a inscrição: “O Caminho.”

Fomos recebidos pelo Frei Mariano<sup>87</sup>, 24 anos, então há 10 meses morando em Governador Valadares. Frei Mariano, que é natural de São Paulo, nos indicou pessoas que poderíamos entrevistar e explicou que a Fraternidade “O Caminho” é uma denominação da Ordem Franciscana que atua em Governador Valadares já há dois anos:

“O convite para que a gente viesse partiu de alguns padres, principalmente daqueles que têm ligação com a Catedral Santo Antonio. No início, em Governador Valadares, esta ordem trabalhava com a Pastoral da Sobriedade em alguns bairros. Só depois é que viemos para o São Tarcísio. Aqui trabalhamos muito com a juventude. Existe muito problema de uso e de tráfico de drogas aqui, na margem do rio. Fazemos visitas às casas e somos bem recebidos. As pessoas da cidade vêm o bairro como um lugar muito perigoso e tem até medo de andar por aqui, mas, quando a gente conhece, vê que não é tanto assim. Existe uma rixa entre a parte de baixo e a parte de cima do bairro. Às vezes ocorrem até tiroteios, mas há também muita mitificação. Pela tradição, as pessoas dizem que o local de maior tráfico de drogas é aqui, na beira do rio, mas, pelo que já sabemos, isso ocorre no bairro inteiro. A única diferença é que na parte de cima do bairro, mais próxima à Avenida Brasil, o tráfico é mais discreto.” (Frei Mariano, 24 anos).

Fora a violência, Frei Mariano, nos disse que o ambiente é agradável, e, mais agradável fica ainda, quando a pessoa se torna “mais familiar” à comunidade. Segundo ele, a Rua Cláudio Manoel, antigamente, era morada de apenas uma família, que se multiplicou: “eles casaram-se entre si e, praticamente toda essa parte da beirada do rio é de uma família só. Existem apenas umas duas ou três casas que as pessoas não mantêm vínculo parentesco entre si”. Vemos, neste depoimento, que os laços de parentesco contribuíram, a princípio, para trazer ao bairro certa uniformidade cultural e social. Pessoas provenientes de cidades diferentes, reunidas em um único espaço compartilharam suas experiências, somaram-se, influenciaram-se e deram início a uma convivência na década de 1950 que perdura até os dias de hoje. Este sentimento de intimidade entre os moradores poderá ser observado na sequência, quando apresentarmos os relatos dos mesmos, coletados durante as entrevistas.

A Rua Cláudio Manoel prossegue até a rampa Dona Pocina e intercepta a Rua Geraldo Vieira dos Santos, subindo em sentido oposto ao rio, até a Rua Prudente de

---

<sup>87</sup> Nome real.

Moraes. Observamos a presença de muitos jovens e crianças nas ruas. De acordo com Frei Mariano, os descendentes das primeiras famílias são “frutos” do lugar. Entretanto, a presença de famílias novas, que chegam com jovens e crianças “gozam do respeito” de todos, apesar de inspirarem um sentimento de “desconfiança”. É que, segundo ele, a margem do rio oferece possibilidades de esconderijo para drogas e, justamente com os “novos moradores”, aparecem muitos “visitantes estranhos” no bairro, que os mais velhos temem que sejam compradores de cocaína, e craque, principalmente, maconha.

Em outras ocasiões que visitamos o bairro, pudemos observar que a apropriação dos espaços no São Tarcísio espelha códigos culturais presentes na comunidade. Estes códigos estariam relacionados à maneira como os moradores se comportam e à sua concepção de vida. Isso nos deixou com a impressão de que a materialidade do bairro poderia, assim, ser considerada a materialização de significados de determinadas formas de imaginário social produzindo, também através de estilos de vida, uma configuração espacial e territorial. Pesquisamos outras ruas, como a Geraldo Vieira dos Santos, uma rua calçada com “bloquetes”<sup>88</sup> e em formato de “L”.

A Rua Geraldo Vieira dos Santos (também conhecida como Rua Geraldo Vieira) tem formato em “L” porque ela inicia-se a partir da Rua Adriano Fróes, dobra-se pouco acima da rampa Dona Pocina (situada no final da Rua Cláudio Manoel) e segue retornando em direção à Prudente de Moraes, que fica na parte de cima do bairro.



Foto 6 – Vista parcial da Rua Geraldo Vieira dos Santos  
Fonte: Acervo particular. Foto de José Bispo Ferreira Filho

<sup>88</sup> São blocos do tamanho de um tijolo ocum e em formato em “S”.

Na foto apresentada, vemos que a largura da rua é irregular. O início da Rua Geraldo Vieira dos Santos é do tamanho de uma rua normal, ou seja, possibilita a passagem de dois carros de uma só vez, mas, rapidamente, a rua se estreita. Existem dois sobrados de três pavimentos e as pequenas casas, que predominam em toda a extensão da rua, são ligadas umas às outras. Pode-se notar em algumas delas cores fortes e contrastantes, marca, ainda, da campanha “GV mais bonita pra você” promovida pela Prefeitura Municipal de Governador Valadares entre 2005 e 2008. Porque é uma rua que está em contato direto com o rio Doce, em época de enchentes, é comum a presença acentuada de cobras e outros animais. Recentemente,<sup>89</sup> a rotina dos moradores foi quebrada pela presença de um jacaré adulto de 50 quilos e cerca de dois metros, andando tranquilamente pela rua. O animal foi capturado pela polícia ambiental e o fato (que ilustramos com foto a seguir), ganhou manchete em todo o estado de Minas Gerais através do jornal “Hoje em Dia”.



Foto 7 – Jacaré capturado na Rua Geraldo Vieira dos Santos  
Fonte: arquivo do jornal Hoje em dia (22/07/2011). Autor não especificado

De acordo com policiais, a explicação mais provável é a de que o animal teria saído de uma lagoa situada na zona rural, entrado no rio Doce, e saído na Rua Geraldo Vieira dos Santos. Esta não é a primeira vez que algo assim acontece nas imediações do São Tarcísio.

De acordo com informações colhidas junto ao 6º Batalhão de Polícia Militar, em

---

<sup>89</sup> Em julho de 2011.

2009, 33 jacarés do papo amarelo foram recolhidos na área próxima ao bairro pela 8ª Companhia Independente do Meio Ambiente e Trânsito. Em 2010 foram cinco.

À medida que visitávamos o bairro percebíamos que já se tornou costume, por parte da vizinhança, se sentar à porta de suas casas durante o dia e ao entardecer para conversar. Notamos que isso acontece com maior frequência entre 17 e 19 horas. Depois deste horário, geralmente, os moradores se recolhem às suas casas para assistirem televisão. É nesta rua que reside uma família conhecida nos meios culturais e musicais de Governador Valadares: a família Nascimento.<sup>90</sup> Todos eles são músicos bateristas e percussionistas. Flávio Nascimento, o pai, ensinou a arte do instrumento para os filhos e para vários músicos da cidade. Ele já tocou por algum tempo com o cantor Zé Geraldo, nacionalmente conhecido, quando morou em São Paulo, na década de 1980. O filho mais velho, Flávio Júnio, é conhecido como Juninho Ibituruna e, recentemente, se mudou para Belo Horizonte para acompanhar a trupe do cantor Maurício Tizumba. O irmão de Juninho é o Felipe Nascimento, conhecido no meio musical como Felipe Valderrama. A mãe é Conceição Nascimento, que luta há algum tempo para desenvolver uma Oficina de Tambores no bairro. A família sobrevive de música. A pequena casa de Flávio Nascimento, que tem no fundo o rio Doce, é uma escola improvisada que atende a poucas pessoas do bairro. A maioria dos seus alunos é do centro da cidade. Durante a nossa pesquisa, participamos de um grupo de percussão concebido pela família com uma proposta de trabalho junto aos meninos de rua não apenas do São Tarcísio, mas, também, de outros bairros. A idéia partiu de Juninho, que logo batizou o grupo com o nome “Trem de Preto”. Por três vezes participamos dos ensaios do “Trem de Preto”<sup>91</sup> tocando tambor juntamente com quase uma dezena de integrantes. Os encontros aconteceram na Escola Valdete Nominato, situada na Rua Adriano Fróes. O convite partiu do próprio Juninho quando percebeu o nosso interesse pela proposta. A família nos auxiliou muito a conhecer o bairro mais de perto e as pessoas que mantivemos contato durante a pesquisa.

A Escola Valdete Nominato foi também um lugar importante, no sentido referencial, em nossas incursões ao bairro. Trata-se de uma escola municipal que tem em sua direção a professora Márcia Tavares<sup>92</sup>. Segundo Tavares, grande parte dos alunos da Nominato é oriunda de outros bairros da cidade. A escola participa ativamente nos projetos

---

<sup>90</sup> Os nomes das pessoas desta família são reais.

<sup>91</sup> O nome faz referência a ritmos africanos como o Moçambique e o Afoxé que se tornaram a principal proposta e orientação do grupo, composto com a formação de vários tambores e caixas de folia.

<sup>92</sup> Nome real.

educacionais e culturais implementados pelo Município oferecendo sua infra-estrutura física para oficinas de dança, teatro, contação de estórias e artes visuais. A escola situa-se na Adriano Fróes, a poucos metros da entrada (início) da Rua Geraldo Vieira dos Santos.

Na Rua Geraldo Vieira dos Santos há uma igreja evangélica: A Assembléia de Deus. Situada em uma parte da rua que dá acesso à Prudente de Moraes, a igreja oferece cultos às terças, quintas e domingos, e conta com a participação ativa de 25 membros. De acordo com obreiro Seu Mário<sup>93</sup>, 64 anos, o templo existe há nove anos e, de vez em quando, eles realizam cultos na Rua Cláudio Manoel, às margens do rio. De acordo com Seu Mário, o que se tem de concreto em termos de violência no bairro é “muito pouco” para justificar a “má fama” que o São Tarcísio possui na cidade:

“Já aconteceram alguns homicídios por aqui, mas nada que eu tenha presenciado. Ficou a má fama, o bairro pegou fama negativa. Quando o fio queima a imagem não tem jeito de limpar, mas, mesmo assim, acho que as pessoas têm muita é superstição. Todo lugar tem a parte negativa e a parte positiva.” (Seu Mário, 64 anos).

De acordo com Seu Mário, uma das vantagens de se morar no São Tarcísio é a proximidade com o centro comercial da cidade e a ventilação. “A cidade é muito quente. Aqui, na beira do rio, venta muito”, disse. Observamos nesta narrativa a “coloquialidade” e a “acessibilidade” (opinião espontânea a respeito de coisas acessíveis). (COULON, 1995a, p.23). Seu Mário possui parentes que moram em outras ruas do bairro. Para ele o bairro é bom porque é onde o rio oferece maior ventilação e o São Tarcísio é alvo de “má fama” porque “pegou fama negativa” e o “fio queimou”. Percebemos que o morador ensaiou uma “defesa” advogando a favor de um território que ele tem como seu há nove anos, desde que se mudou para o bairro. O pressuposto do discurso aponta para uma compensação de toda a fama negativa: o “clima” ventilado favorecido pelo rio. Além disso, a defesa advoga um “exagero” e “superstição” a fama de bairro violento. Vê-se que apesar de relativamente novo no bairro, o morador, já demonstra um sentimento de territorialidade em sua relação com o espaço.

A demarcação das formas de sociabilidade que observamos em várias partes do São Tarcísio nos indicou, a princípio, a presença de uma multiterritorialidade no bairro. Existiria, por exemplo, o “território do tráfico”, o território dos “moradores antigos” (relacionados em sua maior parte á Rua Cláudio Manoel), o “território dos moradores

---

<sup>93</sup> Nome fictício

novos” (Rua Prudente de Moraes), e o “território religioso” (presente em várias ruas e comungado, principalmente, com a referência católica, já que grande parte dos moradores freqüenta a Catedral Santo Antonio). Todos estes territórios teriam dimensões sociais, culturais e materiais, e estariam de certa forma, imbricados na realidade do bairro. O mapeamento da área com uma descrição das ruas se deu a partir de uma orientação do autor Michael de Certeau que sugere, em sua obra, para fins de estudos etnográficos, maior atenção por parte do pesquisador às “maneiras de apropriação dos espaços por indivíduos e grupos” que os utilizam cotidianamente. (CERTEAU, 1996, p.67). Na obra **“A Invenção do Cotidiano”**, o autor adverte sobre a cegueira de percebermos os trajetos urbanos em relação aos fluxos diários, aos seus movimentos e ruídos, vestígios que auxiliam na construção de uma fisionomia por vezes oculta do espaço. Assim, as nossas incursões ao bairro andando por suas ruas, observando suas casas em diferentes horários do dia da semana, se deram no sentido de estudá-lo melhor através de seu aspecto imediato. À medida que nos familiarizávamos com o bairro, percebíamos que alguns espaços assumiam diferentes características em relação a outros, tanto do ponto de vista estético como, também, em termos de segurança contra roubos. Consideramos que esta diferenciação se dá também topograficamente em relação ao rio Doce. Na Rua Prudente de Moraes, situada na parte de cima do São Tarcísio, existe outro grupo religioso que atua no bairro: o ‘Grupo de Oração Fonte de Água Viva Casa de Maria: Renovação Carismática.’ O grupo realiza bazares com roupas usadas em dias diferentes da semana. A Rua Prudente de Moraes é larga e constituída por vários sobrados de três andares com portões eletrônicos. É nesta rua que se localiza também uma Igreja Maranata. As casas da Prudente de Moraes possuem um aspecto diferente daquelas da Geraldo Vieira dos Santos e da Cláudio Manoel. Como já mencionamos, são casas de classe média. A maioria delas possui portão alto e grades. Algumas possuem cercas eletrificadas. A rua é asfaltada e, nas proximidades do São Tarcísio, é marcada pela existência de clínicas médicas. Os tratamentos são variados: ginecologia, obstetrícia, endocrinologia, angiologia, odontologia infantil, cirurgia plástica, psiquiatria e sexologia. Existem também consultórios de psicologia e de tratamento veterinário. As casas, algumas delas em estilo colonial, possuem jardins à frente. Existe nesta rua uma escola infantil: a escola “Pedacinho de Gente.” A Prudente de Moraes, seguindo em sentido oeste, ao Centro da cidade, interconecta-se com a pequena rua (de um quarteirão apenas) Júlio Cipriano, que inicia na Avenida Brasil e passa por detrás do Residencial Catedral alcançando, logo mais à frente, a Prudente de Moraes. O desenho

desta conjunção data do início do século XX. No tempo em que a estrada de ferro passava pela Avenida Brasil em seu caminho para Vitória (ES).



Foto 8 – Antigo trajeto da linha de ferro pela Avenida Brasil.  
Fonte: Foto do acervo do NEHT/UNIVALE. Autor desconhecido

A Rua Prudente de Moraes possui, ainda em bom estado de conservação, algumas casas antigas, do tempo em que era conhecida como Rua da Direita (graças à referência do rio Doce). A maioria destas casas, entretanto, já foi demolida. A principal construção histórica é a do 1º templo da Primeira Igreja Presbiteriana, também do início do século XX.

Atualmente, a entrada para este templo se dá através da construção do templo novo, situado do outro lado do quarteirão, na Avenida Brasil. Seguindo em frente na Prudente de Moraes, nota-se a utilização de grades nos portões em janelas de casas. É onde se situa a sede do edifício do Ministério Público do Trabalho: Procuradoria Regional da 3ª região de MG, o Museu da Cidade, e algumas casas de comércio. Entre a Rua Prudente de Moraes e a Avenida Minas Gerais se localiza a Agência Central de Correios. A esquina é adjacente a duas praças: a Praça da Bíblia (adjacente à Praça dos Pioneiros), e a “Praça do banco do Brasil”, oficialmente batizada de Praça Mário Rocha.



Foto 9 – Primeira Igreja Presbiteriana (região do São Tarcísio, 1950)  
Fonte: Foto do Acervo do NEHT/UNIVALE. Autor desconhecido

Outra rua importante é a Rua Eny Cabral. Relativamente curta em relação às demais, ela inicia-se na Avenida Brasil e termina na Prudente de Moraes. A Eny Cabral pode ser, assim como todas as ruas que se iniciam na Avenida Brasil, caracterizada pela boa aparência das casas, algumas de dois ou três pavimentos, muro alto, cerca eletrificada. Algumas casas possuem quintais com plantações de árvores frutíferas como abacate, jenipapo, laranjeira e mangueira. Além de curta, a rua é também estreita: mal dá passagem para um carro.

O Bairro São Tarcísio possui, além do rio Doce, e das ruas que descrevemos, outra marca: uma área aberta, conhecida como “área da Feira da Paz”. Trata-se de um espaço de cerca de 400 metros quadrados e situada a margem do rio. Ela situa-se na lateral do Bairro São Tarcísio e pode ser alcançada através de uma passagem estreita da Rua Adriano Fróes. Nas décadas de 1970 e 1980 a área ficou conhecida na cidade por sediar a Feira da Paz, um evento anual que acontecia durante vários dias e com várias atrações tais como feiras, shows musicais, e barraquinhas. Desde que foi recentemente gramada, ela é demarcada por uma vala preenchida por pneus no intuito de impedir a entrada de carros. É nesta área que acontecem os pousos de asa-delta e paraplayer em campeonatos mundiais realizados em Governador Valadares. Logo na entrada deste território, que é também conhecido no São Tarcísio como “campinho”, existe uma placa que divulga: “Aprenda a Voar: Escola de vôo

Ninho da Águia (vão duplo). Adentrando neste espaço temos, ao lado direito, o rio Doce e, do lado esquerdo, os fundos de alguns edifícios da Rua Prudente de Moraes.



Foto 10 – Vista parcial da área da antiga Feira da Paz  
Fonte: Acervo particular. Foto de José Bispo Ferreira Filho

Atualmente, em épocas de campanhas políticas, a área é utilizada para comícios de vários partidos. Em outras ocasiões, para abrigar a circos que visitam a cidade. Desde que foi gramada, foram construídos em sua lateral esquerda barrancos de arrimo. A manutenção fica por conta do setor de Praças e Jardins da Prefeitura Municipal. Deste espaço pode-se avistar a serra da Ibituruna e o Garfo Clube, um dos mais tradicionais, do outro lado do rio Doce, situado no Bairro Ilha dos Araújo. A área possui também uma base de cimento de cerca de 50/20m como marca de pouso que é, também, informalmente, utilizada para futebol de salão praticado pelas crianças do bairro São Tarcísio. A área da Feira da Paz é também caracterizada, como registramos em foto a seguir, pela existência de varais de roupas que são lavadas no Rio Doce por lavadeiras do São Tarcísio.



Foto 11 – Roupas estendidas na área da antiga Feira da Paz  
Fonte: Acervo particular. Foto de José Bispo Ferreira Filho

A partir desta área, podemos avistar os muros altos da escola Valdete Nominato. Quando nos aproximamos da escola, podemos perceber, além dos varais de roupas multicoloridas secando ao sol e de algumas residências bem humildes, uma grande quantidade de lixo depositado. É nesta região que existe um acesso à Rua Adriano Fróes, uma passagem estreita. A Rua Adriano Fróes sobe em sentido oposto ao rio e em direção à Avenida Brasil. Esta rua é caracterizada pela existência de duas importantes marcas: a Escola Municipal Valdete Nominato<sup>94</sup> e um ônibus amarelo modelo “school bus”<sup>95</sup> (conforme podemos observar no anexo A), daqueles utilizados na condução de crianças às escolas fundamentais e secundárias dos Estados Unidos. A escola Valdete Nominato oferece ensino fundamental e pertence à rede de escolas municipais de Governador Valadares. O local em frente ao onde ônibus estacionado ficou conhecido, de 2004 a 2008, como o bar “Route 66”. O bar oferecia música ao vivo durante os finais de semana. Entretanto, na cidade, o estabelecimento era conhecido como “Bar do ônibus”. Gravada na parte de frente do ônibus amarelo, aonde se localiza a inscrição do itinerário dos mesmos, está a informação Route 66. A placa do ônibus é CWI-1044. Na subida da Adriano Fróes, a

---

<sup>94</sup> Veja a foto no anexo A

<sup>95</sup> Veja a foto no Anexo B

rua recebe, através de uma placa, um nome diferente: no lugar de Adriano Fróes, Adriano Flóes. Isso acontece nas proximidades da esquina com a Prudente de Moraes, antes de chegar à Avenida Brasil. Quando alcança a Avenida Brasil, a rua faz esquina com a Panificadora Catedral e o edifício Residencial Catedral.

Ao concluirmos este tópico em que buscamos descrever os principais aspectos morfológicos do bairro, percebemos de imediato algumas marcas que identificamos como parte do processo histórico de organização espacial de Governador Valadares. Notamos que a proximidade com alguns pontos de referência administrativa da cidade (Rodoviária, Prefeitura Municipal, Fórum, Teatro Municipal) corroboram com a compreensão de que o espaço onde surgiu o São Tarcísio foi parte referencial na estruturação do núcleo urbano da cidade. O acesso ao rio Doce pela Cláudio Manoel, que começa na Avenida Brasil e declina por cerca de 150 metros descreve-nos, através do porte das casas e da precaução a roubos, uma condição social e econômica que muda de favorecida para menos favorecida na medida em que a rua desce. Esta mudança pode ser notada também na atmosfera de familiaridade entre os moradores em situações de intimidade com o espaço público. A prática de assar carnes no meio da rua e de compartilhá-las com os vizinhos, as plantações de árvores frutíferas - algumas até mesmo reproduzindo sem que alguém se aproxime para colhê-los -, a utilização da margem do rio para a afixação de um varal de roupas penduradas e, logo depois, recolhidas, sem a preocupação de que alguém as roube enquanto secam, nos remete à idéia de familiaridade, intimidade e respeito entre os moradores. É interessante observar que a Rua Geraldo Vieira dos Santos possui uma largura que não é regular. Ela se estreita em alguns pontos mais do que em outros. Isso nos revela que a construção das casas aconteceu espontaneamente sem a preocupação de um traçado viário. As casas desta rua possuem cores bem contrastantes (rosa/amarelo/azul/verde...). Elas podem ser observadas do outro lado do rio, no Garfo Clube num colorido intenso que esconde as reais necessidades em termos de infra-estrutura urbana do bairro. O contato com cobras de várias espécies, lagartos teiús, aranhas caranguejeiras, ratos e, até mesmo jacarés, parece já ter se tornado comum para a população embora, como veremos adiante, não deixam de ser objeto de reclamação diante da municipalidade.

O hábito de sentar-se à porta de casa para uma prosa diária e de, logo depois, ao anoitecer, se recolherem às suas casas para assistir a televisão, nos remete à idéia de um convívio entre a tradição e a modernidade. Um convívio que não é conflituoso e

perfeitamente conciliável. Algumas ações sócio-educativas, como a proposta da família Nascimento, surgem oportunamente neste universo familiar, mas, que é cada vez mais ameaçado pelo clima de insegurança, medo e violência que a presença do narcotráfico impõe. Aliás, o investimento em educação é algo que percebemos como de suma importância para muitas crianças que ainda não frequentam a escola Valdete Nominato. Isso porque, como mencionamos anteriormente, a escola é frequentada, principalmente, por crianças de outros bairros. As crianças do São Tarcísio – que, segundo os moradores, chegam em torno de 40 - ainda precisam ser envolvidas no âmbito escolar através de uma política mais voltada para este foco. Notamos, de imediato, que alguns moradores (mesmo aqueles que pediram anonimato, como é o caso do Seu Mário) desconversam quando o assunto é o tráfico de drogas e a violência do bairro. No lugar destes problemas, a tendência é a de ressaltar os valores positivos da paisagem e do clima. Notamos, também, que alguns espaços, no São Tarcísio podem assumir um nome diferente daquele que, convencionalmente, foram “batizados” pela população da cidade em geral. Um exemplo disso é a área da Feira da Paz que é conhecida no bairro como “campinho”. Percebemos, neste caso, outra vez a intimidade e familiaridade com os espaços numa forma de apropriação peculiar.

O ônibus amarelo modelo americano (como podemos ver no anexo A, existente na Rua Adriano Fróes, nos remete à idéia e à influência da emigração para os Estados Unidos na cidade e no bairro.<sup>96</sup> A alusão à famosa rota americana que liga Chicago, Illinois, Missouri, Kansas, Oklahoma, Texas, Novo México, Arizona e Califórnia antes de chegar a Los Angeles, despertou o interesse dos universitários da cidade na década de 1990 que passaram a frequentar o local. Aos poucos, entretanto, de acordo com relatos dos moradores, a referência do bar como um espaço cultural, por causa da boa música oferecida, mudou, e ele passou a ser estigmatizado por uma possível ligação com o tráfico de drogas. Percebemos aí a existência de uma possibilidade do bar ter se tornado, realmente, um ponto de drogas, mas, ao mesmo tempo, notamos uma predisposição ao preconceito por parte da população em geral uma vez que o São Tarcísio já possui, como vimos no capítulo 2, uma imagem de “território do narcotráfico” propagado pela mídia. A seguir, apresentamos um referencial sobre a etnomedoloiga como recurso metodológico que utilizaremos para fundamentar a nossa interpretação.

---

<sup>96</sup> Em nossa pesquisa não buscamos saber a quantidade exata de moradores que já migraram, mas, conforme os relatos, muitos jovens migraram párea os EUA na década de 1980.

## 3.2 O BAIRRO PELA ÓTICA DE SEUS MORADORES

A interpretação do material coletado através de entrevistas realizadas no bairro São Tarcísio tem como referência teórica, para fins de análise, a etnometodologia que, segundo Paul Claval (1999a, p.37), vem sendo largamente utilizada ultimamente na interpretação de narrativas em pesquisas desenvolvidas no âmbito da Geografia Cultural. Grande parte destas pesquisas, de acordo com o geógrafo, abordam temáticas como o imaginário social, as representações sociais, as identidades, os códigos culturais e a territorialidade.

Acreditamos, assim, que a etnometodologia<sup>97</sup> seja um método adequado de análise do material coletado considerando que estas narrativas nos revelam uma forma de atribuição de significado ao bairro através de valores, códigos, normas, atitudes e constrangimentos. Considera-se a dimensão simbólica aqui como constitutiva dos processos sociais através do qual a experiência individual adquire um significado coletivo. Assim a expectativa é a de que os relatos forneçam referentes de significação constituídos por visões partilhadas do passado que sejam geradas no presente e orientadas para o futuro. Estas visões partilhadas seriam, portanto, um mecanismo essencial de produção de significado cultural uma vez que elas podem ser consideradas como resultado de uma interpretação.

### 3.2.1 O recurso etnometodológico

Conforme Alan Coulon (1995a), a abordagem etnometodológica se funda exatamente na interpretação da interpretação porque desconsidera a passividade reflexiva,

---

<sup>97</sup> Segundo Alan Coulon (1995b), o método e a análise desenvolvidos na Geografia são “emprestados” da Sociologia. Para ele, o termo etnometodologia designa uma corrente da sociologia americana que surgiu na Califórnia no final da década de 1960, tendo como seu principal marco fundador a publicação do livro *Studies in Ethnomethodology* [Estudos sobre Etnometodologia], em 1967, de Harold Garfinkel. De acordo com Coulon, na França, a etnometodologia chegou no início da década de 1970, quando traduções de textos etnometodológicos começaram a ser publicados em algumas revistas. No entanto, somente a partir de meados da década de 1980 é que passou a ser ensinada em várias universidades francesas e, posteriormente, já nos anos 1990, um grupo de pesquisadores, desenvolvendo trabalhos com base etnometodológica, propagaram largamente a nova teoria naquele país. No Brasil, a etnometodologia ainda é pouco conhecida nos campos da sociologia e da geografia, possuindo alguns raros trabalhos publicados. (COULON, 1995b p.13; HAGUETTE, 1992, p.78).

afirmando que o indivíduo não é regido apenas por coerções externas. Neste sentido, as normas estariam presentes em sua análise e influenciariam os indivíduos, entretanto, este mesmo indivíduo não seria de tudo passivo. (p.34). Para Harold Garfinkel (1984), o que o indivíduo fornece em narrativas de histórias de vida é material interpretado e interpretativo exatamente porque as pessoas, ao serem interpeladas, se interagem com convenções, códigos culturais e valores interpretando-os, ajustando-os e modificando-as. Conforme Garfinkel, na perspectiva da etnometodologia, os símbolos e códigos utilizados para nossa comunicação não se encontrariam estabelecidos em conjuntos de regras e normas preexistentes, mas seriam construídos e produzidos por processos de interpretação de acordo com a dinâmica cultural e social da realidade. (GARFINKEL, 1984, p.53). O que Garfinkel sinaliza é que a sociedade não é exatamente estática e que os códigos de conduta podem ser reinventados e adaptados a cada nova necessidade. Isso nos remete à possibilidade de considerarmos a narrativa como uma forma de representação e adjetivação do território e do próprio comportamento social e cultural ao vê-la como um relato que descreve, cria, e interpreta um determinado “processo configuracional”. (ELIAS, 1990, p.31). As práticas sociais e seus significados partilhados estariam, assim, relacionados ao processo de organização social e espacial no qual a produção e reprodução simbólica verificada nos códigos mais presentes no São Tarcísio, configurariam uma territorialidade. O “motivo que transparece” por detrás destes códigos culturais nos daria possivelmente indícios para compreender o desenrolar de um processo que se projeta para o futuro e em que os indivíduos e a coletividade conjugam formas de um imaginário e de representações sobre si e o território. (WEBER, 1996, p.67). De acordo com esta ótica, objetos sociais e culturais como a realidade dos ribeirinhos que residem no Bairro São Tarcísio podem ser construídos e reconstruídos pelos atores interminavelmente. Ou seja, o significado social dos objetos se deve ao fato de lhes darmos sentido no decurso de nossas interações. (COULON, 1995a, p.23). Portanto, consideramos a pesquisa de campo como importantíssima para a efetivação desta forma de interpretação de uma realidade, tanto em Geografia, como em Antropologia ou Sociologia. Para Maria Tereza Frota Haguete, o pesquisador deve observar diretamente o cotidiano das relações estabelecidas pelos atores sociais e procurar recuperar o sentido que eles dão a cada ato, no contexto em que se inserem, temporal e espacialmente. (HAGUETE, 1992, p.23).

A perspectiva weberiana aparece como recurso nos estudos dos processos de interpretação que utilizamos em nossa vida diária, cotidiana. A linguagem cotidiana

esconderia, neste caso, um tesouro de tipos e características pré-constituídos, de essência social, que abrigam conteúdos inexplorados. Neste mundo, a maioria dos atos seriam realizados, muitas vezes, automaticamente, sem grandes elaborações racionais. Seria no senso comum que estaria a chave para a compreensão de determinado grupo social. Assim, o mundo seria interpretado através de categorias e “constructos do senso comum”, mas, que são largamente “teóricos e sociais”, tais como as representações sociais, a identidade, e o imaginário social. (HAGUETE, 1992, p.25).

De acordo com Paul Claval, há que se considerar o sentido do território presente nas narrativas quando buscamos compreender a esfera não material. (1999a, p.14). Ou seja, nas palavras de Francisca Ester de Sá Marques, o sentido a ser interpretado é sempre um sentido e, “para compreendê-lo significa compreender para quem ele se faz”, isto é, o intérprete precisa compreender já dentro do universo significativo do outro. (MARQUES, 2005, p.23). Desta forma, a interpretação do analista concorre com a interpretação do interpretado, influencia e é influenciada pela compreensão cultural. A “fala dos entrevistados” seria desta forma, interpretada dentro de um “imaginário social” e de uma possível “formação discursiva”<sup>98</sup>. Seria, então, pela “fala” destes indivíduos e a transcrição desta em nosso trabalho, que também buscaríamos compreender uma possível “construção cultural” que estivesse relacionada ao território-bairro, ao território-rio, e ao território-cidade. Tendo o “senso comum” como “sistema cultural”, Recorremos a Francisca Ester Sá Marques, considerando as “marcas de atitude” destas pessoas. (op. Cit.). O que Coulon chama de “naturalidade” (coloquialidade); praticabilidade (consciência prática das coisas); “simplicidade” (literalidade e evidência); “não-metodicidade” (traços populares como, por exemplo, provérbios e posições contraditórias sobre as coisas); “acessibilidade” (opinião espontânea e conclusiva a respeito das coisas acessíveis). (COULON, 1995a, p.34). Na tentativa de compreender o significado do local pela narrativa descritiva, usaremos termos que são mais próximos possíveis daqueles usados pelos atores sociais. Tentaremos, assim, colocar os atores e o próprio território sobre a perspectiva deles. Para isso, consideramos importante conhecer o significado presente nas falas dos entrevistados.

---

<sup>98</sup> Busca-se aqui, interpretar os dados historicamente entrelaçados envolvendo o bairro e a cidade de Governador Valadares. Consideramos com Geertz, três tópicos importantes a se refletir: o “sentido”, como pressuposto da enunciação no ato de falar ou dizer alguma coisa; a “significação”, enquanto regra de organização das unidades lingüísticas do discurso no que diz respeito a valores e índices presentes no imaginário dos indivíduos; c) e o “sistema de significações”, como produto do sentido. Trata-se aqui da consideração dos valores sociais, culturais e políticos de uma dada sociedade. (GEERTZ, 1998, p.49).

### **3.2.2 Percepções e interpretações do bairro: algumas categorias**

O registro da pesquisa de campo foi realizado ininterruptamente de junho de 2010 a março de 2011, como já foi referido antes, por meio de visitas e encontros com pessoas que vivem no São Tarcísio. Este registro está presente na transcrição de 30 entrevistas produzidas ao longo deste período. Das 30 pessoas entrevistadas, 14 delas possuem mais de 50 anos de idade e sete abaixo desta faixa etária, constituindo um total de 21 mulheres e nove homens. A maior parte dos entrevistados (18 pessoas) reside na Rua Cláudio Manoel, que inicia na Avenida Brasil, desce uma ladeira e margeia o rio Doce. Os demais residentes em outras ruas são: cinco, da Rua Geraldo Vieira; três entrevistados, da Rua Prudente de Moraes; dois, da Travessa 13 de maio; e dois, da Rua Adriano Fróes. Além das perguntas que destacamos no início deste capítulo, outras questões povoaram o nosso processo de pesquisa como, por exemplo: Qual seria a sensação de se morar numa área tão próxima ao rio Doce? Qual seria o sentido presente na maneira como as pessoas convivem em situações, por exemplo, nos mutirões na época da enchente; na conversa dos vizinhos do lado de fora das casas; nas formas de trabalho que envolve o rio Doce; nos momentos de lazer dos jovens e crianças? Perguntamos, principalmente, aos moradores mais antigos, sobre como era convívio antigamente entre as pessoas no bairro e como eles vêem este convívio nos dias de hoje. Buscamos, na maior parte das entrevistas, saber qual seria o sentimento dos moradores com relação ao bairro? Afetuoso? Não? Porque razão? Adotamos um tipo de entrevista não estruturada o que nos permitiu a abertura de sondar com maior profundidade assuntos delicados como, por exemplo, a presença do narcotráfico no bairro.

Apresentamos a seguir, com maior ênfase, a pesquisa de campo que realizamos. As falas são entremeadas por percepções e interpretações que realizamos não apenas ouvindo os relatos dos moradores, mas, principalmente, observando os sinais não verbais, fisionômicos e indiciários dos mesmos durante o contato mantido. Para melhor organizarmos esta parte do trabalho nós a subdividimos em tópicos conforme o assunto abordado. É o que veremos a seguir.

### 3.2.2.1 A enchente

Antes de iniciarmos a apresentação das narrativas, é oportuno sublinhar que “as enchentes do rio Doce” apareceram frequentemente nas narrativas que coletamos dos ribeirinhos, mesmo quando estávamos pesquisando outros assuntos. Pareceu-nos, de antemão, que estas estórias estão bem vivas na memória de todos e que elas se interconectam com as várias dimensões da vida comunitária deles. Uma percepção inicial, após comparar alguns relatos, foi a de que os moradores parecem ter se acostumado com esta trágica realidade, apesar das dificuldades que ela traz. É o que podemos ver, por exemplo, nas palavras de Cristina, 36, casada, dona de casa, e que reside na Rua Cláudio Manoel, na parte baixa do bairro.

“Na época das enchentes eu fico normal, fico normal. Eu não saio, eu fico na minha casa mesmo. A água já derrubou a minha casa uma vez. A casa inteira foi pro chão, né? Depois disso, graças a Deus, nada mais aconteceu mais, e espero que não aconteça. Pode até vim, mas vem mais manso, né? Começamos tudo do zero. Mesmo assim eu não quero mudar daqui não. Gosto daqui e estou satisfeita com esse lugar. Uma diversão que tem aqui que a gente convive é a pesca e tomar banho no rio. Aqui já existiu muitas pessoa antiga e um muncado foi pra “Glória”. Agora tá vindo a geração nova, né? Eu, tem 36 anos que moro aqui. Mas é sempre assim. A geração dos velho que tem aqui é algumas pessoa que veio de longe já com idéia de ficar e morar, né? Aqui todo mundo gosta muito deles.” (Cristina, 36 anos).

Nota-se enfaticamente a presença da palavra “normal” como que nos indicando que existe a dificuldade, mas que, essa dificuldade se tornou contornável porque, em torno dela, se construiu uma forma de ação comunitária que é espontânea e solidária. De acordo com Cristina, quando vêm as enchentes, ela se sente “normal”: “normal mesmo. A gente faz uns buraco na parede, põe os negócio pra cima e eu fico normal em casa mesmo”, conta.

Notamos que apesar da água já ter derrubado a casa de Cristina, há sempre a esperança de que a enchente venha mais “mansa” porque as raízes que ela criou com o lugar falam alto, já que Cristina reside por toda a vida no bairro: “Eu fui criada aqui. O melhor bairro que tem é esse. O melhor lugar de morar é esse aqui”, diz. Dona Marly tem uma opinião parecida sobre a enchente:

Na época da enchente a gente passa muito aperto, né? hahahaha (risos). É aperto demais. Vê muita gente sofrê. É difíci demais, meu fio. Mais o que é que a gente vai fazê, né? Nós tem que morá aqui. Mais eu num quero mudá daqui não, sabe? Mas se argum dia eu mudá daqui eu vô comprá uma chacinha. Aí eu vô mudá pra chácara, sabe? Mas eu num tenho assim... prano de mudar não. O dia que eu mudar é pra chácara, lá. Pra outro bairro eu num vô não”. (Dona Marly, 66 anos).

Notamos neste depoimento o sonho de Dona Marly, que também reside na Rua Cláudio Manoel, em adquirir uma “chacinha” sendo esta, a única possibilidade de mudança do bairro São Tarcísio. Percebemos aí a presença de elementos rurais no imaginário dos moradores e podemos refletir se estes não seriam frutos, possivelmente, das expectativas da população que se apropriou do espaço na década de 1950. No meio da dificuldade, há quem aproveite a enchente para se divertir:

Na época da enchente eu me divirto bem. Acho bacana, normal. Eu já acostumei, (risos) e acho massa. Até gosto do rio cheio também. Eu lido numa boa com a enchente, bacana, gosto de remar. Quando o rio tá cheio, pra mim é bom, né? Eu gosto de remar, de me divertir com a água cheia. Bacana. Nunca que eu sairia desse bairro por causa de enchente. Eu amo esse lugar. Sou nascido e criado aqui, vou morrer aqui. Sou apaixonado com esse bairro! (...) Esse bairro é maravilhoso pra todo mundo que é nascido e criado aqui. (Leandro, 34 anos).

O relato acima é de um morador que trabalha como Office boy e que não mora nas partes mais baixas do bairro, mas, numa elevação da Cláudio Manoel. A princípio poderíamos suspeitar se não seria a sua condição de morador numa área elevada, a principal razão de um “entusiasmo” para uma situação tão dramática como a das enchentes. Haveríamos de julgar: enquanto alguns penam, outros se divertem “remando”. Contudo, por mais estranho que pareça, percebemos que há, no contexto da enchente, também, uma “atmosfera festiva” da qual participam todos os envolvidos. Não dizemos aqui que as vítimas se alegram com sua condição de vítimas, mas que, provavelmente, ao longo dos anos, a comunidade possivelmente tenha encontrado uma forma menos dramática de lidar com este problema. Na foto a seguir, registramos algumas crianças que brincam nas proximidades das águas.



Foto 12 – Situação de enchente na Rua Cláudio Manoel em 2009  
Fonte: Secretaria Municipal de Comunicação Social. (Foto de Dió Freitas)

Outro costume comunitário é a marcação das águas com estacas que são afixadas junto à margem do rio para o acompanhamento possível da evolução da enchente. De acordo com o Seu Rodrigo, 85, morador na Rua Geraldo Vieira dos Santos, a enchente de 1979 foi a mais dramática:

“As enchentes agora estão muito poucas, porque está chovendo pouco. Aqui teve uma enchente brava que foi a de 1979. Ela deu quatro metro aqui (apontando para a o centro da antiga Feira da Paz). Aquela ponte caiu um pedaço (apontando para a ponte da Ilha dos Araújo). Eles ficaram passando em uma canoa, ficou pouca gente lá na Ilha. Teve outra em 1985 mas não foi a pior. Teve foi várias enchentes, mas aquela de 1979 foi a pior. Ela foi uma confusão danada. A água foi lá encima daquele morro (elevação da área da antiga Feira da Paz). Hoje em dia na minha casa não vai água. Então eu fico tranqüilo. Mas em 1979 quase todos mudaram. Só ficou eu aqui e o resto se mudou tudo. Isso aqui virou um mar de água, virou que é água pura.”

Seu Rodrigo é um dos moradores mais antigos do bairro. Em seu relato há a informação de que “*quase todos mudaram*” por causa da enchente. No entanto, esta

mudança foi temporária. Em 1979 as pessoas ficaram abrigadas em escolas e, tão logo as águas abaixaram, voltaram para o bairro. Por causa da intensidade daquela enchente, muitos perderam pertences. Dona Nara, 71, é também uma antiga moradora do bairro e residente na Rua Cláudio Manoel. Ela afirma que, com a construção de um muro nas margens do rio, as enchentes já não são tão perigosas como antigamente:

“A enchente aqui é uma coisa difícil. Quando tá vindo água é muito ruim. A gente sai às pressa pra cima da água. Mas agora depois que fizeram esse muro aí, a água num sobe mais não. Antigamente ela ia lá dentro de casa. Eu moro ali naquela vaguinha (apontando para o local). Ali era um bar. Aí meu fio morreu e o bar acabou. Quando vem enchente a gente tem de sair, né? Ir lá pra cima procurando um lugar e esperar esvaziar. Agora não, que agora o rio num tá subindo mais, aí a gente num tem mais problema com água, né? Mas ia muito ali dentro de casa e a gente saía logo às pressas carregando as coisas, né? Agora eu já acostumei com a enchente. No começo a gente passa um pouco de aperto, né? Mas dá pra sobreviver, né? Eu já acostumei com esse lugar e num tem vontade de mudar daqui não. Já há muitos anos que eu moro aqui, né? Eles pesca muito aqui, toma banho e tudo, quando a água tá limpa. O rio é muito bonito, a paisagem é muito bonita também. Se fosse o caso de mudar eu ia querer morar no São Raimundo ou Vila Isa, né? Esses lugares são muito bons de morar.”  
(Dona Nara, 71 anos.)

É interessante observar, primeiramente, a resistência de Dona Nara em se mudar do bairro, uma vez que ela reside há muitos anos no São Tarcísio. Percebe-se aí o enraizamento de Dona Nara, que teve dois de seus filhos assassinados no São Tarcísio, com o bairro. No caso de uma eventual mudança dela, as escolhas seriam “São Raimundo ou Vila Isa”, bairros que, apesar de serem topograficamente mais elevados que o São Tarcísio, são banhados pelo rio Doce. Notamos aí uma resistência não apenas em se mudar, mas, também, em ficar longe do rio, apesar de todo o problema com as enchentes. Quanto ao muro de arrimo nas proximidades do rio, na verdade ele possui muito mais uma função estética do que de contenção das enchentes, como podemos observar na enchente de 2009.

Vê-se nesta foto que o pequeno muro de arrimo é envolvido pelas águas do rio em época de enchentes. Assim percebemos que não seria ele a amenizar os problemas dos moradores.



Foto 13 - Enchente de fevereiro de 2009.  
Fonte: arquivo do jornal Hoje em Dia (24/02/09). Autor não especificado.

Dona Sandra, 59, outra moradora da Rua Cláudio Manoel, conta como ela reage à chegada das águas:

“Eu já passei muita coisa por causa dessas enchente aqui. Já carregou minhas coisa tudo. A enchente vai dentro da minha casa. Eu deixo é tudo ir embora, meu filho. Não dá tempo de tirar não, porque eu não saio não. Eu não saio de casa, aí quando dá na ultima hora é que eu saio. A enchente tem hora que vem lá de outro lugar pra cá. Mas eu não quero mudar daqui não. Eu gosto daqui. Eu nunca saí daqui pra outro lugar. Vou morrer aqui. Mas se for pra mudar, se for lugar difícil eu não quero não. Quero lugar perto. Queria que fosse perto do rio. A gente senta e fica olhando pra lá... mas, perto demais, não.” (Dona Sandra, 59 anos)

Percebemos a mesma ligação com o rio Doce que os outros entrevistados e, também, a mesma resistência em se mudar do bairro. Este sentimento pode ser observado em outros depoimentos. Observamos que o rio Doce, quando é admirado e cultuado como um elemento geográfico na qual se depositam as afetividades dos moradores, seria uma paisagem e, como paisagem, constitui-se uma geo-grafia na marca que se oferece à visão e deleite dos ribeirinhos tanto da parte de cima como da parte de baixo. Mas, o rio Doce, às vezes, também assusta quando deixa de ser paisagem e se torna ameaça invadindo casas no

“período das águas”. Deixa de ser território de contemplação e de utilização e passa a exercer influência direta na rotina doméstica das pessoas na medida em que altera drasticamente o cotidiano. Deixa de ser utilitário para a pesca, lazer e higiene, por exemplo, e passa a ser assustador: “A gente se assusta porque ela (a enchente) vem de mansinho e quando vê, já tá dentro da casa da gente”, afirma a moradora Dona Sandra. Mas, apesar do “susto” existe também um “costume”, ou seja, um costume concebido diante do susto, que são as ações que os moradores abraçam no sentido de lidarem com a situação da enchente. Já vimos até mesmo alguns que vêm a ocasião com certa euforia. Quanto ao abandono temporário de suas casas, observamos que, neste caso, o “costume” de se viver à beira do rio é alterado temporariamente levando a uma desterritorialização. Mas esta mudança não é forte o suficiente para romper os laços dos ribeirinhos com o território na medida em que estes retornam para as suas casas assim que as águas recuam e tudo volta a ser como antes. Ou seja, tudo é “normal”, apesar do susto. Durante o “período das águas”, a enchente assume a proporção de um evento que reafirma e mantém os laços de solidariedade entre os ribeirinhos na medida em que muitos se auxiliam de várias formas:

Na época das água muita gente muda pra casa dos vizinho. Muita gente acode os fragleado de tudo quanto é jeito: é um prato de comida, é ajudano a carregar guarda-roupa e fogão, é tomano conta das criança, é emprestano mantimento...Eu mesma já recebi isso tudo numa enchente brava que teve uns vinte ano atrás quando a água bateu dentro de casa. ( Dona Nara, moradora na (Rua Cláudio Manoel).

A maneira de chamar as vítimas da enchente de “fragelado” parece ter se legitimado ao longo dos anos evoluindo de uma forma pejorativa para um termo bem aceito na comunidade. Vários moradores e, dentre eles a própria Dona Nara, contam que de uns tempos para cá é assim que as vítimas são tratadas.<sup>99</sup> Observa-se que a enchente fortalece as redes sociais e as relações familiares e não-familiares de moradores antigos e

---

<sup>99</sup> Notamos que nos anos de 1990, durante o governo de Fernando Collor de Melo, a palavra era usada em Governador Valadares como sinônimo de “pobreza”, referindo-se àqueles que vivem em bairros pobres e sem infra-estrutura. Os “flagelados” tinham, neste contexto, o mesmo peso dos “descamisados” que foram transformados em discurso e bandeira de campanha pelo ex-presidente. Com o passar dos anos, a palavra “fragelado” passou a ser empregada com frequência no São Tarcísio para todas as pessoas que se tornam vítimas das enchentes.

moradores novos, de traficantes e de não-trafficantes, de ribeirinhos da várzea e dos ribeirinhos de platô, através da solidariedade: “Quando o rio enche o problema vira de todo mundo e todo mundo socorre quem precisa. Muita gente que mora na parte mais encima do bairro recebe os que mora na beira do rio por coisa de uma semana, até a enchente acabar”, lembra Cristina, 36. Segundo Cristina, no momento do “aperto”, ninguém é “melhor ou diferente” de ninguém: “Aí, meu filho, num tem essa de diferença não. Todo mundo vira conhecido de todo mundo. Até gente que é de mal uns dos outro faz as pazes”.

### 3.2.2.2 A violência e o narcotráfico

Neste trabalho, por causa dos relatos que narram episódios e opiniões relacionados com o tráfico de drogas adotamos, a pedido de alguns moradores, a postura de não revelarmos os seus nomes reais na apresentação das narrativas. Assim optamos por este procedimento também em outros assuntos para que a relatabilidade possa ter uma linha de coerência entre a fala e o entrevistado. A presença da violência e do tráfico no bairro parece ter se acentuado a partir da década de 1990. Isso também se verificou, conforme dados do 6º Batalhão de Polícia Militar, em bairros como, por exemplo, Altinópolis, Turmalina, Nossa Senhora das Graças, Ipê, Atalaia, Santa Helena e Santos Dumont. Nesta escalada acentuada, existe a suspeita de que o narcotráfico nas cidades do Leste mineiro<sup>100</sup> faça parte de uma territorialidade em rede que se liga a outros estados como São Paulo e Alagoas, se estendendo até a fronteira do Brasil com países como Colômbia e Bolívia.

---

<sup>100</sup> Esta informação foi veiculada pela mídia mineira em 2010. Aqui, tomamos como referência o jornal “Gazeta de Alagoas” que fornece uma matéria substancial sobre o narcotráfico com o título “A rota do crack em Alagoas”, publicada em 31/01/2010.



FIGURA 7 - Possível rota do narcotráfico passando pelo Leste de Minas Gerais.  
Fonte: Gazeta de Alagoas - 31/01/2010. (Autor não mencionado)

De acordo com Beatriz Maria Soares Pontes, as apreensões de drogas e prisões de traficantes durante a década de 2000 em estados do sudeste brasileiro registram uma realidade que se verifica acentuada, principalmente, nos chamados “territórios de exclusão.” (PONTES, 2009, p.13). De acordo com o geógrafo Rogério Haesbaert, a rede estabelecida pelo narcotráfico pode ser considerada um território formado por microterritorialidades. Estes pequenos pontos que formam a rede podem ser considerados territórios “funcionais e simbólicos” na medida em que dispõem de uma organização e de determinados códigos de conduta. (HAESBAERT, 2001, 183). No caso do bairro São Tarcísio temos, segundo o 6º Batalhão de Polícia Militar, que a partir dos anos de 1990 começaram a aparecer registros de delitos relacionados ao tráfico de droga. Dona Fernanda, 73, moradora na Rua Cláudio Manoel, se lembra com muita clareza disto: “começô a aparecer muita gente estranha rondando o bairro. No início a gente desconfiou que não era coisa boa”, conta. Segundo ela, atualmente há muita gente “conhecida” que está fazendo parte disso: “os tiroteio a gente escuta e fica morreno de medo, mas, num tem corage de dedurar pra polícia quem é. A gente sabe quem é, mas num pode falar, né?”.



Foto 14 - Droga apreendida no Leste de Minas.  
Fonte: A Gazeta de Alagoas (31/102010). Foto de Eduardo Almeida

A moradora Dona Adriana, 77 anos, casada, dona de casa e aposentada, conta que com o passar do tempo a realidade mudou, melhorando por um lado, mas, piorou por outro:

“Quando eu mudei para aqui (Rua Cláudio Manoel), aqui na beira do rio era barro puro. Você não conseguia passar ali (apontando para a Rua Cláudio Manoel). Depois fizeram a calçada, plantaram as árvores, a grama, fizeram a barragem. Mas só que o povo num cuida, jogam porcaria, tudo o que é trem no rio. Os vizinhos são muitos bons, só que aqui tem muita droga. Em todo lugar tem. Só que aqui é demais. Tem sim, mas é eles pra lá e a gente pra cá. Os vizinho são bons, gente humilde. Todos são trabalhadores (...). Apesar da droga eu num gostaria de mudar daqui não. Eu acho que se fosse o caso de mudar eu gostaria de morar num lugar igual a esse aqui. É muito difícil de achar. Minha casa é muito arejada. A única coisa que fica meio triste aqui é o uso de drogas porque que quando eu mudei pra cá num tinha nada disso. Isso aqui era uma benção. Criei meus filhos aqui. Eu tenho dois filhos e lembro que uma porção de rapaz brincava e num tinha nada disso. Mas hoje você já não pode deixar solto. Hoje, quem tem filho, num tem condições de deixar.” Dona Adriana, 77 anos.

Segundo Dona Clara, 65, o ambiente violento do São Tarcísio não traz nem um pouco de tranquilidade aos vizinhos. Viúva, doméstica, moradora de uma parte elevada da

Rua Cláudio Manoel, bem próximo à Prudente de Moraes, Dona Clara afirma que, apesar de “amar” o bairro, se pudesse, mudaria de lá:

“Eu tenho vontade de mudar pro Grã Duquesa (outro bairro de Governador Valadares). Mudar para uma casa que tenha muro, né? Porque aqui eu sou natural do bairro, mas tô cansada de morar aqui. Quero morar onde os meus neto possam brincar dentro de casa e seja mais tranqüilo porque aqui não estamos tranqüilo mais não. Não é por causa do rio Aqui têm muitas pessoas antigas e também tem muitas pessoas novas que já misturou com nós, né? O bairro era quase todo uma família só e, agora ,ele já não é mais.”( Dona Clara, 65 anos).

Durante as entrevistas, o envolvimento de alguns moradores do bairro com o narcotráfico foi assunto evitado. Percebemos que algumas destas pessoas têm parentesco com os entrevistados. Ao recolhermos, escutarmos e transcrevermos as narrativas, notamos que a culpa pela criminalidade no bairro é sempre imputada aos “outros”. São as “pessoas novas” e os “estranhos,” que chegaram ao bairro trazendo a droga, a violência, e o crime, os responsáveis por tudo ter “piorado” no bairro, como nos disse Dona Clara. Entrevistados, como Dona Sandra, 59, moradora na Rua Cláudio Manoel, afirmam que “as crianças do bairro desviaram para o mau caminho”. Segundo ela, esse “desvio” foi, em primeiro lugar, por causa da falta de emprego: “Esses menino eu conheço desde pequeno. Tem uns que eu já peguei até no colo. Eles começaram com as droga porque tinha vontade de ficar rico”, contou. O bairro é estigmatizado em notícias da mídia valadarense como local de venda de drogas.<sup>101</sup> Apesar de central, a idéia de periferia enquanto exclusão que permeia o São Tarcísio deve ser entendida não como um espaço geográfico apenas, mas, também, como social. “Acho que o povo tem medo de vim aqui de noite”, afirma Seu José, 46, morador da Rua Adriano Fróes. Percebemos que a segregação do São Tarcísio e, até mesmo a auto-segregação presente no relato de alguns moradores, deve ser entendida no seio da contradição inclusão e cidadania (econômica e espacial dos bairros ricos) versus exclusão ou impossibilidade de acessar bens que são socialmente produzidos (bairros pobres ou periferia). O bairro São Tarcísio diferencia-se, assim, de muitos outros pela presença do rio, mas, carrega também o estigma de exclusão e discriminação. Alguns dos jovens da comunidade já foram assassinados em troca de tiros com a polícia ou com outros traficantes. “A gente não pode falar como a droga chega aqui, mas, pode ver o que ela faz com as pessoas”, afirma Seu José, com certo temor. Ele contou que “gente de outros

---

<sup>101</sup> Estas notícias saem frequentemente no Diário do Rio Doce, na página policial.

bairros trazem a droga para a comunidade” através de algumas pessoas que a revendem. “Isso é uma grande tristeza. Triste mais ainda a gente fica quando vê que alguém que a gente gosta é morto ou preso pela polícia”, lamenta. Segundo os entrevistados, não existiria uma ligação do São Tarcísio com uma “rede de narcotráfico” que, atualmente, territorializou alguns bairros de Governador Valadares. “Isso tudo é peixe pequeno. É gente que quer ganhar dinheiro em cima dos minino do São Tarcísio”, contou Dona Nara, 71, que já perdeu um sobrinho em tiroteio. Ela contou que o craque e a cocaína são as principais drogas vendidas no bairro e afirmou que quem vende, também consome o produto, e que os jovens são recrutados ainda na adolescência nas imediações do bairro por traficantes de outras regiões da cidade.

Para o morador Seu Edílson, 77 anos, residente na Rua Cláudio Manoel, a fama do bairro como lugar violento se deve, em parte, a bandidos de outros bairros que utilizam do rio para escapar da polícia:

“Eu fui nascido e criado em fazenda. O meu serviço é tudo que há de profissão porque, graças a Deus, eu sei fazer de tudo. Só não sei roubar, drogar, “desinquetar” família, desculpe minha palavra. Tirando de coisa ruim o de bom de serviço é comigo mesmo. Mexer com plantação, plantio, tudo quanto há. Graças a Deus dentro de Valadares eu conheço isso aqui mais é em pedra “pé de moleque” nas ruas. Hoje em dia, pelo progresso do trabalho dos prefeitos, toda vida melhorou. Achei que foi muito maravilhoso porque tem 47 anos que moro em Valadares. Só aqui no bairro eu tenho 36 anos de moradia. Aqui, pra mim, o que aborrece mais são as festas (que ainda ocorrem na área da Antiga Feira da Paz). Pela minha idade e a data que eu moro aqui isso é muito ruim. Antes era muito sossegado. Hoje em dia não se tem sossego mais por causa das festas. Eu gosto muito disso aqui, da minha morada e tudo, mas, em uma parte, eu não fico muito satisfeito com esses problemas. Tem gente que vem de outros lugares e usam coisas erradas ai. Gosto de tudo aqui. A única coisa que eu não gosto é de ver a polícia vindo aqui atrás de bandido fugindo de outros lugares. Eles vêm pra pular no rio e fugir da polícia. Então fica muito manjada a nossa localidade.” (Edílson, 77 anos).

Notamos que a “cultura da droga” no bairro apresenta alguns questionamentos quanto à natureza dos espaços públicos e privados. Nota-se que as ruas, que são espaço de convivência entre os vizinhos durante as tardes, em determinadas horas da noite, se transformam em pontos de comércio de drogas. Assim, a rua que é da “vizinhança” passa a ser também o espaço de convivência das “gangues” e do comércio que elas mantêm com usuários. Isso nos remete à idéia de territorialização do mesmo espaço em horários diferentes, por grupos com uma identidade também diferente, ligada a códigos específicos de conduta e ação na comunidade.

Embora haja uma associação entre violência e o tráfico de drogas, percebe-se que eles não são, necessariamente, equivalentes. O que observamos é a possibilidade de a violência se tornar um código de conduta como meio de resolução dos negócios e conflitos dentro da “cultura da droga”. Portanto, percebemos que, neste caso, o que ocorre é a construção de uma cultura da violência que possui sua forma de sociabilidade e isso implica em regras de convivência. Os crimes violentos estariam associados a contextos em que há “desorganização social”, isto é, quebra das regras de conduta.

Percebemos que o narcotráfico estaria associado à forma como o espaço foi organizado. É interessante observar que o processo histórico de modernização realizado no Brasil mantém, nos tempos atuais, traços autoritários repressivos nos quais as relações sociais estão marcadas pela hierarquia, prevalecendo registradas no espaço, as marcas de uma organização espacial herdada de um projeto de gestão colonial. Junto disso, podemos também perceber “as relações de favor e clientelismo” que “são copiadas dentro de um âmbito associado ao narcotráfico.” (ZALUAR, 1985, p.51).

Quando refletimos sobre situações sociais como a do São Tarcísio, percebemos que não só os grupamentos sociais são estratificados, mas, também, as relações intersubjetivas. Há talvez aí, espaço para que possamos relevar os micropoderes que fazem com que todos os sujeitos possam, potencialmente, desempenhar o papel de dominantes e dominados, agressores e vítimas, mandantes e subordinados. Percebemos isso como uma possibilidade de proliferação de pequenos grupos com territorialidade mais circunscrita e, conseqüentemente, de identidades, uma vez que haveria, neste caso, uma fragmentação dos códigos culturais.

Notamos que a territorialização dos espaços de exclusão de Governador Valadares pelos narcotraficantes se faz à custa da possibilidade de desenvolvimento de organizações e forças sociais independentes. A essa territorialização corresponderia, por outro lado, numa desterritorialização pela maior parte da população local. Acreditamos que a urbanização sem urbanidades gerou uma organização do espaço em que as margens do rio Doce, não apenas no São Tarcísio, mas, também, em outros espaços da cidade (como é o caso, por exemplo, da antiga “baixa do quiabo”, situada na região do bairro Santa Rita)<sup>102</sup> transformaram-se em locais propícios ao narcotráfico fazendo com que a

---

<sup>102</sup> A designação “Baixa do Quiabo”, numa forma pejorativa de identificar o espaço, foi cultuada nas décadas de 1970 e 1980. A partir dos anos de 1990 aquele espaço começou a ser apropriado fazendo com que surgissem bairros como Jardim Alice e JK I, II e III. Segundo dados do 6º Batalhão de Polícia Militar, os

comunidade destes bairros se tornasse refém da criminalidade. A fragmentação político-espacial do tecido urbano nos locais dominados por traficantes promove, então, uma nova configuração da cidade. Neste rearranjo, novos sentidos são disseminados do ponto de vista cultural na comunidade. Além dos constrangimentos de uns e, em alguns casos, até mesmo associação, convivência e participação de outros, os contextos territoriais se repartem em micro-identidades conforme as práticas sociais e os códigos de conduta. No caso do rio Doce, o que observamos é que ele se constitui também, pelo menos no caso do São Tarcísio, em “território de fuga”. É por ele que as pessoas fogem da polícia. Assim, o rio ganha, também, a representação de “território esconderijo ou refúgio”, muito parecida com a representação disseminada durante o período de colonização no século XIX, que transformava os índios botocudos nos “senhores da margem do rio Doce” por nele saberem se embrenhar e se ocultar.

### 3.2.2.3 A convivência

Percebemos que, ao falarem do bairro São Tarcísio, os moradores demonstram afetividade com o lugar e, ao mesmo tempo, expõem a “receita” de um bom convívio, como nos mostra Maria, dona de casa de 36 anos, moradora na Rua Cláudio Manoel: “O melhor que existe aqui é os morador, né? Os morador são demais, né? É o melhor daqui, normal. A minha ligação com os outro é bastante boa. A vizinhança é boa. Tudo 100%”. Notamos que, apesar dos “perigos” com o “território da criminalidade”, existe um convívio tacitamente respeitoso entre todos. Os depoimentos se apressam em apresentar uma “normalidade” que pode ser entendida como realmente vivida, resultado do costume que se firmou entre as relações interpessoais e intergrupais ao longo do tempo, considerando-se também aí a proximidade, em alguns casos, facilitada pelas relações de parentesco; ou, então, esta “normalidade” poderia ser entendida como uma expressão que tenta apagar um pouco do estigma de “bairro perigoso” que atualmente marca e demarca territorialmente o São Tarcísio. Assim “tudo é normal”. Nota-se que há também, em alguns relatos, uma interpretação dos moradores de acordo com a identificação que os mesmos fazem dos fatos e práticas do dia a dia. Os objetos do mundo social são assim construídos e reconstruídos dentro de uma estrutura de “familiaridade” interpretada através do estoque de

---

problemas de moradia nas margens do rio Doce no que diz respeito a enchentes e criminalidade são semelhantes ao do São Tarcísio

conhecimentos que a comunidade tem à mão. (HERITAGE, 1999, p.54). Percebemos que o convívio cordial entre os moradores e o lazer, praticado no rio Doce, principalmente pelos jovens e crianças, são elementos que reforçam as relações sociais. Quando falamos em lazer no rio, estamos nos referindo especificamente a banhos no final da tarde, pescarias e até mesmo a prática da canoagem, conforme nos relata o morador Leandro, 34.

“Sou nascido e criado aqui e adoro isso aqui. A vizinhança é todo mundo do bem. Todo mundo aqui gosta de mim e eu gosto de todo mundo. Não tem problema nenhum (...). Em casa somos oito: tem dois em Portugal. Eu também fiquei em Portugal uns tempo. Fiquei fora também (...). Morar perto do rio é bacana demais. O rio é importante pra todo mundo. É bom demais! É gente remando, nadando, pescando. Muitos já morreram nesse rio. Lembro de um amigo meu que saiu pra pescar. Foi com outro de barco pra pescar e tinha esse que num sabia nadar... O barco afundô, né? Deu aquela desavença que o barco afundô e foi, o outro que sabia nadar se salvô e outro, não (...).

Os constructos sociais, apresentados através das falas e das pistas fornecidas pelos informantes auxiliam-nos a pensar este território através de categorias teóricas na medida em que oferecem material suficiente para uma tipificação, ou seja, as características podem ser ordenadas e estudadas num quadro individual e coletivo. Quando nos reportamos ao imaginário social e à representação social como categorias importantes numa interpretação de “segunda mão”, vemos que a maneira como os moradores imaginam idealisticamente as relações sociais e com o território reforçam, de certo modo, a maneira como eles enxergam e percebem a cultura do São Tarcísio. O bairro é “perigoso”, mas, “é bom”; existe nele “violência”, mas é “tudo normal”; existem subdivisões internas, próprias de uma estrutura social e territorial que caracterizam identidades como, por exemplo entre “traficantes e “não traficantes”, mas na vizinhança “todo mundo é do bem”.

Um ponto a destacar com relação aos costumes dos moradores são os trajetos e itinerários que os mesmos percorrem. É que alguns deles gostam de passear pelo bairro. Outros gostam de visitar o rio Doce, principalmente ao final da tarde. Já outros, gostam de pescar e de nadar no rio. Consideramos a possibilidade de entender a territorialidade através das relações sociais e culturais que o grupo mantém com estes lugares, principalmente com o rio. De acordo com o Seu Antonio, 85, pedreiro e casado, residente na Rua Geraldo Vieira dos Santos, as “voltas” pelo bairro se tornaram um hábito.

“Eu sempre gosto de passear no Mercado. No bairro aqui eu fico andando por ai a fora. Quase não vou à casa de ninguém. Hoje em dia a gente quase não vai na

casa dos outro. Acabou isso, né? Divertir agora é só passear vendo o rio.”  
(Antonio, 85 anos).

Seu Antonio é um dos moradores bem antigos do São Tarcísio. Ele é muito bem quisto e goza de respeito e reconhecimento por parte de outros moradores entrevistados, tanto do São Tarcísio I quanto do São Tarcísio II. Seu Antonio mora na Rua Cláudio Manoel, nas proximidades do rio Doce. Ele enfatiza que os problemas que o bairro tem não são “coisas do outro mundo”: “só incomodam as pessoas de fora”. Porque, para ele, no bairro “é tudo normal porque a gente já se acostumou com isso e sabe lidar com os outro”.

Vemos que o senso comum seria como uma “colcha de retalhos”, formada de partes altamente desiguais e, por vezes, desconexas, mas, que, todas as partes formariam um todo. Neste caso, o “senso comum não seria formado por uma lógica racional”, ao contrário, as ações do senso comum seriam muitas vezes “irracionais” e ilógicas, mas isso dependeria, também, do ângulo que nos posicionamos como observadores. (WEBER, 2000, p.24). Enchente e violência não seria um problema para a maior parte dos moradores. A maioria do grupo entrevistado relatou que tem opções de se mudar para outro bairro, mas, que o São Tarcísio é o lugar de sua escolha e, portanto, não há problema algum em morar lá. Seu Antonio relata:

“Posso dizer que o bairro é bom. Só que eu moro aqui tem 54 anos. Eu só não sou filho daqui, mas, o tempo que eu moro aqui é de 54 anos! Minha relação com os vizinhos ai é muito boa. Até porque eu moro aqui esse tempo todo e não tenho inimigo, então minha relação é boa né? Eu sou aposentado, eu não trabalho. Pegou essa idade não tem jeito de trabalhar mais não. Na minha família são seis pessoas: quatro filho, eu e minha mulher. Sobre o rio eu tenho a dizer que, infelizmente nosso rio está muito poluído, né meu filho? Está demais mesmo!

Ele afirma que, muitas vezes, o convívio dos jovens com o rio já acabou em tragédia:

Muita gente já morreu por essas banda. Umas duas pessoas eu ja vi afogando aí, na ocasião que o rio está cheio. Mesmo quando as águas estão vazia assim, eles facilitam e acaba morrendo algum. Semana passada mesmo morreu um. Eles abusam! Água não tem cabelo, né?”

Percebe-se, nesta fala um tipo de sabedoria presente no senso comum: é preciso sempre ter cuidado com o rio, pois a “água não tem cabelo”, ou seja, não oferece nenhuma forma de salvamento possível como recurso último porque água é apenas água, não tem pontas para se segurar. Vemos que o espaço vivido é uma experiência contínua,

egocêntrica e, ao mesmo tempo social: um espaço de movimento e, também, afetivo, marcado por ensinamentos e sabedorias. Concebendo este espaço como um território composto por simbolismos que redundam nas práticas de subsistência, persistência, sobrevivência e aspirações, notamos que a cultura seria a junção de tudo isso, considerando estas práticas como que inscritas em códigos culturais e convenções. (ISNARD, 1982, p.71). Quando imaginamos todas estas pessoas reunidas num só espaço e comungando de uma forma de convívio seja no lazer ou no trabalho, vemos que o modo como elas agem cotidianamente, pode ser também relacionado à reunião social efetuada dentro de um contexto temporal e espacialmente localizado. As ações destas pessoas possuiriam, conforme Roberto Lobato Correa, um caráter social e geográfico e fariam parte de um processo de produção simbólica do território uma vez que dão a este mesmo território uma marca cultural, social e geográfica. (CORREA, 2008, P.31), Nesta medida, podemos considerar que as narrativas encerrariam uma “prática/realização” (a partir das representações sociais); uma “indicialidade” (a partir dos códigos culturais), uma “reflexividade” (a partir do imaginário social); uma “relatabilidade (ou accountability, a partir da identidade)”; e, finalmente, uma “noção de membro” (a partir do pertencimento). (COULON, 1995a, p.14).

Observamos que a “prática”, ou seja, a realização de ações arregimentadas pela maneira como os moradores percebem e enxergam o seu mundo, estaria relacionada, também, à forma ímpar de se apropriar, valorizar simbolicamente e materialmente, fazer uso da terra e do território e, além disso, se relacionar socialmente. Percebemos que isto se daria por meio dos significados e ressignificações que os sujeitos vão construindo em torno de suas experiências de vida, convenções, e valores. (KOGA, 2003, p. 38). Observamos que esta territorialidade, que não é apenas física, mas social e cultural, se torna tão mais forte quanto maior o tempo de moradia no bairro. Podemos verificar isso através de relatos como o de Dona Rosa, 90 anos, viúva e aposentada, moradora da Travessa Treze de Maio:

“Eu ralei muito neste mundo, trabalhei demais, até que eu me acertei neste lugar aqui. Eu gosto muito da vista do bairro, gosto da paisagem ainda mais que moro quase dentro do rio Doce, da pra ver o Ibituruna. A gente senta aqui e a asadelta está voando ali. Quando começou o São Tarcísio, ele começou comigo aqui também. Moro aqui há mais de 50 anos, muito mais! Tive três filho. Minha relação nesse lugar é assim: eles na casa deles e eu na minha. Mas, graças a Deus, me tratam bem por toda a vida. Todos os vizinhos são bons para mim, são todos boa pessoa. Nesse tempo trabalhei mexendo na cozinha dos outros, trabalhei lá no Lar dos Velinhos por 20 anos. Eu era auxiliar de cozinheira lá, e eu entrei lá para aposentar. Trabalhei no meio de tanto velho e velhinha e saí de lá pra poder aposentar, né? (...) O rio é de muita importância, sim. Eu já

acostumei e acho aqui bom demais, menino. Eu gosto muito daqui, gosto demais. Aí eu não sei se tem importância para as outras pessoas daqui do bairro, não sei da vida de ninguém, pois não sou de sair pra ir à casa dos outros. Se precisar de mim eu vou lá e atendo, né? Conheço gente que já morreu no rio, pessoa acostumada de ficar no rio Doce pra tomar banho e a água matou ele.” (Dona Rosa, 90 anos).

Vê-se também, neste caso, um exemplo de relatabilidade (accountability) no sentido de que a realidade social é construída na prática do dia-a-dia pelos atores sociais em interação. É, mais uma vez o senso comum, que guarda os verdadeiros sentidos que os atores dão às suas ações. Consideramos que desvendar o senso comum seria o mesmo que desvendar as representações sociais e as identidades que orientam, na prática, as ações sociais. Dona Rosa nos dá a pista: a cultura se expressaria em territorialidades considerando-se, portanto, as relações sociais que produzem o espaço ao longo do tempo. São estas relações que seriam marcadas pelos códigos que constituem um sentido particular no processo de produção simbólica do território. Assim, em seus mais de 50 anos de moradia no bairro, o São Tarcísio foi/é cenário, matéria-prima de um processo onde acontece a construção, regulação e auto-regulação de identidades. (CORREA, 1994, p.90). No caso, uma das possíveis identidades dela seria a de ”moradora antiga”. Essa assertiva pode ser verificada através do relato da informante Laura, 42.

“Não tenho nada o que reclamar desse bairro não. Gosto daqui. Moro aqui há uns 38 ou 39 anos. Eu me dou muito bem com todo mundo. Desde pequena eu sou acostumada no São Tarcísio. Se fosse o caso de mudança, se eu pudesse, eu moraria no centro mesmo. (...) Aqui eu não tenho, vamos dizer assim, nada que me incomoda. Sinto alegria de ser moradora daqui.” (Laura, 42 anos, residente na Rua Geraldo Vieira dos Santos).

Percebe-se pela fala desta moradora que o convívio está embasado, também, no tempo de convivência. Tem-se aí uma indicialidade que um dos possíveis códigos culturais presentes no bairro se funde na familiaridade entre os membros da comunidade, conquistada a custo de longos anos de relações. No caso dos traficantes, que mencionamos no tópico anterior, haveria por parte dos moradores um sentimento de medo, insegurança, e mesmo repulsa, mas, mesmo assim, percebemos que a familiaridade e a pessoalidade se impõem de forma contundente. Talvez esta, também seja uma explicação para uma atmosfera de constrangimento que permeou as entrevistas.

O rio Doce parece desempenhar um papel aglutinador de todos os códigos culturais. É interessante notar que isso pode ser observado quando os moradores exaltam as

“belezas” do bairro, mas, também, no caso das enchentes (que como vimos anteriormente), o mesmo rio torna-se um problema coletivo e, ao mesmo tempo, aglutinador de esforços comunitários.<sup>103</sup> O rio Doce está presente também quando o assunto é o tráfico de drogas, funcionando como uma “rota de fuga ou esconderijo”. Veremos, no próximo tópico, como este convívio/convivência está relacionado com o lazer.

#### 3.2.2.4 O Lazer

Quando os moradores falam do convívio falam, automaticamente, do lazer. Por este motivo achamos por bem reservar a este assunto um tópico à parte. O rio é também o protagonista quando o assunto é o lazer, principalmente para os jovens e crianças. Segundo Seu João, 64, morador na Rua Geraldo Vieira dos Santos, na época de calor, é na água do rio Doce que as crianças se refrescam: “Os menino já nasce sabendo nadar aqui. É igual peixe. Eles num tem medo de nada; pula e nada até cansar”, conta Seu João. Conforme Dona Marly, 66, vez ou outra aparecem crianças com vermes “mas isso não é por causa do rio. Toda criança pega verme mesmo”, acredita a moradora da Rua Cláudio Manoel. Na comunidade há alguns jovens que se dedicam à prática da canoagem. O que motiva estas pessoas é a paixão pela prática da aventura. “Eu sempre via as disputas, os caras treinando ou só curtindo o rio. Até que um dia consegui o meu próprio caiaque e fui pra água. Aprendi tudo sozinho”, conta Mário, 24, morador na Rua Geraldo Vieira dos Santos.

Percebe-se que a importância do rio Doce no bairro para a vivência física e afetiva dos ribeirinhos propõe que o mesmo seja entendido como território que congrega a existência não somente de um aparato urbano de caráter e de usos sociais, mas também uma dimensão lúdica, afetiva e definidora de identidade aos mesmos. O rio tem no lazer e na sociabilidade, dois pontos que se ligam às práticas cotidianas do bairro figurando o que Michael de Certeau, denomina de posturas coletivas quando se refere à espontaneidade. (CERTEAU, 1994, p.45). Assim, o bairro e o rio podem também serem entendidos como espaços de celebração, passíveis de mudanças e de permanências na sociabilidade e convivência comunitária da “colegada”.<sup>104</sup> Bairro e rio podem ser assumidos como algo que se inscreve na história dos sujeitos como a marca de uma pertença inegável, na medida

---

<sup>103</sup> Um fato interessante a ser considerado é que há sempre, por parte dos moradores, esperança de que a enchente não venha no ano seguinte com tanta pujança. Percebemos que essa expectativa otimista auxilia na permanência de algumas famílias em residências próximas ao rio.

<sup>104</sup> Várias pessoas entrevistadas, que se radicaram no São Tarcísio nas décadas de 1950 e 1960, se referiram aos moradores, principalmente os antigos, como “colegada”.

em que introduz, de maneira particularmente poderosa, a aprendizagem da vida cotidiana em momentos de celebração e cumplicidade, conforme Michel Maffesoli enfatiza ao apontar a força e importância do significado presente em atividades que promovem a comunhão das pessoas em torno de traços e características comuns. Estes momentos de descontração surgem como oportunidade privilegiada do encontro social. (MAFFESOLI, 1994, p.69). É interessante perceber como a persistência da memória dos “bons tempos” do bairro fixa determinadas orientações que remetem, como afirma Jacques Le Goff, à noção de identidade, tanto individual quanto coletiva. (LE GOFF, 1997, p.82). Observamos que a maneira como os ribeirinhos se relacionam com o rio em termos de trabalho é algo que cabe perfeitamente dentro da temática do convívio. É o que veremos a seguir.

### 3.2.2.5 O Trabalho

Muitas pessoas ainda utilizam o rio como fonte de renda em seus afazeres diários. O Bairro São Tarcísio possui pescadores, carroceiros e lavadeiras de roupa. Os canoeiros<sup>105</sup> não ficam restritos às imediações do bairro, pescam em muitos lugares, mas têm, no bairro, o seu ponto de referência para a venda dos peixes que são, na maioria das vezes, comercializados em feiras que acontecem em locais diferentes da cidade, conforme o dia da semana: “Sei de uma família aqui que tem dois irmãos: um que pesca o peixe e o outro que vende. Os dois são sócios”, afirma Cristina, 36. A pesca é realizada com tarrafas e, muitas vezes, de forma clandestina: “Na época da desova a polícia (florestal), se pegar a gente com tarrafa, toma tudo e, conforme for, ainda dá multa pra gente. Geralmente quando eles vê que a gente é trabalhador e depende desse negócio, toma só a tarrafa”, contou Seu João, 64, morador na Travessa Treze de Maio. O morador, que é comerciante, pesca durante a semana no rio Doce e comercializa os peixes para aumentar a renda familiar. Segundo ele, “hoje em dia não tem mais muito peixe como antigamente”. Seu João possui uma canoa que fica atracada nas imediações do bairro. A pesca é feita sempre de madrugada: “De noite num tem barulho pra atrapalhar a gente”, diz. A mesma canoa que é utilizada para a pesca (que exibimos na foto a seguir) é também, às vezes, utilizada para a retirada de areia de alguns pontos do rio.

---

<sup>105</sup> Veja a foto de um canoeiro no Anexo C.



Foto 15 - As canoas do São Tarcísio são utilizadas para pesca, retirada de areia, e para socorrer as vítimas da enchente.

Fonte: Secretaria de Municipal de Comunicação Social. (Foto de Dió Freitas)

Na maioria das vezes, a areia é utilizada para construções no próprio bairro: “Com a areia, a gente tira com a pá mesmo e já vai jogando pra cima da carroça. Mas, hoje em dia, esse negócio num tem dado muito lucro, não. Quem compra areia pra construir, prefere comprar de quem usa a draga”, contou Seu João. A draga a que ele se refere, hoje em dia, é bastante utilizada no perímetro de Governador Valadares. Equipada por motores que possuem tubos que canalizam a areia até a margem do rio, ela facilita a extração de areia para a comercialização ao passo que, os carroceiros e canoeiros, retiram areia na base da força física. Quando há procura por areia no São Tarcísio, a carroça cheia é vendida, geralmente, por R\$ 50,00. Segundo Seu João, os clientes variam entre donos de depósitos de material de construção, autônomos e pessoas que estão necessitando de areia para serviços particulares. Talvez, de todas as práticas de trabalho relacionadas com o rio Doce e o São Tarcísio, a lavagem de roupas seja a mais conhecida.

O bairro ficou conhecido como “Ponto das Lavadeiras” por causa de uma pedreira que era utilizada por muitas lavadeiras de roupa entre as décadas de 1950 e 1980. Ainda hoje, as roupas dos familiares são lavadas no rio e estendidas em varais que são “comunitários” porque não se restringem a um só usuário. “Se a gente for usar água

encanada pra lavar roupa, no final do mês a gente num agüenta pagar a conta de água. Com o rio aí, o melhor a fazer é colocar a mão na massa”, afirma Dona Vanda, 56, moradora na Rua Cláudio Manoel, que leva “sabão de coco e Omo” para a pedreira aos sábados e lava a roupa da família toda. Ela afirma que a maioria das moradoras do São Tarcísio faz isso. “Tem umas (lavadeiras) que lava pra fora e cobra a trouxa de roupa. É água do rio Doce, mas, a roupa fica limpinha do mesmo jeito. Dá pra tirar um troco aqui”, disse. Outra lavadeira, Dona Sandra, 59, diz que, para lavar a roupa a pessoa precisa ficar “com água até nas canela”. Depois é só quarar a roupa. “A gente usa sabão e detergente”, afirma. Dona Sandra conta que não bebe água diretamente do rio, mas, quando falta a água do SAAE<sup>106</sup>, tem muita gente que bebe: “eles bebe, mas é fervida. Ferve bem a água que é pra matar os micróbio”. Dona Rosa, 90, moradora na Travessa Treze de Maio, lembra que adquiriu o seu terreno em 1956, onde construiu uma casa “muito fraquinha”, com sete filhos pra criar. Ela lavava roupa por encomenda e assim foi por mais de 30 anos. Segundo ela, o rio tinha muitas pedras e a água era mais limpa: “No lugar dessa rua (Cláudio Manoel) antigamente era uma pedreira”, conta. Ela lembra que passava o dia inteiro, acompanhada de um grupo de lavadeiras lavando e quarando roupa. “A gente (ela e as outras lavadeiras) era como uma grande família. Todo mundo se conhecia e era parente. Depois que começaro a alugar as casa é que chegou gente nova pra cá”, conta. Conforme Dona Rosa, a vida era menos corrida. “Era diferente, a gente não via violência e nem esse negócio de droga”, conta.

Vê-se que os atores sociais, ao desenvolverem e praticarem suas atividades cotidianas na “pescaria clandestina”, no “comércio da areia”, e na “lavagem de roupa”, descrevem um quadro em que estão inseridos a partir de uma operação mental onde correlacionam o cabedal de experiências adquiridas, os conhecimentos, a capacidade criativa e adaptativa, e as trocas de experiência que obtiveram durante o processo interacional. Segundo Coulon, a reflexividade, elemento que faz parte do imaginário social, designa as práticas que ao mesmo tempo descrevem e constituem o quadro social. Descrever uma situação em depoimentos como estes seria o mesmo que constituir a realidade a partir de uma visão subjetiva e, ao mesmo tempo, coletiva. (COULON, 1995b, p.34). É refletir, recordar, conhecer, reconstituir determinada realidade prática.

Conforme Coulon, quando se diz que as pessoas têm práticas reflexivas, isto significa que refletem sobre aquilo que fazem, embora não tenham consciência do caráter

---

<sup>106</sup> Serviço Autônomo de Água e Esgoto (Prefeitura Municipal de Governador Valadares)

reflexivo de suas ações. A propriedade reflexiva dos atores sociais permitiria, então, que eles exprimissem as significações de seus atos e de seus pensamentos, ou seja, de suas ações sociais ao mesmo tempo em que fornecem a sua visão do mundo em frases como “a gente era com uma grande família”, “a gente usa sabão e detergente”, e “hoje em dia não tem mais peixe como antigamente”. Nas três frases que separamos, podemos perceber que enquanto narram o passado, o reconstituem e apresentam uma síntese interpretativa do significado presente na ação. As lavadeiras que “eram como uma grande família”, hoje em dia, já não são tão próximas como antigamente; as roupas que hoje são lavadas no rio poluído ficam limpinhas porque se usa “sabão e detergente” que (outra vez ingenuamente) não poluem o rio; a pescaria, que antigamente era abundante, hoje em dia não é tão boa porque “já não tem mais tanto peixe”.

O processo se compreender a realidade subjetivamente (psicogênese) e socialmente (sociogênese) seria, nesta medida, automático e contínuo. (ELIAS, 1994, p.24). Mesmo sem perceber, os moradores desenvolveriam esta atividade a cada minuto de sua existência, pois necessitariam, segundo Coulon (1995b, p.34), de uma “leitura particular embasada no coletivo”. É nesta leitura que encontrariam as motivações e orientações para suas ações cotidianas. O conjunto de percepções geradas pela reflexividade dos moradores do São Tarcísio funcionaria, então, como uma espécie de código de comportamento que serviria como base para a tomada de decisão e para a formação de uma idéia de mundo, coordenando os atores e articulando-os cooperativamente com os demais. A compreensão das significações das ações só seria passível de leitura a partir do próprio processo de reflexividade desenvolvido pelos atores em suas narrativas e é isso que ora tentamos realizar. A seguir, enfocaremos a forma como a “paisagem” aparece como um dos sentidos do bairro.

#### 3.2.2.6 A Paisagem

Ao nos propormos na apresentação da temática da paisagem, observamos de antemão que tanto o rio como o bairro São Tarcísio aparecem nestes relatos de uma forma muito dinâmica. Nesta medida, percebemos que a noção de paisagem dos moradores é processual porque, por um lado, expressam um num sentimento nostálgico (eles falam de outros tempos em que a paisagem era de um jeito e que agora, é de outro), por outro lado, relatam que apesar de bela e encantadora, o “descaso da Prefeitura” e a “poluição” tiram da

paisagem tudo o que ela teria de belo. Assim ela sofre transformações na percepção de quem a vivencia e a vivenciou em outros tempos gerando comparações entre o presente e o passado. Uma comparação sempre presente nos relatos (como veremos adiante) é a de que o rio antes “era limpinho” e agora “está todo poluído”. Percebemos nestes depoimentos duas considerações. A primeira é a de que as narrativas revelam um profundo encantamento com a paisagem natural em referências ao rio e à visão frontal da Ibituruna. Mas, por outro lado, do ponto de vista do olfato e do uso, o rio Doce “já se tornou”, na opinião de Dona Sandra, 59, num “esgotão”. A segunda consideração é a de que ao reclamarem do rio, moradores como Seu Antonio, 85, revelam, contraditoriamente, que jogam comida e até mesmo animais mortos nele porque “o rio leva tudo”. Assim eles não seriam responsáveis pela poluição. Vê-se aí uma visão recortada e congelada do bairro que, apesar de processual, poderia ser considerada como fixa e esquadrinhada apenas no recorte da localidade do bairro sem abarcar o todo em sua abrangência. Vê-se, também, por outro lado, a presença de costumes rurais.

Outra coisa a ser observada é que, quando perguntamos especificamente sobre a paisagem, o rio aparece como a principal marca do bairro. Já a Ibituruna, mais distante, aparece como um cenário avistado, que não se tem um contato concreto e imediato, mas, que compõe, juntamente com o rio, um cartão postal para quem mora no bairro. Percebemos assim que, na maioria das vezes em que tocamos neste assunto, a resposta sempre traz a paisagem como o “outro”, ou seja, o que se pode apreciar a partir do bairro e não necessariamente o próprio bairro, a não ser quando é destacada a presença das margens do rio Doce. Ao contemplarem a paisagem de suas casas ou mesmo da rua, os moradores do bairro se ligam a ela afetivamente como se a vista postal fosse uma das vantagens de se morar naquele bairro. Observamos que esse sentimento reforça os laços de enraizamento e pertencimento de alguns ao bairro. É o que podemos notar, por exemplo, em relatos como o de Dona Mariza, moradora na Rua Cláudio Manoel:

“Eu vejo a natureza como um mistério de Deus, né? É o que é importa: a natureza é Deus. Deus me livre se não existisse o rio Doce aqui. A água é utilizada pra todo mundo. Não só aqui, mas em outros lugares. Acho que as pessoas não pescam muito mais nele, né? Num tem mais peixe no rio. Eu vejo uma mulher que vem aqui no fundo (apontando para o rio), bate o dia inteirinho e não pega nada, coitada.” (Dona Mariza, dona de casa, 63 anos.)

Observa-se o sentimento de encantamento e, por outro lado, a frustração porque “não tem mais peixe no rio”. Esse mesmo encantamento nós podemos observar no depoimento de Dona Mônica, também moradora na Rua Cláudio Manoel:

“Gosto muito da paisagem daqui, nossa, adoro, eu gosto de tudo! Eu moro desde que eu nasci aqui. Sou a mais velha aqui na beira do rio, quer dizer, mais velha moradora (risos). Tenho minha casinha, tudo bem, graças a Deus. Na minha casa é só dois. Só eu e a menina ali (apontando). O rio Doce aqui é tudo abaixo de Deus. Ele é tudo pra gente, né? O que era da gente se não fosse ele, né? Graças a Deus! Tem muitos aqui que trabalha na pesca. Eles veve da pescaria, né?” (Dona Mônica, 66 anos).

Percebe-se, particularmente neste relato, que a poluição não aparece como complicador da “beleza” do rio, mas o rio é “tudo abaixo de Deus”. Nota-se nestes relatos que é possível supor que os códigos culturais ofereceriam uma “indicialidade do mundo social através das redes de significações.” (COULON, 1995a, p.21). Estes significados partilhados estariam presentes no comportamento e, também, na linguagem do dia-a-dia unificando, de certo modo, uma determinada expectativa ou sentimento compartilhado tanto de “encantamento” como de “frustração”. É interessante observar que a linguagem cotidiana, ordinária, presente nestes depoimentos, são repletas de expressões indiciais.<sup>107</sup> A indicialidade sugere sempre um sentido local e contextual, singular para cada ato interacional. Vemos, por exemplo, na expressão “o rio Doce é tudo abaixo de Deus”, ou “a natureza como um mistério de Deus”, ou mesmo “a natureza é Deus”, que a dimensão que alguns dos moradores dão à “paisagem” (neste caso a paisagem “outra”, extra-bairro) não é nem um pouco insignificante. Percebemos aí um encantamento próximo do sentimento de adoração. Consideramos, nesta medida, a ação de creditar ao natural o caráter místico do incomensurável e, por outro lado, sentir-se gratificado(a) com os benefícios recebidos nesta relação. Contudo, existe a poluição que não deixa que a relação entre moradores e “paisagem” seja totalizante no sentido ideal.

---

<sup>107</sup> Indicialidade é um termo adaptado dos lingüistas e refere-se a expressões que possuem significados “trans-situacional”, ou seja, expressam em si mesmas um conjunto de idéias que superam o seu próprio significado literal ou sugerem a interligação de conteúdos já subentendidos ou já referidos, ou ainda, conteúdos que podem ser deduzidos pelos próprios atores no momento da interação, sem a necessidade de explanação verbal pormenorizada. As expressões que os atores empregam nos seus atos interacionais estão carregadas de indicialidade, ou seja, são formadas de expressões que somente ganham significado a partir do conhecimento do contexto local onde elas são produzidas. Procurar analisar e compreender o sentido das ações é procurar entender como estas ações são comunicadas e transmitidas socialmente. (HERITAGE, 1999. 41).

É preciso dizer que quando interpretamos estas expressões não almejamos de forma alguma cometer generalizações que expliquem a complexidade que existe por trás da subjetividade, oferecendo como resultado da nossa interpretação, uma simples rotulação. O que percebemos é que o processo de apropriação cultural do espaço estaria ligado processualmente ao passado de Governador Valadares e do Sertão do Rio Doce, como se as três escalas espaciais e temporais fizessem parte de um mesmo encadeamento. O que observamos é que o rio Doce no caso do sertão, da cidade e da paisagem, tem como denominador comum um sentido de riqueza que não deve ser esquecido. É a riqueza “fabulosa” do ouro, da prata e das pedras preciosas; é a riqueza do território do qual os botocudos são os guardiões; é a riqueza da localização estratégica e do abastecimento de água que viabiliza a apropriação gerando áreas mais valorizadas e menos valorizadas. É desta forma, como uma “riqueza”, que notamos que a “paisagem” do qual os moradores se referem. Ela não teria uma dimensão apenas de deleite e fruição, mas, também, de “uso”. As pessoas utilizam o rio para o lazer, para o trabalho (na pesca, na lavagem de roupas, na extração de areia), ou, até mesmo, para fugir da polícia. Assim percebemos que a paisagem (agora, compreendida no sentido do próprio rio) seria uma “beleza” que é cultuada como tal, mas, sem deixar também de considerar o seu lado utilitário. Como nem todos desfrutam da mesma opinião, alguns depoimentos se posicionam de maneira indiferente diante a tudo isso:

“Acho que aqui nesse lugar num tem marca nenhuma. Num tem nada de especial. Pra mim num tem porque tem só um ano e pouco que moro aqui. Então num tem marca nenhuma não. Paisagem aqui num tem nenhuma, a rua é isso aí que você viu! Minha casa dá direto no rio. Pra mim é tanto faz como fez. O bairro é um lugar como outro qualquer. A vizinhança pra mim é boa porque eu num saio. Num tenho muito contato com vizinho... Só quando preciso de alguma coisa, então eu peço (...). Eu ainda não vi enchente. Ainda não veio enchente depois que eu tô aqui não. Apesar do perigo eu to satisfeita no bairro. Tem posto de saúde e hospital no Centro, aqui perto. Tem escola perto... Então, em termos de estrutura é um bairro bom, né? Tá perto de tudo.” (Dona Verônica, dona de casa, 63 anos, residente na Rua Prudente de Moraes).

Outros relatos, no lugar de mirarem o rio como paisagem, como a maioria faz, preferem falar do próprio bairro como objeto de contemplação:

“Eu moro aqui há aproximadamente oito anos. O que marca neste bairro é a Feira da Paz, que é um ponto turístico de Valadares pela questão do vôo livre. Mas, sinceramente, a paisagem não. Até mesmo a Feira da Paz é bem descuidada, fica meio abandonada. Só em época de eventos que eles mexem, dão uma cuidada, preparam alguma coisa, mas no resto do ano fica uma parte

abandonada. E o resto do bairro é assim também. Há tempos atrás tiveram umas obras na beira do rio que melhorou um pouco a questão visual, mas, no geral, acho que o bairro é um pouco abandonado (...). Falta estrutura (urbana) na cidade, principalmente no bairro aqui.” (Mário, 24 anos, estudante, residente na Rua Geraldo Vieira).

Percebemos como presente nos dois depoimentos anteriores, juntamente com a idéia de paisagem, a noção de praticabilidade. Primeiramente, na opinião de que a vizinhança é boa porque “eu não saio”, não “tenho contato com ela”, então não há problema. Observa-se que se trata de uma moradora relativamente “nova” em vista de outras uma vez que Dona Verônica reside há oito anos no bairro. Há aí uma postura de recolhimento, de auto-preservação e de pouca busca interativa que vemos como própria de quem ainda não se enraizou num determinado lugar ou mesmo não tem interesse de se enraizar. No segundo depoimento, vemos novamente a praticabilidade presente no julgamento de que a “paisagem foi abandonada”. Este senso crítico e prático do morador Mário em enxergar o mundo a sua volta, está sempre presente quando o assunto da poluição vem à tona nos depoimentos. A poluição é, neste caso, colocada na lista de fatores “negativos” que depreciam o bairro, conforme lembra Seu João, morador na Travessa Treze de Maio.

“(…) Ainda até hoje nunca chegou alguém que não fala que aqui é um lugar lindo. Moro aqui há oito anos. Tenho uma relação muito boa com as pessoas, com exceção de alguns detalhes negativos que tem, Mas isso todo bairro tem (...) No meu caso, eu não tenho reação negativa sobre enchente, pois em oito anos que moro aqui não houve transtorno nenhum comigo. (...) Mas aqui alguns têm o costume de pescar. Outros têm o costume de traficar drogas, outros, de ficar na igreja, outros, de ficar em casa. Aqui nessa parte do bairro o pessoal é mais caseiro. Existe também o costume de formar umas caravanas na igreja evangélica (a Assembléia de Deus) para passar um tempo fora. (...). O rio influi muito na natureza deste lugar. Se não fosse o rio não chamaria tanta atenção do publico. (...) Por aqui, ser um lugar de gente simples, a parte negativa desse lugar são as pessoas que ainda fazem o uso de drogas. Isso nos aborrece muito e nos traz também muita preocupação. Mas a polícia tem feito um trabalho importante no São Tarcísio e amenizou bastante a situação ruim que antes era aqui.” (Seu João, 64 anos).

Mesmo aqueles que se dizem indiferentes à paisagem afirmam que “não gostariam de se mudar do bairro”, porque já se acostumaram com a vizinhança:

“Acho que não existe nada de especial neste lugar. Nada que me desperte algum sentimento. Mas eu gosto desse bairro. Nasci aqui. Então moro aqui há 26 anos.

A minha relação com os vizinhos é tranqüila. Minha vida é casa e trabalho. Trabalho perto da Catedral (Santo Antonio), no edifício Júlio Cipriano. Minha família tem quatro pessoas. A minha casa tem sete cômodos, então, na época da enchente é uma tragédia. Quando elas acontecem, eu procuro ficar o mais tranqüila pra poder ajudar as pessoas. Tudo é muito difícil, mas, mesmo assim, eu não gostaria de me mudar daqui não. Eu moro aqui já há muito tempo e se fossemos para outro bairro acho que a gente não vai se acostumar. O costume aqui é tomar banho de rio. (...) Não acho a paisagem daqui bonita, mas, a vista do Garfo Clube e da Ibituruna é muito bonita. Eu acho que o rio Doce é importante, mas, se as pessoas pararem de poluir fica ainda melhor (...). As pessoas ainda trabalham, pescam e se divertem muito no rio, apesar da poluição. Aqui eu vejo que tem mais gente antiga do que nova. Eles gostam de morar aqui porque já se acostumaram. Essas pessoas antigas são da época do pai e da mãe. Então eles já acostumaram com tudo. Criam os filhos e os netos no bairro. Aqui tem algumas coisas boas. De coisa boa daqui do bairro eu me lembro da canoagem. Já teve muito campeonato (de canoagem) passando aqui, mas tudo acabou. Acho que é por causa da poluição.” (Rafaela, 26 anos, moradora na Rua Adriano Frões).

Percebemos que a opinião de vários moradores com relação aos principais problemas relacionados à poluição do rio Doce é a de que a Prefeitura Municipal deveria atuar mais no sentido de tratamento das águas do rio: “O nosso rio está tão poluído, coitadinho! Quando faz muito calor, a gente fica incomodada com o cheiro das águas. A prefeitura podia acabar com isso!”, afirma Dona Nara, 71. Alguns moradores e, dentre eles, Dona Vanda, 56, moradora na Rua Cláudio Manoel, lembram que duas pessoas do São Tarcísio já tiveram dengue por causa do “lixo e das águas poluídas”. Dona Vanda, que é uma apreciadora da “paisagem” diz: “é muito mosquito e pernilongo aqui de noite. A gente fica doente até sem saber. Se não fosse isso, aqui era um lugar sem problema nenhum”. Mário, 24, que reside Geraldo Vieira dos Santos, observou que muitos esgotos domésticos são jogados diretamente nas águas do Rio Doce. Algumas construções são de alvenaria e muitas casas ainda não possuem sistema de esgoto: “as pessoas ficam em contato direto com a sujeira, principalmente as crianças”; e arremata a sua crítica: “não dá para falar de paisagem com uma coisa destas”. Os moradores, principalmente os “antigos” como o Seu Antonio, 85, reclamam muito do cheiro do rio: “Antigamente não tinha nada desse fedor. Isso aí começou foi de uns anos pra cá. A gente finge que está acostumado, mas, na verdade, não tem jeito de não ficar incomodado”, afirma o morador da Rua Geraldo Vieira dos Santos. Ele também fala que o rio Doce, apesar de bonito, está se transformando “num esgotão”, mas que ainda dá peixe e que, por isso (contraditoriamente), ele joga comida no rio para facilitar a pescaria: “A gente joga a comida no rio que é pra cevar ele. Aqui na beirada do bairro, a gente ainda pega muito piauí, lambari bocarra, cascudo e cumbaca”, afirma. Para o Seu Antonio, o cheiro

insuportável das águas em nada teria a ver com o costume de “cevá-las” com restos de comida para “acostumar” os peixes. Segundo ele, “todo mundo” que gosta de pescar faz isso: “A gente arma um coador na beirada. Ele tem uma redinha fininha e um lugarzinho lá dentro que quando o peixe entra, ele fica e não consegue mais sair”, conta. Para o ribeirinho, essa prática não polui o rio: “Peixe come é isso mesmo. É resto de coisa e barro que alimenta o peixe”, afirma. Outra prática que verificamos no bairro é a de jogar animais mortos no rio, principalmente cachorro e gato: “O rio leva isso tudo pro mar e no mar não tem poluição, pois o mar é grande”, afirma Dona Adriana, 77, moradora na Rua Cláudio Manoel, que já jogou alguns cachorros mortos no rio. Conforme Seu Antonio, antigamente alguns moradores criavam porcos no bairro: “Quando eu vim pra cá, uns tinha chiqueiro em casa e jogava no rio também leitão morto. Depois que a fiscalização da prefeitura proibiu a gente de ter chiqueiro, aí isso parou”, contou.

Diante dos depoimentos percebemos, novamente, uma reprodução de costumes da zona rural que os primeiros trabalhadores trouxeram para o bairro. Nota-se, também, a ingenuidade de alguns deles (os mais antigos) diante do problema da poluição do rio e, ainda, a contraditoriedade que, segundo Geertz, é parte do senso comum. Talvez, a maior de todas as contraditoriedades seja o fato de que a maioria elenca muitos pontos negativos do bairro, mas mantém uma relação de afetividade com o bairro e o rio Doce, negando-se a mudar para outro lugar.

### 3.2.2.7 Folclore

Percebemos que graças à geograficidade característica com a presença do rio Doce, o bairro São Tarcísio possui também uma dimensão mítica a ser ressaltada através de algumas lendas relacionadas ao rio que os moradores guardam, compartilham, discutem e, em alguns casos, até mesmo acreditam. Percebe-se também aí a dinâmica processual do folclore e da sua capacidade de circular e se reproduzir em diferentes épocas, espaços e situações. A moradora Rafaela, 26, secretária, fala sobre o assunto: “Aqui não tem folclore não. Eles falam que antigamente tinha caboquinho d’água aqui, mas aposto que isso não é verdade. Não vi isso ainda aparecer e nunca aconteceu comigo. A coisa aqui é de religião.” Já Dona Marly diz que nunca viu, mas, que já houve quem visse o caboclo d’água: “Aqui eu não sei se alguém já viu, mas diz que tem caboclo no rio sim. Diz que eles gosta de morar embaixo das pedra”, afirma D. Marly, de 66 anos, moradora na Rua Cláudio

Manoel. Contrastando estes dois relatos podemos ver a diferença de idade entre as duas informantes. Uma, é da “nova geração” e revela certa dúvida por não ter, “ainda”, visto um caboclo d’água de perto. Vemos também, no depoimento da Rafaela, uma tentativa de contraposição da crença na lenda com a religião que professa (ela é evangélica). Neste caso, a religião seria soberana e não comportaria a possibilidade de existência de tal coisa apesar de, “ainda”, não ter visto “aparecer” o caboclo. Já Dona Marly, apesar de não ter visto ou sabido de alguém que viu o caboclinho, evoca um sujeito impessoal para falar a respeito do assunto. No caso (eles) dizem que ele (o caboclo) “gosta de morar embaixo das pedra”. Percebemos que a relatabilidade das narrativas está intimamente ligada ao processo de reflexividade. A relatabilidade é, neste caso, a descrição que os atores fazem de seus processos reflexivos, procurando mostrar sem cessar a constituição da realidade em que se produziram e experienciaram. Em outras palavras, a relatabilidade não seria a descrição pura e simplesmente da realidade enquanto pré constituída, mas, uma descrição criativa que fabrica, cria, realça e reafirma uma forma de ver o mundo. (COULON, 1995a, p.34). Nesta medida, percebemos que, através de estórias como a do caboclo d’água, os atores reconstituem permanentemente uma ordem social frágil e precária a fim de manterem um referencial sobre si, o território, e sua comunidade. Considerar que o mundo social é relatável (accountable), significa dizer que ele é disponível, passível de ser descrito, compreendido e interpretável. Nesta perspectiva, salientamos o nosso entendimento de que a essência cultural que origina as atitudes e ações dos moradores do São Tarcísio seria mediada por códigos específicos. Observamos, assim, que os códigos constituem-se numa simbologia responsável pela “visibilidade da cultura e, também, pela sua transmissão.” (BRUM NETO, 2007, p. 67). Estes símbolos ou códigos do São Tarcísio se encontrariam impressos também na coloquialidade, praticabilidade, simplicidade e não-metodicidade com que seus moradores opinam e narram suas vivências.

Dona Vanda, 56, que frequenta a Igreja Evangélica Quadrangular (na Avenida Brasil), contou que alguns moradores dizem que existia caboquinho d’água e também a Mãe do Ouro (outra narrativa bem comum no imaginário daqueles que vivem no meio rural) no São Tarcísio:

“Diz que existia caboquinho aqui. A minha sogra falava muito que tinha a Mãe do Ouro. De noite que não tinha luz, diz ela que ali (na beira do rio), tudo brilhava e que era a Mãe do Ouro que corria. E o caboquinho, tem muita gente que falava que tinha dele no rio.”

Dona Clara, 65, moradora na Rua Cláudio Manoel, que é católica, é outra informante que nos dá indícios da existência de lendas da cultura popular que povoam a imaginação dos ribeirinhos relatando o seu conhecimento sobre o caboclo d'água e sobre os “pés antigos”, outra lenda que está diretamente ligada ao rio Doce:

“Quando eu era mocinha eles falavam que tinha um toco preto que tinha caboclo d'água ali atrás do Presbiteriano (Colégio Presbiteriano). Eu mesma nunca vi, mas todos acreditavam. Nos meus 15 e 16 anos eu acreditava. Agora, hoje, eu sei que pode ser uma lenda, né? E pode também ser uma verdade também porque a gente não sabe. Agora cobra, tem demais. Atrás do Colégio Presbiteriano, um colega nosso foi pescar esses dias e disse que viu uma cobra que ninguém num quer vê. Tem um mistério aqui no São Tarcísio. Tem uma pedra ali (apontando para o rio), o “pedrão”, e tem uma outra depois. Inclusive nem tá dando pra gente ir lá porque o rio tá meio com água, mas tem nessa pedra os “pés antigos”. Uma pedra dentro do rio que é como se você colocasse um cimento lá dentro e pisasse em cima. Eu penso que é Deus que passou ali porque como que aqueles pés estão lá, né?”

Seu Edilson, 77, que é católico e frequenta Catedral de Santo Antonio, na Avenida Brasil, é um dos antigos que “duvidam” da existência de caboclo d'água no São Tarcísio:

“Ainda não vi falar em cabôco d'água aqui...Não aqui nessa parte daqui, graças a Deus. Nunca vi falar em bicho de espécie alguma nos anos que moro aqui não. Até que já vi falar que eles já viram caboquinho d'água, mas eu acho que é mentira. Foi ali pra baixo da cachoeira do Garfo Clube, mas eu duvido. Porque se não aparecia o todo tempo e não sumia. Pra mim foi papo de pescador que tinha tomado alguns goles.”

Percebe-se que as tradições populares existentes no São Tarcísio teriam sido aprendidas naturalmente conforme o relato dos moradores anteriores e, também, no de Dona Clara, de 65 anos: “minha mãe contava que o nego d'água é um homem baixinho, todo peludo e muito forte que vive dentro do rio, escondido nas malocas de pedra”. É interessante notar que o costume dos mais velhos de propagar e, até mesmo acreditar nestas estórias, tenha permanecido vivo no bairro em forma de memória. Nesta medida, observamos que o “folclore” manifestado no São Tarcísio, da mesma forma que as percepções das pessoas acerca da paisagem, do convívio, do trabalho nos espaços ribeirinhos, e da enchente, possam, talvez, serem compreendidos como resultado de um longo processo de formação e reprodução social/cultural/simbólica dos migrantes que chegaram a Governador Valadares oriundos da zona rural na metade do século passado. Este processo, que resultou na tentativa de formas de integração aos chamados “ventos da modernidade” que pairavam sobre a cidade naquele contexto, teria resultado, também,

rearranjos territoriais como aquele que observamos no São Tarcísio. Assim, consideramos que a permanência de determinados aspectos rurais no bairro teriam reforçado a prevalência de estórias como a do caboclo d'água. (COQUEIRO, 1973, p.42).

Percebemos, então, que o processo de organização espacial seria responsável pela produção e reprodução do território, tanto materialmente quanto imaterialmente. Em termos imateriais, a reprodução simbólica se daria através de códigos culturais presentes na forma como as pessoas imaginam a realidade e se comportam em dado espaço. O “caboclo d'água”, enquanto personagem contido neste imaginário, seria portador de uma dinâmica muito própria que, segundo Luiz Beltrão, é capaz de sobreviver muito bem na cidade, “principalmente em regiões marginalizadas”. (BELTRÃO, 2004, p.91). Nestes espaços, as credices e as lendas encontrariam, numa postura de resistência e até de certo isolamento, possibilidade de prevalecer e de se configurar em um universo simbólico que comporta não apenas este, mas, muitos outros códigos. Assim, observamos uma tradição que é “comunicada”, transmitida de geração para geração por um processo que é, na maioria das vezes, oral. A compreensão do processo por trás desta tradição comunicada, utilizada, transformada em narrativa, pode ser, conforme Beltrão, entendida como “folkcomunicação”. (op. Cit.). Vemos na relatibilidade daquele que “conta” uma referência simbólica que, mesmo na dúvida da veracidade da estória, imprimi-lhe um significado particular em expressões de “marca enunciativa” como, por exemplo: “dizem que ele existe”, “eles contam que”, “mamãe contava que”, “não sei se é verdade”. Aqui podemos observar uma posição não assumida diante de uma afirmação, mas, ainda assim, “uma enunciação que traz em seu bojo uma referência cultural” e que, por isso, ajuda a configurar um “sentido simbólico do território.” (SILVA, 2006, p.41).

Ao findarmos este capítulo respondendo a algumas perguntas que estabelecemos como norte de reflexão no início dele, percebemos que o São Tarcísio não teria apenas um sentido presente no processo de produção e reprodução simbólica, mas, vários. São os sentidos que aparecem nos códigos de conduta diante das enchentes, nos constrangimentos e reações diante da violência e do narcotráfico, na forma de convivência e vizinhança, na relação com a paisagem e com as tradições da cultura popular ribeirinha. Como acessar estes códigos? Entendemos que é tentando compreendê-los através de uma interpretação dos relatos dos moradores. Observamos, também, que estes códigos estariam relacionados ao processo de constituição da cidade de Governador Valadares, uma vez que fazem parte de uma dinâmica de organização do espaço que envolve aspectos sociais, econômicos e

simbólicos. Mesmo quando abordamos problemas tipicamente urbanos no bairro como, por exemplo, a presença da violência e do narcotráfico, consideramos que a organização do espaço em seus arranjos e rearranjos (cuja unidade se forma na diversidade), teria produzido, no caso do São Tarcísio, relações sociais de alcance diferenciado estabelecidas entre indivíduos, grupos sociais e entre estes e o território. Estas relações teriam impregnado ao bairro de certa atmosfera de ruralidade. Consideramos que, mesmo numa escala maior que esquadrinha a cidade de Governador Valadares, as configurações da ruralidade e urbanidade se mesclam e se misturam tanto socialmente quanto simbolicamente. Enquanto a ruralidade seria caracterizada tradicionalmente pelas relações pessoais e de forte inscrição local, a urbanidade, ao contrário, seria marcada pela alienação, separação e abstração. Vimos, no Capítulo 3, que o processo de “modernização” da cidade não lhe trouxe (em termos de estrutura social, econômica, política e cultural), de uma forma convincente, a impessoalidade e a racionalidade, mas que, ao contrário, a “urbanização” observada manteve determinados comportamentos espaciais e sociais típicos de uma sociedade tradicional. As marcas deste tradicionalismo estariam centradas, principalmente, numa forma estamental de conduta. Assim, também, compreendemos que no bairro São Tarcísio, o “moderno” anda de mãos dadas com a pessoalidade e com alguns costumes rurais. Pois, se consideramos a urbanidade como uma forma social típica da modernidade, teremos de considerar, também, que ela instauraria, pelo menos em termos weberianos, uma “complexificação social” que comportaria uma ordem impessoal e abstrata, desafiando a ordem doméstica e familiar da sociedade. Mas não é o que acontece. (WEBER, 1994, p. 13). A idéia de “comunidade” possui ligações muito fortes, tanto de parentesco como de comunhão de problemas muitas vezes dramáticos, como é o caso da enchente.

Consideramos, então, que os migrantes que aportaram em Governador Valadares trouxeram hábitos, credences, sonhos construídos em contextos sócio-espaciais distintos e de uma mesma formação sócio-territorial. Nesta medida, destacamos a importância da família como unidade social que agrega seus membros, suas práticas solidárias de vizinhança, seus constrangimentos (como no caso do tráfico de drogas), e atividades de auto-subsistência ligadas a trabalhos diretamente relacionados ao rio Doce. É preciso lembrar que muitas destas pessoas se mantêm ligadas à área de procedência por meio de vínculos familiares. Por outro lado, observa-se que o espaço do São Tarcísio foi criado (através do aterro), recriado (simbolicamente), alterado (paisagisticamente) pelos sujeitos

cujas práticas cotidianas o constituem como território. Observamos que uma série de fatores contribui para o surgimento de identificações e alianças entre estas pessoas, tornando, muitas vezes, difícil a distinção nítida entre os representantes de um ou de outro grupo em termos de identidade. Vemos aí, então, que a identidade poderia ser caracterizada por um centro simbólico, entretanto, que este centro se deslocaria para outras identificações conforme a situação que consideremos. Os “moradores novos” podem ser “ribeirinhos de platô”, da mesma forma que os “moradores antigos”. Igualmente, os “moradores nativos” podem ser traficantes, da mesma forma que as “pessoas estranhas”. Os “ribeirinhos de várzea” podem não apreciar a paisagem do bairro, da mesma forma que os “ribeirinhos de platô”. Os “ribeirinhos de platô” podem trabalhar diretamente no rio Doce, da mesma forma que os “ribeirinhos de várzea”; e todas estas identificações e nomenclaturas podem guardar como centro “coerente” a referência de residência no bairro São Tarcísio. Percebemos que quando chegaram a Governador Valadares, os trabalhadores se viram, primeiramente, na condição de operários, mas que, com o tempo, muitos se passaram a autônomos ou inativos. (HALL, 1997, p.63). Os problemas “urbanos” apareceram na atmosfera “rural” do bairro a partir do momento em que uma ampla maioria de trabalhadores teve a sua trajetória marcada pela insegurança e instabilidade em termos de emprego. Estes problemas, somados à baixa remuneração e à assistência pública limitada e ineficiente, teriam tornado os moradores do São Tarcísio dependentes de uma rede de relações desenvolvida no local de moradia, como já dissemos, com base em laços de parentesco, vizinhança e procedência. Esta rede de relações seria mais estável e significativa que as relações impessoais que eles estabelecem com a sociedade envolvente, seja no mundo do trabalho, seja através de instituições de serviços urbanos ou organismos públicos.

Os trabalhadores empobrecidos que aportaram em Governador Valadares na década de 1950 partilhariam assim, no São Tarcísio, de uma situação semelhante em muitos aspectos. Apesar de integrados à estrutura social dominante, em geral, não usufruem (em termos elisianos) da sua face “civilizatória”, pois se encontram à margem do “mundo dos direitos”, bem como à margem à escolarização e das comodidades da vida moderna, e à margem do rio. (ELIAS-SCOTSON, 2000, p.14). Notamos que a relativa similaridade das múltiplas práticas cotidianas dos habitantes do São Tarcísio e de outros bairros pobres da periferia da cidade, e a troca de experiências que haveria entre eles, seria a base a partir da qual se desenvolveria um sentido simbólico. Observamos que a cultura da periferia da

cidade e a sua relação com a cultura rural representaria manifestações específicas da cultura popular. A utilização do termo popular aqui visa realçar os elementos culturais comuns (rurais ou não) que podem ser encontrados nos diferentes modos de vida engendrados pelos grupamentos menos favorecidos em nossa sociedade. Mais uma vez, a cultura não deveria ser compreendida como uma forma social fixa e cristalizada, mas, como um produto social resultante de um processo de reprodução social/cultural/simbólica.

## CONCLUSÃO

Compreendemos que uma conclusão não deve ser entendida como um “fechamento”, mas, pelo contrário, como uma abertura que se direciona a inúmeras possibilidades de estudo. Assim, ao finalizarmos este trabalho, a nossa intenção é a de que ele venha de alguma forma contribuir para os estudos que se direcionam à sondagem de territórios simbólicos buscando, nos mesmos, sentidos, códigos e representações culturais. Vimos que, no caso do nosso objeto de estudo, estes sentidos podem caracterizar uma determinada tradição verificada do ponto de vista imaterial através de comportamentos compartilhados por meio de um “habitus” social através de determinadas convenções. Entendemos que este “habitus” pode ser considerado uma referência caracterizadora de um território imaterial e material. Do ponto de vista material, determinados códigos culturais estariam, por exemplo, presentes na materialidade verificada na paisagem como resultado da apropriação espacial. Tanto do ponto de vista imaterial como material, é preciso destacar a idéia de processo e da não permanência; de circularidade e da não linearidade; de movimento e da não estagnação. Desta forma, um território seria o registro de um processo de mudança, de uma transformação, de uma figuração entre o antes e o depois. Interpretar a cultura no território significaria, então, interpretar estes códigos culturais considerando também os mitos, as convenções, as representações sociais, os ritos e o imaginário social. Nesta medida, os processos de territorialização e de reterritorialização poderiam ser entendidos como de produção e de reprodução simbólica porque são processos que constroem e reconstroem territorialmente. Da mesma forma, o processo de desterritorialização pode ser considerado como de desconstrução, não no sentido de destruição, mas, de abandono. O que definiria estes processos seriam as práticas espaciais tanto materiais quanto imateriais. Tanto num aspecto quanto no outro, percebemos que estas práticas podem ser consideradas como culturais. Elas poderiam, então, serem consideradas como propulsoras da territorialização porque se desenvolvem no espaço e têm neste, a sua matéria prima. Assim podemos falar em produção e reprodução simbólica também, ao levarmos em conta que os códigos culturais podem ser construídos, reconstruídos, mantidos, (re)significados, ou esquecidos, influenciando sobremaneira na constituição ou não do território. (ELIAS, 1990, p.25).

Ao estudarmos o bairro São Tarcísio, percebemos que a territorialidade em seu aspecto cultural consistiria, basicamente, num conjunto de crenças e valores que orientam

ações (materializadas ou não) num determinado espaço, a partir dos sistemas simbólicos que tornam aquela comunidade distinta das demais, conferindo-lhe características singulares. Percebemos que a maneira como o espaço foi apropriado, teria dotado o bairro de uma “carga cultural” a ser considerada numa interpretação dos sentidos deste território. O rio Doce ocupa, nesta medida, um importante papel como aglutinador de referências simbólicas. Compreendemos que o bairro pode ser visto como um território composto por micro-territorialidades. Elas poderiam ser compreendidas como identidades caracterizadoras de pequenos grupos, como, por exemplo, o dos “moradores velhos” e o dos “moradores novos”, os “traficantes”, os “não traficantes”. A população que ocupou o São Tarcísio teria sido basicamente constituída de “forasteiros”, ou seja, aqueles que chegaram a Governador Valadares sem bens, sem nome, muitas vezes sem família e, por causa disso, teriam sido considerados aventureiros e desenraizados. Para eles, os espaços aterrados de baixada e sem nenhuma infra-estrutura, teriam se constituído numa opção de moradia. Os espaços mais favorecidos e valorizados, que já possuíam alguma urbanização, protagonizaram um tipo de nucleação urbana tornando-se centrais no processo que gerou a periferia.

O território batizado de bairro São Tarcísio teria se iniciado por meio de um processo de reprodução dos costumes rurais com regras de convívio, expectativas, e afetos, principalmente do ponto de vista espacial, por causa da proximidade com o rio Doce. Este processo pode ser caracterizado pela adaptabilidade, pelo ajustamento, e pela maleabilidade. Ainda no século XIX, o espaço do atual São Tarcísio já teria recebido moradores canoieiros por causa de um porto de canoas que, naquela altura, referenciava regionalmente a localidade que originou Governador Valadares. Mais tarde, por volta da primeira década do século XX, outros moradores teriam territorializado o espaço: eram os trabalhadores da estrada de ferro Vitória-Minas. Até que na década de 1950, o espaço recebeu, enfim, os moradores que constituíram as bases de formação daquela comunidade.

Compreendemos que o processo de territorialização estaria alinhavado por um “tipo de motivo” (um padrão de ação). A forma encontrada de inferirmos sobre esta possibilidade é através da Sociologia de Max Weber, que sugere a consideração de determinados encadeamentos (sequência) de fatos como ferramenta para a compreensão de objetos culturais. (WEBER, 1996, p.67). Neste encadeamento (sucessão/sequência) é preciso que consideremos uma hipotética motivação (motivo/ação) nem sempre consciente, desencadeadora e orientadora do processo. Entendemos que a motivação que,

supostamente, teria originado o processo de territorialização do Vale do Rio Doce e, conseqüentemente, da cidade de Governador Valadares e do bairro São Tarcísio, teria sido baseada num tipo de tradicionalismo em termos de apropriação espacial. Compreendemos que a produção simbólica deste território envolveria aspectos ligados ao imaginário e à forma de organização espacial estabelecida ainda no período colonial. Primeiramente, a demarcação territorial da região, não apenas do Vale do Rio Doce, mas, também, do Mucuri e do Jequitinhonha, teria se dado a partir dos rios. Em segundo lugar, a violência verificada no processo de colonização do Sertão do rio Doce tanto no primeiro estágio, com as Divisões Militares e a “guerra dos botocudos”, quanto na etapa seguinte, com a ação dos fazendeiros e matadores de aldeia, nos revela que a propriedade rural e a questão da apropriação de terras, impõem-se como símbolo de poder e status. É a terra que, em termos econômicos, propicia a exploração de recursos naturais e estabelece, inicialmente, uma economia agro-comercial. Será a terra que estabelecerá, também, balizas de demarcação física e territorial na cidade de Governador Valadares, valorizando determinadas áreas e desvalorizando outras. Nesta “terra de oportunidades” verifica-se, no século XIX, uma aliança entre os fazendeiros e as Divisões Militares, garantindo, mesmo que não oficialmente, uma relação de favorecimento em troca de lealdade. Em terceiro lugar, verifica-se a estratégia de manutenção de um poder centrípeto (em sentido partindo do centro) onde, atualmente é a região do Vale do Rio Doce, através de fiscalizações e controle do território por parte da Coroa. Entretanto, exceto no caso da demarcação de pontos estratégicos pelas Divisões Militares do Rio Doce, verifica-se, na prática, a existência de um tipo de poder centrífugo (no sentido de fuga do centro), especialmente após a “guerra dos botocudos”, onde haveria uma orientação recíproca de agentes locais tais como fazendeiros, aventureiros, praças, garimpeiros, matadores de aldeia, e índios remanescentes, num tipo de autonomia onde suas ações conjugariam um mesmo processo de territorialização e apropriação dos espaços. Isso teria criado uma primeira polarização em termos de grupamentos: os fazendeiros, poderosos que contavam com o apoio dos praças das Divisões Militares que, em raras ocasiões, garantiam proteção aos remanescentes indígenas já praticamente dizimados pela guerra, e um outro grupamento pobre, formado por mestiços (pardos) e negros pobres, garimpeiros, aventureiros, prostitutas, pequenos comerciantes de sal e coletores de drogas do sertão, dentre outros. Será este grupamento menos favorecido, contando ainda com os índios mestiços e migrantes, que formará, num primeiro momento, o território inicial dos bairros com

localização menos privilegiada de Governador Valadares. Num segundo momento, os ciclos econômicos da cidade atrairão mais pessoas de regiões vizinhas e mais distantes, principalmente trabalhadores entre as décadas de 1940 e 1950, na etapa da exploração da madeira e da mica. A relação entre os dois grupamentos (favorecidos) e (não-favorecidos) se selará por meio de uma interdependência social formando uma teia que definirá uma polarização em Governador Valadares.

Vimos que as representações coloniais a respeito do rio Doce (“caminho de riquezas”, “área proibida”, “possivelmente navegável”, “fronteira de demarcação”) e do sertão (“vasto”, “ermo”, “desconhecido”, “habitado por botocudos antropófagos”, “desconhecido”, “perigoso”, “enigmático”) teriam carregado consigo uma ideologia porque participaram de um processo de dominação. (ESPÍNDOLA, 2005, p.414). Entendemos que esta ideologia se presta, assim, à fomentação de uma “teia de significados” que desvela o contexto de formação da cidade. Percebemos que este contexto apresenta sentidos espaciais e não espaciais. Em termos espaciais, temos que as terras demarcadas do sertão serviram de suporte ao povoamento da futura Figueira. No início do século XX, estas terras eram conhecidas como “terras do patrimônio” e formavam um semicírculo de 60 alqueires em volta da margem esquerda do rio. Com o avanço da estrada de ferro Vitória-Minas, a região se viu transformada: as florestas destruídas, os índios remanescentes afugentados e os pequenos lavradores, destituídos dos seus bens. A ocupação das terras devolutas trouxe para o cenário territorializável a presença de pessoas e, com ela, as relações hierárquicas de poder entre coronéis, posseiros, retirantes, trabalhadores rurais, prostitutas e tropeiros.

Voltando-nos neste momento mais especificamente para o nosso objeto de estudo vimos que, atualmente, o bairro São Tarcísio, pode facilmente ser identificado pela particularidade geográfica que o reveste: é um bairro pequeno e uma das partes mais baixas da cidade de Governador Valadares que margeia o rio Doce. O São Tarcísio tem pouco mais de uma centena de imóveis e é um dos primeiros locais atingidos pelas enchentes de Janeiro. O bairro é estigmatizado através de matérias em jornais locais que difundem a imagem da violência e do tráfico de drogas, fornecendo representações de uma realidade facilmente associada ao ambiente semiperiférico brasileiro, em que as matrizes de desigualdades sociais sobrepõem-se aos acúmulos de déficits históricos materializados nas condições de vida de uma parte expressiva da população. Percebemos que se trata de um bairro pobre onde a posse de uma casa/terreno se constitui no principal bem. Os moradores

são, em sua maioria, autônomos, aposentados, ou desempregados. O desemprego, principalmente no que diz respeito aos jovens, teria agravado o quadro social favorecendo a presença do narcotráfico e da violência.

Um simbolismo percebido no bairro diz respeito às enchentes. Elas provocam uma reconstrução anual do território como resposta a uma desterritorialização temporária, com a retirada dos moradores de seus lares. Percebemos que a enchente é um fator aglutinador da comunidade através das relações de solidariedade que são estabelecidas entre os ribeirinhos. Apesar de se constituir um problema, percebemos que alguns, mesmo com condições de se mudarem do bairro, preferem continuar morado nas proximidades do rio.

Durante o nosso trabalho etnográfico, vimos que as narrativas nos revelam uma forma de atribuição de significado ao São Tarcísio através de valores, códigos, normas, atitudes e constrangimentos. Consideramos a dimensão simbólica aqui como constitutiva dos processos sociais através do qual a experiência individual adquire um significado coletivo. As visões compartilhadas sobre vários assuntos que fazem parte do dia-a-dia dos moradores seriam, portanto, um mecanismo essencial de produção de significado cultural uma vez que elas podem ser consideradas como resultado de uma interpretação que os mesmos fazem da realidade.

O que consideramos é que a sociedade não é exatamente estática e que os códigos de conduta podem ser reinventados e adaptados a cada nova necessidade. Isso nos remete à possibilidade de considerarmos a narrativa como uma forma de representação e adjetivação do território e do próprio comportamento social e cultural ao vê-la como um relato que descreve, cria, e interpreta, momentaneamente, um determinado processo configuracional. As práticas sociais e seus significados partilhados estariam, assim, relacionados ao processo de organização social e espacial no qual a produção e reprodução simbólica verificada nos códigos mais presentes no São Tarcísio, configurariam uma territorialidade.<sup>108</sup> O motivo que transparece por detrás destes códigos culturais nos daria possivelmente indícios para compreender o desenrolar de um processo que se projeta para o futuro e em que os indivíduos e a coletividade conjugam formas de um imaginário e de representações sobre si mesmo e o território. (WEBER, 1994, p.67; CLAVAL, 1999a, p.25). De acordo com esta ótica, objetos sociais e culturais como a realidade dos ribeirinhos que residem no São Tarcísio podem ser construídos e reconstruídos pelos atores

---

<sup>108</sup> Desta forma o processo de organização social e suas práticas seriam elementos caracterizadores desta territorialização. (CLAVAL, 1999<sup>a</sup>, p.26).

interminavelmente. Ou seja, o significado social dos objetos se deve ao fato de lhes darmos sentido no decurso de nossas interações. (COULON, 1995aa, p.21). Portanto, a pesquisa de campo foi importantíssima para a efetivação desta forma de interpretação da realidade, tanto em Geografia, como em Antropologia, em História, ou Sociologia.

Notamos que a “cultura da droga” no bairro apresenta alguns questionamentos quanto à natureza dos espaços públicos e privados. Nota-se que as ruas, que são espaço de convivência entre os vizinhos durante as tardes, em determinadas horas da noite, se transformam em pontos de comércio e encontro dos traficantes. Assim, a rua que é da “vizinhança” passa a ser também o espaço de convivência das “gangues” e das relações que elas mantêm com usuários. Isso nos remete à idéia de uma territorialização do mesmo espaço em horários diferentes, por grupos com uma identidade também diferente, ligada a códigos específicos de conduta e ação próprios dentro da comunidade.

Embora haja uma associação entre violência e o tráfico de drogas, percebe-se que eles não são, necessariamente, equivalentes. O que observamos é a possibilidade de a violência se tornar um código de conduta como meio de resolução dos negócios e conflitos dentro da “cultura da droga”. Percebemos que os crimes violentos estariam associados a contextos em que há “desorganização social”, isto é, uma quebra das regras de conduta dentro de determinado contexto territorial.

Percebemos que o narcotráfico estaria associado à forma como o espaço foi organizado. Novamente, é interessante observar que o processo histórico de modernização realizado no Brasil mantém, nos tempos atuais, traços autoritários repressivos nos quais as relações sociais estão marcadas pela hierarquia, prevalecendo registradas no espaço, as marcas de uma organização espacial herdada de um projeto de gestão colonial. Junto disso, podemos também perceber as relações de favor e clientelismo que são copiadas dentro de um âmbito associado ao narcotráfico. Ou seja, aqueles que estão mais próximos da rotina do tráfico gozam de determinados benefícios de acordo com a função que cumpre. Estes benefícios incluem “proteção”, “salário”, e “salvo-conduto” pelas imediações do bairro. Há, no narcotráfico, segundo os moradores, uma hierarquia de acordo com a função de cada membro. Existem os “traficantes”, os “aviões” (crianças e jovens) e os “soldados” (que defendem o território de invasores e da polícia).

Quando refletimos sobre situações sociais como a do São Tarcísio, percebemos que não só os grupamentos sociais são estratificados, mas, também, as relações intersubjetivas. Há talvez aí, espaço para que possamos relevar os micropoderes que fazem com que todos

os sujeitos possam, potencialmente, desempenhar o papel de dominantes e dominados, agressores e vítimas, mandantes e subordinados. Percebemos isso como uma possibilidade de proliferação de grupos territoriais mais concisos e, conseqüentemente, de identidades, uma vez que haveria, neste caso, uma fragmentação dos códigos culturais.

Notamos que a territorialização dos espaços de exclusão de Governador Valadares pelos narcotraficantes se faz à custa da possibilidade de desenvolvimento de organizações e forças sociais independentes. A essa territorialização corresponderia, por outro lado, numa desterritorialização pela maior parte da população local. Acreditamos que a “urbanização sem urbanidades” gerou uma organização do espaço em que as margens do rio Doce, não apenas no São Tarcísio, mas, também, em outros espaços da cidade (como é o caso, por exemplo, do bairro São Paulo, Santa Terezinha, Conjunto Sir e a antiga “baixa do quiabo”, situada na região do bairro Santa Rita)<sup>109</sup> transformaram-se em locais propícios ao narcotráfico fazendo com que as comunidades destes bairros se tornasse reféns da criminalidade. A fragmentação político-espacial do tecido urbano nos locais dominados por traficantes promove, então, uma nova configuração da cidade. Neste rearranjo, novos sentidos são disseminados do ponto de vista cultural na comunidade. Além dos constrangimentos de uns e, em alguns casos, até mesmo associação, convivência e participação de outros, os contextos territoriais se repartiriam em pequenos grupos territoriais conforme as práticas sociais e os códigos de conduta. No caso do rio Doce, o que observamos é que ele se constitui, pelo menos no caso do São Tarcísio, num “território de fuga”. É por ele que as pessoas fogem da polícia. Assim, o rio ganha, também, a representação de “território esconderijo ou refúgio”, muito parecida com a representação disseminada durante o período de colonização no século XIX, que transformava os índios botocudos nos “senhores da margem do rio Doce” por nele saberem se embrenhar e se ocultar das tropas expedicionárias.

Notamos que, apesar dos “perigos” com o “território da criminalidade”, existe um convívio tacitamente respeitoso entre todos, exceto em alguns casos de disputas internas entre traficantes. Os depoimentos se apressam em apresentar uma “normalidade” que pode ser entendida como realmente vivida, resultado do costume que se firmou entre as relações interpessoais e intergrupais ao longo do tempo, considerando-se também aí, a proximidade,

---

<sup>109</sup> A designação “Baixa do Quiabo”, numa forma pejorativa de identificar o espaço, foi cultuada nas décadas de 1970 e 1980. A partir dos anos de 1990 aquele espaço começou a ser apropriado fazendo com que surgissem bairros como Jardim Alice e JK I e II. Segundo dados do 6º Batalhão de Polícia Militar, os problemas de moradia nas margens do rio Doce no que diz respeito a enchentes e criminalidade são semelhantes ao do São Tarcísio

em alguns casos, facilitada pelas relações de parentesco; ou, então, esta “normalidade” poderia ser entendida como uma expressão que tenta apagar um pouco do estigma de “bairro perigoso” que atualmente marca e demarca territorialmente o São Tarcísio. Assim, segundo os moradores “tudo é normal”. Os objetos do mundo social são assim construídos e reconstruídos dentro de uma estrutura de “familiaridade” interpretada através do estoque de conhecimentos que a comunidade tem à mão. (HERITAGE, 1999, p.41). Percebemos que o convívio cordial entre os moradores e o lazer praticado no rio Doce, principalmente pelos jovens e crianças, são elementos que reforçam as relações sociais. Quando falamos em lazer no rio, estamos nos referindo especificamente a banhos no final da tarde, pescarias e até mesmo a prática da canoagem.

Um ponto a destacar com relação aos costumes dos moradores são os trajetos e itinerários que os mesmos percorrem. É que alguns deles gostam de passear pelo bairro. Outros gostam de visitar o rio Doce, principalmente ao final da tarde. Já outros, gostam de pescar e de nadar no rio. Consideramos a possibilidade de entender a territorialidade através das relações sociais e culturais que o grupo mantém com estes lugares, principalmente com o rio. Vemos que no senso comum, poderíamos imaginar uma “colcha de retalhos”, formada de partes altamente desiguais e, por vezes, desconexas, mas que, todas as partes formariam um todo. Neste caso, o senso comum não seria formado por uma lógica racional, ao contrário, as ações do senso comum seriam muitas vezes irracionais e ilógicas mas isso dependeria, também, do ângulo que nos posicionamos como observadores. (WEBER, 1996, p.32). Enchente e violência não seria um problema para a maior parte dos moradores. A maioria do grupo entrevistado relatou que tem opções de se mudar para outro bairro, mas que, o São Tarcísio é o lugar de sua escolha e, portanto, não há problema algum em morar lá.

Quando o assunto é lazer no rio Doce, é sempre bom seguir, de acordo com os moradores, a sabedoria popular: a “água não tem cabelo”, ou seja, pode se tornar perigoso, principalmente com a existência das corredeiras, porque não oferece nenhuma forma de salvamento possível como recurso último em caso de afogamento porque água é apenas água, não tem pontas para se segurar. Da mesma forma notamos que o espaço vivido é uma experiência contínua, egocêntrica e, ao mesmo tempo social: um espaço de movimento e, também, afetivo, marcado por ensinamentos e sabedorias. Concebendo este espaço como um território composto por simbolismos que redundam nas práticas de subsistência, persistência, sobrevivência e aspirações, notamos que a cultura seria a junção de tudo isso,

considerando estas práticas como que “inscritas em códigos culturais e convenções.” (ISNARD, 1982, p.76). Quando imaginamos todas estas pessoas reunidas num só espaço e comungando de uma forma de convívio seja no lazer ou no trabalho, vemos que o modo como elas agem cotidianamente, pode ser também relacionado a uma acomodação que se efetivou socialmente dentro de um processo. As ações destas pessoas possuiriam, conforme Paul Claval, um caráter social e geográfico e fariam parte de um processo de produção simbólica do território uma vez que dão a este mesmo território uma marca cultural, social e geográfica. (CLAVAL, 1999a, p.28). Nesta medida, podemos, considerar que as narrativas encerrariam uma “prática/realização” (a partir das representações sociais); uma “indicialidade” (a partir dos códigos culturais), uma “reflexividade” (a partir do imaginário social); uma “relatabilidade (ou accountability, a partir dos relatos); e, finalmente, uma “noção de membro” (a partir do pertencimento).(COULON, 1995a, p.14).

Observamos que a “prática”, ou seja, a realização de ações arremetidas pela maneira como os moradores percebem e enxergam o seu mundo, estaria relacionada, também, à forma ímpar de se apropriar, valorizar simbolicamente e materialmente, fazer uso da terra e do território e, além disso, se relacionar socialmente. Notamos que isto se daria por meio dos “significados e ressignificações” que os sujeitos vão construindo em torno de suas experiências de vida, convenções, e valores. (KOGA, 2003, p.38). Observamos que esta territorialidade, que não é apenas física, mas social e cultural, se torna tão mais forte quanto maior o tempo de moradia no bairro. Vê-se também, neste caso, um exemplo de relatabilidade (accountability) um sentido de que a realidade social é construída na prática do dia-a-dia pelos atores sociais em interação. É, mais uma vez, o senso comum, que guarda os verdadeiros sentidos que os atores dão às suas ações. Consideramos que desvendar o senso comum seria o mesmo que desvendar as representações sociais e as identidades que orientam, na prática, as ações sociais. Nesta medida a cultura se expressaria em territorialidades considerando-se, portanto, as relações sociais que produzem o espaço ao longo do tempo. São estas relações que seriam marcadas pelos códigos que constituem um sentido particular no processo de produção simbólica do território. (CLAVAL, 1999a, p.25). Assim, em seus mais de 50 anos de existência como bairro, o São Tarcísio foi/é cenário, matéria-prima de um processo onde acontece a construção, regulação e auto-regulação de identidades. (CORREA, 1994, p.34).

Percebe-se que o simbolismo que demarca o convívio estaria embasado, também, no tempo de convivência. O rio Doce parece desempenhar um papel aglutinador de todos

os códigos culturais. É interessante notar que isso pode ser observado quando os moradores exaltam as “belezas” do bairro, mas, também, no caso das enchentes (que como vimos anteriormente), o mesmo rio torna-se um problema coletivo e, ao mesmo tempo, aglutinador de esforços comunitários.<sup>110</sup> O rio Doce está presente também quando o assunto é o tráfico de drogas, funcionando como uma “rota de fuga ou esconderijo”. Quando exploramos a temática da paisagem, tanto o rio como o bairro São Tarcísio aparecem nos relatos de uma forma muito dinâmica. Nesta medida, percebemos que a noção de paisagem dos moradores é processual porque, por um lado, expressam um sentimento nostálgico (eles falam de outros tempos em que a paisagem era de um jeito e que agora, é de outro), por outro lado, relatam que apesar de encantadora, o “descaso da Prefeitura” e a “poluição” tiram da paisagem tudo o que ela teria de positivo. Assim ela sofre transformações na percepção de quem a vivencia e a vivenciou em outros tempos gerando comparações entre o presente e o passado. Uma comparação sempre presente nos relatos é a de que o rio antes “*era limpinho*” e agora “*está todo poluído*”. Percebemos nestes depoimentos duas considerações. A primeira é a de que as narrativas revelam um profundo encantamento com a paisagem natural em referências ao rio e à visão frontal da Ibituruna. Mas, por outro lado, do ponto de vista do olfato e do uso, o rio Doce “*já se tornou*”, na opinião de alguns um “*esgotão*”. A segunda consideração é a de que ao reclamarem do rio, moradores como Seu Antonio, 85, revelam, que contraditoriamente jogam comida e até mesmo animais mortos no rio compreendendo que “*o rio leva tudo*”. Assim eles “*não seriam*” responsáveis pela poluição. Vê-se aí uma visão recortada e congelada do bairro enquanto território que, apesar de processual, parece possuir, pelo menos para os moradores, uma dimensão fixa e esquadrihada apenas no recorte da localidade do São Tarcísio, sem contudo, abarcar o todo em sua abrangência.

Outra coisa a ser observada é que, quando perguntamos especificamente sobre a paisagem, o rio aparece como a principal marca do bairro. Já a Ibituruna, mais distante, aparece como um cenário avistado, que não se tem um contato concreto e imediato, mas que compõe, juntamente com o rio, um cartão postal para quem mora no bairro. Observamos assim que, na maioria das vezes em que tocamos neste assunto, a resposta sempre traz a paisagem como o “outro”, ou seja, o que se pode apreciar a partir do bairro e não necessariamente o próprio bairro, a não ser quando é destacada a presença das margens

---

<sup>110</sup> Um fato interessante a ser considerado é que há sempre, por parte dos moradores, esperança de que a enchente não venha no ano seguinte com tanta pujança. Percebemos que essa expectativa otimista auxilia na permanência de algumas famílias em residências próximas ao rio.

do rio Doce. Ao contemplarem a paisagem de suas casas ou mesmo da rua, os moradores do bairro se ligam a ela afetivamente como se a vista postal fosse uma das vantagens de se morar naquele bairro. Observamos que esse sentimento reforça os laços de enraizamento e pertencimento de alguns ao bairro. Quando estudamos a temática da paisagem como um sentido no bairro, observamos o sentimento de encantamento e, por outro lado, de frustração porque “não tem mais peixe no rio”. Percebe-se, que a poluição não aparece como complicador da “beleza” do rio, porque o rio é “tudo abaixo de Deus”. Nota-se nestes relatos que é possível supor que os códigos culturais ofereceriam uma indicialidade do mundo social através das redes de significações.(COULON, 1995aa, p.67). Estes significados partilhados estariam presentes no comportamento e, também, na linguagem do dia-a-dia unificando, de certo modo, uma determinada expectativa ou sentimento compartilhado tanto de “encantamento” como de “frustração”. É interessante observar que a linguagem cotidiana, ordinária, presente nestes depoimentos, são repletas de expressões indiciais.<sup>111</sup> A indicialidade sugere sempre um sentido local e contextual, singular para cada ato interacional. Vemos, por exemplo, na expressão “o rio Doce é tudo abaixo de Deus”, ou “a natureza como um mistério de Deus”, ou mesmo “a natureza é Deus”, na dimensão que alguns dos moradores dão à “paisagem” (neste caso a paisagem “outra”, extra-bairro) não é nem um pouco insignificante. Percebemos aí um encantamento próximo do sentimento de adoração. Consideramos, nesta medida, a ação de creditar, na visão do morador, ao natural, o caráter místico do incomensurável e, por outro lado, sentir-se gratificado(a) com os benefícios recebidos nesta relação.

É preciso dizer que quando interpretamos estas expressões não almejamos de forma alguma cometer generalizações que expliquem a complexidade que existe por trás da subjetividade, oferecendo como resultado da nossa interpretação, uma simples rotulação. O que percebemos é que a apropriação física e cultural do espaço estaria ligado processualmente ao passado de Governador Valadares e do Sertão do Rio Doce, como se as três escalas espaciais e temporais fizessem parte de um mesmo encadeamento. O que

---

<sup>111</sup> Indicialidade é um termo adaptado dos lingüistas e refere-se a expressões que possuem significados “trans-situacional”, ou seja, expressam em si mesmas um conjunto de idéias que superam o seu próprio significado literal ou sugerem a interligação de conteúdos já subentendidos ou já referidos, ou ainda, conteúdos que podem ser deduzidos pelos próprios atores no momento da interação, sem a necessidade de explanação verbal pormenorizada. As expressões que os atores empregam nos seus atos interacionais estão carregadas de indicialidade, ou seja, são formadas de expressões que somente ganham significado a partir do conhecimento do contexto local onde elas são produzidas. Procurar analisar e compreender o sentido das ações é procurar entender como estas ações são comunicadas e transmitidas socialmente. Ver: HERITAGE, John C. **Etnometodologia**. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Orgs.). **Teoria Social Hoje**. São Paulo: UNESP, 1999.

observamos é que o rio Doce, no caso do sertão, da cidade e da paisagem, teria como denominador comum um sentido de riqueza que não deve ser esquecido. É a riqueza “fabulosa” do ouro, da prata e das pedras preciosas; é a riqueza do território do qual os botocudos são os guardiões; é a riqueza da localização estratégica e do abastecimento de água que viabiliza a apropriação gerando áreas mais valorizadas e menos valorizadas. É desta forma, também, a “riqueza”, que notamos quando o assunto é a “paisagem”. Ela ocuparia um lugar no imaginário dos moradores e não teria uma dimensão apenas de deleite e fruição, mas, também, de “uso”. As pessoas utilizam o rio para o lazer, para o trabalho (na pesca, na lavagem de roupas, na extração de areia), ou, até mesmo, para fugir da polícia. Assim percebemos que a paisagem (agora, compreendida no sentido do próprio rio) seria uma “beleza” que é cultuada como tal, mas, sem deixar também de considerar o seu lado utilitário.

Diante dos depoimentos notamos, também, a ingenuidade de alguns deles (os mais antigos) diante do problema da poluição do rio e, ainda, a contraditoriedade como parte do senso comum. Talvez, a maior de todas as contraditoriedades seja o fato de que a maioria elenca muitos pontos negativos do bairro (principalmente a enchente e o narcotráfico), mas, prefere continuar morando nele que se mudar para outro lugar.

Percebe-se que as tradições populares existentes no São Tarcísio como, por exemplo, as referências do caboquinho d’água, a Mãe do Ouro, e os “pés antigos”, teriam sido aprendidas naturalmente, conforme o relato e ensinamentos dos moradores mais antigos.

É interessante notar que o costume dos mais velhos de propagar e, até mesmo acreditar nestas histórias, tenha permanecido vivo no bairro em forma de memória. Nesta medida, observamos que o “folclore” manifestado no São Tarcísio, da mesma forma que as pessoas têm percepções acerca da paisagem, do convívio, e do trabalho nos espaços ribeirinhos (não nos esquecendo das enchentes), possam, talvez, serem compreendidos como resultado de um longo processo de formação e reprodução social/cultural/simbólica dos migrantes que chegaram a Governador Valadares oriundos da zona rural na metade do século passado.

Ao concluirmos este trabalho, vimos no capítulo 1 que os sentidos do território, no que diz respeito à produção e reprodução simbólica interpretada no bairro São Tarcísio, estariam relacionados aos arranjos e rearranjos territoriais que a cidade de Governador Valadares sofreu ao longo de seu processo territorial e histórico, gerando uma lógica

excludente em termos de organização social. Nesta medida, a produção dos territórios teria gerado códigos culturais e práticas espaciais na cidade e, numa escala menor, nos bairros que a constituem. Interpretar a cultura num bairro como é o caso do São Tarcísio, implicaria em considerar a territorialidade expressa nestes códigos e nestas práticas, relevadas por símbolos comuns que podem ser considerados mecanismos de reconhecimento grupal. Como o território São Tarcísio não é homogêneo em termos culturais, é preciso considerar que a identidade e a territorialidade presente em pequenos grupos, mais concisos, participariam do “universo cultural” do bairro, mas, de uma forma mais restrita, mantendo particularidades em suas regras e códigos de convivência.

No capítulo 3, vimos que o processo de colonização do sertão do rio Doce pode ser considerado, também, um processo de gestão e produção do território porque ele produz uma organização espacial e, conseqüentemente, social. Nesta produção, há que se considerar uma gestão baseada em modelos prévios, que a Coroa portuguesa teria trazido para o Brasil Colonial. A ação de colonização e territorialização, teria produzido arranjos e rearranjos no espaço colonial tendo, no caso do sertão do rio Doce, se baseado na marca geográfica do rio Doce como principal referência. Governador Valadares teria, então, herdado um padrão cultural de apropriação do espaço que considera nas práticas de dominação espacial, a terra como símbolo de status e de poder social e econômico. É a terra que garante a exploração dos recursos naturais e, ao mesmo tempo, acentua uma seletividade no espaço disponível para moradia dos mais favorecidos e dos menos favorecidos. Nesta lógica de a distinção social, econômica e cultural entre centro e periferia, teria sido criado, oficialmente, o bairro São Tarcísio na década de 1950.

No capítulo 4, reafirmamos que o sentido presente no processo de produção e reprodução simbólica no bairro São Tarcísio estaria relacionado à proximidade com do rio. Os ribeirinhos teriam reproduzido, em situações como lazer, trabalho, convivência e folclore, costumes que trouxeram de regiões rurais circunvizinhas a Governador Valadares. Vimos que os moradores contribuem, através de suas narrativas, para significar o bairro desvelando uma ordem particular de organização sócio-cultural e fazendo com que o bairro São Tarcísio, enquanto território simbólico, possa ser percebido por meio de aspectos distintos tanto no plano individual como no coletivo.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. **Estudos geográficos da cidade do Brasil: evolução e avaliação (contribuição à história do pensamento geográfico brasileiro)**. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 56, No 1-4, jan/dez, 1994, p.24-56.

ABREU, Jean Luiz Neves; SANTOS, Wallace Ferreira dos. **Modernização e utopias: projetos de transformação urbana no município de Governador Valadares (1960-80)**. Revista Ágora, Vitória, No. 10, 2009, p.44-65.

ALLAN, Graham. **Comunidade**. In: SCOTT, John (org.). Sociologia: conceitos-chave. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

AMADO, Jonaína. **Região, Sertão, Nação**. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, n. 8, 1993, p.147-148.

ANTUNES, Aracy do Rego. **Dicionário viva a nossa turma: O Bairro, geografia e história**. São Paulo: Access, 2001.

ARAÚJO, Emanuel. **Tão vasto, tão ermo, tão longe: o sertão e o sertanejo nos tempos coloniais**. In: PRIORI, Mary Dele. **Revisão do Paraíso**. Rio de Janeiro: Campus, 2000, p. 25 -78.

ASSIS, Gláucia de Oliveira. **Fazer a América: a imigração de Governador Valadares para os Estados Unidos**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Dissertação (Mestrado), 1994.

BACZKO, Bronislaw. **Imaginação social**. In: Enciclopédia Einaudi. Vol. 1. Memória e História. Lisboa: Imprensa Nacional e Casa da Moeda, 1984, p.23-61.

BARROS, Sandra Augusta Leão. **O que são os bairros: limites político-administrativos ou lugares urbanos da cidade? O caso de Apipucos e Poço da Panela no Recife**. São Paulo, 2002. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Faculdade de São Paulo. Recife: Imprensa Universitária UFRPF/Fapesp, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BELTRÃO, Luiz. **Folkcomunicação: teoria e metodologia**. São Bernardo do Campo: Umesp, 2004.

BERLLOTTO, Heloísa Liberalli. **Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do morgado de Mateus em São Paulo, (1765-1775)**. São Paulo: Conselho Estadual de Arte e Ciências Humanas, 1979.

BERQUE, Augustin. **Introduction**. In: BERQUE, Augustin (org). **Cinq propositions pour une théorie du paysage**. Seyssel: Champ Vallon, 1994, p.36-34.

BERQUE, Augustin. **Paisagem-marca, paisagem-matriz**: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORREA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998, p.12-34.

BEZZI, Mari Lourdes; BRUM NETO, Helena. **Região como foco de identidade cultural**. Geografia, v. 27, n.1, 2002, p. 09-44.

BEZZI, Mari Lourdes. **Região: Uma (Re)visão Historiográfica** – da gênese aos novos paradigmas. Santa Maria: UFSM, 2004.

BORGES, Maria Eliza L. A. **Utopias e Contra-Utopia: Movimentos Sociais Rurais em Minas Gerais (1950-1964)**. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte, UFMG, 1988.

\_\_\_\_\_. **Representações do universo rural e luta pela reforma agrária no Leste de Minas Gerais**. Revista Brasileira de História. Vol. 24, N. 47, São Paulo, 2004.

BRUM NETO, Helena. **Regiões Culturais**: a construção de identidades culturais no Rio Grande do Sul e sua manifestação na paisagem gaúcha. Mestrado em Geografia (Dissertação). Universidade Federal de Santa Maria: Santa Maria, 2007, p.11-34

CAMPANTE, Rubens Goyatá. **O patrimonialismo em Faoro e Weber e a Sociologia Brasileira**. Dados, vol. 46, no. 1, Rio de Janeiro, 2003, p.12-27.

CAMPOS, Carlos Eduardo da Costa. **As reflexões sobre o Imaginário Social**. Revista história e-história. São Paulo: Unicamp, 2011, p.23-40.

Carta Régia de 13 de maio de 1808. In: Manuela Carneiro da Cunha (org.). **Legislação indigenista no Século XIX**. São Paulo: Edusp: Comissão Pró-índio de São Paulo, 1992.

CARVALHO, Alonso Bezerra; BRANDÃO, Carlos da Fonseca (Org.). **Introdução à Sociologia da Cultura: Max Weber e Norbert Elias**. São Paulo: Avercamp, 2005.

CASTRO, Iná Elias. **Imaginário político e território: natureza, regionalismo e representação**. In: CASTRO, Iná Elias de, et al. **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 36-56.

\_\_\_\_\_. **Paisagem e turismo. De estética, nostalgia e política**. In: YÁZIGI, Eduardo (org.). **Paisagem e Turismo**. São Paulo: Contexto, 2002.

CASTRO, Cleber Marques de; PEIXOTO, Maria Naíse de Oliveira; RIO, Gisela Aquino Pires do. **Riscos Ambientais e Geografia: Conceituações, Abordagens e Escalas**. Anuário do Instituto de Geociências - UFRJ. 28-2 / 2005.

CERRI, Leandro. E. S.; AMARAL, Cláudio. P. **Riscos Geológicos**. In: OLIVEIRA, A. M. S.; BRITO, S. N. A. (org.). **Geologia e Engenharia**. São Paulo: ABGE, 1998, p. 25-38.

CERRI, Leandro. E. S.; AMARAL, Cláudio. P. **Riscos Geológicos**. In: OLIVEIRA, A. M. S.; BRITO, S. N. A. (org.). **Geologia e Engenharia**. São Paulo: ABGE, 1998.

CERTEAU, Michael de. **“A invenção do Cotidiano”**. Petrópolis: Vozes, 1996.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. Florianópolis: UFSC, 1999a.

\_\_\_\_\_. **A Geografia Cultural: o estado de Arte**. In: ROSENDHAL, Zeny; CORREA, Roberto Lobato (Orgs.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999b, p.14 a 51.

\_\_\_\_\_. **O território na transição da pós-modernidade**. In: GEOgraphia, no. 2, Niterói: UFF/EGG, 1999c, p.09 a 25.

COQUEIRO, Antonieta Nazareth de Lima. **Folclore Brasileiro**. São Paulo: Distribuidora de Livros Morse, 1973.

CORAGGIO, José Luís. **Considerações teórico-metodológicas sobre as formas de organização do espaço e suas tendências na América Latina**. Planejamento, Salvador, N.7, Vol. 1, Janeiro/Março, 1979, p.45-78.

CORDEIRO, Ivone Cordeiro. **Sertão: um lugar incomum – o Sertão do Ceará na literatura do século XIX**. 1998. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

CORONA, Eduardo; LEMOS, Carlos A.C. **Dicionário de Arquitetura Brasileira**. São Paulo: EDART, 1972.

CORREA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. **Geografia Cultural: introdução à temática, os textos e uma agenda**. In: CORREA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CORREA, Roberto Lobato. **Territorialidade e corporação: um exemplo**. In: SANTOS, M., SOUZA, M.A.; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994.

\_\_\_\_\_. **Região. A tradição geográfica**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

\_\_\_\_\_. **Regionalização e Organização espacial**. São Paulo: Ática, 1998.

\_\_\_\_\_. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 2002.

\_\_\_\_\_. **A contribuição francesa e a abordagem cultural na Geografia.** In: CORREA, Roberto Lobato; ROSENDHAL, Zeny (Orgs.). *Introdução à Geografia Cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

\_\_\_\_\_. **Espaço, um conceito-chave da Geografia.** In: CORREA, Rogério Lobato (org.). **Geografia, conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, p.23-67.

COSGROVE, Denis. **A Geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas.** In: CORREA, Roberto Lobato; ROSENDHAL, Zeny (Org.). **Paisagem, Tempo e Cultura.** Rio de Janeiro: UERJ, 1998.

\_\_\_\_\_. **Social formation and symbolic landscape.** London: Croom Helm, 1984.

COULON, Alan. **Etnometodologia e Educação.** Petrópolis: Vozes, 1995a.

\_\_\_\_\_. **Etnometodologia.** Petrópolis: Vozes, 1995b.

COUTO, José Vieira. **Memória sobre as Minas da Capitania de Minas Gerais: seu território, clima e produções metálicas – 1749.** In: *Revista do Arquivo Público Mineiro (RAPM)*, Belo Horizonte, v. 10, p. 60-166, 1994.

COSTA, Edmar Campeão. **Epopeia dos Pioneiros.** Belo Horizonte: s/n, 1977.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais.** Bauru: USC, 2002.

CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **Legislação indigenista no Século XIX.** São Paulo: Edusp: Comissão Pró-índio de São Paulo, 1992.

DINIZ, Clélio Campolina. **Estado e capital estrangeiro na modernização mineira.** Belo Horizonte: UFMG/PROED. 1981.

EAGLER, Cláudio A. G. **Risco Ambiental como Critério de Gestão do Território.** *Revista Território*. Rio de Janeiro, n.1, 1996, p.31-41..

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John, L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder de uma comunidade.** Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ELIAS, Norbert. **O Processo civilizador.** Vol. 1. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

\_\_\_\_\_. **A Sociedade dos Indivíduos.** Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

\_\_\_\_\_. **A Sociedade da Corte.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. **Associação Comercial: sessenta anos de história.** Governador Valadares: ACGV, 1999.

\_\_\_\_\_. **Práticas econômicas e meio ambiente na ocupação do Sertão do Rio Doce.** *Caderno de Filosofia e Ciências Humanas*, Belo Horizonte, n. 14, p. 67-75, 2000.

\_\_\_\_\_ **Sertão do Rio Doce**. Bauru: EDUSC, 2005.

\_\_\_\_\_ **Territorialidade em Minas Gerais durante a Crise do Sistema Colonial**. III Encontro da Anpas. Brasília: UnB, 23 a 26 de maio, 2006.

FAGUNDES, Alba Aparecida. **Mini-dicionário geográfico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder – Formação do Patronato Político Brasileiro**. São Paulo: Globo, 1998.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Integração e Interdisciplinaridade no Ensino Brasileiro**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

FERRARA, Lucrecia d'Alessio. **Os lugares improváveis**. In: YÁZIGI, Eduardo (org.). **Paisagem e Turismo**. São Paulo: Contexto, 2002.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

FERREIRA, Analcidas Sérgio. **Uma ponte sobre o rio Doce, em Resplendor**. Resplendor, s/n.

FERREIRA, Manoel Milagre. **História do município de Baixo-Guandu**. Baixo do Guandu: Prefeitura Municipal, 1958.

FERREIRA, Carolina Santos. **São Tarcísio**. In: LIBÂNIO, Clarice (Org.). **Guia Cultural Governador Valadares**, n.l, Belo Horizonte/Governador Valadares: Favela É isso Aí/Núcleo Cidade Futuro, 2010.

FONSECA, José Raymundo. **Figueira do Rio Doce**. Rio de Janeiro: s/n, s/d.

GADAMER, Hans Georg. Sobre la história del término. In: Verdad y Método. Fundamentos de una Hermenêutica Filosófica. Salamanca: Sigueme, 1988.

GARFINKEL, Harold. **Studies in Ethnomethodology**. Cambridge England: Polity Press, 1984.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

\_\_\_\_\_. **O saber local: novos ensaios de antropologia interpretativa**. Petrópolis: Vozes, 1998.

GENOVEZ, Patrícia Falco. **O espelho da monarquia: Minas e a Coroa no Segundo Reinado**. Juiz de Fora: ClioEdel, 2003.

GENOVEZ, Patrícia Falco; CAZAROTTO, José Luiz. **Sociedades Modernas versus Sociedades Encantadas: Chonim de Cima e Aimorés numa perspectiva espaço-temporal**. Governador Valadares: NEHT/UNIVALE, 2010.

GODOY, M. Pimentel; COELHO, Iphygênio Soares. **Recursos minerais do Estado de Minas Gerais**. Secretaria de Agricultura do EMG. Rio de Janeiro, 1947.

GOMES, Rita de Cássia da Conceição. **O conceito de território na trajetória do pensamento geográfico**. Revista Sociedade e Território – vol. 1, no 1, Jan/Jun, Natak: UFRN/CCHLA/DGE, 1984.

GOVERNADOR VALADARES. Dados arquivados. **Plano Municipal de Habitação**. Secretaria Municipal de Planejamento, 2010, p. 34-36.

GOVERNADOR VALADARES. Dados arquivados. **Secretaria Municipal de Comunicação Social**, 2010, p.23-25.

GOVERNADOR VALADARES. Dados arquivados. **Secretaria Municipal de Cultura Esporte e Lazer**, 2010, p.27-34.

GUNTHER, Helmut. Pesquisa **Qualitativa versus Pesquisa Quantitativa**: essa é a questão? Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa. Maio/Ago, Vol.22, N. 2. Brasília:UnB, 2006.

HAGUETTE, Maria Teresa Frota. **A Etnometodologia**. Petrópolis: Vozes, 1992.

HASESBAERT, Rogério. **Identidades Territoriais**. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.) **Manifestações da cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

\_\_\_\_\_. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

\_\_\_\_\_. **Desterritorialização: entre redes e os aglomerados de exclusão**. In: CORREA, Roberto Lobato: **Geografia Conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

HALL, Stuart. **Identidades culturais na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP & A, 1997.

HERITAGE, John C. **Etnometodologia**. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (orgs.). **Teoria Social Hoje**, São Paulo: UNESP, 1999, p.12-32.

HESPANHA, António Manuel. **As vésperas do Leviathan**; instituições e poder político. Portugal – séc XVII. Coimbra: Almedina, 1994.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Monções**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

\_\_\_\_\_. **Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

\_\_\_\_\_. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOLZER, Werther. **A geografia humanista: sua trajetória de 1950 a 1990**. Rio de Janeiro: RJ/PPGG, 1992.

\_\_\_\_\_ **Paisagem Imaginário e Identidade: alternativas para o estudo geográfico**. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999, p.56-78.

IBGE. Diretoria Técnica. **Geografia do Brasil. Região Sudeste**. Rio de Janeiro: SERGRAF-IBGE, 2008.

ISNARD, Hildebert. **O Espaço Geográfico**. Coimbra: Almedina, 1982.

JAPIASSÚ, Hilton Ferreira. **Interdisciplinaridade e Patologia do Saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

JODELET, Denise. **Representações sociais: um domínio em expansão**. In: JODELET, Denise (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, p.43-54.

KOGA. Dirce. **Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos**. São Paulo: Cortez, 2003.

LEFEBVRE, Henri. **Barrio y vida de barrio. De lo rural a lo urbano**. Barcelona: Ediciones Península, p. 195-200, 1971.

LIBÂNIO, Clarice. **Prefácio**. In: LIBÂNIO, Clarice (Org.). **Guia Cultural Governador Valadares**, n.1, Belo Horizonte/Governador Valadares: Favela É isso Aí/Núcleo Cidade Futuro, 2010.

LUKES, Steven. **O poder: uma visão radical**. Brasília: UnB, 1980.

MATTA, Alfredo. **Governadores e interventores da Bahia republicana, testemunho de transformações nas estruturas sociais do estado in Bahia republicana governos e interventores**. Salvador: UCSal, Coleção IFCH/Coletâneas nº 1, 2000.

MARQUES, Francisca Ester Sá. **Interpretação de produtos culturais: contributos de uma abordagem etnometodológica aos estudos de comunicação**. São Luís: UFMA, 2005.

MARTES, Ana Cristina Braga, e SOARES, Weber. **Remessas de Recursos dos Imigrantes**. Estudos Avançados, maio/ago. 2006, vol. 20, n.57, p.41-45.

MELO, Vera Lúcia Mayrinck de Oliveira. **Gestão de Paisagens de Rios Urbanos**. O Rio Capibaribe na cidade de Recife/PE/Brasil. Simpósio “El acceso al agua em América: história, actualidad y perspectivas. 53º Congresso Internacional de Americanistas, México, Julio de 2009.

MELLO, Luiz Gonzaga de. **Antropologia Cultural: iniciação, teoria e temas**. Petrópolis: Vozes, 2009.

MIRANDA, Regina; PASCOAL, Érica; ALVARENGA, Luciana, NUNES, Márcia; SOARES, Ricardo; CANI, Sabrina (Org.). **São Tarcísio**. Revista Embarcação. Curso de Comunicação Social. Edição Única. Governador Valadares: FAC/UNIVALE, 2002.

MONTEIRO, Norma de Góes. **Imigração e colonização de Minas 1889-1930**. Belo Horizonte: UFMG, 1973.

MOSCA, Gaetano. **La clase política**. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

NORBERG-SCHULZ, Christian. **Genius Loci: towards a phenomenology of architecture**. New York: Rizzoli, 1980.

PAULA, Antonio Tavares. **História de Aimorés**. Belo Horizonte: Usina do Livro, 1993.

PIMENTA, Dermeval José. **A Vale do Rio Doce e sua história**. Belo Horizonte: Vega, 1981.

PONTES, Beatriz Maria Soares. **Territórios do narcotráfico: os morros do Rio de Janeiro**. *Revista de Geografia*. Recife: UFPE – DCG/NAPA, v. 26, No. 2, mai/ago. 2009, p.34-53.

RAPOPORT, Amos. **Aspectos humanos de la forma urbana: hacia una confrontación de las ciencias sociales con el diseño de la forma urbana**. Barcelona: Gustavo Gili, 1978.

REVEL, Jacques. **Microanálise e construção do social**. In **Jogos de escalas**. A experiência da microanálise. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1988.

RIBEIRO, Núbia Braga. **Terra adentro: os sertões dos índios e das riquezas da colônia**. São Paulo: Edusp, 2009.

ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

RUBIÓ, Manuel de Solá-Morales.. **Las formas de crecimiento urbano**. Barcelona: Ediciones de la Universitat Politècnica de Catalunya (UPC), 1997.

RAPOPORT, Amos. **Aspectos humanos de la forma urbana: hacia una confrontación de las ciencias sociales con el diseño de la forma urbana**. Barcelona: Gustavo Gili, 1978.

REVEL, Jacques. **Microanálise e construção do social**. In **Jogos de escalas**. A experiência da microanálise. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1988.

RUBIÓ, Manuel de Solá-Morales. **Las formas de crecimiento urbano**. Barcelona: Ediciones de la Universitat Politècnica de Catalunya (UPC), 1997.

SAQUET, Marcos. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre: EST Edições, 2003.

SAUER, Carl. **Geografia Cultural**. In: CORREA, Roberto Lobato; ROSENDHAL, Zeny (Org.). **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p.65-79.

\_\_\_\_\_. **The morphology of landscape.** In: LEIGHLY, J. (org). **Land and life: a selection from the writing of Carl ortwin sauer.** Berkely: University of California Press, 1983.

SCHWARTZ, Stuart B. **Burocracia e sociedade no Brasil colonial.** São Paulo: Perspectiva, 1979.

SCOTT John. **Poder.** In: SCOTT, John (org.). **Sociologia: conceitos-chave.** Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

SEXTO BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR. **Governador Valadares.** Arquivos de Criminalidade (Boletins de Ocorrência), 2010.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **A produção social da identidade e da diferença.** In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis: Vozes, 2000.

SILVA, Joseli Maria. **Cultura e territorialidades urbanas: uma abordagem da pequena cidade.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

SILVA JÚNIOR, Otoniel Fernandes. **Por uma Geografia do Imaginário: percorrendo o labiríntico mundo do imaginário em uma perspectiva geográfica cultural.** Revista Labirinto (Centro de Estudos do Imaginário), Rondônia: UFRN, 2010, p.34-54.

SIMAN, Lana Mara de Castro. **A História na Memória: uma contribuição para o ensino de história de cidades.** Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG, 1988. **Sistema Nacional de Indicadores Urbanos – SNIU- Abril 2002.**

SODRÉ, Muniz. **O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira.** Rio de Janeiro: Imago; Salvador, BA: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 2002.

SOARES, Ruth. **Memórias de uma Figueira.** Gráfica Tribuna Fiel, 1983.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **O bairro contemporâneo: ensaio de abordagem política.** Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, N. 51, 2006, p.139-176.

SPINK, Mary Jane. **O conceito de representação social na Abordagem Psicossocial.** Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 9 (3), Jul/Set, 1993, p.12-35.

SIQUEIRA, Sueli. **Migração internacional e seus efeitos na configuração do desenvolvimento da cidade de Governador Valadares.** Caderno do NEDER. Governador Valadares: Univale, 2003.

\_\_\_\_\_. **O trabalho e a pesquisa científica na construção do conhecimento.** Governador Valadares: Universidade do Vale do Rio Doce, 2005.

SZTOMPKA, Piotr. **Mudança e desenvolvimento**. In: SCOTT, John (org.). *Sociologia: conceitos-chave*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010, p.137.

TUAN, Yi-Fu. **Space and place: humanistic perspective**. In: GALE, S G.; OLSSON, G. (eds.). *Philosophy in Geography*. Dordrecht;Reidel, 1979, p.387-427.

\_\_\_\_\_. TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: DIFEL, 1983.

VENTURA, Magda Maria. **O Estudo de Caso como modalidade de pesquisa**. *Revista SOCERJ*, Vol. 1, Riuo de Janeiro, setembro/outubro, 2007, p. 383-404.

VERA, Asti. **Metodologia da pesquisa**. São Paulo: Globo, 1989.

VILARINO, Maria Terezinha B. **Entre lagoas e florestas: atuação do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) no saneamento do Médio Rio Doce (1942 e 1960)**. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte, UFMG, 2008.

VILARINO, Maria Terezinha B.; GENOVEZ, Patrícia Falco. **Entre o discurso real: a atuação do SESP em governador Valadares (décadas de 40 e 60)**. *Anais do VII Encontro Regional Sudeste de História Oral*. Belo Horizonte: UFMG, 05 e 07 de outubro de 2009.

WAGNER, Philip L.; MIKESELI, Marvin W. **Os temas da geografia cultural**. In: CORREA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). *Introdução à geografia cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p.04-15.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. São Paulo: Cultrix, 1982.

\_\_\_\_\_. **A Ética Protestante e o espírito do Capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1996.

\_\_\_\_\_. **Sobre a teoria das ciências sociais**. São Paulo: Moraes, 1991.

\_\_\_\_\_. **Metodologia das Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez e UNICAMP, 1992.

\_\_\_\_\_. **A Objetividade do conhecimento na Ciência Social e na Ciência Política**. In: COHN, Gabirel (Org.). *Metodologia das Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez, 1993, p.67-98.

\_\_\_\_\_. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: UnB, 1994.

\_\_\_\_\_. **Ciência e Política : duas vocações**. São Paulo: Cultrix, 2000.

WILHEIM, Jorge. **O bairro, unidade urbana**. Projeto São Paulo: propostas para a melhoria da vida urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 63-65, 1982.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Sociedade**. São Paulo: Nacional, 1969.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual.**  
In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). **Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis: Vozes, 2000, p.121-150.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta:** as organizações da pobreza e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1985.

## **JORNAIS**

Diário do Rio Doce  
Gazeta de Alagoas  
Hoje em Dia

## ANEXOS



ANEXO A - Escola Valdete Nominato (Bairro São Tarcísio)  
Fonte: Foto de José Bispo Ferreira Filho



ANEXO B – “School Bus” estacionado na Rua Adriano Fróes  
Fonte: Foto de José Bispo Ferreira Filho



ANEXO C – Canoeiro do São Tarcísio se preparando para a pesca  
Fonte: Foto de José Bispo Ferreira Filho